



UNIVERSIDADE DO ALGARVE

Faculdade de Economia

**“IMPLICAÇÕES DO FACTOR SEGURANÇA NO
DESENVOLVIMENTO REGIONAL DO ALGARVE”**

Dissertação para obtenção do Grau de Mestre em
Economia Regional e Desenvolvimento Local

JOSÉ ANTÓNIO GIL CASTANHO

Faro

2003

UNIVERSIDADE DO ALGARVE
SERVIÇO DE DOCUMENTAÇÃO

10/03/04 54235

3 4 2

CAS+Imp

1

José António Gil Castanho

Faculdade de Economia

Orientadora: Prof^ª. Doutora Maria Teresa de Noronha

Data: 26 de Novembro de 2003

**“IMPLICAÇÕES DO FACTOR SEGURANÇA NO
DESENVOLVIMENTO REGIONAL DO ALGARVE”**

Júri:

Presidente: Doutor **João Albino Matos da Silva**, Professor Catedrático da Faculdade de Economia da Universidade do Algarve;

Vogais: Doutora **Maria Teresa de Noronha**, Professora Associada da Faculdade de Economia da Universidade do Algarve;

Doutor **João Félix Martins**, Professor Auxiliar da Faculdade de Economia da Universidade do Algarve;

Mestre **Francisco Moita Flores**, Equiparado a Professor Associado do Instituto Superior de Ciências da Saúde – Sul.

ÍNDICE GERAL

	Página
Lista de Figuras	vi
Lista de Gráficos	vi
Lista de Tabelas	viii
Lista de Abreviaturas	ix
Agradecimentos	xiv
Resumo	xv
Abstract	xvi

I Parte - Questões sobre o Desenvolvimento Local

INTRODUÇÃO	2
Capítulo 1. O DESENVOLVIMENTO LOCAL E CRESCIMENTO REGIONAL.5	5
1.1 Conceitos	5
1.2 Os Sistemas Locais de Produção – Um caminho rumo ao desenvolvimento en- dógeno	10
1.3 Crescimento regional e desenvolvimento local – Lógicas distintas	16
1.4 O planeamento no desenvolvimento	22
CAPÍTULO 2. AS POLÍTICAS DE APOIO PARA AS REGIÕES DA UE	27
2.1 Os objectivos regionais e os fundos estruturais	29
2.2 As disparidades regionais	31
Capítulo 3 . ESTRATÉGIAS DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL	39
3.1 As estratégias	40
3.2 O caso da região do Algarve	40
3.3 Cenários de desenvolvimento regional - Algarve	45
Capítulo 4. O QUADRO SÍNTESE DO DESENVOLVIMENTO LOCAL – RE- GIÃO DO ALGARVE	54
4.1 Carências ao nível infra-estrutural condicionantes do desenvolvimento endógeno	54
4.2 Condicionantes dos factores esperados de crescimento regional	57
Capítulo 5. CONSTRUÇÃO DE UM CENÁRIO DE CRESCIMENTO	61
5.1 A estrutura produtiva da região	61
5.2 Os pressupostos do cenário	63
5.3 O cenário de crescimento para a região	64
5.4 Potencialidades e debilidades	65

II Parte - O Factor Segurança

Capítulo 1. DESENVOLVIMENTO REGIONAL VS. SEGURANÇA.....	70
1.1 Índices de desenvolvimento regional – Estudo e análise	71
1.2 A Segurança – Um diagnóstico	75
Capítulo 2. A SEGURANÇA.....	79
2.1 Caracterização.....	79
2.2 As Forças e Serviços de Segurança (FSS).....	81
2.3 O factor segurança no âmbito da Economia Pública	83
2.4 Dispositivos de implantação territorial das Forças e Serviços de Segurança (Algarve)	86
2.5 O modelo policial vigente	88
Capítulo 3. A CRIMINALIDADE	91
3.1 Estatísticas criminais (1995 – 2001) - no país.....	94
3.2 A criminalidade na região do Algarve	98
3.3 Os dados da imigração	100
Capítulo 4. AS CORRELAÇÕES CRIMINAIS COM VARIÁVEIS SOCIOECONÓMICAS - NO PAÍS E REGIÃO DO ALGARVE	104
4.1 Crimes GPLP-MJ e a taxa de desemprego - no país.....	106
4.2 Crimes GPLP-MJ e PIB-pm-pc – no país	109
4.3 Crimes GPLP-MJ e VAB – no país	112
4.4 Crimes GPLP-MJ e IPC - no país.....	114
4.5 Correlações criminais com variáveis socioeconómicas - região do Algarve	117
4.5.1 Crimes GPLP-MJ e taxa de desemprego – na região do Algarve.....	117
4.5.2 Crimes GPLP-MJ e PIB-pm-pc – na região do Algarve.....	119
4.5.3 Crimes GPLP-MJ e VAB regional – na região do Algarve	120
4.5.4 Crimes GPLP-MJ e a densidade populacional - na região do Algarve ..	121
4.5.5 Crimes GPLP-MJ e cidadãos estrangeiros legalizados – na região do Algarve	122
4.5.6 Crimes GPLP-MJ e visitantes entrados (via aérea) - na região do Algarve	124
4.6 Crimes GPLP-MJ inter-regiões NUTS II.....	125
4.7 As evidências criminais latentes	129

Conclusões	133
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	140
ANEXOS.....	160
Anexo 1. Gráfico A1.1 Regiões UE, por Estado-membro, com o PIB-pc mais elevado e o mais reduzido	161
Anexo 2. Investimento programado – QCA III.....	162
Anexo 3 . Quadros – Estudo M. Viegas (1997)	163
Anexo 4. Indicadores da actividade agrícola, concelho de Loulé e caracterização geral da Indústria – região do Algarve	165
Anexo 5. Listagem regiões NUTS II - Indicador desenvolvimento humano das NU167	
Anexo 6. Regiões NUTS II – Registo criminal 1995-2001	170
Anexo 7. Dispositivos Territoriais das FSS – região do Algarve.....	171
Anexo 8. Dados agregados utilizados.....	174
Anexo 9. Dados socioeconómicos.....	189
Anexo 10. Outputs SPSS – Crimes GPLP-MJ e indicadores socioeconómicos para a região do Algarve.....	196

LISTA DE FIGURAS

Figura I.1.2.1 Tipologia dos SLP	13
Figura I.1.4.1 Tipos de planeamento pocal.....	23
Figura I.2.1.1 Esquemático dos fundos estruturais comunitários	30
Figura I.3.2.1 As estratégias de desenvolvimento do Algarve.....	43
Figura I.5.3.1 Cenário de crescimento – Algarve	64
Figura II.2.2.1 Forças e Serviços de Segurança	82

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico I.1.4.1 Participação e recursos disponíveis	20
Gráfico I.2.1.1 Repartição inter-fundos - QCA II (1993-1999) e QCA III (2000-2006)	31
Gráfico I.2.2.2 Disparidade regionais, por país e extremos regionais no PIB-pc, aferido pelo PPC, ano de 1998.....	36
Gráfico I.3.3.1 Desigualdades sociais e espaciais - região do Algarve, 1950 - 2000	47
Gráfico I.3.3.2 Estrutura da população empregada por sectores – 4º Trim 2001	48
Gráfico II.1.1.1 Índices de desenvolvimento regiões Portuguesas	73
Gráfico II.1.2.1 Top 10 de autorizações de permanência concedidas até 17/05/02.....	77
Gráfico II.2.3.1 Eficiência e equidade na provisão de bens públicos	85
Gráfico II.3.1.1 A criminalidade em Portugal (1995 - 2001)	95
Gráfico II.3.1.2 Incidência territorial por 100 Hab, (1995 - 2001), regiões NUTS II.....	97
Gráfico II.3.2.1 Crimes GPLP-MJ (1995 - 2001) – região do Algarve.....	98
Gráfico II.3.2.2 Média anual de crimes (1995 - 2001) país - Algarve	99
Gráfico II.3.3.1 Evolução registos de imigração na UE - 2001 (excepto Portugal).....	100
Gráfico II.3.3.3 Cidadãos estrangeiros com autorização de permanência, em Portugal, por distritos, ano de 2001	102
Gráfico II.4.1.1 Curva de estimação da regressão - Crimes contra a vida em sociedade e a taxa de desemprego (1995-2001), país	107
Gráfico II.4.1.2/3 Curvas de estimação da regressão - Crimes de furto e roubo com a taxa de desemprego (1995-2001), no país	108
Gráfico II.4.2.1/2 Curva de estimação da regressão - Crimes contra as pessoas, crimes contra o Estado e o PIB-pm-pc, no país (1995-2001)	110

Gráfico II.4.2.3/4 Curva de estimação da regressão - Crimes de furto e de roubo com PIB-pm-pc, (1995-2001), no país.....	112
Gráfico II.4.3.1/2 Curva de estimação da regressão - Crimes de furtos e de roubos com VAB, (1995-2001), no país.....	113
Gráfico II.4.4.1 Curva de estimação da regressão - Crimes contra o património com o IPC, (1995-2001), no país.....	115
Gráfico II.4.4.2/3 Curva de estimação da regressão - Crimes contra a vida e crimes contra a integridade física com o IPC, (1995-2001), no país.....	115
Gráfico II.4.5.1.1/2 Curva de estimação da regressão - Crimes contra o Estado e os crimes previstos em legislação avulsa com taxa de desemprego, (1995-2001), Algarve.....	118
Gráfico II.4.5.2.1/2 Curva de estimação da regressão - Crimes contra o Estado e crimes previstos em legislação avulsa com o PIB-pm-pc, (1995-2001), Algarve	120
Gráfico III.4.5.3.1/2 - Curva de estimação da regressão - Crimes contra o Estado e crimes previstos em legislação avulsa com VAB Regional, (1995-2001), Algarve	121
Gráfico II.4.5.5.1 Curva de estimação da regressão - Crimes contra o Estado e os cidadãos estrangeiros legalizados, (1995-2001), região do Algarve..	123
Gráfico II.4.5.6.1/2 Coeficientes de correlação –Crimes contra o Estado e crimes previstos em legislação avulsa (GPLP-MJ) e visitantes da região (via aérea) – região do Algarve, 1995-2001	125
Gráfico II.4.6.1 Crimes regiões NUTS II, população presente (HM) e a taxa de desemprego, regiões NUTS II, 2001.....	126
Gráfico II.4.6.2 Curva de estimação da regressão - crimes contra a vida em sociedade e o número de edifícios nas regiões NUTS II, 2001	128

LISTA DE TABELAS

Tabela I.2.2.1 Crescimento PIB e da população nos países da coesão 1988-2000.....	32
Tabela II.1.1.1 Quadro síntese da construção dos índices de desenvolvimento.....	71
Tabela II.4.1.1 Coeficientes de correlação - Crimes GPLP-MJ e taxa de desemprego, período de 1995 - 2001, no país.....	107
Tabela II.4.2.1 Coeficientes de correlação - Crimes GPLP-MJ e PIB-pm-pc (1995 - 2001), no país.....	110
Tabela II.4.3.1 Coeficientes de correlação - Crimes GPLP-MJ e VAB, (1995 - 2001), no país.....	113
Tabela II.4.4.1 Coeficientes de correlação - Crimes GPLP-MJ e IPC, (1995-2001), no país.....	114
Tabela II.4.5.4.1 Coeficientes de correlação - Crimes GPLP-MJ e densidade popula- cional, (1995-2001), na região do Algarve.....	122
Tabela II.4.5.6.1 Coeficientes de correlação - crimes GPLP-MJ e visitantes da região (via aérea) – região do Algarve, 1995-2001	124
Tabela II.4.6.1 Coeficientes de correlação - Crimes GPLP-MJ e n.º edifícios, 2001, regiões NUTS II.....	127

LISTA DE ABREVIATURAS

ADL's	Associações Locais de Desenvolvimento
APDR	Associação Portuguesa de Desenvolvimento Regional
ALGAR	Empresa de Valorização e Tratamento de Resíduos Sólidos, SA
AMAL	Associação de Municípios do Algarve
APOR	Associação Portuense
AR	Assembleia da República
ARSALGARVE	Administração Regional de Saúde do Algarve
BGCM	Bases Gerais da condição militar
CCR-Alg	Comissão de Coordenação da Região do Algarve
CCED	Centre for community Economic Development
CEAL	Confederação dos Empresários do Algarve
CE – DGPR	Comissão Europeia – Direcção-Geral da Política Regional
CE	Comunidade Europeia
CEE	Comunidade Económica Europeia
CEJ	Centros de Estudos Judiciários
CES	Conselho Económico e Social
CG/GNR	Comando-Geral da Guarda Nacional Republicana
CIDER	Centro de Investigação de Desenvolvimento e Economia Regional, da UALG
CISEP	Centro de Investigação sobre a Economia Portuguesa
CP	Código Penal, aprovado DL n.º Decreto-Lei n.º 48/95, de 15 de Março, Alterado pelas Leis n.º 90/97, de 30 de Julho e Lei n.º 65/98 de 2 de Setembro
CPP	Código de Processo Penal, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 78/87, de 17 de Fevereiro, alterado pelos Decretos-Leis n.ºs 387-E/87, de 29 de Dezembro, 212/89, de 30 de Junho, e 317/95, de 28 de Novembro
CRP	Constituição da República Portuguesa
CSSI	Conselho Superior Segurança Interna
CZMS	Comando da Zona Marítima do Sul
DCICCEF/PJ	Direcção Central de Investigação da Corrupção e Criminalidade Económica e Financeira
DELNET	Programa de Formação do Centro de Formação da Organização Internacional do Trabalho
DGA-DSIA	Direcção-Geral do Ambiente - Direcção de Serviços de Informação e Acreditação

DGE-MAOT	Direcção-Geral do Ambiente - Ministério do Ambiente e Ordenamento do Território
DGA-ME	Direcção-Regional do Algarve do Ministério da Economia
DGDR	Direcção-Geral do Desenvolvimento Regional
DL	Decreto-Lei
EBL	Empresas de Base Local
ECRI	Comissão Europeia contra o Racismo e Intolerância
Ed.	Editora, Editor ou Edição
Eds	Editado (<i>autores da edição</i>)
EGF	Empresa Geral de Fomento
EMGNR	Estatuto dos Militares da Guarda Nacional Republicana
ETAR's	Estações de Tratamento a Águas Residuais
EUA/USA	Estados Unidos da América
Euro-2004	Designação do Campeonato Europeu de Futebol que ocorrerá em Portugal
FAL/SEC	Comissão Nacional Facilitação do Transporte Aéreo e da Segurança à Aviação Civil
FC	Fundo de Coesão
FEDER	Fundo Europeu de Desenvolvimento Económico Regional
FEOGA	Fundo Europeu de Orientação e de Garantia Agrícola
FEOGA-O	Secção de Orientação do Fundo Europeu de Orientação e de Garantia Agrícola
FEUA	Faculdade de Economia da Universidade do Algarve
FSE	Fundo Social Europeu
GCS	Gabinete Coordenador de Segurança
GEPMJ	Gabinete de Política Estudos e Planeamento do Ministério da Justiça
GNR	Guarda Nacional Republicana
Gov. Civis	Governos Civis
GOV/PM	Governo / Primeiro Ministro
GPLP-MJ	Gabinete de Política Legislativa e Planeamento do Ministério da Justiça
GREMI	Grupo Europeu de Investigação sobre os Milieus Inovadores
Hab/Km ²	Habitantes por quilómetro quadrado
Hec	Hectares
I&D	Investigação e Desenvolvimento

IEFP-MTS	Instituto de Emprego e Formação Profissional – Ministério Trabalho e Solidariedade Social
IFOP	Instrumento Financeiro de Orientação das Pescas
IGAI	Inspeção-Geral da Administração Interna
INAC	Instituto Nacional de Aviação Civil
INCM	Instituto Nacional Casa da Moeda
INE	Instituto Nacional de Estatística
IPC	Índice de Preços do Consumidor
IPE	Instituto de Participações Empresariais
IREP	Gronoble - Instituto Regional de Economia Pública de Gronoble
ISEG/UTL	Instituto Superior de Gestão e Economia da Universidade Técnica de Lisboa
JRAP	Journal of Regional Analysis and Policy
KAS	Konrad Adenauer Stiftung
Km	quilómetros
LDNFA	Lei Defesa Nacional e das Forças Armadas
LEED	Local Economic and Employment Development
LEI	Local Economic Initiative (Iniciativa Económica Local)
LIC	Lei da Investigação Criminal
LOGNR	Lei Orgânica da Guarda Nacional Republicana
LOPJ	Lei Orgânica da Polícia Judiciária
LOPSP	Lei Orgânica da Polícia de Segurança Pública
LSI	Lei de Segurança Interna
MACBETH	Measuring Attractiveness by a Categorical Based Evaluation Technique
MAI	Ministério da Administração Interna
MARN-DGRN	Ministério do Ambiente e dos Recursos Naturais - Direcção-Geral do Recursos Naturais
MDN	Ministério da Defesa Nacional
MERCOSUR	Mercado Comum do Sul
MIT	Instituto Tecnológico de Massachuseters (USA)
MJ	Ministério da Justiça
NAFTA	American Trade Free Agreement
NBER	National Bureau of Economics Research
NU	Nações Unidas
NUTS	Nomenclatura das Unidades Territoriais

OCDE	Organização e Cooperação para o Desenvolvimento Económico
OIT	Organização Internacional do Trabalho
OPC	Órgãos de Polícia Criminal
PAC	Política Agrícola Comum
PALOP's	Países Língua Oficial Portuguesa
PC	Política da Concorrência
P. Ex.	Por exemplo
PDM	Plano Director Municipal
PDR	Plano de Desenvolvimento Regional
PEDRA	Plano Estratégico de Desenvolvimento da Região do Algarve
PESC	Política Europeia de Segurança Comum
PGR	Procuradoria Geral da República
Pib-pc	Produto Interno Bruto, per-capita
PIB-pm	Produto Interno Bruto, a preços de mercado
PIB-pm-pc	Produto Interno Bruto, a preços de mercado, per-capita
PJ	Polícia Judiciária
PM	Polícia Marítima
PME	Pequenas e Médias Empresas
PNDES	Plano Nacional de Desenvolvimento Económico e Social
PP	Plano de Pormenor
PPC	Padrão/paridade do Poder de Compra
PROSIURB	Programa de consolidação do Sistema Urbano Nacional e apoio à Execução dos Planos Directores Municipais
PROT	Plano Regional de Ordenamento do Território
PSP	Polícia de Segurança Pública
PU	Plano de Urbanização
QCA	Quadro Comunitário de Apoio
RAA	Região Autónoma dos Açores
RAM	Região Autónoma da Madeira
SAA-INAC	Sistema de Autoridade Aeronáutica - Instituto Nacional de Aviação Civil
SAM – PM	Sistema de Autoridade Marítima - Polícia Marítima
SEF	Serviço de Estrangeiros e Fronteiras
Sic	assim mesmo, tal e qual
SIS	Serviço de Informações de Segurança
SLP	Sistemas Locais de Produção

SOTIP	Sistema Observação Tecnologia e da Inovação na Indústria Portuguesa
SPSS	package estatístico
SWOT	Strengths, Weakness, Opportunities e Threats
UM	Unidades monetárias
UALG	Universidade do Algarve
UBI	Universidade da Beira Interior
UE	União Europeia
UE26	União Europeia a 26 países
UE27	União Europeia a 27 países
UK	United Kingdom (<i>Reino Unido</i>)
UNICRI	Nations Interregional Crime and Justice Research Institute
UNL-FE	Universidade Nova de Lisboa – Faculdade de Economia
VAB	Valor Acrescentado Bruto
VS	Versus (contra)
ZMS	Zona Marítima do Sul

AGRADECIMENTOS

O meu primeiro reconhecimento e inegável agradecimento é dirigido para a Sr.^a Prof.^a Doutora Maria Teresa de Noronha, a orientadora desta dissertação que, incondicionalmente, aceitou este desafio, norteadada pelos estritos critérios de competência e rigor, redimensionando e exigindo sempre mais de mim.

Uma referência ao Sr.^o Prof. Doutor João César das Neves, pela sua acessibilidade e disponibilidade para com as diversas questões colocadas por e-mail e as rápidas respostas, enquadrando e sugerindo alguns pontos do Capítulo 4 - Parte II desta dissertação, que se revelaram dimensionalmente ajustáveis e irrepreensivelmente enriquecedores.

Um agradecimento especial, para todos os colegas deste 1.^o Curso de Mestrado em Economia Regional e Desenvolvimento Local da FEUA, particularmente para a equipa desta “viagem” académica: Drs. João Paulo Sousa, Hélder Pontes, Manuel Soares e Bártole Pinheiro, extensível à colega Dr.^a Dina Correia, pelo apoio e companheirismo durante e após o curso.

Uma palavra para a atenciosidade revelada pela D. Elsa do secretariado dos mestrados, da FEUA durante e após o Mestrado; também para as responsáveis e funcionários das Bibliotecas do GPLP-MJ e do MAI, pela sua amabilidade e prestabilidade às minhas solicitações documentais.

Um destaque para os colegas e Comando do Destacamento Fiscal de Olhão, pela sua disponibilidade profissional, camaradagem e elevado sentido do espírito de corpo, caracterizante desta força policial, conferindo um contributo contextual imprescindível.

Para a Maria de Jesus e Sara Inês.

A todos bem hajam !

RESUMO

A presente dissertação discute a problemática associada às implicações do factor segurança no desenvolvimento da região do Algarve. O seu principal objectivo é o de apurar as causas próximas da possível falta de segurança na região, correlacionando-as com factores de desenvolvimento. A metodologia referente à parte empírica centrou-se num conjunto de correlações estatísticas entre os registos criminais do GPLP-MJ, de 1995-2001, para o país e região do Algarve com alguns indicadores socioeconómicos, substanciando-se as análises das associações mais ajustadas e explicativas para as implicações deste factor no desenvolvimento regional.

Os factos identificados na investigação revelam-nos uma “relativa” estabilidade da evolução dos registos criminais e das correlações testadas no período em estudo, ao nível nacional e na região do Algarve. A região do Algarve tem sido classificada, pelos seus visitantes, como “destino turístico seguro”. A conclusão das análises empíricas corrobora nessa premissa. No entanto, os governantes e os diversos agentes regionais não têm reequacionado devidamente das implicações daí decorrentes, para a economia da região em geral e, particularmente, para o segmento do turismo e lazer. Talvez porque a região do Algarve ainda não tenha sido avassalada por circunstâncias que tenham feito perigar a sua segurança interna se desconheça a real amplitude de um tal impacto. A realização do Euro-2004 poderá representar um excelente teste para uma apreciação, sobre a importância de um esforço concertado, entre as componentes da Segurança e do Desenvolvimento Regional.

Palavras-chave: *Desenvolvimento Regional; Crescimento Regional; Políticas Regionais; Segurança, Criminalidade e Correlações socioeconómicas.*

ABSTRACT

The present dissertation argues the problematic one associated to the implications of the factor security in the development of the region of the Algarve. Its main objective is to select the proximate causes to the possible lack of security in the region correlating them with development factors. The referring methodology to the empirical part was centered in a set of statistical correlations between the criminal registers of the GPLP-MJ, of 1995-2001, for the country and region of the Algarve with some social and economical pointers substantiating the analysis of the adjusted and explicative associations more for the implications of this factor in the regional development.

The facts identified in the inquiry disclose them "*relative*" a stability of the evolution of the criminal registers and the correlations tested in the period in study, to the national level and in the region of the Algarve. The region of the Algarve has been classified, for its visitors, as "*safe tourist destination*". The conclusion of the empirical analyses corroborates in this premise. However, the governing and the diverse regional agents have not reequated duly of the from there decurrent implications, for the economy of region in general e, particularly, for the segment of the tourism and leisure. Perhaps because the region of the Algarve has still not been dominated for circumstances that have made to be in danger its internal security if the real amplitude of one such impact is unaware of. The accomplishment of the Euro-2004 will be able to represent an excellent test, for an appreciation on the importance of an adjusted effort, it enters the components of the Security and the Regional Development.

Keywords: *Regional Development; Regional Growth; Regionals Politics; Security; Criminality and Social and Economical Correlating.*

I Parte

Questões sobre o Desenvol- vimento Local

INTRODUÇÃO

A temática proposta discute as implicações do factor segurança no desenvolvimento regional da região do Algarve. Porque se trata de uma vertente pouco contemplada pelos meios académicos o cruzamento de temáticas, a que este tema pode dar lugar, reflecte-se de importância. Ao se escrutinarem reestruturações na atribuição dos fundos estruturais pós-2006 e preparação para a entrada de novos Estados-membros, todos factos redimensionadores da lógica regional Europeia, devem considerar-se as suas múltiplas implicações dentro de um quadro de desenvolvimento regional.

Confronta-se desenvolvimento regional e segurança, através de diagnóstico à segurança e sua caracterização, dando-se lugar a uma análise dos registos criminais do GPLP-MJ, no período entre 1995-2001, para o país descrevendo-se a posição relativa da região do Algarve. Recorre-se a uma componente empírica que testa um conjunto de correlações apuradas entre os registos criminais e factores de desenvolvimento regional. Aí é corroborada a relativa “estabilidade” dos registos criminais e as tónicas de desenvolvimento regional existentes na região. Talvez porque não têm sido detectados “factos” que façam perigar tais registos, desconhece-se da sua amplitude e do impacto produzidos no desenvolvimento regional, particularmente no que diz respeito à componente do turismo e lazer.

Os limites da investigação pautam-se, fundamentalmente, por uma notória ausência de indicadores de desenvolvimento regional coerentes ao nível das séries temporais. Nos registos criminais é a inegável dificuldade na pesquisa dos registos, dadas as exíguas fontes de dados e natureza dos mesmos, que constituem a mais forte restrição com que nos deparámos. Perante uma ausência dos registos criminais com periodicidade mensal e desagregados ao nível concelhio, não nos foi possível analisar os concelhos do Algarve ou reflectir a vertente sazonal e com isso admitir-se uma indexação de potenciais

índices de criminalidade regionais. Também não foi possível comparar este trabalho com outras experiências. Infelizmente a sua inexistência limita-nos uma útil análise comparativa, mas são-no um indicativo da novidade deste estudo.

Em termos organizacionais a dissertação encontra-se dividida em duas partes. Na I Parte, o Capítulo 1 é constituído por quatro secções que pretendem tocar os fundamentos teóricos sobre o desenvolvimento regional. O Capítulo 2, inteiramente dedicado às políticas regionais da UE para as regiões, ilustra a actualidade da questão levantada e os objectivos globais que definem as opções de política regional. O Capítulo 3, confina as estratégias de desenvolvimento regional para a região do Algarve. Nelas não se podendo vislumbrar qualquer papel relevante atribuído à componente da segurança. O Capítulo 4 admite uma síntese das propostas de desenvolvimento para a região do Algarve, evidenciando as carências infra-estruturais e algumas condicionantes dos factores de crescimento esperados. O Capítulo 5 propõe um cenário de crescimento para a região do Algarve, considerando as várias limitações teóricas e empíricas anteriormente apontadas e procurando introduzir a componente que neste estudo se relança: a segurança.

Na II Parte é analisado o factor segurança, na sua dimensão interna. No Capítulo 1 são confrontados alguns indicadores de desenvolvimento regional e manifestadas preocupações sobre a segurança, ao nível nacional. O Capítulo 2, inteiramente dedicado ao vector segurança, situa a sua caracterização, os seus actores e a dimensão ocupada pela segurança, no seio da Economia Pública, descendo a um nível institucional. Este capítulo acrescenta ainda uma análise do dispositivo das Forças e Serviços de Segurança, na região do Algarve. No Capítulo 3 são observadas séries estatísticas sobre o progresso da criminalidade (GPLP-MJ), entre 1995-2001, ao nível nacional e da região do Algarve. É aí consagrada uma breve síntese relativa à problemática da imigração e sua in-

fluência nas questões da segurança. O Capítulo 4 descreve as ferramentas utilizadas para a análise empírica e recorre à pesquisa de dados e métodos estatísticos para a compreensão do fenómeno segurança – desenvolvimento, perante um conjunto de correlações estatísticas, para o país e região do Algarve. Para estas correlações seleccionam-se indicadores de segurança e indicadores socioeconómicos. É ainda contemplada uma análise à evolução da criminalidade inter-regiões e as evidências criminais latentes, em síntese de capítulo.

Estas duas partes da dissertação remetem-nos para as conclusões que nos revelaram uma “relativa” estabilidade na evolução dos registos criminais e correlações testadas com os indicadores socioeconómicos, no período em análise, substanciados por uma classificação de “destino turístico seguro”, atribuída à região do Algarve, pelos seus visitantes. Estas circunstâncias são “acompanhadas” por uma ausência de reequacionamento da problemática da segurança, pelo poder central, regional e os diversos agentes económicos regionais para a região do Algarve.

CAPÍTULO 1. O DESENVOLVIMENTO LOCAL E CRESCIMENTO REGIONAL

1.1 Conceitos

A problemática associada à terminologia do desenvolvimento local tem acentuado a sua preponderância nas vertentes económicas, sociais, geográficas e políticas. A sua origem, como quadro de análise e linha estratégica de intervenção, remonta aos anos setenta. Emerge como uma reacção aos modelos tradicionais de análise¹ e às políticas regionais baseadas nos incentivos à implantação das empresas. Para além de um conceito, esta temática substancia um ideal que interioriza uma solução para o desenvolvimento desigual e para o crescimento impellido por forças exteriores (Polèse, 1998), ainda perceptível nalgumas regiões^{2,3,4} portuguesas.

¹ P. ex.: modelos de base económica e pólos de desenvolvimento. Relativamente ao modelo de base económica (Polèse, 1998 e Lopes, 2001) estes fazem depender o nível de produção e o nível de emprego da região as suas actividades exportadoras dependendo estas, por sua vez, da procura externa e das vantagens comparativas da região. São as variáveis exógenas. A região vive da procura externa e a ela se deve adaptar para obter a sua sobrevivência. O modelo estabelece uma separação entre as actividades básicas que permitam ganhos para a região (indústrias base) e as actividades de suporte (ou não básicas).

² Neste propósito se inclui a visão da história da Região, apresentada por Montrieux (1995: 14), citando Claval (1993) emergente dos finais do antigo regime, simultaneamente com a reflexão sobre a modernização da administração. Foi, finalmente, adoptada uma divisão em departamentos. Tendo surgido, no final do século XIX, um movimento regionalista, procedente de um ajustamento da direita que se insurgiu contra os jacobinos associado a uma mineria anarquista que sonha com gestão local. Ideal que viria a encontrar aplicabilidade concreta no decurso da I Guerra Mundial. O ministro da indústria francesa Clementel criou um sistema regional para fazer face às dificuldades de uma gestão centralizada numa economia complexa. O geógrafo Vidal de La Blache assume um papel de fundador após ter descrito as regiões tradicionais que fornece foco informativo regional à base urbana. Desde o início do séc. XX este geógrafo sublinhou a importância das cidades para o desenvolvimento industrial e, de uma maneira geral, para o início da região económica. Foi uma reflexão muito contemporânea sobre a região económica que teve a sua importância até ao final da II Guerra Mundial. Foi nesta altura que a França descobriu as realidades dos problemas regionais a par de um conjunto de desigualdades no desenvolvimento, sobretudo face às dificuldades do mundo rural, contrariamente aos países anglo-saxónicos que já conheciam os problemas da conversão das regiões industriais.

³ Também Paclincx e Nijkamp (1975) apresentam uma concepção de região referindo-a como uma entidade espacial caracterizada por certos elementos. E agrupam-nas em: regiões naturais – conceito originário da geografia, caracterizado por elementos geográficos e físicos (uma classificação pode ser baseada em factores climáticos, condições do solo, fertilidade das terras...) este tipo de concepção de região revela-se importante para a economia regional; ex: na execução de uma investigação na dispersão óptima do espaço das actividades agrícolas, no seio da UE, baseada nos custos de transporte dos produtos agrícolas deve ter em conta as condições climáticas e do solo no interior dos países sujeitos a tal investigação; regiões homogéneas – se esta região possuir um elevado nível de uniformidade. As características dessa homogeneidade podem ser o grau de urbanização, a densidade populacional, o rendimento per-capita; regiões polarizadas – áreas conexas nas quais as relações económicas internas são muito intensivas do que as relações com as regiões limítrofes àquela área. Uma região polarizada possui um nível de integração e interdependências. Os critérios de polarização dependem também do número de intensidades dos fluxos económicos internos (bens, serviços, comércio, capital e trabalho). Os fluxos internos dominam as relações externas; regiões desenvolvimento (progresso) – espaço base para um certo programa de desenvolvimento e planeamento. Esta filosofia assenta na ideia de que o crescimento económico não surge em todo o espaço, mas somente em certas áreas com elevado potencial crescimento. Estas áreas encontram-se aptas para a transmissão de crescimento para outras regiões e outros sectores através de ligações inter-regionais e intersectoriais; regiões administrativas – a partir de uma entidade espacial para um ponto de vista político-administrativo.

⁴ Blair (1995), na análise das natureza das regiões, remete a região como parte de uma área, sendo que, o termo/conceito toma significado consoante a contextualização em que é utilizado ou analisado. Consagra, na sua análise, as regiões funcionais – distinguíveis, pelo grau de integração ou ampliação com parte dos componentes que com elas interagem, considerado como desejável. A existência de uma base funcional para a economia da região se a interacção entre os componentes, no seio dessa região, forem comparavelmente significantes com a interacção com outras regiões. A constituição de uma área funcional é aquela onde as trocas comerciais dos negócios locais são mais expressivas do que o comércio, daquele local, com as outras regiões ou locais; regiões nodal – importante tipo de áreas funcionais. Encontram-se sustentadas primeiramente no sistema hierárquico do relacionamento comercial. Implicam regiões “dentro” de outras regiões no intuito de cidades médias terem a sua própria *hinterland* mesmo que essa seja parte da *hinterland* de uma cidade de maior dimensão. Áreas metropolitanas – exibem modelos hierárquicos que caracterizam as regiões nodal. Concretamente, o emprego e as actividades de venda a retalho tendem para se concentrar no distrito com mais centralidade comercial e os outros sub-centros estão dispersos através da metrópole. Muitas das políticas regionais têm melhor implementação ao nível metropolitano por causa da interdependência (dependência mútua) no interior das regiões. Nós possuímos duas - a região metropolitana de Lisboa e do Porto. À semelhança de Paclincx e Nijkamp (1975) este autor engloba, também, as regiões homogéneas e as regiões administrativas.

Não existirá um conceito capaz de satisfazer e aglutinar todas as expectativas, sugeridas por uma noção tão lacta de desenvolvimento local⁵. Todas as possíveis designações estarão indirectamente centradas no meio, porque é aí que se encetam os processos de desenvolvimento conducentes a uma economia regional sólida, sustentada no *know-how* das pessoas e empresas desse local. É consensual que o desenvolvimento local⁶ se apresentará acompanhado de uma redução do grau de dependência do meio face aos governos e diversos agentes económicos do exterior⁷ (Polèse, 1998).

Uma região⁸, enquanto quadro de análise económica, caracteriza-se pela sua abertura ao exterior. Porque é ao elemento local que lhe são atribuídas as capacidades motrizes (Polèse, 1998). É aí que se devem incrementar os dinamismos e interconexões que suscitem essa capacidade motora, porque “...o desenvolvimento e desenvolvimento regional são apenas uma e a mesma coisa; todo o desenvolvimento tem de ser desenvolvimento regional” (Lopes, 2001: 9). Nas últimas décadas, a acção das políticas regionais comunitárias tendentes a impulsionar as regiões mais desfavorecidas em prol de um nivelamento estrutural regional não tem sido bem conseguida. A noção de desenvolvimento económico local surge assim como

“...um processo de crescimento e mudança estrutural produzido em consequência de uma transferência dos recursos das actividades tradicionais para as modernas, da utilização de economia externas e a introdução e produção de inovações, foco gerador de um aumento de bem-estar da população de uma cidade, comarca ou de uma região “ (Vásquez, 1999: 52)

⁵ Para Montricher (1995: 6) a dimensão do desenvolvimento local “*implique de la part de l'État une action d'incitation, fondée sur la conviction que le développement local repose sur une démarche fédérative de mobilisation des acteurs d'une zone géographique autour d'une projet d'ensemble, économique, social et culturel, visant à créer une dynamique durable sur un territoire*”.

⁶ Conceito com algum grau de autonomia, liberto dos constrangimentos e injustiças do sistema. Registe-se que o desenvolvimento local integra, como característica nuclear, o olhar da pessoa e família como sujeitos activos, assumindo o garante de condições socioeconómicas dignificantes. Objectiva “alcançar um quadro relacional equilibrado, promovendo a atenuação de desigualdades sociais mais gritantes, designadamente as miséria e exclusão social” (Catarino, 1997: 181)

⁷ Porque os recursos endógenos (designadamente os humanos) são imprescindíveis para incutir uma dinamização desejável, com a atracção e conquista do mundo empresarial e quadros externos que sejam factores complementares colmatando as insuficiências imediatas da região. Uma dessas realidades pode estar na concentração de apoios e atenções das ADL's que vivem para promover o interesse geral dos seus territórios-comunidades, tendo incrementado algumas apostas na experimentação de novas práticas e métodos (Albino, 1997).

⁸ Lopes (1998) indagado sobre que critérios utilizar para definir as regiões, respondeu que as pessoas utilizam normalmente o termo para falar da localização das pessoas. No entanto, se lhe conferimos flexibilidade então esse conceito dará para tudo – um município é uma região, tal como é um agrupamento de municípios. Também Portugal é uma região da Europa e esta, por sua vez, do mundo. Uma região terá uma configuração e dimensão que entendermos como mais adequada, de acordo com os objectivos e exercício que se queira fazer. Uma região difere do espaço porque esta implica a presença de uma característica fundamental: uma continuidade entre as unidades que a compõe.

Canzanelli (2001: 7) acrescenta a esta noção a dimensão de “um processo apropriado para a criação de condições adequadas de emprego sustentável, criação e crescimento de PME’s, promoção do desenvolvimento humano e decente emprego”. Quando a comunidade (local) é capaz de utilizar o seu potencial do desenvolvimento e liderar o processo de alterações estruturais, esse processo denominar-se-á então de desenvolvimento endógeno⁹ (Vásquez, 1999); Ou seja, um processo de crescimento económico e de alterações estruturais, liderado localmente, com utilização do potencial de desenvolvimento, conducente a uma melhoria dos níveis de vida da população local.

Sobre a tónica do desenvolvimento regional endógeno¹⁰ Benko e Lipietz (1994), remetem-na para uma série de trabalhos¹¹, a princípio dispersos, mas que viriam a convergir, no fim dos anos oitenta, numa nova doutrina, segundo a qual, o êxito e o crescimento das regiões industriais dever-se-iam, essencialmente, à sua dinâmica interna¹². As investigações de Arnaldo Bagnasco, Carlo Trigilia e Sebastiano Brusco sobre a terceira Itália¹³ ilustram esta situação. Neste contexto, o desenvolvimento endógeno apresenta-se como uma forma mais evoluída de desenvolvimento local, embora nesta dissertação, se assumam estes dois conceitos como semelhantes.

⁹ Sobre este modelo de desenvolvimento Guell (1997) tece um conjunto de reflexões. Considerações estas que, face a um conjunto de transformações (motivadas pelas alterações tecnológicas, globalização de economia, mobilidade de capitais e segmentação dos mercados, provocaram crises no modelo tradicional de crescimento, sustentado nas economias de escala e de aglomeração foram factores que favoreceram a concentração produtiva...), e induzidas por estas a política de desenvolvimento territorial transitou-se de um patamar de estratégia de desenvolvimento polarizado, típica dos anos sessenta, para uma estratégia de desenvolvimento difuso (nas décadas posteriores). Perante este quadro de desenvolvimento difuso concebido a partir de uma concentração de grandes empresas industriais nas aglomerações urbanas, existe uma tendência actual para dinamizar o desenvolvimento mediante uma valorização das pequenas unidades produtivas, na utilização de actuações horizontais que afectem diferentes sectores e na dispersão dos centros de decisão. Neste novo contexto económico esta política (de desenvolvimento territorial) continua na senda da mobilização do potencial endógeno, remetendo um forte protagonismo na gestão do processo e dos agentes locais. Refere, citando Godard, *et al.*, (1987), que face a uma diversidade dos contextos locais são passíveis de identificar três condições que devem estar presentes num modelo de desenvolvimento endógeno: existência de um tecido humano suficientemente dinâmico que permita desencadear diversas iniciativas de desenvolvimento; a afirmação de um tipo de vida e uma identidade social (vertente sociocultural local); e a presença de centros sociais onde se materializem, por um lado, a harmonização e coesão entre as diversas iniciativas e gestão locais e, por outro, uma articulação de nível local com os outros níveis económicos e administrativos.

¹⁰ Stohr e W. Taylor, (1981), começaram a falar também do desenvolvimento endógeno.

¹¹ Que rompem (radicalmente) com a estrutura global, mas igualmente com a teoria pré-determinista das etapas do desenvolvimento de Rostow (1960).

¹² Mecanismo de endogenização.

¹³ Entre a industrialização clássica do triângulo Milão-Turin-Génova e o subdesenvolvimento desesprazadamente persistente do Mezzogiorno, emergiam cidades e vales que, baseando-se exclusivamente nas suas energias, se integravam vitoriosamente no mercado de trabalho mundial, através de uma indústria específica. Existe uma convergência da literatura sobre o desenvolvimento regional da economia dos territórios que construiu um referencial teórico a partir das experiências inovadoras das regiões da Itália do Centro (Emília, Romagna, Marche, *etc.*), que ficou referenciado como a problemática dos Distritos Industriais. O aprofundamento do estudo desta problemática italiana introduziu uma clarificação sobre a “relevância das sinergias inter-institucionais nele observadas que colocam a empresa no centro das mesmas e do conhecimento interpessoal como factores de eficiência e inovação” (DGDR, 2000b: 15).

Considerando que esta destriça nem sempre é contemplada na vasta literatura actual, a liderança de um processo de estruturação do território assume-se como um assunto central e imprescindível para o desenvolvimento local. Face à ausência desta liderança, ou participação activa naquele processo, o local¹⁴ será um espaço aberto a estratégias de índole externas, fragilizando-se. Em sentido oposto, e na presença dessa acção liderante, o local continua a ser um espaço aberto mas, corporizará a versatilidade das interconexões com as regiões limítrofes, absorvendo processos tecnológicos inovadores e fornecendo os seus produtos finais. O processo terá de estar envolto num contexto de eficiente funcionamento das instituições e mecanismos de regulação do território (Vásquez, 1999). Nas regiões portuguesas questiona-se, por um lado, o funcionamento eficiente das instituições e, por outro, a capacidade de liderança das alterações nos processos estruturais, por parte dessas regiões. Será esta debilidade, também, um factor explicativo da ausência de desenvolvimento endógeno das regiões, acentuado pelas visíveis assimetrias regionais¹⁵?

Recorre-se à síntese elaborada por Aydalot (1985) para se enunciar um conjunto de características que despontam do desenvolvimento endógeno:

- ✓ Desenvolvimento territorial – a empresa endereça o lugar ao território, como agente de desenvolvimento, na medida em que passam a ser incorporados os valores e características daquela comunidade, com o território a ser visto na sua especificidade, onde podem ter lugar as interacções e efeitos de sinergia, até aí não considerados;

¹⁴Segundo Catarino (1997) investe-se agora na dimensão local, nas suas potencialidades e congregação de esforços que caracteriza esse meio. Espera-se que esta dimensão (local) venha a compensar as insuficiências e agressões de outros espaços mais alargados. Nós também esperamos. No entanto, continua-se a verificar a superiorização da dimensão do espaço alargado relativamente ao local.

¹⁵Não obstante uma evolução registada entre 1970 e 1997, as regiões portuguesas continuam a registar visíveis diferenças, em face de uma elevada concentração do sector industrial, na faixa litoral do país compreendida ente Viana do Castelo e Setúbal, bem como nas áreas metropolitanas. A população apresenta uma regressão natural em quase todas as unidades territoriais do país, sendo que esta redução se encontra adicionada pelo abandono das pequenas aglomerações rurais. Necessariamente que este desequilíbrio têm custos associados elevados que se têm de adicionar em termos de dotação dos equipamentos em grande parte do território nacional. Exigem-se, também, fruto do envelhecimento demográfico e despovoamento, a adaptação dos equipamentos actualmente existentes nalgumas zonas do país (Ministério do Planeamento, 1999: II-35). Se avançarmos nesta asserção e a enquadrarmos numa tónica de disparidades económicas o recurso ao indicador PIB-pc torna-se inevitável. No período, de 1995-99, o PIB-pm-pc da região do Algarve foi de : 7.700 €, 8.100 €, 8.700 €, 9.900 € e 10.500 €, respectivamente. Comparativamente a região de Lisboa e Vale de Tejo apresenta a seguinte evolução: 10.800 €, 11.600 €, 12.600 €, 13.800 € e 14.700 €, respectivamente. (INE, 2001b).

- ✓ Referências às necessidades básicas – a temática do desenvolvimento deixa de ser definida em termos quantitativos e passa a ser definida em função daquilo que é considerado como as necessidades das populações: alimentação, habitação, educação, emprego. Trata-se de assumir a padronização de um nível de qualidade de vida que deve ser referenciado como um modelo a seguir e, conseqüentemente, nele incorporado. Conceptualmente traduz uma ruptura com a teoria de base, o que deve definir o crescimento não será a procura externa mas sim as necessidades internas;
- ✓ Desenvolvimento comunitário – aqui o desenvolvimento reflecte a acção participativa da população desse território, implicando uma estrutura político-democrática que contenha mecanismo de escolha e decisão;
- ✓ Valorização dos recursos locais – sejam eles recursos naturais ou associados às tradições industriais;
- ✓ Desenvolvimento integrado – em sintonia com a valorização dos recursos locais, há lugar à inclusão dos aspectos de ordem social, cultural, técnica e económica na lógica do desenvolvimento, na medida em que se devolve, ao local, o controlo da vida económica;
- ✓ Pequena escala e as inovações de carácter local – regresso às PME's mais integradas no território que permita simultaneamente uma maior capacidade de adaptação às crises e um voltar do controlo da economia à comunidade. Superior à grande empresa é o meio que promove a inovação (informalidade, pequena escala, flexibilidade que permite as sinergias);
- ✓ Autarcia selectiva – não pretende um isolamento de cariz auto-suficiente, mas antes a capacidade local de alargar a cadeia de valor¹⁶ do processo produtivo. O território

¹⁶Que, genericamente "representa o conjunto de actividades realizadas por uma empresa que lhe permitem competir numa determinada indústria. Nesta, as actividades podem ser agrupadas em duas categorias distintas : as actividades primárias - onde se incluem logisticas de entrada, manuseamento de materiais e operações de transformação e de *output* (distribuição, marketing, vendas e serviço pós-venda) ; as actividades de suporte agrupam a gestão dos recursos humanos, infra-estruturas da empresa e o desenvolvimento tecnológico. Considerando que cada uma das actividades primárias envolve também as suas próprias actividades de suporte. Se se considerar cada uma das actividades da empresa, em termos da sua posição ocupada na cadeia de valor, será possível individualizar uma origem potencial de vantagens competitivas" (Argenti, 1998: 37). Porter (1986a e 1986b) utiliza a cadeia de valor, subdividindo-a nas actividades, referidas anteriormente, para conferir uma "análise do modo como a empresa realiza todas as operações e como estas interactuam" aferindo quais as

será menos exposto à divisão internacional do trabalho e à exportação dos recursos naturais, que colocam nos países importadores a dinâmica da vida económica local. Alargar a cadeia de valor visa, não a autarcia completa, mas a criação duma capacidade exportadora apoiada no aumento das capacidades internas, pela criação de tecnologia saber/conhecimentos locais.

Nesta lógica há uma acentuação do território, ele próprio, como um agente de desenvolvimento, onde o cerne desse desenvolvimento se focaliza em redor das necessidades das pessoas, com uma participação activa por parte das populações, valorizando os seus recursos naturais, integrando os aspectos socioeconómicos, visando a auto-suficiência da região, com o fortalecimento das PME's mais integradas naquela região.

1.2 Os Sistemas Locais de Produção – Um caminho rumo ao desenvolvimento endógeno

Uma das formas produtivas que abre caminho ao desenvolvimento endógeno é actualmente denominada de Sistema Locais de Produção^{17,18}. Esta temática tem merecido a atenção de um número crescente de autores na sua identificação e análise. Mesmo perante a utilização de conceitos e nomenclaturas distintas¹⁹ apresentam como denomina-

principais "fontes de vantagem competitiva", porque esta surge "do valor que a empresa é capaz de criar para os seus clientes". A mudança tecnológica será o factor mais evidente nas alterações das regras da competição, pontificando como "instrumento básico de análise da tecnologia na vantagem competitiva" (Barata, 1994: 19-20). A análise de Porter (DGDR, 2000b: 15) veio introduzir na nossa política industrial ideias novas relativamente à competitividade dos grandes pólos de especialização industrial portuguesa, depreciativamente designados por sectores tradicionais. A sua análise permitiu concluir que, concentrações sectoriais daquelas actividades industriais tradicionais nacionais, assumem um formato de *clusters* sectoriais e espaciais. Essas aglomerações preconizam um vector estratégico para o fomento da cultura empresarial.

¹⁷ A sua tipologia assenta em quatro tipos (ou quadrantes) de sistemas territoriais de produção que contemplam uma lógica de funcionalidade e territorialidade. As empresas que funcionam numa lógica funcional são as que se situam nos quadrantes A e B. Têm uma vortente organizacional vertical. A capacidade de desenvolvimento vêm do exterior do sistema. Os sistemas territoriais de produção que se situam nos quadrantes C e D funcionam segundo uma lógica territorial. Estabelecem relações do tipo horizontal. O *Milieu*, na formulação de Maillat (1992: 3), citado por Polèse (1998) é aí definido como um "activo intangível para empresa uma vez que os territórios fornecem à empresa apoio logístico determinante para o seu desenvolvimento havendo todo o interesse de participação e interacção da empresa para com esse meio". O *milieu* constitui assim o principal organizador do sistema.

¹⁸ Benko e Lipietz, (1994) acentuam, igualmente, a predominância de pequenas empresas pertencentes ao mesmo sector, muitas das quais produzem a mesma mercadoria. A área é essencialmente de tipo monocultural, com forte concorrência horizontal. No entanto, as relações entre as empresas são já suficientemente extensas, embora, na prática, se limitem a inter-relações de tipo intra-sectorial (englobando sempre maior quantidade de subcontratação de especialidade), na medida em que não existe uma integração produtiva substancial entre os diferentes sectores industriais. O modelo de desenvolvimento desta área é ainda de tipo extensivo. Todavia, o sistema produtivo no seu conjunto é suficientemente estruturado. Caracteriza-se por uma certa sedimentação histórica da cultura técnico-profissional, o que lhe permite controlar as transformações técnicas por meio de ajustamentos técnicos marginais. Este tipo de área tem um notável impacto na economia e nas sociedades locais, dando frequentemente origem a uma forte identidade sociocultural entre as instâncias produtivas e os órgãos político-decisionais. Por outras palavras, assiste-se ao aparecimento de exigências prementes de políticas de intervenção por parte das forças sociais dirigidas às autoridades locais. Há fortes possibilidades (uma exigência, pelo menos a nível inconsciente) de adopção de uma política económica local: as forças sociais e as forças políticas tomam consciência da existência de uma especialidade do sistema produtivo local e da necessidade, seja por que via for, de a proteger e consolidar (é a emergência de um localismo económico).

¹⁹ Podem aqui ser referidos, a título de exemplo, os conceitos de Sistema industrial localizado (Raveyre e Saglui, 1984), ecossistema localizado (Planque, 1982) e distritos industriais (Marshall, 1961).

dor comum a noção de SLP serem "...espaços de relações sistémicas em que as ligações entre os diversos elementos que o integram são muito mais frequentes do que as relações com o exterior" (Leandro, *et al.*, 1996: 1). Estes espaços apresentam-se territorialmente circunscritos sendo condicionados por, segundo alguns autores designaram, uma infra-estrutura relacional (Freeman, 1995). Dessa forma, o estudo dos SLP deve focalizar-se nas relações sistémicas, que o caracterizam, analisando a forma como essas relações se associam num contexto territorial (Leandro, *et al.*, 1996).

O trabalho de Maillat e Grosjean (1999: 7) revela-nos quatro tipos (quadrantes) de sistemas locais de produção. O quadrante A, caracteriza-se por uma abstenção ou ausência de integração e de territorialização. As empresas actuam de forma independente, não existindo relações inter-empresas. Encontram-se tipos de organizações não favorecidas pelo desenvolvimento endógeno porquanto não se engendram processos de aprendizagem colectiva na região nem desenvolve recursos específicos no território. No quadrante B, assinala-se a presença de integração, ausência de territorialização, onde as grandes empresas na região concentram as diferentes funções da cadeia de valor²⁰, essenciais às suas actividades, sem abdicarem das importantes relações com os outros actores presentes na região. Todas as funções são internalizadas não existindo complementaridade com os restantes actores. No quadrante C, regista-se uma integração com territorialização, onde um sistema territorial de produção ou uma empresa dominante que associa a sua cadeia de valor a jusante, mais do que as relações com os outros actores da região. Na externalização de algumas actividades as empresas suscitam as interdependências que se manifestam no território. Aqui as empresas e os seus parceiros cooperam e geram complementaridades. No quadrante D situa-se uma ausência de integração com territorialização, onde os sistemas territoriais de produção são

²⁰Vide nota de rodapé n.º 16.

compostos por pequenas empresas independentes e especializadas, em fileira ou parte de uma fileira de produção. A regra são as interacções entre os diversos membros. Não existe um actor dominante que integre as diferentes fases da cadeia de valor. É um sistema que retira forças das complementaridades existentes entre as empresas.

Apontam-se como condições de sucesso para um SLP, entre outras: forte especialização produtiva²¹; uma rede de interdependências abertas às inovações externas para lhe inculzir dinâmica. No caso concreto da região do Algarve, como uma região periférica²², esta deve contemplar os contributos de redes externas para, dessa forma, se produzirem e dinamizarem fluxos, confluindo para um processo contínuo de aprendizagem e um impulso para a especialização, onde a tendência para a especialização do trabalho se encontra bem patenteada, com a participação de várias empresas, inculindo um desejável aumento das relações e fluxos entre essas empresas.

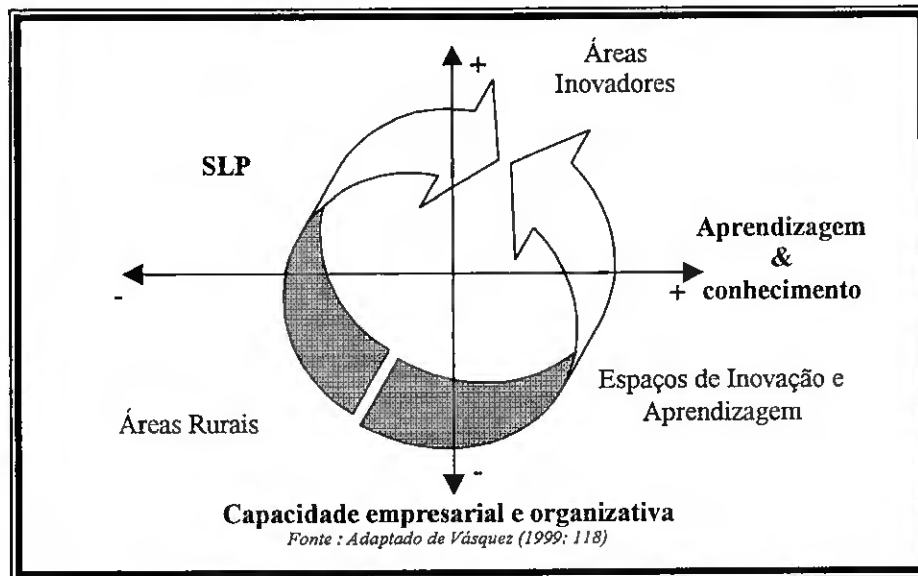
Na mesma linha Vásquez (1999), partindo da proposta de Maillat, organiza, também, os SLP, substanciados em quatro quadrantes que se esquematizam na figura I.1.2.1. Nesta vertente de análise, o quadrante das áreas rurais engloba os territórios que apresentam debilidades nas duas vertentes de análise: capacidade empresarial e potencial de resposta ao nível da inovação. O quadrante dos SLP apresenta processos de reestruturação produtiva, contempla os territórios onde pontificam sistemas de empresas bem organizados, necessitando de introduzir inovações para que as empresas melhorem a sua competitividade; ou seja, existe uma necessidade de incorporar de conhecimento rápido na empresa para a conduzir ao dinamismo empresarial. Nos espaços de inovação e aprendizagem agrupam-se os territórios que apresentam uma débil capacidade empre-

²¹ Polèse (1998), fornece-nos um exemplo relativamente a uma região de relógios da Suíça onde o choque provocado pela chegada dos relógios digitais japoneses ao mercado mundial, ameaçavam, nessa altura, destruir a indústria relojoeira do país. Este facto suscitou, naquela região, uma dinâmica colectiva de cooperação e de inovação que permitiu à indústria local sobreviver e transformar-se. Bem ao invés, no continente americano, o desempenho pouco glorioso da região de Detroit perante a concorrência japonesa no domínio do automóvel vem demonstrar como essa dinâmica colectiva de inovação não é automática.

²² Esta é, simultaneamente a posição de Portugal, relativamente aos restantes países da UE. O Algarve evidencia os sintomas característicos destas regiões: densidade populacional relativamente baixa; taxa de industrialização inferior à média comunitária das regiões UE, carên-

serial e organizacional no SLP. Têm visto reforçada a sua posição, sobretudo face a acções de política tecnológica, corporizada por projectos que propõem e incrementam a difusão de inovações. No quadrante das áreas inovadoras surgem os territórios que apresentam potencial na sua capacidade empresarial e organizacional, bem como, na potencialidade de conferir resposta inovadora aos fortes desafios da competitividade.

Figura I.1.2.1 Tipologia dos SLP



Este esquemático descreve uma tipologia territorial que permite delinear uma estratégia para o desenvolvimento local. O objectivo situa-se na capacidade de converter territórios, situados ao nível da área inovadora, onde as empresas e actores locais apresentam capacidade empreendedora e organizacional, no cenário de competitividade da região. Ter-se-á de desencadear acções conducentes a potenciar as forças e a neutralizar as fraquezas daquele território. Incutindo uma divisão, onde alguns territórios captariam factores de inovação²³ pelo processo de difusão da tecnologia e, conseqüentemente, pela interconexão dos actores locais; outros territórios assumiriam uma postura orien-

cias infra-estruturais sociais e produtivas ; baixa produtividade do trabalho e um nível de rendimento inferior à média das regiões da UE (Fernandes, 1989).

²³Nicolas e Noronha (2000) questionam que tipo de sistemas regionais de inovação. Classificam as regiões em duas categorias, uma onde se situa um sistema de I&D poderoso, normalmente associados a uma economia bem desenvolvida; outra, onde pontifica a fraca I&D do sector privado que se encontra relacionado com atraso do processo de desenvolvimento; No apuramento do relacionamento que deveria existir entre as variáveis desemprego tecnológico e as de crescimento, foi feita uma análise de clusters, considerando cinco variáveis, concluindo-se sobre a constituição de quatro grupos de regiões. Desses grupos um deles agrupa treze regiões – onde se incluem o Centro, Alentejo e Algarve – acentuadamente agrícolas, com baixa taxa de crescimento e de actividade tecnológica limitada; Sendo perfeitamente discutível a escolha das variáveis na constituição destes clusters o posicionamento da região Algarve não fugirá muito daquele grupo de regiões. O trabalho de Barata (2000) aponta no mesmo sentido.

tada para o empreendimento e capacidade organizacional. A cooperação e parceria, entre as empresas locais, estimula um clima empreendedor do sistema produtivo local conducente a uma estratégia de desenvolvimento local. Necessariamente que a competitividade dos SLP passa pela organização empresarial, em redes de empresas especializadas, possibilitando a obtenção de economia de escala, externas²⁴ a essas empresas, mas classificadas como internas a esses SLP, por forma possibilitar uma redução nos custos de transacção²⁵.

Aliar a tradição produtiva de cada território à capacidade empresarial e organizacional das empresas, sediadas nesse território, origina uma competitividade entre as empresas locais, conferindo robustez (interna e externa) aos SLP. Reforça-se que os SLP têm revelado uma especial apetência para a introdução de inovações e tecnologias que potenciem a produtividade e competitividade das empresas (Vásquez, 1999). O desenho do modelo do produtivo, bem como, a existência de uma rede de empresas industriais dão origem a uma multiplicidade de mercados internos e áreas de confluência empresarial que permitem um intercâmbio de produtos, serviços e conhecimento (Campi, 1988 e Becattini, 1997). Neste enquadramento, à escala nacional, redutível para a escala local, se reforça a capital importância, no tecido empresarial português, das PME's na substanciação dos SLP. A componente institucional tem incrementado uma série de programas e medidas legislativas de dinamização e fixação das PME's que os agentes locais não têm ainda sabido utilizar.

Não obstante, estes SLP apresentam algumas limitações. Pecqueur (2000: 100-102) situa-as, genericamente: numa tensão permanente para a inovação colocando em causa

²⁴ São economias "resultantes de fenómenos externos à empresa, em relação aos quais a empresa não assume todos os custos, mas que apesar disso lhe trazem vantagens" (Polèse, 1998: 82).

²⁵ Até porque "a centralidade dos processo de acumulação de capital dos SLP encontra-se na formação das economias escala externas e a redução dos custos de transporte que se encontram condicionados pela forma organizacional do sistema produtivo" (Vásquez, 1999: 35).

rotinas de trabalho²⁶; na evolução tecnológica actual a balançar para o crescimento de técnicas com origens diversas²⁷; no afastamento das novas práticas tecnológicas das práticas artesanais locais, exigindo dispendiosas transferências monetárias externas; na difusão industrial que, reforçando estratégias individuais, provoca várias formas de entropia e que os diversos ramos, com finalidade produtiva, não conseguem regularizar; Os sistemas de incubação (mais recentes) já conseguiram dar um pulo tecnológico não padecendo dos mesmo males. A existência de um conjunto de empresas inovadoras, no meio urbano, não implica, necessariamente, um conjunto de redes características de um SLP, podendo até gerar um efeito contrário²⁸. Estas debilidades encontram-se associadas a alguma espontaneidade com a qual surgem e se formam os sistemas.

Apesar destas limitações, os argumentos a favor dos SLP superam-nas. Corroboramos com os seus pressupostos, confluentes para um modelo de afirmação das regiões²⁹, alicerçadas em estratégias de desenvolvimento que as tornem atractivas para a fixação de recursos financeiros e humanos. Uma distribuição de infra-estruturas e equipamentos, baseada em critérios de equidade e eficácia, balizada por critérios de sustentabilidade e endogenização, revelará pertinência. Porque a

“lógica do desenvolvimento pressupõe justiça, harmonia, equilíbrio, não será desenvolvida uma sociedade em que as suas formas de vivência são sustentadas por exploração de recursos de outras, como o não pode ser aquela cujos padrão de vida foram criados e mantidos à custa do consumo de recursos não renováveis ou do consumo de recursos renováveis a ritmo superior ao da sua capacidade de renovação” (Lopes, 2001: 19).

²⁶ A maior parte dos empresários tira a sua vitalidade na capacidade de adaptações ao mercado face a sucessivas inovações. Necessariamente, à medida que ocorrem ajustamentos a inovação torna-se mais complexa. Alguns exemplos podem ser contemplados nalguns meios italianos de industrialização difusa conheceram (recentemente) algumas dificuldades no processo de divulgação da sua base inovadora.

²⁷ Meios informáticos, micro-electrónica, entre outras.

²⁸ Num recente inquérito, sobre as ligações entre as PME's e o seu meio ambiente local (em Liege - Bélgica), os resultados revelaram que a produção de novos produtos implicava a desenraização das PME's. Primeiramente, o mercado local continua a apresentar-se como um verdadeira trampolim para o acesso aos mercados nacionais e transnacionais. Para, numa fase posterior, se o meio ambiente não se revelar favorável, as PME's autonomizam-se relativamente ao seu meio local. Os empresários, neste inquérito, evidenciaram carências relacionadas com a forma inadequada das acções de formação propostas localmente e a debilidade dos processos de financiamento (Pecqueur, 2000).

²⁹ Pecqueur (2000: 87) citando Silva (1988) apresenta-nos um SLP de industrialização difusa: a região do Vale do Ayrre. Região esta que representava perto de 44% do emprego manufacturado com forte incidência. Para uma população de (então) 347.000 habitantes destes 93.500 são empregados industriais (representam 27% da população total e 62% da população activa). Com três quartos desta população empregada concentrada na indústria têxtil. É um exemplo, que representa uma realidade do tecido empresarial português, no sector da área têxtil susceptível de muitas interrogações.

Perante este quadro de análise e numa lógica da região do Algarve desconhece-se a identidade dos SLP. Talvez a focalização centralizada no sector do turismo justifique tal lacuna ou uma outra forma de abordagem para proposta de desenvolvimento regional poderá assentar na metodologia LEI³⁰, apresentada por Syrett (1995). Aí se dimensionam oportunidades de mercado a explorar mediante formas de especialização, sendo possível reduzir a sazonalidade apenas ao sector do turismo. Também é consensual que não poderão existir práticas de desenvolvimento local (ou regionais) sem se observar uma participação activa da iniciativa privada, substanciada pela realização de investimentos, criação de postos de trabalho e, ulterior, distribuição de riqueza. Além da participação e intervenção do sector público e envolvimento do sector empresarial, também a vertente das associações empresariais assume um papel relevante no desenvolvimento das regiões.

Neste conjunto de pressupostos porque não a implementação de um SLP circundante e sectorialmente associado ao sector do turismo e lazer? Uma estratégia assente na diversificação da oferta poderá sustentar o fortalecimento das relações económicas interna e externas à região, interagindo e interactuando. Porque será que a “actividade do turismo de mar e serra, como se pratica em Portugal, tem sido o principal impulso do exterior” (Guerreiro, 1998: 97), contribuindo para um desbloqueamento da tónica centralizadora do poder?

1.3 Crescimento regional e desenvolvimento local – Lógicas distintas

Porque o propósito da economia regional se situa na análise, explicação e antevisão dos aspectos materiais e operacionais de uma região ou sistema de regiões, a sua dimensão

³⁰Os LEI, são um dos vários termos similares utilizados (iniciativas de emprego local, iniciativas de desenvolvimento local, estratégias económicas locais, etc.), por Syrett (1995: 3-5), que ensaiam um desenho conjunto dos diversos grupos de actividades iniciadas ao nível local. Actividades que mobilizam e interligam o desenvolvimento dos recursos locais disponíveis, geralmente dinamizados a partir de uma necessidade de resolução de problemas económico-sociais locais. Contemplam acções de cariz económico e uma classe social heterogénea, alternando nas suas formas organizacionais incluindo PME's, cooperativas, empreitadas empresarias comunitárias e agências de suporte e redes de apoio. Esta dimensão local do LEI é também evidenciada por Stohr (1990: 33) como “uma iniciativa de cariz local, com principal utilização dos recursos locais sob um controlo local para um beneficio predominantemente local”.

agrega ambas as actividades económicas numa escala micro (posição individual das decisões) e numa escala macro-média (o problema da classificação regional) (Paelinck e Nijkamp, 1975). Uma das suas características situa-se na necessidade de requerer muita informação a um nível desagregado. Esta desagregação circunscreve-se à vertente espaço³¹ e nas várias actividades económicas. Nesse espaço económico os ideais do crescimento regional têm merecido atenção especial, por parte dos seus mentores, nem sempre consensuais quanto às técnicas a utilizar. São várias as vertentes, nas quais pontificam, p.ex., as teses insertas na teoria clássica da localização, também designada de teoria de localização weberiana (Weber³², 1929); a teoria dos pólos do crescimento³³ de Perroux³⁴ (1950 e 1955); os modelos de desequilíbrio, sustentados nas ideias de Myrdal³⁵ (1957 e 1995); a visão de crescimento regional conferida por Richardson³⁶

³¹ Divisão administrativa circunscrita às regiões, distritos, concelhos, freguesias.

³² Esta teoria assenta nas seguintes hipóteses básicas: localizações conhecidas de pontos de consumo e materiais; custos de transporte por ton-milha uniformes; coeficientes técnicos de produção fixos; minimização dos custos de transporte. Para análise detalhada desta metodologia vide Paelinck and Nijkamp (1975: 33-39).

³³ Relativamente a este conceito, os economistas têm sido bastante imprecisos nesta definição (p. ex., não são claras as dimensões da área a que o conceito se refere). No entanto, embora as origens do conceito possam ser referenciadas nas tendências de aglomeração analisadas pelo primeiros teóricos da localização, seu desenvolvimento moderno está ligado aos conceitos, elaborados por François Perroux, de *pôle de développement* e *pôle de croissance*. Boudeville (1969) define um pólo de crescimento regional como “um conjunto de indústrias em expansão localizado numa área urbana e induzindo um desenvolvimento ulterior da actividade económica através da sua zona de influência” (Richardson, 1981: 398-409). Em termos de desenvolvimento regional os investimentos devem ser concentrados em pólos escolhidos e interligados, sob uma forma adequada para, dessa forma, favorecerem a propagação dos efeitos de dispersão no espaço. Sendo previsível que estes efeitos de dispersão serão mais favoráveis às regiões mais pobres, que dependem das outras regiões mais ricas e do investimento nelas realizado, decorrente de um processo de complementaridades. No entanto se o nível de complementaridade não for expressivo, os efeitos de polarização da região mais desenvolvida serão superiores aos efeitos gerados pela dispersão resultando num processo de crescimento divergente. O complexo de Sines, iniciado em 1971, teve como objectivo constituir-se num pólo de desenvolvimento. Mas os investimentos ali realizados não produziram os efeitos de dispersão pretendidos porque: os investimentos foram concebidos em numa lógica externa à região e uma falta de articulação entre as empresas ali instaladas e a realidade económico Alentejana (Rego, 1996).

³⁴ Teoria assegura que o investimento nas indústrias propulsoras (o pólo), em centros colocados estrategicamente induz crescimento nas empresas, em indústrias relacionadas tecnologicamente, mediante ligações (redes), a montante e jusante, com as indústrias propulsoras. Onde o centro é definido como um foco de inovação. Regista-se que alegação original, emanada por Perroux's, sobre esta teoria, refere que o crescimento induzido ocorrido numa região económica não deverá ser espacialmente contíguo para onde as indústrias propulsoras se situem. Mais tarde, com a revisão desta teoria, o crescimento induzido têm outra dimensão: a partir do interior de uma região geográfica e emanado de um centro de crescimento.

³⁵ Karl Gunnar Myrdal (1898 – 1987) de naturalidade sueca, foi aluno de Wicksell, Cassel e Heckscher na Universidade de Estocolmo e aí se doutorou em 1927. Depois de um período de estudo e investigação nos EUA, voltou à Suécia e após um ano de ensino na Universidade de Geneve (1931-32) enveredou por uma carreira política. Em 1932 foi consultor económico do novo governo social-democrata sueco. Em 1933 entrou como professor na Universidade de Estocolmo. Foi parlamentar do seu país no período de 1943-36, voltando a sair do país em 1938, respondendo ao convite da *Carnegie Foundation* para fazer um estudo sobre a comunidade negra americana. De 1939-1942 foi embaixador sueco na Índia. Regressou ao parlamento como deputado 1942-1946. Ocupou a pasta do Comércio no governo de 1945-1947 sendo presidente da Comissão sueca de planeamento de 1945-1948. A partir de 1947-1957 foi secretário executivo da Comissão das Nações Unidas para a Europa, em Genebra. De 1957-1966 estudou a economia indiana. Em 1965 reformou-se da Universidade de Estocolmo. A sua esposa, Alva Myrdal, socióloga e uma colaboradora muito próxima, recebeu o prémio nobel da paz em 1982. (Neves, 1998: 56). Tese que desenvolveu a força do processo como a primeira causa da acumulação para continuação dos investimentos no crescimento da região e as divergências médio prazo do rendimento regional. Assume os livres fluxos dos factores capital, trabalho, *Know-How* e outros factores, entre as regiões.

³⁶ Abordagem que consiste na adaptação dos modelos nacionais a realidades regionais. Esta transposição apresenta limitações, ao nível do crescimento equilibrado, que se podem revelar inadequados ao nível regional, onde os impulsos advindos de regiões fronteira podem resultar em maior ou menores desequilíbrios, consoante em região considerada.

(1981), os distritos industriais³⁷ (Marshall, 1961), os SLP³⁸ e a especialização flexível³⁹, entre outras.

A aplicabilidade destas teses focaliza-se no denominado *regional world*. Espaço que nos apresenta uma faceta determinante da lógica económica, fornecendo-nos recentes interpretações, relativas aos aspectos usuais das aglomerações industriais regionais, em Itália, França e USA, bem como, debates actuais sobre a teoria urbana (Storper, 1997). Desta forma, numa evidente dimensão do crescimento regional, surgem as experiências associadas aos distritos industriais italianos⁴⁰, comumente designados de 3ª Itália (Russo, 2002). Estes originaram um processo espontâneo de reestruturação determinado pela procura de novas condições de flexibilidade produtiva e redução dos conflitos sociais (Garofoli, 1993). Na Alemanha, o traço mais característico assenta na pluralidade dos tipos de organização territorial⁴¹ (Colletis e Winterhalter, 1993), na França, o processo de difusão das PME's surge como resposta à crise económica. O processo clássico de expansão, denominado de industrialização dispersa⁴², sustentou-se numa desconcentração das actividades produtivas em múltiplas unidades independentes e de

³⁷ Para Markusen (1995) representam áreas espacialmente delimitadas, com uma nova orientação da actividade económica de exportação, especialização definida, seja esta sustentada por recursos naturais ou por certos tipos de indústrias ou serviços.

³⁸ Sobre os quais são tecidas amplas considerações, na Parte I, Cap. I, n.º 1.2 desta dissertação.

³⁹ Este vertente, segundo Illeris (1993), foi introduzida por uma proeminente escola de investigadores do MIT (em particular, Piore e Sabel, 1984) que enfatizaram, relativamente à produção industrial, a divisão do trabalho de Taylor entre trabalhadores e as organizações fordistas de produção em massa que tem dominado o mundo ocidental. Apesar disso alguns focos de produção em PME's têm permanecido. Apesar da evolução segmentada e turbulenta dos mercados esta metodologia de produção está a voltar. E a sua competitividade (das PME's) sustenta-se na sua capacidade de reagir, rápida e flexível, às alterações das condições e oportunidades e na sua especialização em produzir aquilo que realmente são bons em produzir. Isto significa que, as PME's apresentam maiores performances em trabalho flexível em redes do que na especialização nos distritos industriais onde são obtidas vantagens das economias de aglomeração.

⁴⁰ Este conceito tem sido utilizado para captar o sucesso de aglomerações de pequenas firmas (PME's) nalgumas áreas geográficas de Itália, despontando para a teoria económica regional, como um exemplo de vitalidade daqueles clusters (PME's) que são consideradas uma das bases do seu sucesso. Encontram-se-lhe associadas o rápido crescimento do sector industrial, sustentado pelas PME's seleccionáveis pela concentração de empresas em sectores particulares. Esse clusters, terminologia tornada popular por Porter (1998), conceptualmente designada por uma massa crítica existente em determinado espaço geográfico que associa as empresas e as instituições desse local, criando condições para que esse local adquira capacidades competitivas em determinadas áreas negociais. Esta terminologia encontrou, na área estatística, uma vertente designada de análise de clusters que confina um conjunto de procedimentos de estatística multivariada que objectivam a organização de coisas (objectos, indivíduos...) relativamente às quais é conhecida informação detalhada em grupos relativamente homogêneos (Reis, 1997), encontram-se posicionados para assumirem uma forte posição nos mercados mundiais de produtos tradicionais. A aparente vitalidade é admitida como uma das bases do seu sucesso em Itália.

⁴¹ Conjunto representado por artesões e pequenas manufacturas na Estado/região de Baden-Wurtemberg identifica-se como o mais característico de um *distrito marshalliano* (com os ramos têxtil, relojoeiro e automóvel), com a formação de redes caracterizadas pela procura de qualidade sob uma qualificação da MOD (Colletis e Winterhalter, 1993). Incorpora, dimensionalmente, uma oposição entre a concentração e dispersão originando um leque variado de possibilidades de desenvolvimento industrial.

⁴² Pecqueur (1993) admite como itens determinantes, para a plenitude da sua teoria: a estrutura e importância da economia local; as condições políticas; as infra-estruturas e o planeamento físico; recrutamento e qualidade da mão-de-obra disponível; condições culturais e modos de vida; factor preço local e a densidade populacional e as vantagens de aglomeração.

pequena dimensão (Pecqueur, 1993). São abordagens que têm tido evoluções e estagnações, que encontram denominadores comuns nalgumas regiões, noutras não. Em Portugal, despontam algumas lógicas de crescimento regional inconsequentes que continuam a remeter as regiões para um conjunto de disparidades, suportadas pelos fundos estruturais.

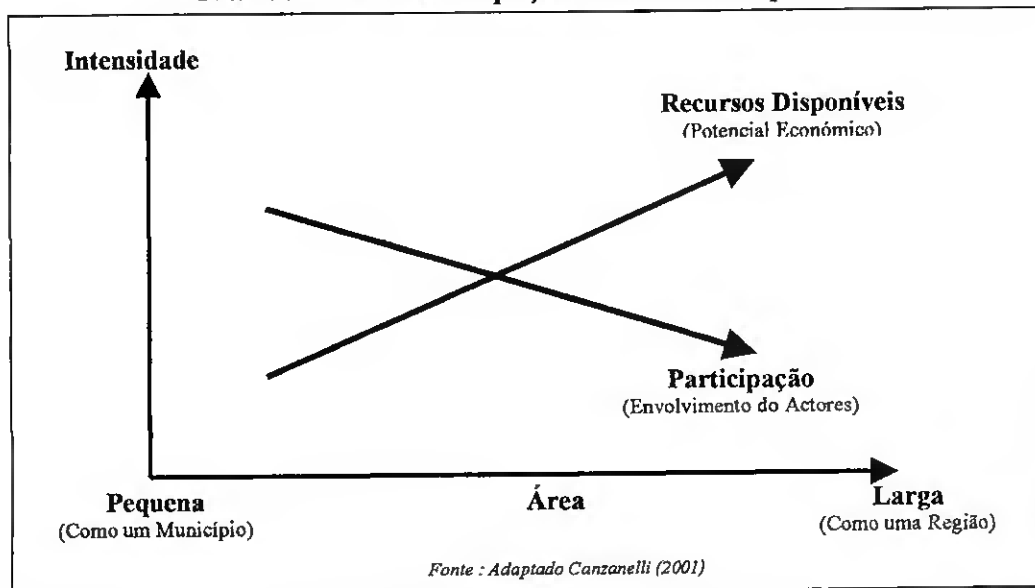
Face aos problemas estruturais de uma economia mundializada e às dificuldades cada vez maiores dos poderes centrais para os enfrentar surge, nos anos 80, a teoria do desenvolvimento local. Inicialmente focalizada no desenvolvimento económico do território, principalmente orientada para a execução de iniciativas de criação de emprego. Estas iniciativas foram ampliando o seu campo de acção, começando a actuar cada vez mais a partir de uma perspectiva integrada do desenvolvimento, não só baseada no económico mas também no social. Ou seja, tanto na identificação das potencialidades, como na ajuda conferida para regenerar as economias e as sociedades das regiões menos desenvolvidas, induzindo a uma elevada participação no processo de decisão e acção (OCDE, 1999), podendo resumir as principais dinâmicas do desenvolvimento local.

Nesta óptica, a necessidade de envolvimento de todos os actores locais, sociedade civil e tecido socioeconómico, são condição indispensável para a sustentabilidade regional ou dos locais. Esta participação, ao nível local será convenientemente, mais ampla e representativa do que em áreas geográficas de maior dimensão. Para que ela seja efectiva e durável terá de interagir com as alterações convergentes para o objectivo final (Canzanelli, 2001). Esta representatividade pode ser ilustrada, sob dois vértices opostos mas relacionadas com os recursos disponíveis: a participação e o potencial económico da região. Assim, quanto mais pequena for uma área geográfica mais elevada será a variável participação. Em contraposição, com a dimensão crescem os recursos disponí-

veis que se revelam mais elevados em áreas geográficas mais amplas (regiões). O gráfico I.1.4.1 tenta reflectir esta problemática.

Desta forma, o desenvolvimento local transforma-se num instrumento de concertação que coloca nas mãos dos seus beneficiários, os actores locais, a responsabilidade de elaborar e levar a cabo estratégias sustentáveis de desenvolvimento. Essas estratégias baseiam-se, principalmente, na mobilização do potencial endógeno do território com o fim último de melhorar a qualidade de vida dos seus habitantes. Naturalmente, tudo isto requer algumas condições fundamentais: possuir capacidade de gestão a nível local, ter acesso a conhecimentos e informação especializada e poder contar com assessoria e apoio técnico. Para muitos territórios, especialmente os geograficamente isolados e fora dos canais de comunicação, estas condições são muitas vezes difíceis de obter (Delnet, 2000), sem que, porém, não sejam impossíveis de alcançar.

Gráfico I.1.4.1 Participação e recursos disponíveis



Admite-se que as actuais práticas de desenvolvimento local têm tido pouca visibilidade, alguma descoordenação sectorial e territorial com ausência de interligação em redes. Tais formas de interligação constituem “a nova morfologia social das nossas sociedades, e a difusão da lógica de redes modifica de forma substancial a operação e os resultados dos processos produtivos e de experiência, poder e cultura” (Castells, 1999:

497). As redes reafirmam-se de capital importância no processo de desenvolvimento regional. Também o papel dos governos locais, numa provisão eficiente e efectiva, avaliada em termos de desenvolvimento económico, de serviços, problemas ambientais e problemas étnicos e de minorias (Kirchner e Christiansen, 1999) pode revelar-se interessante.

Correntemente continua a ser particularmente difícil de sintetizar uma explicação para o desenvolvimento regional (local). Não existindo teoria ou conjunto de teorias que adequadamente o expliquem, há, contudo, uma série de teorias que dão um contributo para o seu entendimento. O somatório dessas teorias poderá ser expressado pela seguinte função:

“Desenvolvimento Regional (local) = f (recursos naturais, trabalho, investimento de capital, empresas, transportes, comunicações, estrutura industrial, tecnologia, dimensão, mercados de exportação, situação económica internacional, capacidade governativa regional/local, despesas públicas governamentais e nacionais, apoio do desenvolvimento)“ (Blakely, 1994: 53).

Regista-se que todos os factores são determinantes e aglutinadores para se compreender e apurar um certo nível de desenvolvimento, mas salienta-se a dificuldade na sua uniformização para quantificação. Só assim será possível utilizar os indicadores em eventuais análises comparativas ou dinâmicas. Diríamos que a exactidão de qualquer explicação de desenvolvimento regional

“...depende duma análise pormenorizada da articulação entre os processos concretos de produção e de reprodução nas regiões intermédias [...]. Por isso, a aptidão desta solução de satisfazer as necessidades do desenvolvimento regional, bem como o sucesso futuro destas regiões intermédias, permanecem questões em aberto” (Hadjimichalis e Vaiou 1992: 147).

O crescimento regional e o desenvolvimento local apresentam-se como lógicas distintas, pela sua abrangência, espacialidade e territorialidade. Na essência, o local cabe, espacial e territorialmente, no regional. Desconhece-se a razão porque nalguns espaços (regionais e locais) são concebidas tónicas de crescimento regional e desenvolvimento

local e noutros não. No seio de um cenário contemporâneo, imiscuída na actual sociedade do conhecimento, assente num complexo sistema social, a integração do conceito da *learning function* nas políticas regionais surge como crucial (Uyarra, *et al.*, 2002). Serão as diferenças geográficas, socioeconómicas, culturais e tradicionais explicativas para a ausência de crescimento regional ou desenvolvimento local? A resposta a esta questão deve encontrar-se na razão pelas quais algumas regiões são bem sucedidas ou não e na identificação dos processos de crescimento e desenvolvimento.

1.4 O planeamento no desenvolvimento

Perante uma natural diversidade espacial das regiões, a importância do planeamento no desenvolvimento tem-se acentuado. Verifica-se frequentemente, o recurso à metodologia do planeamento⁴³ como interface para a promoção de políticas com finalidades de desenvolvimento. Adequando-se um planeamento global que se desagrega até ao planeamento urbano ou local. Hall (1989) refere o planeamento com as componentes geográficas, no qual os objectivos gerais vão abastecer uma estrutura espacial de actividades ou de usos do solo que, de alguma maneira, sejam melhores do que os de um modelo existente, sem planeamento.

Existe uma simbiose no processo de planeamento de tal forma que “a maioria dos planeadores concordam que o processo de planeamento é importante porque serve como veículo para os seus participantes pensarem acerca do futuro” (Blair, 1995: 310). No entanto, a aplicação de um processo de planeamento, com visão estratégica, ainda se encontra pouco dinamizado nas maior parte das nossas regiões “derivado da existência de uma componente política que convive com a componente técnica que, em última instância, é a responsável pelo resultado final” (Cruz e Ribeiro, 2000: 9). Embora en-

⁴³Segundo a visão de Hall (1989: 6), encontram-se-lhe adstritos três conceitos: 1. Acção/atitude voluntária – existe uma vontade de agir/intervir em determinada área/local; 2. Sequência lógica de acções/programas visando alcançar determinadas metas, o que pressupõe

contra substância documental, a sua aplicação no terreno tem sido deficiente. As regiões que os implementam estrategicamente, estão na charneira da vanguarda e lideram, sendo parte actuante do seu próprio desenvolvimento endógeno.

Neste enquadramento, Blakely (1989), citado por Blair (1995), sugere que a natureza do plano reflecta as circunstâncias económicas e os interesses da comunidade que desencadeiam o processo de planeamento. Para tal, identificou quatro tipos de planos, dependendo se o plano foi ou não concebido para alcançar vantagens e/ou oportunidades, como resposta a ameaças ou, se o plano é reactivo ou pró-activo. Este planeamento pode conter históricas ou futuras orientações e pode ser uma resposta às oportunidades ou ameaças contendo utilização na descrição dos tipos de planos económicos locais. O modelo de Blakely (Figura I.4.1.1) sintetiza essas ideias.

Figura I.1.4.1 Tipos de planeamento local

		Para resposta a	
		Oportunidades	Ameaças
Orientações Futuras ou Históricas	Reactivo	Planeamento de Recrutamento	Planeamento de Impacto
	Pró-activo	Planeamento de Estratégico	Planeamento de Contingência

Fonte : Adaptado de Blair (1995: 314) e Blakely (1994: 73 - 79)

O planeamento de recrutamento expressa o esforço para alcançar vantagens ou des-pontar oportunidades pela atracção de empresas inovadoras ou indústrias de crescimento rápido. O planeamento de impacto tenta responder aos eventos negativos. Ambos representam reacções a eventos passados. O planeamento estratégico e o planeamento de contingência são executados para antecipar os eventos e conceber respostas apropriadas. O planeamento de contingência envolve a concepção de resposta para an-

tecipar cenários. Este planeamento apresenta a debilidade de o plano ter um comportamento, em cenário económico adverso, liderado por uma atitude de declínio. O planeamento estratégico “olha para a fusão das oportunidades externas e inclui os planos que retirem vantagens de tais oportunidades” (Blair, 1995: 314).

Em Portugal, atendendo ao estágio de desenvolvimento local e níveis de planeamento adoptáveis, esta visão do planeamento estratégico reveste-se de fundamental importância. Verifica-se que mediante obrigação legislativa de implementação dos PDM⁴⁴ a maior parte das autarquias já contempla um planeamento de índole estratégico. A sua aplicação operacional e monitorização são, local e politicamente, outra temática. Contudo, alguns casos de sucesso⁴⁵ são já identificáveis e apontam-se agentes de desenvolvimento local. Quando uma região ou localidade implementa uma estratégia⁴⁶ de desenvolvimento económico local, uma das suas focalizações centra-se na dinamização e aumento das capacidades organizacionais dos seus agentes económicos e instituições a participar e competir nos mercados. Para tal, deseja-se o fortalecimento de acções de cooperação e parceria⁴⁷, entre os vários agentes e as instituições, que incrementem a ló-

para alcançar os fins propostos.

⁴⁴Encontram-se legalmente definidos no DL n.º 69/90, 02 de Maio e são uma vertente do PROT. As outras variantes são Os PU que contemplam as áreas urbanizáveis e o PP que tratam detalhes de algumas áreas urbanas. O PDM abrange todo o concelho têm como objectivos: Definir e estabelecer os princípios e regras para a ocupação, uso e transformação do solo; dar apoio a uma política de desenvolvimento económico e social; determinar as carências habitacionais enquadrando as orientações e soluções adequadas no âmbito da política de habitação; compatibilizar as diversas intervenções sectoriais; desenvolver e pormenorizar regras e directivas estabelecidas em planos de nível superior; fornecer indicadores para o planeamento, designadamente para a elaboração de outros planos municipais ou de planos de carácter não-regional, regional ou nacional; servir de enquadramento à elaboração de plano de actividade do município; Têm um circuito de execução complexo que passa por uma série de etapas e engloba participação de várias entidades, incluso a participação pública, mediante inquérito público, sendo posteriormente submetido a aprovação pela Assembleia Municipal (MARN-DGRN, 1988).

⁴⁵Um dos casos referenciados na literatura é o do Plano Estratégico de Barcelos (Bana e Costa, *et al.*, 1996). A lógica e a linguagem proposta, na explanação daquela abordagem, foi suficientemente clara para que se tenha fomentado uma franca interacção entre todos os actores envolvidos, na obtenção de soluções realizáveis, substanciadas em estratégias, referencial de concretização na vigência do PRO-SIURB. Foi aplicado o modelo multicritério (*MACBETH*) desenvolvido para conferir suporte àquela estratégia de desenvolvimento, revelando-se a utilidade dos sistemas de apoio à decisão nestes processos e, particularmente, na afectação dos recursos públicos. Para um olhar mais desenvolvido sobre a metodologia *MACBETH*, consultar Bana e Costa e Vansnick (1995).

⁴⁶Termo do grego *strategia*, que se refere à disposição das tropas no terreno, que por sua vez resulta da combinação dos seguintes termos: *stratos* ou exército e *ego* ou líder. Apresenta, actualmente, os significados: *Manobra e plano* – algo significativo, expressável, mas algo inesperado/flexível (componente/manobra); *Estratagema* – algo para contornar o habitual, cada vez mais as empresas expressam estratégias de evasão e/ou fusão fiscal; *Ciência que nos reserva a organizar o plano de operações* (Guell, 1997: 18-19). Interessante a visão do General francês De Gaulle, referido por Guell (1997), onde para alcançar o êxito devem-se seguir três estratégias: *1 – Explorar sempre o inevitável*; Existe um contexto exterior que impõe determinantes; o planeamento estratégico desenvolve-se em determinado contexto e explora as determinantes desse contexto; Percebemos as debilidades e as potencialidades onde neste jogo temos de surpreender o nosso adversário; *2 – Não ceder a iniciativa ao inimigo*; - Tomar sempre a iniciativa; capacidade de antecipar os acontecimentos; *3 – Não ficar entre a espada e a parede* - Temos que encontrar sempre uma saída através de uma manobra que nos conduza a essa saída, em contextos adversos; *Nestas três estratégias defendidas pelo De Gaulle, em muito resumem o planeamento estratégico fundamental numa acção de desenvolvimento (endógeno).*

⁴⁷Um dos exemplos mais visíveis, numa lógica local, têm sido as ADL's, onde se identificam casos, criam-se sinergias e fomentam as parcerias. Estas representam “instrumentos criados para operacionalizar as estratégias de desenvolvimento local, isto é, para promover a ac-

gica do desenvolvimento. Para além de que o diagnóstico efectuado para os planos estratégicos, identificam as potencialidades e estrangulamentos que não têm expressividade em políticas integradas e alteração de comportamentos. O projecto de cidade, idealizado para nossas cidades médias, apresenta-se pouco integrado e estruturado. Mas, para um aumento da sustentabilidade dessas cidades médias, tal passará por uma maior mobilização das pessoas em redor de ideias-chave, estratégias e projectos estruturantes, evitando as exaustividades desnecessárias ou as vastas generalidades (Cabral e Sá Marques, 1996).

Uma outra variante, do plano estratégico, assenta na capacidade para estimular a capacidade de aprendizagem em rede⁴⁸ de actores locais, que permita conferir uma resposta adequada às necessidades e problemas da economia local. Para além de um vasto trabalho promocional das iniciativas locais e de planeamento, ao nível mais específico, revestem formas inovadoras de transformar vastas zonas do país em novas formas de progresso económico e social (Pimpão, 1998). Corroboramos nesta premissa, onde uma lógica do planeamento, sustenta parte do dinamismo de carácter local, revestindo a sua importância, no rumo para o desenvolvimento. Planeamento este que tem de ser um agente mobilizador para maior envolvimento das populações, sendo esta participação classificada como uma componente fundamental de qualquer planeamento. O planea-

tividade produtiva, a inovação e o desenvolvimento tecnológico, para enfrentar os problemas de desemprego e de desequilíbrios socioeconómicos, em suma, para gerir as mudanças estruturais requeridas num dado território" (DelNet, 2000: 11). Na maioria das experiências existentes, as ADL assumem, em geral, a forma de um dos seguintes modelos: ADL criada e gerida pela administração local e que opera como mais um departamento municipal (gestão directa, gestão própria); ADL entidade autónoma; criada pela administração local e gerida como um órgão especial com personalidade jurídica própria ou como sociedade de direito privado e pública (gestão directa, organismo autónomo ou sociedade mercantil); ADL entidade ou sociedade mista com participação pública e privada, personalidade jurídica própria e com plena autonomia de funcionamento (gestão indirecta, sociedade mercantil, associação, fundação de capital misto público-privada); ADL privada, sob a fórmula de sociedade mercantil de propriedade privada. Actualmente observa-se uma tendência generalizada para promover e consolidar as ADLs que cabem na tipologia de entidade ou sociedade mista. Este modelo, baseado na posse de uma percentagem do capital pelos agentes sociais e económicos da zona e o restante pelas administrações locais apresenta, segundo o nosso ponto de vista, substanciais vantagens (flexibilidade operativa, participação público-privada, capacidade de combinar o carácter de serviço público com a viabilidade económica e financeira, etc.) e, como tal, nele concentraremos, a partir deste momento, a nossa atenção.

⁴⁸ Existe uma clarividente necessidade de uma cultura de rede como desenvolvimento da performance de uma economia local. As redes têm de se apresentar como um espaço aberto e interactivo permitindo interagir com outras redes e trazer ao seu interior inovação, potencialidades, em suma, dinamismo. A região Algarve, como região periférica, deve contemplar redes (internas e externas), para, dessa forma, possibilitar a produção de fluxos e dinâmicas traduzindo um processo contínuo de aprendizagem. A instrumentalização de uma estratégia de desenvolvimento local reclama que os agentes dessa estratégia se configurem em redes formais e informais por forma a que as instituições e organizações sejam mais flexíveis e receptivas às trocas. Podem, assim, ser neutralizados alguns efeitos negativos da excessiva burocratização das administrações e conseguir apoio da gestão das administrações regionais e nacionais (Vásquez, 1999).

mento, quando imbuído das premissas fundamentais, que são a flexibilidade e ajustamento às dinâmicas socioeconómicas da região e envolventes, deve ser balizado por uma monitorização que lhe permita alcançar tais objectivos.

Sumulamente, neste capítulo tentou-se reflectir sobre a vasta problemática conceptual associada ao desenvolvimento local. Foi particularmente acentuada a necessidade de uma participação activa dos actores locais nesse desenvolvimento. Recorreu-se à metodologia dos SLP para evidenciar uma das formas possíveis de reforço daquela participação. Confrontou-se crescimento regional e o desenvolvimento local salientando-se a preponderância do desenvolvimento local como instrumento de concertação que remete para os seus beneficiários locais a responsabilidade pela condução de estratégias mobilizadoras do potencial endógeno desses territórios. Substanciando que as práticas de planeamento podem (e devem) complementar os pressupostos anteriores. Admitindo-se que estes factores só serão assimiláveis num contexto de normalidade socioeconómica onde o factor segurança assumirá, certamente, um papel central.

CAPÍTULO 2. AS POLÍTICAS DE APOIO PARA AS REGIÕES DA UE

A concepção da política regional Europeia⁴⁹ situa-se ao nível de um conjunto de orientações e actuações no espaço da UE que visam conferir uma resposta para as problemáticas associadas com as políticas de desenvolvimento regional. Esta política tem revelado algumas oscilações na sua coerência e estabilidade em termos de objectivos, filosofias de acção e ao nível dos instrumentos, relativamente a outras políticas implementadas na UE (PAC, PC...). Formalmente esta acção, de cariz regional, apresenta três fases (Pires, 1998): a primeira, surgiu em 1975, com a criação do FEDER, revelou-se um instrumento de apoio financeiro vocacionado para atenuar as disparidades regionais, mediante a atribuição de auxílios aos investimentos, designadamente infra-estruturais e ao sector produtivo; a segunda, datada de 1984 assume-se, no regulamento do FEDER, na existência de uma política regional comunitária autónoma relativamente às políticas nacionais, vertente que não teve substância ao nível do direito primário da UE; e a terceira, em 1987, com a entrada em vigor o Acto Único Europeu⁵⁰. Com ele, as políticas estruturais⁵¹ da CE iniciaram uma nova fase acentuada pelo princípio do reforço de maior coesão económica e social⁵², vocacionadas para a promoção do desen-

⁴⁹ Que se sustenta na solidariedade financeira. Uma parte das contribuições dos Estados-membros substanciadas nos QCA's são transferidas para as regiões e categorias sociais classificadas como de mais desfavorecidas. Estes montantes no QCA III, para o período 2000-2006, ascendem ao montante global de 213.000 milhões de euros (Comissão Europeia, 2002).

⁵⁰ Entrou em vigor em 1 de Julho de 1987, após a conclusão do processo do segundo alargamento da CE. Iniciou uma nova fase na construção da Europa Comunitária e nas instituições da UE face às alterações das relações institucionais, pelo reforço do papel atribuído ao Parlamento Europeu e no processo legislativo com a redução da "regra da unanimidade" nas decisões do Conselho. Também pela definição dos mecanismos legais conducentes à realização do mercado interno, até 31 de Dezembro de 1992, pelo *élan* conferida à investigação e desenvolvimento tecnológico (Fernandes, 1989: 20-21).

⁵¹ Estas políticas destinam-se a introduzir mecanismo de correcção dos principais desequilíbrios: inflação - entendida como um crescimento rápido e sustentado dos preços; surge como um desequilíbrio gerado no funcionamento do sistema económico apresentando consequências nocivas que urge corrigir; desemprego - outro dos desequilíbrios gerados no sistema económico que fortes repercussões sociais tem e os desequilíbrios externos - encarado como um verdadeiro desequilíbrio, sendo significativo não se poderá prolongar por muito tempo. De facto, um défice externo terá sempre ser financiado, quer à custa do recurso às reservas em ouro e divisas ou, de outra forma, pelo endividamento ou auxílio externo. Esgotadas estas possibilidades de financiamento a sua correcção torna-se possibilidade absoluta da política económica. Apresentam um horizonte curto e médio prazo e têm um carácter macroeconómico (Amaral, 1996: 75-97). Com inclusão no espaço da UE, o país perdeu praticamente todos os instrumentos de política económica (política orçamental e a política monetária e/ou cambial) que transitaram para Bruxelas. Excepção para a política de rendimentos que continua ao dispor dos Estados-membros mas que, isoladamente, pode ser insuficiente face à dimensão um daqueles desequilíbrios.

⁵² Este princípio da coesão económica já se encontrava consignado, de modo implícito, no texto primitivo do art.º 2 da CE. Ai se relatava, como missão comunitária a realização de um "desenvolvimento harmonioso no conjunto da Comunidade". Princípio reforçado pelo Tratado da UE ao inserir-lo no seu artº2, entre os objectivos da UE, conferiu-lhe nova redacção ao dotá-lo de uma natureza de missão da CE. Para lhe dar aplicação a este artigo, o artigo 158 do Tratado da UE, dispõe: "a fim de promover um desenvolvimento harmonioso do conjunto da Comunidade, esta desenvolverá e prosseguirá a sua acção no sentido de reforçar a sua coesão económica e social. Em especial, a Comunidade procurará reduzir as disparidades entre os níveis de desenvolvimento das diversas regiões e o atraso das regiões menos favorecidas, incluindo as regiões rurais" (Campos, 2000: 259).

volvimento regional das regiões mais desfavorecidas centrando-se na atribuição de dotações financeiras, via FEDER, a essas regiões.

A justificação de uma política regional encontra sustentação na heterogeneidade do Estados-membros. Porque as suas diferenças não são apenas de ordem cultural, histórica ou geográficas, mas são, essencialmente, de cariz económico. Estas assimetrias, são tanto mais acentuadas se compararmos as regiões de cada um dos Estados-membros, principalmente após a adesão de Portugal e Espanha, em 1986. Num contexto geográfico, distinguem-se um grupo de países constituídos pela Espanha, França, Grécia, Irlanda, Itália, Portugal e Reino Unido onde as distorções de índole regional são antigas e profundas. Este grupo de países concentra cerca de 230 milhões de habitantes correspondentes a cerca de 71% da população comunitária (Fernandes, 1989).

Portugal tem beneficiado deste apoio financeiro regular para tentar reduzir as suas disparidades⁵³ face aos padrões médios europeus. Este auxílio apresentou fases distintas: a primeira, referente ao período de 1986-1988, designada de anterior regulamento; a segunda, correspondente QCA I, período 1989-1993, a terceira com o QCA II, 1994-1999 e a última, em aplicação para o período 2000-2006, denominado de QCA III (DGDR, 2002b). A aplicação dos fundos comunitários tem tido uma gestão e investimento direccionada para os grandes investimentos de natureza infra-estrutural (p.ex., rede rodoviária e de saneamento básico). Com estas execuções foram sendo satisfeitas algumas necessidades que se encontravam deficitárias procurando dotar o país de um referencial que permitisse servir de base às restantes propostas e acções de desenvol-

⁵³ O instrumento utilizado, para encetar esse combate, sustenta-se em quatro princípios base: concentração - deve verificar-se a concentração dos fundos num número determinado de objectivo prioritários (sete, durante a vigência do QCA II, transitando para três com o QCA III); parceria - requer a cooperação mais estreita possível entre a comissão e as autoridades competentes a nível nacional, regional e local de cada Estado-Membro em todos os estádios do processo, desde a preparação das acções, a planeamento da programação (*programme plannig*) - neste âmbito de vigência a programação têm sido para cinco anos. Os planos de desenvolvimento regional, no futuro, incluirão especificamente possibilidades de quantificação, objectivos, avaliações dos efeitos ambientais dos programas e um mapa global financeiro onde se indicarão as divisões dos financiamentos (Nacional e Comunitário) suportados para cada vertente desse plano de desenvolvimento local; a adicionalidade requer que os fundos da UE não se substituam a investimentos nacionais, devendo sim complementá-los e ampliá-

vimento. Estas acções, de forte intervenção infra-estrutural, tendem agora para uma diminuição gradual, substituídas por acções sectoriais, regionais e locais perspectivando-se a sua interligação para o reforço da coesão económica e social dos Estados-membros no espaço da UE.

2.1 Os objectivos regionais e os fundos estruturais

No seio desta política regional comunitária, atendendo-se aos objectivos definidos, apenas quatro são considerados objectivo regionais⁵⁴: os objectivos nº.1, 2, 5b e 6. Sucintamente, o objectivo 1, na sua essência, destina-se à promoção das regiões com um PIB-pc abaixo de 75% da média da UE. São regiões com atrasos de carácter estrutural no seu desenvolvimento. Na prossecução deste objectivo intervêm todos os fundos, com especial incidência para o FEDER que tem tido a seu cargo 54% no QCA II e 65% no QCA III (figura I.2.1.1); O objectivo 2 visa a promoção de regiões com declínio industrial, afectadas por uma taxa de desemprego superior à média da UE. O FEDER e o FSE sustentam este objectivo. O objectivo 5b promove o desenvolvimento rural, designadamente mediante uma diversificação em relação às actividades agrícolas tradicionais. Neste objectivo, há lugar à conjugação dos três fundos (FEDER, FSE, FEOGA-O). O objectivo 6, instituído após o terceiro alargamento⁵⁵, visa conferir suporte às zonas mais afastadas geograficamente e de acentuada baixa densidade populacional, abaixo dos 8 hab/km². Desta forma, ao QCA II, no seu período de vigência, foi-lhe atribuída uma dotação total de 3.115,3 milhões de contos. A este montante foram acrescidos mais 224,5 milhões de contos, destinados a 14 iniciativas comunitárias (DGDR, 2002a). Foi dada especial atenção ao FEDER com mais de metade daquela verba. Reconhecia-se, então, a sua inevitável finalidade, substanciável na necessidade

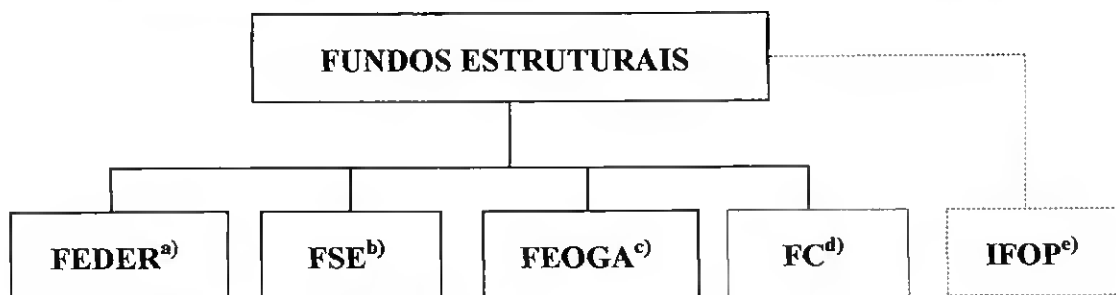
los. Devem conter uma linha pluri-sectoriais, se possível, inter-regionais, deixando-se de aceitar o financiamento dos projectos isolados (Baptista, 1996: 29 e Staeck, 1996: 53-54).

⁵⁴ Sendo que “estes quatro tipo de objectivos foram ajustados após a inclusão dos países nórdicos” (Baptista, 1996: 30).

⁵⁵ Ocorreu em 1986, com a adesão de Portugal e Espanha, transitando a composição dos Estados-membros de 10 para 12 Países.

de serem canalizadas avultados recursos financeiros, para tentar esbater as assimetrias regionais latentes, promovendo a coesão económica e social.

Figura I.2.1.1 Esquemático dos fundos estruturais comunitários⁵⁶



Fonte : Adaptado Comissão Europeia (1997: 160-161) e DGDR (2002a)

Neste QCA II, assinalam-se a entrada em vigor do FC e IFOP com as finalidades descritas em pé de página, que vieram reforçar aquela dinâmica de coesão. Juntos representaram um montante adicional de 27% do montante total atribuído (DGDR, 2002a). O QCA III continuou a acentuar e reforçar a tónica da política regional comunitária, via FEDER, dotando-o de mais 11% (65%-54%) relativamente ao anterior QCA. Tal traduz um reconhecimento inequívoco diferentes realidades regionais no espaço da UE. Com o alargamento este diferencial poderá acentuar-se. Existe, da parte dos próprios políticos da UE, um reconhecimento da existência e continuidade de um conjunto de disparidades regionais que, apesar da sua pretensa atenuação - via fundos estruturais -

⁵⁶ a) Criado em 1975 com intuito de reduzir os desequilíbrios regionais através da atribuição de auxílios aos investimentos em infra-estruturas e no sector produtivo; financia uma ajuda estrutural através de programas de desenvolvimento regional orientados para as regiões menos desenvolvidas, com o objectivo de ajudar a reduzir os desníveis socioeconómicos entre regiões da UE. Este fundo concede uma assistência financeira em conformidade com os objectivos regionais dos fundos estruturais. É, sem dúvida, o instrumento mais importante da política regional comunitária.

b) Foi implementado em 1958, pelo Tratado de Roma, destinado a apoiar as acções de formação profissional, reciclagem dos trabalhadores e (recentemente) de emprego para os jovens.

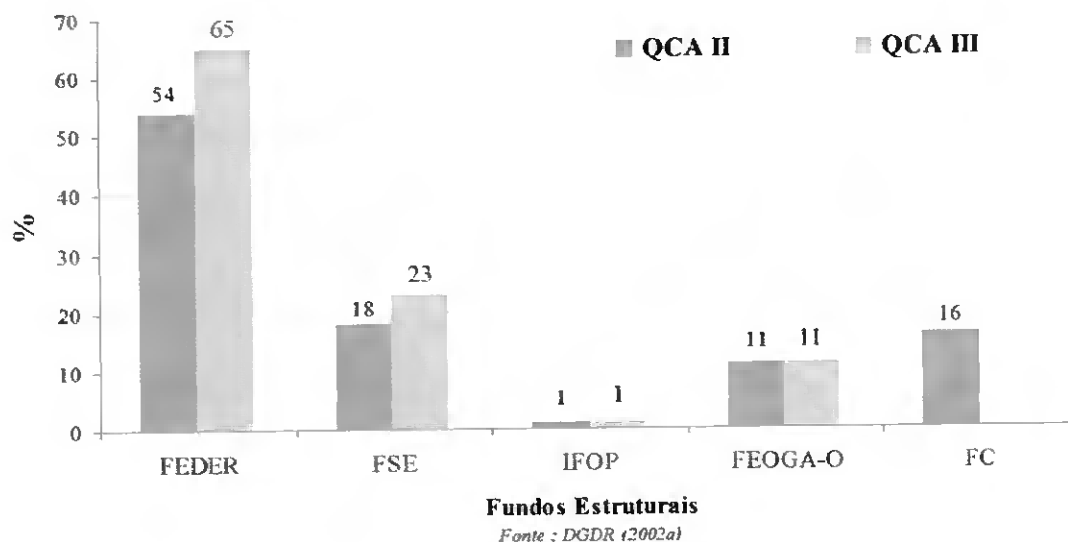
c) Implementado desde 1964 este fundo consiste no apoio às operações que contribuam para promover e melhorar as condições de produção e comercialização dos géneros agrícolas (ajustamentos estruturais na agricultura). Está dividido em duas secções: a secção Garantia que financia as medidas de apoio aos preços e de restituições à exportação, de modo a garantir preços estáveis aos agricultores; a secção Orientação assegura subvenções para programas de racionalização, modernização e melhoramentos estruturais na agricultura.

d) Em 1992, Conselho Europeu criou este fundo, ao qual atribuiu 15.000 ecus para o período 1993-1999, com a finalidade de promover a coesão económica e social através do co-financiamento de projectos nos domínios do ambiente e dos transportes no Estados-membros considerados menos prósperos (Espanha, Grécia, Irlanda e Portugal); É aplicável aos Estados-membros cujo produto nacional bruto por habitante seja inferior a 90% da média comunitária (Portugal, Espanha, Grécia e Irlanda), num esforço de convergência, exigido para inclusão na Moeda Única. Instituído definitivamente pelo regulamento (CE) n.º 1164/94 do Conselho, apoia projectos com impacto significativo na área dos transportes e do ambiente. Viabilizou a entrada em Portugal de cerca de 580 milhões de contos entre 1993 e 1999 destinados a cerca de 150 projectos, tendo sido o montante do apoio total repartido entre os transportes e o ambiente.

e) Foi criado em 1993 e fornece apoio para a reestruturação do sector das pescas; desde 1994 que este instituto reúne os instrumentos comunitários para a pesca. Este instrumento aplica-se às regiões costeiras, sendo a sua principal tarefa aumentar a competitividade das estruturas no sector das pescas e desenvolver empresas economicamente viáveis na indústria pesqueira, enquanto, simultaneamente, tenta conservar o equilíbrio entre as capacidades de pesca e os recursos disponíveis.

não serão suprimidas pela simples actuação das forças de mercado^{57, 58}. A prová-lo estão o reforço do FEDER neste QCA III (Ministério do Planeamento, 1999 e DGDR, 2002b).

Gráfico I.2.1.1 Repartição inter-fundos - QCA II (1993-1999) e QCA III (2000-2006)



2.2 As disparidades regionais

No segundo relatório sobre a coesão económica e social (Comissão Europeia, 2000a) é bem acentuada esta dicotomia referindo-se que as disparidades entre os Estados-membros mantêm-se, apesar da forte convergência. Aí se assinalam, em termos do crescimento do PIB e da população, uma divisão em dois grupos de países (vide tabela II.2.2.1). As disparidades entre a Espanha (E), Grécia (EL) e Portugal (P), medidas pelo PIB-pc, aferido em termos PPC⁵⁹, situam-se no intervalo [67% - 82%], da média da UE, no período em análise. A análise conjunta destes três países teve uma evolução

⁵⁷ A teoria económica foi construída segundo a perspectiva do pensamento clássico em que o livre jogo de mercado levaria à optimização na determinação dos bens a produzir, na utilização dos factores de produção, na repartição de rendimentos, no escalonamento temporal das decisões e na localização das actividades económicas. Trata-se de uma perspectiva espacial que se manteve durante muitos anos. Apenas tinham em conta as transações de mercadorias e, mais recentemente, as transferências internacionais de factores, mas sem considerar, ainda, os custos de transporte. A economia regional ganha importância no seio económico argumentada pelos autores das teorias do auto-equilíbrio regional Weber (1929), Ohlin (1933), Losch (1954) e Isard (1959).

⁵⁸ Até porque perante um livre jogo das forças económicas poderia, face a uma ausência de adequados instrumentos de acção comunitária, conduzir para uma concertação dos investimentos nas áreas com maior dinamismo económico. Estas retirariam (relativamente às regiões mais desfavorecidas ou, se quisermos, com menor dinamismo económico) investimentos de capital, iniciativas promotoras de acções de desenvolvimento, esvaziando-os de recursos materiais, financeiros e humanos remetendo-as para a estagnação ou retrocesso económico-social. (Campos, 2000: 644-645).

⁵⁹ Esta aferição permite introduzir reflexão sobre os níveis de riqueza. No entanto, a convergência do PIB-pc, em termos de PPC, depende das taxas do diferencial de crescimento de produção (p. ex., maior crescimento do PIB nalguns países da UE) e do desenvolvimento relativo dos preços que, naturalmente, afectam o ajustamento deste indicador.

dos 68% até aos 79% relativamente à média UE⁶⁰. Registou uma redução, avaliada em cerca de um terço, entre estes três países e os restantes países da UE durante período 1988-2000. Constatamos que existiu uma ligeira diminuição das assimetrias regionais.

Tabela I.2.2.1 Crescimento PIB e da população nos países da coesão 1988-2000

	Período	EL	E	IRL	P	UE3 ⁽¹⁾	UE12 ⁽²⁾	UE15 ⁽²⁾
Variação % anual do PIB	88-98	1,9	2,5	6,4	3	2,5	1,9	2
	88-93	1,2	2	4,4	2,6	2	1,7	1,7
	93-98	2,6	3,1	8,5	3,4	3,1	2,3	2,4
	estimativas 98-00	3,6	3,9	8,7	3,3	3,8	2,8	2,9
Variação % média anual da população	88-98	0,5	0,1	0,5	0	0,2	0,4	0,4
	88-93	0,7	0,1	0,2	-0,2	0,2	0,6	0,5
	93-98	0,3	0,1	0,7	0,2	0,2	0,3	0,3
	estimativas 98-00	0,6	0,1	1	0,2	0,2	0,3	0,3
PIB per capita (PPC). EU 15 = 100	1988	58,3	72,5	63,8	59,2	67,8	106,6	100
	1989	59,1	73,1	66,3	59,4	68,4	106,4	100
	1990	57,4	74,1	71,1	58,5	68,6	106,4	100
	1991	60,1	79,7	74,7	63,8	73	105,2	100
	1992	61,9	77	78,4	64,8	72,3	105,3	100
	1993	64,2	78,1	82,5	67,7	74	105	100
	1994	65,2	78,1	90,7	69,5	74,4	104,4	100
	1995	66,1	78,4	93,3	70,9	75	104,8	100
	1996	66,9	79,5	94,1	71,1	75,9	104,6	100
	1997	66	80	103,8	74,3	76,6	104,5	100
	1998	66	81,1	108,2	75,3	77,5	104,3	100
	1999	66,8	82,5	114	76,1	78,7	104,1	100
	estimativas 2000	67,3	83,1	118,9	75,3	79	104	100

⁽¹⁾ EL = E + P
⁽²⁾ Taxa de crescimento 1988-98, 1988-93 : excluindo os Länder Alemães
Fonte : Comissão Europeia (2000a)

No entanto, incluem-se nos 10% das regiões, com PIB-pc mais elevado, as capitais do norte da Europa (incluindo norte de Itália) e o sul da Alemanha. Dilatando este valor percentual até aos 25% adicionamo-lhes várias regiões do Reino Unido, algumas austríacas, belgas e holandesa, a capital espanhola e a cidade italiana de Roma (Lázio). Na cauda, ou seja, no grupo dos 10% com PIB-pc menor, pontificam regiões da Grécia, algumas regiões francesas e, obviamente, algumas regiões portuguesas. Alargando até

⁶⁰ Consultar coluna UE3.

aos 25%, com PIB-pc menor, incluem-se também sul da Itália, Alemanha Oriental e algumas regiões periféricas da França e Reino Unido (Comissão Europeia, 2000a).

O anexo n.º 1 inclui o gráfico A1.1, reportado a 1996, que identifica as regiões, por Estado-membro, com o PIB-pc mais elevado e o mais reduzido (os extremos, por Estado-membro), ilustrando a argumentação supra. Aí é perfeitamente visível que nos situamos ao nível inferior da média comunitária, com 71% dessa média da UE, a PPC. Com o Alentejo a expressar o PIB-pc mais reduzido ao contrário Lisboa e Vale do Tejo que se situa no topo do nosso país, segundo este indicador. Se nos reposicionarmos na tabela I.2.2.1 verificamos que a estimativa, para o ano de 2000, é de 75% para o nosso país, com uma regressão de 1%, relativamente ao ano de 1999. Um ritmo de convergência reduzido face aos montantes entrados via fundos estruturais. Esta dinâmica questiona a aplicabilidade real dos fundos estruturais, porquanto eles devem ser um elemento atenuador. Parece tornar-se ponto assente que as assimetrias continuam a subsistir mais esbatíveis inter-Estados do que inter-regiões (Comissão Europeia, 2000a).

A forte argumentação em redor da redução das assimetrias regionais é perfeitamente justificável. A primeira razão é de índole ético-social e política, por não apresentar um critério tido como justo, onde as populações residentes nas regiões mais desfavorecidas vivam em condições muito abaixo do aceitável. Tal circunstância, pode ser geradora de focos tensão, sentimentos de revolta e de exclusão nestas populações, colocando em causa o princípio da coesão económica e social⁶¹; a segunda argumentação, esta de índole económica, associa-se às deseconomias externas resultantes das excessivas concentrações verificadas nas regiões e áreas urbanas mais desenvolvidas, (p. ex. congesti-

⁶¹ Mediante este princípio, cumpre ao Estados conduzir e coordenar as políticas visando obter os objectivos deste princípio. À UE cumpre-lhe com a formulação e concretização de políticas e acções, na realização do mercado interno, ter presente esses mesmo objectivos con-

onamentos no tráfego, a poluição, a criminalidade...), colocando em causa, não só o crescimento como os níveis de satisfação social dos seus habitantes.

A análise empírica conduzida por Cheshire e Carbonaro (1996), citados por Armstrong e Taylor (2000: 113-114), sobre as disparidades no PIB-pc das principais cidades, foi motivada pela consistência ou não das políticas regionais relativamente às causas das disparidades regionais de crescimento. Foram identificados alguns potenciais determinantes nas disparidades do crescimento regional. São eles:

- ✓ Mix na indústria - nas regiões especializadas é esperado ter alguns efeitos na *performance* do crescimento da região porque alguns tipos de indústrias apresentam maior potencial de crescimento relativamente às outras;
- ✓ Factores nacionais - as regiões localizadas em países que apresentem um crescimento rápido são beneficiadas pela seu factor de localização comparadamente a outras regiões localizadas em países com um ritmo de crescimento inferior;
- ✓ A localização da região em relação ao mercado potencial - o aumento da integração económica no interior da UE mediante a redução das barreiras alfandegárias e através do alargamento a novos membros, tem sido admitidos como determinantes do aumento da dimensão do mercado comunitário. Isto tem conferido mais benefícios algumas regiões do que a outras dependendo da sua localização relativamente à distribuição geográfica da população. As regiões situadas geograficamente nas zonas periféricas da Europa, apresentam desvantagens relativamente às regiões mais centralizadas face à sua localização geográfica;
- ✓ Economias de aglomeração⁶² e deseconomias externas⁶³ - Regiões de considerável

tribuindo para que os mesmos sejam alcançados. O apoio na prossecução destes objectivos é subsidiado pela acção dos fundos com finalidade estrutural (Campos, 2000: 259).

⁶²Expressam os ganhos de produtividade atribuídos a uma aglomeração geográfica de populações ou actividades económicas, designado vantagens extraídas pelas empresas (públicas e privadas) do seu agrupamento espacial (Polèse, 1998: 77).

⁶³Representam "situações em que a produção ou o consumo impõe custos a outras entidades que não são compensadas" (Samuelson e Nordhaus, 1993: 848), também designadas por externalidades, no caso, negativas. Um das formas de as superar são internalizando-as. No entanto, mesmo "num sistema que funcione perfeitamente, os preços, incluindo taxas e impostos, reflectem o impacto das externalidades[...] as relações entre custos e benefícios são por vezes muito indirectas, tomando-se difícil verificar a correspondência" (Polèse, 1998: 83).

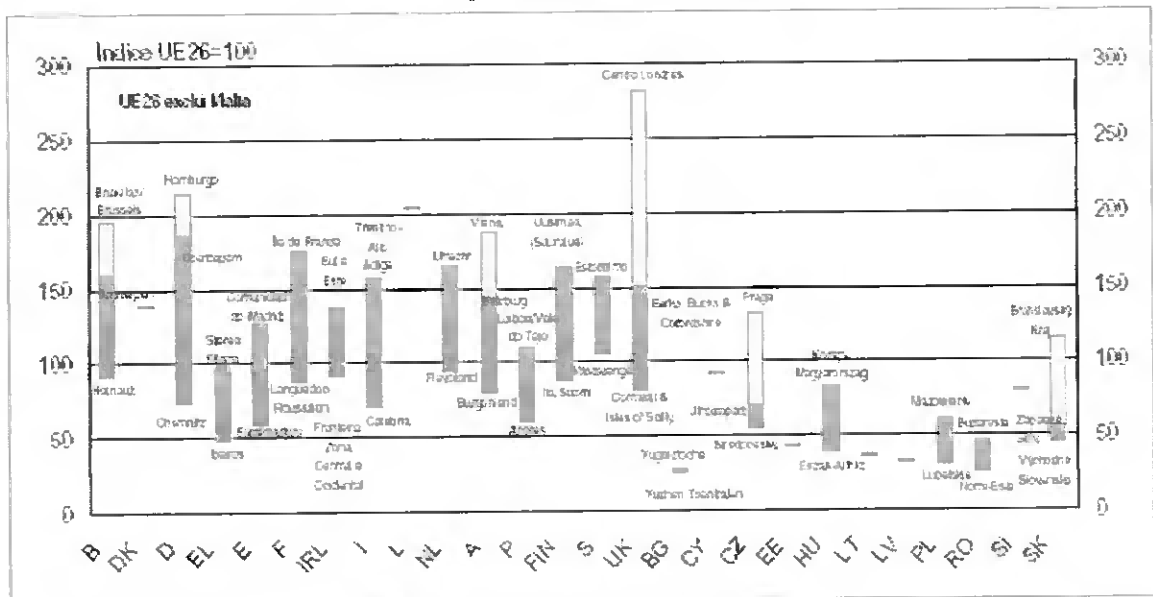
dimensão e densidade populacional apresentam diferenças no crescimento; p. ex., as grandes regiões podem beneficiar através da existência de economias de aglomeração. Contudo, à medida que a densidade populacional aumenta e a actividade económica se intensifica, pode ocorrer congestionamento e os custos do solo irão aumentar, confluindo numa deseconomia externa (externalidade);

- ✓ Crescimento endógeno através das inovações tecnológicas - regiões com maior actividades de I&D beneficiarão através do conhecimento fornecido por essa I&D. No entanto, este conhecimento não será rapidamente transferido para as outras regiões, como é assumido pelos modelos neoclássicos de crescimento⁶⁴. Um dos constrangimentos, p. ex., é a utilização dos novos conhecimentos no interior das organizações existentes que protegem as suas inovações, pelo menos temporariamente. A elevada concentração de trabalhadores na I&D, em regiões específicas, podem desencadear a produção de vantagens com resultado no crescimento mais rápido para essas regiões;
- ✓ Efeitos das externalidades advindas de outras regiões - as regiões com uma distância nas trocas comerciais apresentam um crescimento rápido, tal pode ter um efeito prejudicial no desempenho do crescimento dessas regiões visto que os seus custos de produção subirão à medida que os trabalhadores forem atraídos pelos empregos que forem gerados nas regiões vizinhas. No entanto, a migração de longa distância irá aliviar a deficiência de trabalho acima dos termos médios. As regiões com uma proximidade fechada relativamente a outras podem beneficiar a partir das trocas de relacionamento, significando que o crescimento irá gerar externalidades para o interior das regiões contíguas.

⁶⁴Introduzidos por Samuelson (1973). Entre estes situa-se a Teoria de crescimento regional que consagra, para o investimento de capital e factor trabalho uma livre circulação entre as regiões, admitindo que as diferenças nas suas taxas de crescimento e níveis de bem-estar, entre duas regiões, resultam das diferenças nas suas produções tecnológicas (Bingham e Mier, 1993), numa lógica de regiões abertas que implica a livre mobilidade dos factores de produção e recursos entre as regiões.

Retoma-se a análise referente às disparidades que se verificam actualmente na UE se se considerassem todos os países candidatos⁶⁵ conjuntamente com os actuais quinze Estados-membros. O gráfico seguinte identifica, por país, os extremos regionais, incluso os onze países candidatos, com exclusão de Malta. Verifica-se um fosso nas disparidades regionais entre as regiões extremas.

Gráfico I.2.2.2 Disparidade regionais, por país e extremos regionais no PIB-pc, aferido pelo PPC, ano de 1998



Fonte : Comissão Europeia (2000a)

Num cenário de análise para uma UE a vinte e sete países são distinguidos, três grupos de países. No terceiro grupo, situam-se todos os actuais Estados-membros, à excepção da Espanha (E), Portugal (P) e Grécia (EL) que se situam no segundo grupo, apresentando um PIB-pc superior, em cerca de 20%, relativamente à média, num cenário de uma UE26. Num segundo grupo, já inferior a esta média UE26, além da Espanha (E), Portugal (P) e Grécia (EL) encontram-se o Chipre (CY), República Checa (CZ) e a Eslovénia (EE) e, muito provavelmente, Malta, não sendo incluída, neste estudo, face à ausência de dados. O PIB oscila entre os 95% (Espanha) e os 68% (República Checa)

⁶⁵São eles: Estónia, Letónia, Lituânia, Polónia, República Checa, Eslováquia, Hungria, Eslovénia, Roménia, Bulgária, Chipre e Malta. Regista-se que à data da sua integração provavelmente o PIB deste países já será superior aos actuais, dependendo tal circunstância do seu desempenho económico.

da média, numa UE26. O primeiro grupo, contém os oito países restantes, onde o PIB está muito abaixo dessa média, rondando os 40%, sensivelmente (Comissão Europeia, 2000a).

Este alargamento irá relançar, entre outros, os seguintes desafios: por um lado, ele originará uma acréscimo, superior ao dobro da actual população que habita em regiões, com PIB-pc inferior a 75% da média comunitária de uma UE27; por outro, provocará um forte aumento na escala das disparidades (Comissão Europeia, 2000a). Em 1998, o PIB-pc das regiões, tidas por menos desenvolvidas, situava-se nos 66% da actual média da UE. Estas regiões, nos países candidatos à adesão, apresentavam um PIB-pc que se situava nos 37% da actual média. Portanto, bem inferior às nossas regiões menos desenvolvidas. A junção destas representa um PIB-pc médio de 48% da média da UE. Transpondo para os actuais dados a adesão destes doze países produzem um efeito na média PIB-pc da UE para os 18%. Ao nível regional as disparidades acentuam-se para o dobro. Nas regiões com PIB-pc acima da média UE esta adesão não surtirá qualquer efeito. Para as regiões com PIB-pc inferior à média UE tal alargamento produzirá uma forte alteração nos níveis médios de rendimentos desta regiões. Registe-se que 10% da população das regiões serão localizadas no leste europeu e Portugal. As consequentes repercussões ao nível da atribuição dos fundos comunitários, a manterem-se os actuais critérios, reduzem os beneficiários da Estremadura, Madeira e Açores.

Neste capítulo introduziu-se uma reflexão sobre a ampla problemática associada às políticas regionais da UE para as regiões. São manifestadas preocupações relativamente à necessidade de um maior rigor da atribuição dos fundos estruturais, face ao previsível alargamento a Leste, que desencadeará uma “União alargada, onde as disparidades entre as regiões, com atraso de desenvolvimento, serão maiores do que actualmente” (Comissão Europeia, 2000a: xxx). Se os processos de europeização e globalização dos

sistemas produtivos irão continuar a reflectir as diversidades nas organizações e *performance* das economias nacionais e regionais, compreender essa diversidade será a grande questão central relativa à natureza das alterações na geografia dos sistemas produtivos e das economias regionais num “calmo” alargamento europeu (Hudson, 2002). No entanto, desconhecemos das eventuais implicações na coesão económica e social e dos fluxos migratórios que daí podem advir, face a uma inconsequente PESC da UE e das implicações que estas produzirão na segurança interna de cada Estado-membro, em geral e, em particular, na região do Algarve.

CAPÍTULO 3 . ESTRATÉGIAS DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL

São admitidas duas lógicas de desenvolvimento regional: as correntes funcionalista e a territorialista (Henriques, 1987). A primeira pressupõe um desenvolvimento desenca-deado, na sua fase inicial, a partir de alguns sectores da actividade económica ou áreas geográficas, alastrando, com o tempo, aos restantes sectores de actividade e, subse-quentemente, a todo o território nacional. Em síntese, esta corrente funcionalista con-cebe o desenvolvimento como um processo de crescimento económico⁶⁶, num quadro social sem conflitos, em que o subdesenvolvimento⁶⁷ é atribuído a uma escassez de ca-pital e alguma ineficiência do processo produtivo.

Por seu lado, a corrente territorialista, pressupõe uma lógica de desenvolvimento alcançável através da mobilização do potencial endógeno (pela mobilização integral dos re-cursos das regiões, para uma satisfação prioritária das necessidades básicas das respec-tivas populações). Tal implica, um desempenho representado pela identidade cultural e territorial na mobilização colectiva para aquele processo de desenvolvimento. Em sín-tese, o desenvolvimento é concebido como um processo completo de satisfação das ne-cessidades básicas e de expansão das oportunidades dos indivíduos, grupos sociais e comunidades territoriais através da mobilização integral das suas capacidades e recur-sos. Esta abordagem revela-se mais ajustada a uma reflexão sobre as potencialidades da intervenção municipal na promoção e gestão do desenvolvimento. À luz desta vertente, a experiência portuguesa revela-se extremamente interessante, com múltiplos exemplos demonstrativos de uma possibilidade da intervenção municipal na promoção de um es-tilo de desenvolvimento alternativo às concepções e estratégias dominantes. Por tal, podemos considerar que a região do Algarve assenta a sua estratégia de desenvolvi-mento, na segunda corrente – a Territorialista.

⁶⁶Consagrado por Teulon (1994: 174) "como uma progressão quantitativa da produção". É um antecedente a qualquer esforço de desenvol-vimento sem o qual a melhoria do nível de vida de uns se faz à custa do de outros.

3.1 As estratégias

A promoção e a implantação de estratégias para o desenvolvimento regional decorre, da necessidade que as regiões têm para fazer face à pressão advinda da competição económica, à escala internacional e global, num contexto de competitividade crescente. Dessa forma, as regiões devem analisar cuidadosamente as suas forças e fraquezas⁶⁸, compará-las com outras regiões, tidas como regiões concorrenciais, devendo fortalecer a sua competitividade e inculcando perícia nas suas campanhas promocionais (Kasvio, 2000). As estratégias representam um plano que potencia os municípios, e os distritos, para um rumo de acção conducente a objectivos sociais, económicos e ambientais comuns, onde os regulamentos adoptados, os trabalhos e serviços empreendidos pelas entidades regionais têm de ser consistentes para com a estratégia definida (Nolan, 2001). Também a política regional da UE projecta orientações para acções inovadoras potenciadoras de estratégias de desenvolvimento regional (DGDR, 2000a). No entanto, a cultura da avaliação estratégica tem tido desenvolvimentos insignificantes, em termos de ciência, tecnologia e políticas de inovação, na maioria das regiões do espaço UE (Uyarra, *et al.*, 2002).

3.2 O caso da região do Algarve

O PDR (1999) coloca a competitividade territorial no cerne da definição de opções estratégicas de desenvolvimento para o Algarve, remetendo para a região a valorização e promoção dos seus recursos de excelência, inculcando uma força reivindicativa para a fixação de outros tipos de recursos que contribuam para reforçar a sua atractividade, no seio da sua competitividade⁶⁹ entre os territórios. Acolher e procurar investimentos, bem como, atrair novos fluxos de habitantes sustentam esta opção estratégica.

⁶⁷ Aqui entendido como um mero acaso.

⁶⁸ Promover uma análise *SWOT* – onde se tentam diagnosticar/identificar potencialidades, fraquezas, oportunidades e ameaças. Esta análise revela-se como uma valiosa ferramenta no processo de *self-learning* (Cornăpeanu, *et al.*, 2000).

⁶⁹ Uma economia competitiva caracteriza-se "pelo seu nível elevada de eficácia e simultaneamente pela capacidade em criar emprego e melhorar, de forma sustentada, o nível de vida médio da população" (Mateus, *et al.*, 2000: 49). Dessa forma, a competitividade poderá ser

Na região do Algarve, face a uma forte centralização no complexo de actividades de turismo e lazer, incrementar esta competitividade só será possível com recurso a uma dinâmica de rendibilidade dos recursos naturais e capacidades produtivas. Encontrando-se apoiada por uma localização territorial natural e condições climatéricas adjacentes que, apesar de tudo têm apresentado alterações de forte impacto na fileira do turismo, designadamente o produto sol e praia que apresentou um forte crescimento e consolidação nas últimas décadas bem identificado na ampliação da oferta de equipamentos a ele associados⁷⁰. Também o sector imobiliário e um conjunto de serviços específicos, ambos suportes para o turismo, completam este conjunto de alterações. Mas, este incremento da fileira turística teve repercussões (DGDR, 2000a) pelo dinamismo do VAB associado ao sector⁷¹, bem como, da contribuição revelada pelo turismo para o VAB regional⁷². No entanto, apesar destes indicadores expressarem o lado positivo da questão (de crescimento e desenvolvimento do sector), também o reverso da medalha é aqui apresentado, numa visão descrita pela CCR-Alg (1998a: 4-5, 38) e, pontualmente, analisada:

- ✓ A problemática associada a uma elevada sazonalidade, centrada no período de verão, canalizou a região para uma especialização no produto sol e praia. Urgindo uma diversificação sectorial de incremento sustentável ao sector turismo, por forma a reduzir o impacto imposto pelo factor sazonalidade;
- ✓ Acentuada dependência de um número reduzidos de mercados - 80% dos turistas que entram na região, por via aérea, são provenientes de três países : Reino Unido, Alemanha e Holanda. Para reduzir esta dependência há que, também aqui, diversificar a oferta e fidelizar novos mercados, ampliando a base de proveniência;

entendida como "a capacidade que as empresas, as indústrias, as regiões, as nações e as regiões supranacionais têm de gerar, quando expostas a concorrência internacional, níveis elevados e de emprego relativamente elevados" (OCDE, 1996, Sic, Comissão Europeia, 1999a).

⁷⁰Hotelaria, restauração e desportos, entre outros, classificam a região Algarve como uma das regiões portuguesas com a maior oferta de equipamentos de suporte para este sector.

⁷¹O comércio e os serviços, no lapso de tempo compreendido entre 1980-1994, viram o seu peso aumentar 21,8% (AMAL, 1998).

- ✓ Peso elevado do alojamento não classificado - acentua-se a tónica da falta de qualidade e o mecanismo de um elevadíssimo número de “camas paralelas”, ainda não mensuráveis, identificáveis e legalmente enquadradas, que vão subsistindo;
- ✓ Redução da receita média por dormida e diminuição do gasto médio do turista – oferta desordenada questionando-se a classificação, a qualidade das instalações hoteleiras e dos serviços de restauração que estarão na base destas reduções;
- ✓ Insuficiências da mão-de-obra disponível em grande parte consequência da mobilidade e transferência intra-sectores - a formação profissional do sector continua a encetar esforços, manifestando-se estes ainda insuficientes; não será totalmente alheio o facto de, a região do Algarve se apresentar como uma das regiões de maior implantação dos imigrantes de leste;
- ✓ Desqualificação de algumas áreas urbanas⁷³ - existindo uma linha urbana caracterizadora da região é incompreensível como se implantaram, com a anuência de alguns decisores, regionais e ao nível do poder central, as anormalidades urbanísticas conhecidas (Quarteira, Armação de Pêra e Portimão), desqualificadoras da região relativamente à sua linha geral arquitectónica-urbanística de base;
- ✓ Carências ao nível dos equipamentos e infra-estruturas de apoio directo à actividade turística - Podem aqui ser incluídas a animação, desportos náuticos, entre outros. Ao nível indirecto, situam os equipamentos de saúde, algumas acessibilidades rodoviárias. Na áreas dos equipamentos de saúde estes são insuficientes para os residentes e visitantes da região. As acessibilidades rodoviárias são, hoje ainda, uma lacuna.

A região têm sido avassalada, por um problema de índole estrutural: sendo estrutural-

⁷²As actividades hoteleiras e de restauração representavam, no ano de 1994, 15,6% do VAB regional e 19,7% do emprego (AMAL 1998).

⁷³No Relatório Final sobre as Políticas de Ordenamento do Território é considerada que a estrutura regional, manterá, de uma forma geral, as suas características que, certamente, não são estas. Ali se aponta para: - reforço dos aglomerados urbanos existentes; - edificação dispersa que estará condicionada com impedimentos em áreas territoriais onde a sua expressão colida com as utilizações de carácter sazonal; - áreas de edificação dispersa correspondentes a ocupações densas com integração em espaços urbanos ou urbanizáveis não terá tradução (médio prazo) na criação de novos núcleos; - o reforço de pequenos núcleos urbanos estará condicionado, com reflexos de desertificação rural (serra e barrocal), com fluxo populacional para os centros de maior dimensão; - manutenção da tendência desenhadas no reforço urbano e funcional da sub-região compreendida entre Portimão e Faro-montenegro e Olhão (UALG, 1997: IIB.4).

mente caracterizada como uma região mono-turística⁷⁴, com forte impacto advindo de uma vertente sazonal acentuada, vem afunilando o seu mercado de trabalho, arrastando consigo os *clusters* da construção civil e restauração, bem como, o sector dos serviços. Tal facto, induz um emprego precário e desigual, com uma ausência em se prospectivarem cenários de diversificação, com integração e complementaridade de actividades.

Para combater esta tendência têm sido delineadas algumas estratégias de desenvolvimento regional. Neste quadro de análise a CCR-Alg. (1999) delineou uma estratégia de desenvolvimento sustentada nos objectivos de desenvolvimento, domínios de intervenção e recursos de suporte da estratégia de desenvolvimento para região, para o período compreendido entre 2000 e 2006.

Figura I.3.2.1 As estratégias de desenvolvimento do Algarve



Toda aquela vertente de desenvolvimento regional encontra-se associada a essa lógica territorial⁷⁵, norteada pela defesa e estabilidade ambiental, confluindo para um reforço dos recursos humanos, competências regionais e a coesão social. Num pressuposto

⁷⁴ É salientado, no QCA III, e sobejamente conhecidos dos vários agentes públicos e privados que, a economia algarvia, se encontra dependente, não só do turismo, como dum tipo especializado de turismo, ligado ao binómio sol-praia.

⁷⁵ Um modelo de desenvolvimento territorial assente no turismo litoral, que até agora tem prevalecido na região (Ministério do Planeamento, 1999). E atrás analisado quanto à sua essência e domínio de análise. Uma vez que esta "recorre" ao potencial endógeno da região, confere

conducente à solidificação da competitividade económica regional. As generalidades estão aqui. A prática local, sectorial e intervencionada será mais difícil de concretizar. Porquê? Pela latente, e por demais evidente, ausência de ligação dos poderes centrais (e até regionais) com os diversos agentes locais, incluindo as associações, municípios e autarcas.

Com a vigência do actual QCA III, a região do Algarve receberá uma dotação de próxima dos 728,5 milhares de euros. Com especial destaque, nos programas operacionais, para o sector da economia (88,1 milhares de euros); acessibilidades e transportes (82,7 milhares de euros) e os 70,1 milhares de euros para as acções integradas de base territorial, reforçadas com 196,8 milhares de euros, de investimento municipal e intramunicipal (DGDR, 2002b). Estas acções destinam-se a superar dificuldades de desenvolvimento particularmente acentuadas ou a aproveitar oportunidades insuficientemente exploradas, resultantes das especificidades próprias de cada região portuguesa. Constituem um novo formato de intervenção nas regiões. Serão desenvolvidas em parceria com as autarquias e com os outros agentes do desenvolvimento regional e local. Na região do Algarve, estas estão direccionadas para revitalização de áreas de baixa densidade e qualificação e competitividade das cidades (DGDR, 2002b). Intervenção para a qual a maioria das cidades da região se encontra necessitada.

Assim, parece que o reforço da competitividade da região, como destino turístico preferencial, sustentar-se-á numa acção estratégica que encete uma requalificação e diversificação da oferta, objectivando uma dinamização da procura, norteado pelo indelével indicador da qualidade. Desde logo, diversificar e acentuar o factor qualidade, implicam uma forte aposta na qualificação da oferta turística para os diversos segmentos-al-

protagonismo aos municípios, resta-nos saber até quando esta sustentação terá lugar. Se por ausência de exploração desse potencial endógeno se por omissão autárquica. Suscitamos da segunda.

vos; uma política promocional para o mercado interno e externo adequada e um sólido acompanhamento na educação e formação profissional para o sector para dotar os recursos humanos disponíveis mais qualificados, combatendo a volatilidade destes recursos intra-sectores. A substância desta análise será retomada e corporizada, em esquemático, no ponto seguinte. Sintetizando,

"o desenvolvimento só poderá aproximar-se da realidade através do desenvolvimento local, até porque ele só acontece (de facto) numa base de desenvolvimento local [...] só pela via do local ele se aproximará das pessoas, a quem se destina [...], toda a estratégia, ao contrário, deverá partir das pessoas para o local, daí para o regional, resultando então em consequência o desenvolvimento global" (Lopes, 1994: 21).

A vertente regional parece encontrar-se mais adiantada em detrimento do local. São perfeitamente conhecidas as assimetrias litoral versus interior. Tal redimensiona a acção para uma litoralização em detrimento do local. E o interior (barrocal e a serra algarvia) não concorrem para a agregação do desenvolvimento local? O seu contributo é salutar mas débil face às suas dinâmicas no processo produtivo. A integração do local no regional apresenta-se como um desafio assente na estratégia de lógica territorial. E as tácticas, substanciadores de uma estratégia do desenvolvimento, onde se situam?

3.3 Cenários de desenvolvimento regional - Algarve

No passado foram privilegiados, genericamente, dois níveis de análise - o global e nacional. Algumas dessas intervenções foram substanciáveis em políticas sectoriais, conjunturais e estruturais, circunscritas a esses espaços. No entanto, o redimensionamento desses fenómenos espaciais, com o fenómeno da globalização, com as regiões e a nova economia, têm merecido olhares atentos na literatura económica (Ohmae, 2001). Actualmente o controlo político e de regulação encontra-se mais difuso do que nunca, transitando do estado clássico para um repositório institucional de decisões e realizações colectivas. Enquanto esse processo de transição ocorre, um novo quádruplo

da hierarquia espacial da economia e relacionamento político vêm tomando forma (Scott, 1998). Os seus diferentes níveis da hierarquia resumem-se ao global⁷⁶, plurinacional⁷⁷, nacional⁷⁸ e regional⁷⁹. Nem todas estas vertentes têm tido uma aplicabilidade espacial e territorial desejável.

Os sistemas económicos encontram-se balizados pelo aparente embate entre o fenómeno de globalização e territorialidade das actividades económicas. Por um lado, assistimos à crescente globalização das actividades económicas, implicando a desterritorialização da economia e da sociedade, a qual é potenciada pela informatização (Castells, 1998). Por outro, é constatável que os processos de desenvolvimento económicos almejam, cada vez mais, a exploração de vantagens competitivas, territorialmente diferenciadas. As metodologias de desenvolvimento regional estão disponíveis, alguns dos seus actores, nem por isso. Poderá esta argumentação ser uma das explicações para as disparidades que tendem a acentuar-se, reduzindo a convergência regional.

Prospectivando a apresentação de um modelo de desenvolvimento, adaptável à região, insere-se um recuo temporal de meio século no tempo, cruzando desigualdades sociais e espaciais, visando desenhar cenários⁸⁰ de desenvolvimento regional. Recorre-se a um modelo de desenvolvimento, adaptado de Trachen (1985), onde são contempláveis três tipos de sociedades, recorrentes para três cenários possíveis de desenvolvimento, admissíveis para a região, no século XXI (gráfico I.3.3.1). Admitindo que a preponderância do sector turístico na região é indiscutível ele estará omnipresente na explanação do modelo.

⁷⁶ Materializáveis em redes de actividades económicas (finanças, comércio, investimento directo estrangeiro, *joint-ventures*, etc.), sendo imperfeitamente regulável por um sistema internacional de regimes contratuais, entendimentos e organizações (Scott, 1998).

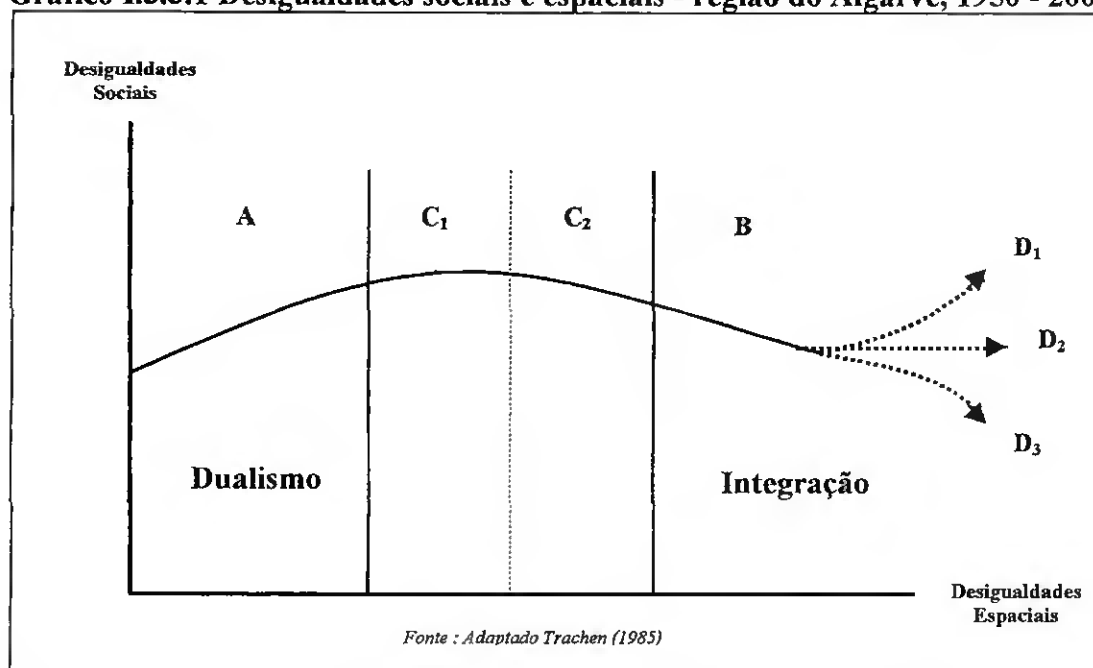
⁷⁷ Representável por grupo de blocos de multinacionais (UE, NAFTA, MERCOSUR...) com desenvolvimento rápido, mas débil, com excepção da UE (Scott, 1998).

⁷⁸ Focalizado nos estados soberanos clássicos assente num conceito com uma espécie de processo côncavo agora distintamente identificado e canalizado para iniciar um processo de erosão nos elementos económicos e de integridade política (Scott, 1998).

⁷⁹ Espaço que se encontra correntemente a surgir, ou reemergir, como um vibrante mas também uma complicada articulação da economia moderna e vida política (Scott, 1998).

É observável um primeiro quadrante onde encontramos uma sociedade, identificada com a letra A, marcadamente dualista. Temporalmente enquadrada no início dos anos cinquenta são identificáveis debilidades socioeconómicas, especialmente nos domínios sociais⁸¹ e das acessibilidades⁸². A tónica de crescimento, sustentada no sector do turismo, provocou um aumento das desigualdades sociais e espaciais face a esse quadro dual arredando, dos benefícios gerados pelo sector turístico, a população local. O seu impacto traduziu-se no claro aumento das disparidades sociais.

Gráfico I.3.3.1 Desigualdades sociais e espaciais - região do Algarve, 1950 - 2000



Os quadrantes designados por C₁ e C₂ representam sociedades em transição (fase de transição do modelo) num quadro do desenvolvimento regional, onde as desigualdades sociais e espaciais encontram o seu ponto máximo de convergência. Induzindo, a partir daí, uma trajectória niveladora que se traduziu numa sociedade desenvolvida⁸³ (identificada com a letra B), cumulativamente transitando de um espaço de dualismo para um

⁸⁰ Identificáveis no gráfico como D₁, D₂ e D₃.

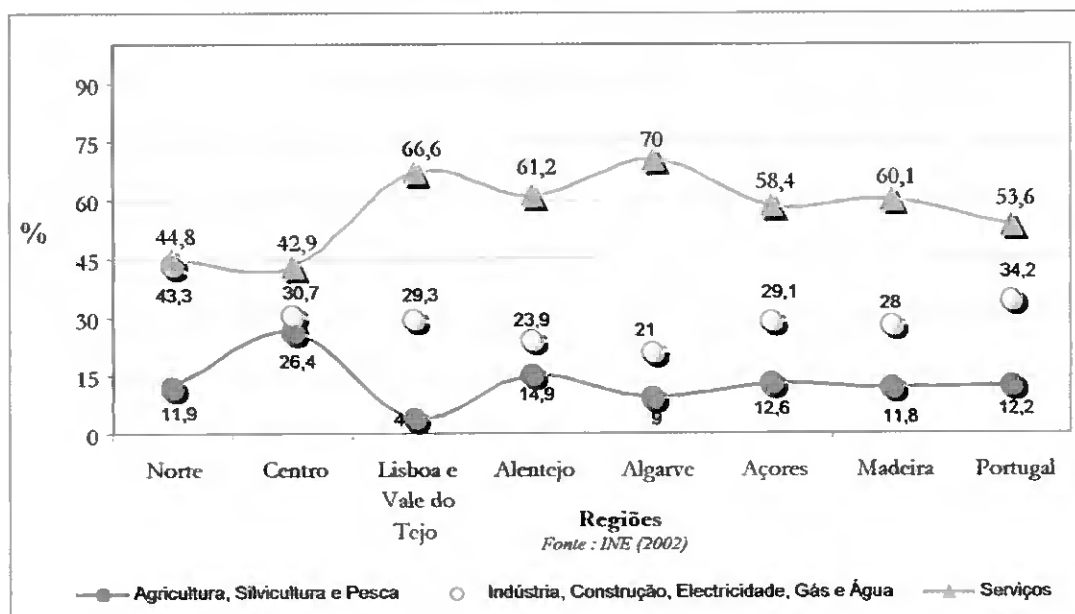
⁸¹ O exemplo mais marcante situa-se ao nível da tardia dotação, nas sedes de concelho, da rede ensino ao seu nível básico. No artigo de Vasconcelos (2000) é analisada a evolução da cobertura da pré-escolarização e Faro que não chegava aos 30%, nos anos de 1987/88 para, em 1997/97, apresentar perto de 60% da evolução da cobertura (territorial) da rede pré-escolar.

⁸² Neste domínio a inserção no domínio das restantes regiões portuguesas foi tardio e controverso. Só em 2002 a região se encontra ligada, por rede viária (auto-estrada) às restantes regiões e zona transfronteiriça.

⁸³ Temporalmente situada meados dos anos oitenta.

processo de integração. É característica dominante, no sector social, uma oferta generalizável de serviços. Disposta a população empregado por regiões e sectores tradicionais de actividade, não deixa qualquer dúvida, relativamente à avassaladora liderança do sector dos serviços que agrega 70% da população empregada da região (gráfico I.3.3.2). Preocupação manifestada, nas temáticas regionais contemporâneas, em termos de equidade e eficiência regional, face à expansão do sector terciário (serviços) na economia dos sectores público e privado (Temple, 1994).

Gráfico I.3.3.2 Estrutura da população empregada por sectores – 4.º Trim 2001



No sector do turismo e lazer o esbatimento do quadro dual permitiu que os benefícios daquela actividade se diluíssem pela população local e visitantes. Este impacto alterou o cenário anterior, permitindo a integração das diversas camadas sociais, diminuindo as diferenças sociais inculcando incrementos na desigualdades espaciais. Neste quadro de integração encontram-se subjacentes: a entrada de Portugal na, então, CEE⁸⁴; um aumento nos equipamentos disponíveis para a região e uma sociedade de características

⁸⁴ Em 1 de Janeiro de 1986, no terceiro alargamento, os Estados-Ibéricos (Portugal e Espanha) tomam-se membros de pleno direito da Comunidade (Campos, 2000).

socioeconómicas diferentes. Da evolução desta fase de integração actual, no modelo de desenvolvimento regional, resultam em três cenários.

Para o primeiro cenário, identificável por D_1 , teria por base uma diversificação no sector do turismo e lazer com espectro reduzido. As implicações surgirão, temporalmente, tendentes a surtir efeitos práticos num aumento contínuo das desigualdades espaciais (identificadas por disparidades intra-regionais), enfraquecendo a já debilitada estrutura produtiva da região. Porquanto se canaliza para a especialização de um sector de actividade (monoturismo), empurrando a concentração das actividades em determinado espaço urbano (zona litoral), clivando as desigualdades espaciais perante um aumento directo, do fosso espacial litoral e interior na região. Um cenário que recolhe poucos defensores.

Para um cenário intermédio, identificável por D_2 , encontra-se uma diversificação do turismo e lazer de espectro médio que admite um determinado nível de desigualdades sociais e espaciais, ajustáveis numa linha integradora que, face à sua linha mediana, apenas será considerado como *timing* próprio de aplicação, transitando para o primeiro ou terceiro cenário, consoante as linhas estratégias aplicáveis. Admite-se que actualmente, estaremos na último estágio, deste cenário denominado de transição. Qual o cenário seguinte? D_1 ou D_3 ? A convicção deste estudo recai, objectivamente, sobre uma clara aposta em D_3 . Aí concorre uma diversificação do turismo e lazer de espectro largo, havendo lugar a diversificação e ampliação dos sectores de actividade, mesmo que centradas no sector do turismo e lazer. Tal implicaria uma directa redução da elevada dependência do sector turístico, dinamização de novos pólos de desenvolvimento e redução dos choques económicos. Os resultados situar-se-iam na moderação das desigualdades espaciais e sociais conducentes para uma aproximação territorial e socioeconómica dos locais. Admite-se que o cenário seja ambicioso conhecendo-se as dife-

renças socioeconómicas, espaciais e territoriais entre as localidades da região e *modus vivendi* dos seus actores. A implementação deste cenário, com os pressupostos mencionados, só será possível com a preponderância, envolvimento e dinamismo dos diversos agentes económicos, investimento, planeamento e uma gestão estratégica aplicável.

Sendo os modelos representações da realidade e não subsistindo dúvidas relativamente à consolidação do turismo, como principal pólo dinamizador da economia regional, tem-se registado um crescimento descontrolado e desordenado deste, bem como, uma focalização de uma oferta altamente vocacionada para o produto sol e praia. Resultando em implicações nas condições de competitividade da região que produzem efeitos na qualidade⁸⁵ dos serviços disponíveis e a imagem da própria região. Desta forma, a promoção e qualificação de novos pólos de desenvolvimento tornam-se instrumentos necessários, porque a região do Algarve não apresenta uma dimensão territorial, nem uma oferta que permita uma aposta de crescimento quantitativo ilimitado, centrado no Verão, na base do alojamento barato e segmentos baixos de mercado, para os quais, hoje, existem fortíssimos concorrentes (Neto, 2001). Este crescimento tem direccionado o modelo de desenvolvimento vigente. À que contrariar esta tendência que bastantes adeptos locais, do sector público aos privados, recolhe na região. Restará saber se não será tarde para operar um redireccionamento estratégico necessário.

Alguns desses itens aplicáveis situam-se na linha proposta pela AMAL⁸⁶ (1998) e que são os seguintes: uma estratégia de crescimento regional adequada⁸⁷ aos pressupostos do cenário de desenvolvimento adoptado; empenhamento e determinação, por parte dos

⁸⁵ O vector da qualidade é aplicável, no essencial, ao sector do turismo e comércio sediados na região. Visa combater a baixa qualificação dos activos e inverter uma tendência estrutural para a quebra das despesas turísticas per-capita, promovendo a qualificação dos activos e das actividades. Esta qualificação - quer nos serviços prestados como no conjunto de bens colocados no mercado, seja verificável em todos os níveis socioeconómicos da procura. Tal é vital para o esforço da qualificação (Martins e Centeno, 1999).

⁸⁶ A associação mais representativa dos actores do poder local. Estes tópicos generalizam o consignado no PEDRA "que integre e sistematize os diversos instrumentos de planeamento e de programação existentes sobre o Algarve, no sentido de propor orientações e medidas de natureza estratégica sobre o desenvolvimento da Região" (AMAL, 1998).

diversos agentes locais (agentes económicos, sociais e territoriais), na formulação dessa estratégia, sua operacionalização e execução; articulação entre as instituições públicas e o sector privado; operacionalizar um conjunto de instrumentos de intervenção, ajustados à estratégia definida, que permitam conferir-lhe dinamismo; assegurar a coordenação desses instrumentos e os objectivos definidos.

Necessariamente que este conjunto de pressupostos só terão aplicabilidade se contarem, na essência, com a aderência e envolvimento dos diversos actores económicos. Desde logo, com o sector público a incrementar esta dinâmica. É algo que tem tido ténues investidas na região. A cooperação, parcerias⁸⁸, inovação⁸⁹ e investimento, são palavras-chave que alguns actores económicos regionais parecem desconhecer. Estes contextos, fazem sentido estratégico e cimentam um crescimento corporizado para o desenvolvimento sob a égide da formação e qualidade. Resta questionar: Se as linhas estratégias se encontram definidas, mesmo que desenhadas por alguns actores locais, o porquê da invisibilidade nos olhares dos concidadãos locais? Descoordenação, impreparação ou ausência de vectores estratégicos decisivos? Os concidadãos, de quatro em quatro anos pronunciam-se, lamentavelmente mal, nalguns casos.

Na sequência da argumentação anterior com a opção de uma diversificação do turismo e lazer de espectro largo (D₃), como cenário plausível, classificado como o mais ajustável à realidade socioeconómica da região, podemos listar um conjunto de vantagens e desvantagens que lhe estão associadas:

⁸⁷ Num dos capítulos desta dissertação desenha-se uma estratégia de crescimento para a região, onde a diversificação e a especialização estarão no seu enquadramento.

⁸⁸ Definidas como uma cooperação entre os actores envolvidos na gestão de cada factor de produção num sistema que permita um desenvolvimento local sustentável (Bennett e Krebs, 1991). Estas personificam uma teia de relações verticais e horizontais permitindo assegurar a coordenação e colaboração entre os vários sectores (público e privado) interagindo com o salutar envolvimento da comunidade local. As parcerias entre as PME's e os demais agentes locais representam um crucial instrumento para o desenvolvimento local. Sendo o Algarve uma região caracterizada por uma reduzida e focalizada tradição empresarial, acompanhada de uma diminuta densidade institucional a prática da mediação pode ser o elo entre as PME's, actores locais e exteriores para a prática do desenvolvimento local.

⁸⁹ A Comissão Europeia, via fundos estruturais (FEDER) aprovou 2.843 milhões de euros, para implementar um programa para a inovação regional no Algarve. Este programa denominado de "INOVALgarve" atende a facilitar o desenvolvimento de redes entre as empresas e

Vantagens	Desvantagens
<ul style="list-style-type: none"> ✓ Integração económica regional e sectorial; ✓ Novas oportunidades de negócio; ✓ Sustentação da base económica regional ✓ Promoção, qualificação e dinamização de novos pólos de desenvolvimento locais; ✓ Complementaridade da oferta infra-estruturas⁹⁰; 	<ul style="list-style-type: none"> ✓ Deficiente interacção entre as instituições e empresas regionais; ✓ Incipiente gestão infra-estrutural, por parte de alguns actores locais; ✓ Ausência de estratégias de diversificação para o sector do turismo, em particular, e para os restantes sectores de actividade, em geral;

Na lado das vantagens e porque “...de um modo geral é visível a concentração da oferta turística na região do Algarve” (DGDR, 2000a) a proposta assume-se claramente por uma diversificação das actividades económicas regionais, sobre a qual recai o centro de gravidade do modelo. Apesar da sua enorme polarização, face a uma intensa exploração dos seus recursos turísticos nos mercados externos e a afirmação interna, conducente à acentuada localização das infra-estruturas turísticas (Silva e Silva, 1995). Tal contextualização permitirá integrar e abrir novas oportunidades de desenvolvimento, incrementando o inquestionável dinamismo para a construção de pólos de desenvolvimento locais. Serão premissas consensualmente aceites se não estivessem debilitadas por acções dos agentes locais, identificadas na coluna das desvantagens, que originam mecanismos de entropia ao complexo processo de desenvolvimento, na região. Tal poderá ser superado, sob uma lógica de formação, vector primordial presente em todos os aspectos operantes deste modelo, objectivando o desejável quadrante da qualidade. Nas sua ausência o actual motor desta economia regional não funcionará.

No entanto, esse motor tem de se ramificar e segmentar estruturalmente, permitindo uma desejável diversificação que dinamizará novas áreas de negócio adjacentes. O envolvimento revestirá uma lógica territorial, corrente que se revela mais adequada a uma

organizações sustentado em inovações e tecnologias. Encontra-se focalizado no complexa e diversidade de actividades associadas ao turismo e lazer (Comissão Europeia, 1999b). A sua gestão encontra-se a cargo da CCR-Alg.

⁹⁰Sobre esta vertente a DGDR (2000a) admite a particular sensibilidade que o sector do turismo reserva a esta problemática. Porquanto a viabilização da oferta de um determinado serviço turístico encontra-se dependente, por um lado da disponibilidade de infra-estruturas específicas (no apoio directo ao serviço prestado, hotelaria, restauração...) e, por outro de uma oferta infra-estrutural básica (onde se incluem as infra-estruturas de distribuição da água, energia, saneamento básico e transportes), que, por sua vez, permita que as necessárias condições ambientais à atracção dos fluxos turísticos que confirmam rentabilidade económica para com as primeiras. Poderá, assim, compreender-se porque a especialização económica das actividades turísticas acentua o seu ênfase nas problemáticas da requalificação dos equipamentos e serviços, mas também, no ajustamento destes à evolução tida pelos segmentos da procura.

reflexão sobre as possibilidades de intervenção municipal na promoção do desenvolvimento (Henriques, 1987), na perspectiva da observação das valências naturais da região, sob o insubstituível envolvimento do vector segurança. Até porque, a região do Algarve tem sido, até agora, meritoriamente identificada e reconhecida como um destino seguro⁹¹ pelo maioria dos seus visitantes (Viegas, 1997). Não subsistam dúvidas que “o turismo poderá declinar (e declina) quando as condições de segurança deixam de ser uma mais-valia ou um activo patrimonial” (Martins, 2003: 4). Dessa forma, esperamos que este destino turístico se mantenha assim classificado (turisticamente seguro). Porquanto o vector da segurança se nos afigura como um vector base de sustentação de qualquer sociedade. Sem a sua presença, por muito desenvolvida que essa sociedade seja, qualquer cenário de desenvolvimento fica, desde logo, fragilizado.

Também não subsistem dúvidas relativamente à inevitável necessidade deste modelo de desenvolvimento (identificável por D₃) valorizar as potencialidades endógenas da região, observando as suas condições naturais, minimizando as ameaças latentes. Todo o cariz da intervenção humana na região, deverá incorporar a importância do ambiente, como condição de sucesso para a região. Admitindo-se, apesar de discutível, a razoabilidade do cenário. Estas “novas dimensões das actividades não poderão desenvolver-se isoladamente uma das outras” (Guerreiro, 2001: 6). Porque será que não têm sido difundidos e implementados cenários de desenvolvimento na região? Se “falar do desenvolvimento regional português é falar da organização espacial da sociedade portuguesa” (Lopes, 1994: 9), a descoordenação, ausência de quadros de desenvolvimento, intervenções nacionais, regionais e locais desintegradas, podem ser alguns dos motivos. O poder central, regional e local conhecem a resposta. A maioria dos munícipes da região, não.

⁹¹Neste estudo o item Baixa criminalidade surge como a primeira contribuição, dos atributos de escolha, na Dimensão Ambiental (tabela 2); No tabela 5 surgem os atributos de escolha agregados e a baixa criminalidade aparece 9.º Lugar com um índice total de 6.35, no conjunto dos 28 atributos de escolha (Viegas, 1997). Vide ANEXO n.º 2.

CAPÍTULO 4. O QUADRO SÍNTESE DO DESENVOLVIMENTO LOCAL – REGIÃO DO ALGARVE

Os economistas regionais estão interessados numa equidade vertical, ou seja, em sentido convencional, entre ricos e pobres. Manifestam preocupação com a equidade horizontal, particularmente, com a equidade horizontal em contexto de equidade espacial entre grupos nas diversas regiões (Temple, 1994). Essa será também uma preocupação das regiões face à ausência de quadros de desenvolvimento. A análise aqui preconizada atende a um registo que passa pelos factores críticos, de cariz infra-estrutural que, de certo modo, poderão expressar um barómetro para o desenvolvimento local, para a região do Algarve.

4.1 Carências ao nível infra-estrutural condicionantes do desenvolvimento endógeno

Importa referir que a região é penalizada pela mecanismo da sazonalidade da actividade turística, o que induz um aumento exponencial da população instalada nesse espaço, em determinados períodos. Tal acarreta forte pressão sobre a maior parte das infra-estruturas da região, nalguns casos, situações de evidente ruptura (DGDR, 2000a). São aqui referidos um conjunto de carências infra-estruturais que se apresentam como factores condicionantes de um desenvolvimento endógeno. São identificadas as seguintes condicionantes:

- ✓ Infra-estruturas para instalação das Forças e Serviços de Segurança – a inexistência de comandos regionais, nalguns sectores de segurança, prendem-se com motivos, político-organizacionais mas, também, com carências logísticas, ao nível dos imóveis, que podem ser resolúveis na cooperação entre as autarquias e a tutela;
- ✓ Incipiente Programação Estratégica municipal - os Planos Estratégicos⁹² encontram-se definidos e documentalmente executados por parte de quase todas as edilidades.

⁹² No capítulo I, ponto 1.4 - são tecidas considerações sobre a importância do Planeamento no âmbito do Desenvolvimento.

A sua implementação encontra muitas adversidades, algumas delas parecem inultrapassáveis. As autarquias e, fundamentalmente, os seus munícipes perdem com este cenário;

- ✓ Descoordenação entre os vários agentes económicos regionais - já se frisou a ausência de parcerias e cooperação entre os actores locais. Falar a uma só voz, corporizando a lógica de força de pressão na região exige, acima de tudo, vontade. E essa parece não existir, incluso por parte do sector público. A congregação de esforços e consensos alargados fará o resto;
- ✓ Sector público sem papel fundamental no processo de mudança – primeiramente terá de assumir rigor de gestão e não contemplar um “espaço para interpenetrações entre as questões políticas e institucionais para o desempenho das suas competências” (Noronha, 2003: 20). Só dessa forma poderá ter um papel, que todos esperam, de fundamental no processo de mudança para a região do Algarve;
- ✓ Débil dotação em infra-estruturas, equipamentos e quadros dos serviços de saúde, quiçá a maior lacuna infra-estrutural da região, muito identificada pelos que visitam a região. Em 1999, a região apresentava uma dotação de camas hospitalares, traduzindo uma lotação praticada de camas de internamento nos hospitais e centros de saúde de 952, significando um rácio por 1000 habitantes de 2,7 (INE, 1999), representando o número de camas hospitalares mais reduzindo ao nível regiões NUTS II. Esta debilidade constitui um forte obstáculo ao desenvolvimento, na vertente do turismo sénior e à fixação de residentes de terceira idade, com elevado poder de compra que bem podiam contribuir, de forma determinante, para a redução da sazonalidade, na actividade turística (Martins e Centeno, 1999). Apesar da região se encontrar dotada de dois hospitais distritais (Faro e Portimão), apoiados por um conjunto de centros de saúde (ARSALGARVE, 2003), transparece uma forte desarticulação entre estas infra-estruturas, aos vários níveis;

- ✓ A metodologia e prática da gestão autárquica local⁹³ - sobre esta temática inclui-se a visão conferida por Correia (1993: 277-281), confinada a alguns aspectos institucionais e legais. São salientáveis os seguintes aspectos: uma ausência de diálogo, constatável entre os vários níveis da administração pública tem representado um obstáculo determinante à operacionalidade de algumas tarefas de planeamento e gestão associada aos municípios; uma sobreposição de tutelas e jurisdições de diferentes organismos estatais, sobre as diferentes áreas do país e que se têm pautado pela introdução de dificuldades e problemas à gestão do ordenamento do território, concretamente à orla costeira; existência de uma “linha de factura” entre o planeamento ao nível central e local designadamente de cariz socioeconómicos, centralmente e, localmente, ao nível da utilização do solo, redes de infra-estruturas e de equipamentos. O planeamento de áreas urbanas limítrofes entre os diversos municípios deve uniformizado, com regras comuns de políticas de solo coordenadas; deficiente comunicação entre o município, os municípios e as juntas de freguesias sendo conhecida a deficiente circulação de informação entre os serviços, fruto de práticas de gestão ultrapassadas e uma excessiva burocratização que atrasa todos os processos, prejudica os utentes, afasta os munícipes do interesse e empenho na gestão do seu próprio espaço;
- ✓ Carências graves na infra-estruturas de saneamento e resíduos sólidos - no tratamento dos fluxos domésticos (resíduos sólidos urbanos e águas residuais) e industriais; existem municípios onde a sua taxa de tratamento não é suficiente. A rede de

⁹³ A este propósito inclui-se uma alusão ao artigo de Neves (2001). Este economista pega num texto de um famoso politólogo e trás à tona uma reforma da democracia que apresenta os seguintes requisitos: exigência de uma avaliação de todos os candidatos a qualquer eleição política no país, substanciada em dois exames prévios - o teste de idoneidade e o teste de capacidade. O primeiro, eliminativo, procuraria ser um garante da qualidade dos candidatos a dirigentes políticos. Este teste seria uma espécie de declaração pessoal, detalhada do candidato, sendo submetida a um Conselho de Idoneidade Política (*constituídos por juizes jubilados dos tribunais criminais civis, administrativos e de contas*). Em caso de aprovação seria emitido um certificado de idoneidade pública que lhe conferia direito a uma carreira política nacional e autárquica. Detectada que fosse, após a emissão deste certificado, factos comprometedores, escândalos, etc., remetiam directamente o político para a expulsão do cargo público que ocupava. O segundo, prendia-se com a capacidade sendo, apenas, informativo. Estruturalmente, seria constituído por análise psicotécnica para apurar as qualidades de liderança e agilidade intelectual com exame sobre os conhecimentos da situação sócio-política do país. Podia ser repetido, classificado de zero a cem, realizado em programa informático, para tal concebido. Necessariamente que esta abordagem levanta muitas questões quanto à sua aplicabilidade. O que aconteceria seria, certamente, uma quebra súbita de candidatos. Algumas pessoas começariam a interessar mais pela política, designadamente as camadas jovens, mais qualificadas. As universidades, aproveitando a brecha, criariam cursos de preparação a estes testes. Desconhece-se o autor se

ETAR's, embora com uma cobertura territorial superior à média nacional, não abrange ainda a totalidade do território da região. Tal origina focos de poluição face ao não tratamento de efluentes⁹⁴ em zonas estuarinas e em algumas zonas costeiras. No campo de resíduos sólidos existem carências que resultam numa insuficiente taxa de cobertura. Na região do Algarve, a constituição da empresa ALGAR⁹⁵ tem contribuindo para a resolução de alguns problemas existentes, através da realização de alguns aterros sanitários e encerramento de lixeiras. Conferindo resposta às normas comunitárias assegurando uma melhoria das condições ambientais (DGDR, 2000a). A eliminação dos resíduos industriais e lixos hospitalares continua por resolver. Um pouco à semelhança das outras regiões.

Estas são, em síntese, as condicionantes infra-estruturais de maior saliência ao desenvolvimento endógeno, numa acção liderante de desenvolvimento da própria região.

4.2 Condicionantes dos factores esperados de crescimento regional

São consensualmente identificados as seguintes condicionantes:

- ✓ Falta de atractividade da região face a investimentos externos, quer pelo custo do solo, quer pelas carências de recursos e infra-estruturais, quer pela falta de formação específica da mão-de-obra disponível;
- ✓ Recursos Humanos - deficiências que resultam da desarticulação dos sistemas educativos e formativo; mão-de-obra pouco qualificada para as exigências bastante competitivas do sector turismo que procura alcançar a qualidade; ausência de “massa crítica” que decorre da não fixação de quadros técnicos; um espírito empresarial adverso aos factores de I&D, observável em Nicolas e Noronha (2000) e Barata (2000), e qualidade;

estaria a situar nalgum país em concreto. Admitindo a exequibilidade deste modelo seria muito interessante conhecer e analisar os resultados. Como seria então constituído o poder central, regional e local com a implementação deste sistema? Muito melhor.

⁹⁴P. ex., na localidade de Monchique persiste a urgência latente na implementação de um conjunto de equipamentos e infra-estruturas que permitam o tratamento dos efluentes provenientes da suinicultura, em detrimento de uma qualidade ambiental, das águas minero-medicinais e termais, em particular (DGDR, 2000a).

Nas infra-estruturas pontificam as:

- ✓ deficientes acessibilidades (internas e externas - rodoviárias, ferroviárias e marítimas) - neste cenário, as infra-estruturas viárias e de transportes são particularmente afectadas pela factor sazonalidade com visíveis reflexos na qualidade de vida da população residente. Com bastante dinamismo, reforçado estruturalmente, o aeroporto de Faro recebe, por ano, cerca de 2 milhões de passageiros (DGDR, 2000a), apresentando uma deficiente acessibilidade rodoviária que, por via do Euro-2004, sofre ampliação actualmente. Ao nível ferroviário esta acessibilidade não se têm posicionado como uma alternativa muito interessante, sendo excêntrica a muitas aglomerações, não oferecendo um serviço que seja uma alternativa ao modo rodoviário. Apresenta fragilidades evidentes no seu traçado desadequado, face às principais densidades populacionais, materiais obsoletos e deficientes estruturas intermodais; ao nível portuário apresenta potencial estratégico para o investimento e produção de incrementos na economia regional. O porto de Faro⁹⁶, com uma ausência de investimentos para o modernizar, tem condicionada, desde logo, a sua competitividade. As potencialidades associadas ao sector da pesca nos portos de Vila Real de Santo António, Tavira, Olhão, Portimão, Lagos, Sagres e Quarteira e o sector dos portos de recreio/marinas de Vilamoura, Vila Real de Santo António, Tavira, Albufeira, Olhão, Lagos e Portimão são uma vertente em expansão com um conjunto de actividades sectoriais que gravitam em seu redor que necessitam de ver melhoradas as suas acessibilidades e infra-estruturas;
- ✓ ausência de parques industriais - concretizar a construção e equipamento de parques industriais regionais, apresenta-se como fundamental para melhorar a estrutura do

⁹⁵ Uma empresa pública que envolve o EGF, o IPE e as câmaras municipais, operando o Sistema Multimunicipal de Tratamento e Valorização de resíduos sólidos urbanos. Objectiva a construção, gestão e exploração destes sistemas, com colaboração das câmaras municipais, com estas a assegurar a recolha local.

⁹⁶ Com uma especialização no transporte de mercadorias, apresenta uma debilidade estrutural ao nível da sua localização. No seio da Ria Formosa, o que condiciona, com entrada pela Barra Nova de Olhão, a entrada de embarcações comerciais de determinado porte.

- tecido produtivo, aumentando a sua eficiência, proporcionando melhores condições logísticas de distribuição e comercialização de produtos (AMAL, 1998);
- ✓ integração deficiente do mercado regional algarvio com o mercado nacional e, particularmente, com o mercado da região de Andaluzia - tal contexto, prejudica a gestão de interacção no interior da região. Porque se tratam de duas regiões periféricas, teoricamente tal envolve uma opção que oscila entre uma lógica de cooperação e não cooperação. A primeira, permitirá às empresas destas regiões estabelecer laços de cooperação empresarial que podem induzir iniciativas de negócio complementares (Pimpão, 1993); a segunda, reflecte a sua ausência com prejuízos para as dinâmicas empresariais destas regiões;
 - ✓ assimetrias internas (ao nível dos investimentos) regionais - no interior do Algarve subsistem vários “Algarves”. Desde logo, a dualidade litoral e interior - duas dinâmicas que “cortam” a região. As diferenças geográficas, económicas e sociais que imperam na região não se esbatem rapidamente, mesmo que ligeiramente atenuáveis pela presença dos fundos estruturais. Porque o avanço do processo de integração aumentou o interesse pela evolução das disparidades económicas entre as regiões da UE (López-Bazo, *et al.*, 2001), continua aí a residir um dos maiores enigmas do desenvolvimento local, regional e, em síntese, do todo o espaço europeu;
 - ✓ dificuldades de formação de um grupo de pressão algarvio - face à frágil articulação entre os actores do desenvolvimento (empresários, meio político e a envolvente empresarial e associativa, sistema educativo e formativo...); Existe uma lógica uni-pessoal de autopromoção, afastando a cooperação e reforço dos laços entre os vários agentes do desenvolvimento para se exercer um grupo de pressão sobre o poder central. O papel do associativismo empresarial na região do Algarve não é animador, inviabilizando o entrosamento entre as entidades públicas, empresários e associações, na constituição de “... uma voz forte junto das instâncias governamentais na defesa dos interesses da região” (Pinto, 1997: 603);

- ✓ excessiva centralização do sector turismo na dinâmica produtiva regional - a região do Algarve continua a manter a aposta, no seu crescimento, mediante uma consolidação da sua vocação turística, intrínseca de um local de atracção, por excelência, para residentes e estrangeiros. No entanto, este sector “tende a localizar-se em espaços geograficamente muito localizados” (Noronha, 2003: 20), concretamente, na faixa litoral da região do Algarve. Recorrente na sua especialização urge metodologias de diversificação da actividade económica na região que se revelem convergentes para um modelo de crescimento regional, sob o qual se avançam considerações no capítulo seguinte.

Foram listados alguns condicionantes esperados do desenvolvimento e crescimento regional. A sua superação permitirá a redução destes condicionalismos retardadores do desenvolvimento. Estar-se-á mais perto de alcançar um crescimento ordenado para o pretendido desenvolvimento de lógica endógena. As diferenças de desenvolvimento existentes, entre as regiões, não passam somente por este conjunto de factores. Exigem um conjunto integrado de pressupostos que se têm de ajustar a cada realidade regional. Na sua implementação, gestão e realização pode estar a resolução do enigma. Porque será que algumas regiões o descobrem e outras não?

CAPÍTULO 5. CONSTRUÇÃO DE UM CENÁRIO DE CRESCIMENTO

A ciência regional tornou-se uma ferramenta para análises práticas, cuja preocupação é o estudo do comportamento dos fenómenos socioeconómicos que apresentam uma dimensão espacial (CCED, 2003). Este instrumento pode e deve ser utilizado como uma ajuda para a tomada de decisões políticas (Fujita, *et al.*, 2000). A sua objectividade tende para a provisão das infra-estruturas regionais locais e, nalguns casos, subsidiar os *inputs* locais do Estado. A sua justificação deve ser, em primeiro lugar, nas imperfeições de mercados, se estas não forem consistentemente combatidas contra um eficiente mercado livre e um mecanismo de ajustamento dos factores inter-regionais (McCann, 2001). O modelo das actividades económicas espaciais pode ser simplificado por uma série de círculos (Temple, 1994), onde o local ocupa o círculo mais pequeno, seguido pelo regional, nacional, europeu e internacional.

Assente numa dimensão claramente regional, de base territorial (Henriques, 1987), a região do Algarve tem consolidado o turismo como pólo dinamizador da sua economia. O seu crescimento desordenado e incontrolado, sob uma oferta fortemente centrada no produto sol e praia, tem implicado mecanismos de competitividade regional que afectam a qualidade dos serviços e imagem da região (DRE-ME, 2002). Este modelo espacial de especialização é também referenciado como um modelo gerador de desigualdades no rendimento (Castro e Jensen-Butler, 1999). Dessa forma, uma estratégia de diversificação de actividades, com uma componente de integração e complementaridade de sectores (Noronha, 2003), poderá estabelecer o “novo modelo de desenvolvimento estratégico da base económica do Algarve” (CCR-Alg, 1999: 30).

5.1 A estrutura produtiva da região

O facto de encontramos uma excessiva concentração da população empregada, cerca de 70% (INE, 2001a), no sector dos serviços é demonstrativo da ponderação este sector

tem na economia regional. A agricultura e a pesca, bem como a silvicultura, agrupam 9% da população empregada (INE, 2001a). A agricultura apresenta-se como um sector residual (Anexo n.º 4)⁹⁷, sem expressividade ou perspectivas de fortalecimento. Esta circunstância ficou a dever-se à explosão turística, ocorrida nos anos setenta, introduzindo alterações no modelo socioeconómico vigente, gerando um declínio na agricultura face ao êxodo rural do interior para o litoral. Na fileira da pesca, os factores explicativos surgem com a políticas de pescas da UE subsidiando o desmantelamento de embarcações; a não renovação do contrato de pesca com Marrocos, por parte da UE, que forte impacto teve na região, acostando muitas das embarcações de pesca ao largo da região. No entanto,

"...não só se verifica uma tendência para a redução da capacidade empregadora do sector, como a lógica de mercado e de funcionamento económico, actualmente predominante na pesca, conduziu a que esta já não constitua um pilar de suporte da indústria conserveira regional, contribuindo para uma viável desarticulação entre estas duas actividades" (AMAL, 1998).

Apesar de tudo, aqui poderá encontrar-se uma fileira, após a sua clarificação e reestruturação pela UE⁹⁸, com amplas potencialidades intrínsecas para a região. Uma dessas potencialidades pode passar pela reconversão das embarcações de pescas, p. ex. as trai-

⁹⁷ A análise situa-se no concelho de Loulé, um dos mais representativos territorialmente. São notórios os picos territoriais da superfície agrícola que são acompanhados, nessa sequência, pela superfície não agrícola. Essa acentuação verifica-se nas freguesias de Alte, Ameixial, Boliquicime, Salir, Loulé (S. Sebastião) e Benafim. Sendo esta última freguesia, a que apresenta maior fosso entre a superfície agrícola utilizada (2297 Hec) e a superfície agrícola não utilizável (254 Hec), com 222 explorações agrícolas na freguesia. Traduzindo maior expressividade agrícola do concelho. Com uma situação semelhante encontram-se as freguesias do Ameixial e Boliquicime. As indústrias (não poluentes) podem ser sector alternativo com potencialidades. Observadas as lógicas ambientais na sua instalação; não originando entropias à vertente turística, sendo normalmente integradas no ciclo económico da região, adicionando-lhe valor acrescentado. Hoje, o que pontifica na região, são algumas indústrias (poluentes), designadamente as classificadas como pedreiras (área, juntamente com mármore, muito apetecível na região (vide Anexo 4 - tabela A4.2 - Caracterização Geral da Indústria confere o número de pedreiras existentes) que, apesar de tudo, continuam com licenciamento para laborar. Quando cessam a actividade, deixam enormes crateras, descaracterizando a paisagens da região, ao arrepio da lei.

⁹⁸ Esta clarificação passa pela redefinição da política de pesca para UE. Problemática em cima da mesa proposta pelo comissário Frans Fischler. No essencial, esta reforma impõe uma redução do esforço de pesca na UE entre 30% a 60%, cessando com os apoios à modernização e reconversão da frota e aumenta em 20% os auxílios para abate de embarcações. Com esta implementação serão abatidos de cerca de 8.600 embarcações em toda UE e remeterá para o desemprego cerca de 28.000 pescadores (Jornal Correio da Manhã, 2002: 19). As consequências: frota envelhecida - 10.532 barcos constituem a frota portuguesa de pesca. A grande maioria têm mais de 25 anos, de pequena dimensão, dedicando-se à pequena pesca, mesmo mediante o esforço de modernização encetado nos últimos anos. Menos pescado - os desembarques de pescado passaram de 166.924 toneladas, em 1999, para pouco mais de 150.000 em 2001. Tal representa uma quebra superior a 10%. O preço médio, por quilo desembarcado, no mesmo período, aumentou 19% (para os 1,66 euros). Desta forma, Portugal está em risco de ter de reduzir a sua capacidade de pesca no equivalente a 287 embarcações, em resultado da proposta de reforma radical do sector que a Comissão Europeia decidiu submeter ao Conselho de Ministros dos Quinze da UE (Jornal Público, 2002b).

neiras⁹⁹, que podem representar um segmento para complementar e diversificar a oferta turística. O sector industrial, que agrupa 21% da população activa, não apresenta uma competitividade representativa para com as outras regiões. Como se verifica, a base económica regional tradicional apresenta-se, estruturalmente, canalizada no sector dos serviços, principalmente pela preponderância do sector do turismo. Assim, não se prospecta que o seu crescimento importe num reordenamento na distribuição da população activa. Esta situação facilita a tarefa da criação de um cenário de desenvolvimento para a região, a partir do qual desenvolveremos a segunda parte deste trabalho.

5.2 Os pressupostos do cenário

O cenário de crescimento proposto para a região do Algarve centra-se na diversificação das suas actividades económicas. Subsistem-lhe dois pressupostos essenciais: o seu enquadramento numa estratégia global de desenvolvimento para a região e o envolvimento dos agentes económicos, face ao seu carácter complexo de execução (Noronha, 2003). Será recomendável, na presença de investimento interno e externo para a região, que este objective o incremento dos sistemas industriais locais, preferencialmente como redes industriais, ambicionando a que estes sejam o motor do desenvolvimento económico local (Nicolini, 2000). Para as empresas, a sua junção em rede, significa um intercâmbio, com as restantes, das suas experiências em matéria de produção (Nicolini, 2000), permitindo o reforço das redes locais de interacção¹⁰⁰, cimentando o trabalhar em grupo, espírito de cooperação que, na essência, constitui um valioso activo (Polèse, 1998). Consequentemente, tal facto lidera uma reconceptualização da empresa que encontra substância sob a forma de rede (Conti, 1996).

⁹⁹ Assistir a um dia de pesca, abordo de um destes barcos, é um programa aliciante para qualquer turista que visite a região. Tal significa um rendimento importante na exploração destas embarcações. Haverá que superar algumas obstruções regulamentares, dificultadoras da especialização deste tipo de embarcações para executarem este tipo de oferta turística (Martins e Centeno, 1999).

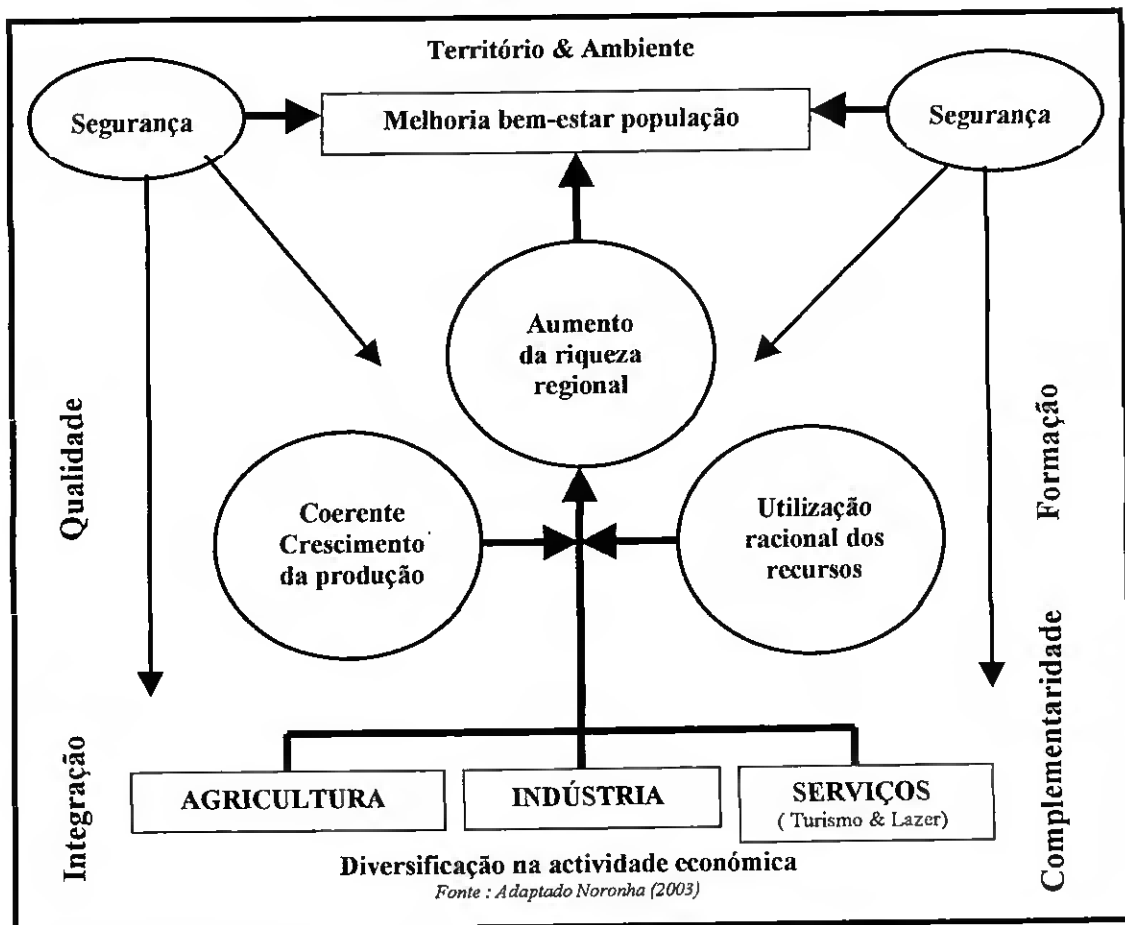
¹⁰⁰ As colaborações entre os diversos agentes económicos são favorecidas, em princípio, pela sua proximidade (Polèse, 1998).

Porque existe uma evidência latente de que o rápido crescimento das regiões usualmente apresentam as elevadas taxas do surgimento de novas empresas (Nolan, 2001) será importante dinamizar o seu aparecimento. Pensa-se que este cenário, na sua génese, privilegia estas dimensões.

5.3 O cenário de crescimento para a região

Assente numa lógica de diversificação das actividades económicas, apresenta-se as componentes da integração e complementaridade que “impõem um conhecimento profundo do comportamento de cada um deles exigindo um elevado esforço de execução de políticas públicas transversais” (Noronha, 2003: 20), como linhas enquadradoras, se perspectiva o cenário seguinte, com sua esquematização que se segue.

Figura I.5.3.1 Cenário de crescimento – Algarve



Preconizada uma diversificação na base económica regional, nos sectores da agricultura, indústria e serviços, com particular incidência no segmento do turismo e lazer. Onde, p.

ex., um aproveitamento do meio rural para actividades de lazer, acompanhado de uma integração desse no VAB regional. Esta diversificação das actividades conduzirá a um crescimento harmonioso do produto regional, perante uma utilização racional dos recursos disponíveis, onde a qualidade e formação fomentam essa acção de diversificação. Esta dinâmica permitirá gerar um aumento da riqueza regional direccionada para proporcionar melhorias no bem-estar das populações. Se “o desenvolvimento é acesso aos bens e serviços que satisfazem essas necessidades básicas” (Lopes, 1998: 14), podemos reforçar essa tónicas de desenvolvimento gerando aumento da riqueza regional operando a sua redistribuição. No entanto, esta esquematização será exequível na “presença” discreta, mas determinante, do factor segurança que acompanhará este cenário conferindo uma mais-valia ao bem-estar da população, em geral e, uma inerente “visibilidade” regional, determinante para o segmento turístico, em particular, conhecendo-se de quão importante este se revela na classificação de destino turístico “seguro”, atribuído à região (Viegas, 1997).

5.4 Potencialidades e debilidades

A coesão social da região do Algarve, apesar de, depois da região de Lisboa e Vale do Tejo, apresentar um PIB-pc mais elevado¹⁰¹, não se encontra isenta de problemas sociais. A par de um crescente envelhecimento da população residente¹⁰² (INE, 2001a), registam-se alguns problemas de adaptação estrutural nos sectores tradicionais com forte efeitos no tecido social. A sazonalidade da actividade turística, aliada à precariedade do emprego, constitui uma vulnerabilidade não só para os menos qualificados como também para a população jovem que gostaria de encontrar outras oportunidades de emprego. Esta situação favorece o subemprego.

¹⁰¹ PIB-pc a preços de mercado em 1999 era de 10500 euros (INE, 2001b).

A apresentação de um modelo permite estruturar um conjunto de potencialidades endógenas, associadas a subsectores e alguns sectores emergentes e complementares, todos eles confluentes no objectivo do desenvolvimento. Seguidamente, apresentam-se as potencialidades e debilidades associadas ao modelo proposto. A diversificação da base económica ampliará a oferta estimulando novos produtos e mercados. Esta acção incutirá uma revitalização e promoção do ordenamento do território, desenvolvimento infra-estruturas e equipamentos colectivos e uma reabilitação de alguns espaços urbanos (UALG, 1997: IIA2.42), permitindo esbater o efeito sazonalidade.

Potencialidades

- ✓ Ampliar as possibilidades de diversificação da base económica regional;
- ✓ Integração e complementaridade de actividades;
- ✓ Formação/qualificação dos RH;
- ✓ Promoção espírito empreendedor;

Debilidades

- ✓ Descoordenação e entropia de alguns serviços desconcentrados do Estado¹⁰²;
- ✓ Ausências de algumas infra-estruturas (ex: saúde e acessibilidades);
- ✓ Complexidade na execução face à actuação conjunta dos agentes económicos envolvidos;

O reforço dos laços de cooperação com Andaluzia e Norte de África criando laços comerciais, fluxo de bens e pessoas, face a uma proximidade geográfica identificável, revela-se como uma excelente base para cooperar (Pimpão, 1993) reforçando a diversificação das actividades nalgumas sectores de actividade; a integração e complementaridade pode rever-se nos “programas estruturais e operacionais dos quadros comunitários” (Noronha, 2003: 20), impondo-se práticas bem definidas.

A qualificação dos Recursos Humanos, com a dinamização as acções de formação, aos vários níveis, induzirá melhoramentos na mão-de-obra disponível, objectivando a excelência da qualidade. Nesta vertente, atende-se ao papel fulcral, de potencial endóge-

¹⁰²Da população residente, Homens e Mulheres, as faixas etárias [25 a 64 anos] e nas faixas dos 65 ou mais anos são as que apresentam maiores valores. A faixa etária dos [25 a 64 anos] é bastante abrangente e com intervalo de variação amplo restando saber onde se situam as medidas estatísticas - média, moda e mediana, neste intervalo (INE, 2001a).

¹⁰³Esta tónica é evidenciada na pela necessidade “da administração se apresentar mais flexível na gestão e uma aproximação às orientações direccionadas para o resultado [...] o fornecimento de serviços públicos deve basear-se num processo de custo-eficiência; a reforma (deste sector) deverá focalizar-se em promover a dinâmica para aproximações orçamentais e de gestão que confluem para melhores resultados” (OCDE, 2003).

no, que a Universidade do Algarve revela perante a elevada diversidade em matéria de oferta no domínio do ensino (PDR, 1999: 232). Esta instituição e outras do ensino superior apresentam-se como valências do conhecimento na região que têm cedido pólos do seu conhecimento ao serviço do desenvolvimento na região; a promoção de um espírito do empreendedor^{104, 105} que deve detectar e desenvolver oportunidades muito concretas neste cenário de crescimento tendente a ser dinamizada.

De entre as desvantagens equacionadas a de maior evidência poderá repercutir-se no sector público, reflectindo a posição periférica da região. Torna-se necessário operar uma reestruturação visando, primeiramente, “obter um grande rigor de gestão” (Noronha, 2003: 20), que permita o reforço do papel central no processo de decisão regional o que não tem acontecido.

Esta cenário de crescimento resulta de uma perspectiva que assenta num dinamismo intra-sectorial que já existe, necessitando de redimensionamento, mediante uma acção mais interventora dos diversos agentes económicos. De carácter simples as medidas estruturais, que cortam horizontalmente a estrutura produtiva e a base económica, demoram a surtir resultados. Porém, dadas as características da região Algarvia exige-se uma robustez estrutural que assegure as consequências das imprevisíveis oscilações operadas nos mercados. Se a transformação do sistema produtivo territorial, o crescimento e a diversificação da produção, a melhoria do rendimento per-capita da população, o incremento da qualidade dos serviços sociais e a protecção do meio ambiente

¹⁰⁴ Ao nível dos operadores turísticos privados é notória ausência de textos estratégicos o que é sintoma de uma latente insuficiência estrutural organizacional dos diversos agentes do sector turísticos, facto indissociável a um desenvolvimento desordenado que se tem verificado no sector (Silva, 1992).

¹⁰⁵ Esta ideia é vinculada no seminário "Educação e Inovação: os grandes desafios nacionais", (Jornal Diário de Notícias, 2002a). É aí referido que "as universidades formam muitos doutores mas poucos têm espírito empreendedor". Sendo necessário "fomentar o espírito empreendedor nos alunos do secundário e mais tarde nos universitários parece ser a receita para que nem todos os doutorados venham a seguir a vida académica. Maior preocupação com as competências e menor com os graus académicos é fundamental para tornar o país mais produtivo e competitivo". Rye (1998: 9-10) define o conceito de empreendedor como "alguém que organiza e dirige uma iniciativa de negócio, assumindo os riscos associados ao processo de iniciação". Esta característica, para alguns, é-lhes inacta, mas a maioria dos empreendedores é adquirida pelo estudo e acompanhamento de outros empreendedores bem sucedidos. As qualidades típicas de um perfil destes, são: grande lutador; saber correr riscos; saber resolver problemas; procurar *status*; elevado nível de energia; autoconfiança; necessidade

são, genericamente, alguns dos objectivos finais das políticas enquadradas numa estratégia de desenvolvimento regional (Garofoli, 1992), o modelo deve constituir um esforço para o ajustamento entre a oferta e a procura¹⁰⁶ aferidas pelas das capacidades e potencialidades regionais. Porque, não restarão grandes dúvidas:

“ as regiões que ofereçam uma qualidade de vida elevada, serviços públicos eficientes e taxas de imposto razoáveis tornar-se-ão uma Meca para o investimento na alta tecnologia e para trabalhadores altamente qualificados. Não será necessário muita imaginação para perceber que Portugal (região do Algarve), poderia tornar-se um dos locais mais desejáveis e prósperos “ (Neves e Rebelo, 2001: 138).

Nós desejamos que se avance nesse sentido, admitindo que o modelo proposto corrobora com esses pressupostos, ressaltando a premente necessidade de incluir, nas amplas temáticas do desenvolvimento, a problemática da segurança. O que até agora não tem sido devidamente equacionado.

de satisfação pessoal. São apontadas como características de sucesso: autocontrolo; procura de resultados; autodirecção; gestão por objectivos; análise de oportunidades; controlo de horários; pensamento criativo; resolução de problemas e pensamento objectivo.

¹⁰⁶ Procura induzida pelo turismo, quer pelos capitais - gerados na actividade económica regional - como os que resultam da atracção de investimentos na região (Silva, 1992: 68)

Parte II

O Factor Segurança

CAPÍTULO 1. DESENVOLVIMENTO REGIONAL VS. SEGURANÇA

Associar práticas de desenvolvimento com a vertente segurança, na sua dimensão criminal, revela-se como uma parte inevitável do processo de desenvolvimento económico e social (Zvekicz, 1990). Face às mudanças produzidas nos países desenvolvidos, os comportamentos e a organização social sofrem alterações afectando, sobremaneira, as instituições tradicionais. Algumas vertentes académicas argumentam que o crescimento da criminalidade assumiu proporções, em alguns países desenvolvidos, começando a pontificar-se como uma séria ameaça ao desenvolvimento sustentável (Kiedrowski, 1998). No entanto, relacionar criminalidade e desenvolvimento tem sido objecto de vários estudos, ao longo dos anos, com conclusões discutíveis relativamente aos efeitos do crescimento socioeconómico sobre o crescimento da criminalidade¹⁰⁷ (Frate, 1998). A problemática avançada por Leggett (1999) deixa algumas interrogações. Antevendo, relativamente ao crime, um impacto negativo deste no desenvolvimento e duvidando se, perante uma ausência de desenvolvimento, aquele origina, de facto, focos de criminalidade.

A segunda parte desta tese baseia-se num conjunto de dados oficiais disponíveis para tentar observar empiricamente a correlação entre o complexo fenómeno de crescimento regional e o desenvolvimento com algumas vertentes da criminalidade. No primeiro capítulo da segunda parte ter-se-á uma avaliação do estágio de desenvolvimento regional no Algarve, com base em índices de desenvolvimento local e um percurso dos dados da criminalidade.

¹⁰⁷Por um lado, a linha tradicional acredita que o factor do progresso tecnológico e um maior igualdade na distribuição da riqueza deverá reduzir os conflitos sociais; outras linhas teóricas consideram que o crescimento económico e a modernização compreendem, necessariamente, um aumento global nos índices da criminalidade (consultar, p.ex: Shelly, 1981). Esta teoria sustenta-se na constatação de que os países desenvolvidos (geralmente) apresentam maiores índices de roubos/furtos e baixos índices de homicídios relativamente aos países em vias de desenvolvimento (Wolf, 1971)

1.1 Índices de desenvolvimento regional – Estudo e análise

Traçar um quadro de desenvolvimento de uma região suscita, desde logo, bastantes dúvidas. A concepção de desenvolvimento regional encontra forte associação nos incrementos na qualidade de vida e oportunidades para os residentes dessa região geográfica específica. O nível de desenvolvimento socioeconómico de uma região será o reflexo do seu grau de urbanização, diversidade da base económica, em toda a economia regional, mobilidade e crescimento populacional e pela qualidade das suas infra-estruturas (Carcach, 2000). Dessa forma a decisão sobre qual o indicador (ou indicadores) que melhor mensura(m) esses níveis de desenvolvimento regional torna-se difícil. Vários ensaios têm sido produzidos, quase todos sustentados pelo parametrizado PIB-pc. A nossa proposta de análise é norteada pelo estudo de Gomes (2000)¹⁰⁸. A autor apura níveis de desenvolvimento para as 204 regiões da UE (Anexo n.º 5), com base num conjunto de indicadores que permitem os diferentes níveis de desenvolvimento das regiões NUTS II da UE. A sua constituição situa-se ao nível de quatro componentes: condições sociais, capacidade de integração na sociedade expressa pela empregabilidade, padrão de vida e componente cultural.

Tabela II.1.1.1 Quadro síntese da construção dos índices de desenvolvimento

Índice	Variáveis
<i>Condições Sociais</i>	Média da Taxa de Mortalidade Infantil
<i>Empregabilidade</i>	Taxa de Desemprego
	Pedidos Patentes por 1.000.000 Pessoas Activas
	% da População com Idade 25-59 com Nível de Educação Superior
<i>Padrão de Vida</i>	PIB pc - ppc
<i>Componente Cultural</i>	Rácio do Emprego por Sexo (M/H)
	Mortos Acidentes de Viação por 1.000.000 Hab.
	% Nascimentos com idade da Mãe entre 40-49

Fonte : Gomes (2000)

¹⁰⁸Estudo que pretende medir e comparar os diferentes níveis de desenvolvimento das regiões NUTS II da UE, utilizando-se um índice composto inspirado no indicador de desenvolvimento humano das Nações Unidas. Com recurso a este indicador privilegia-se, assim, o bem-estar humano e a qualidade de vida das populações e não a dimensão económica, uma vez que a relação entre prosperidade económica e desenvolvimento humano não é linear.

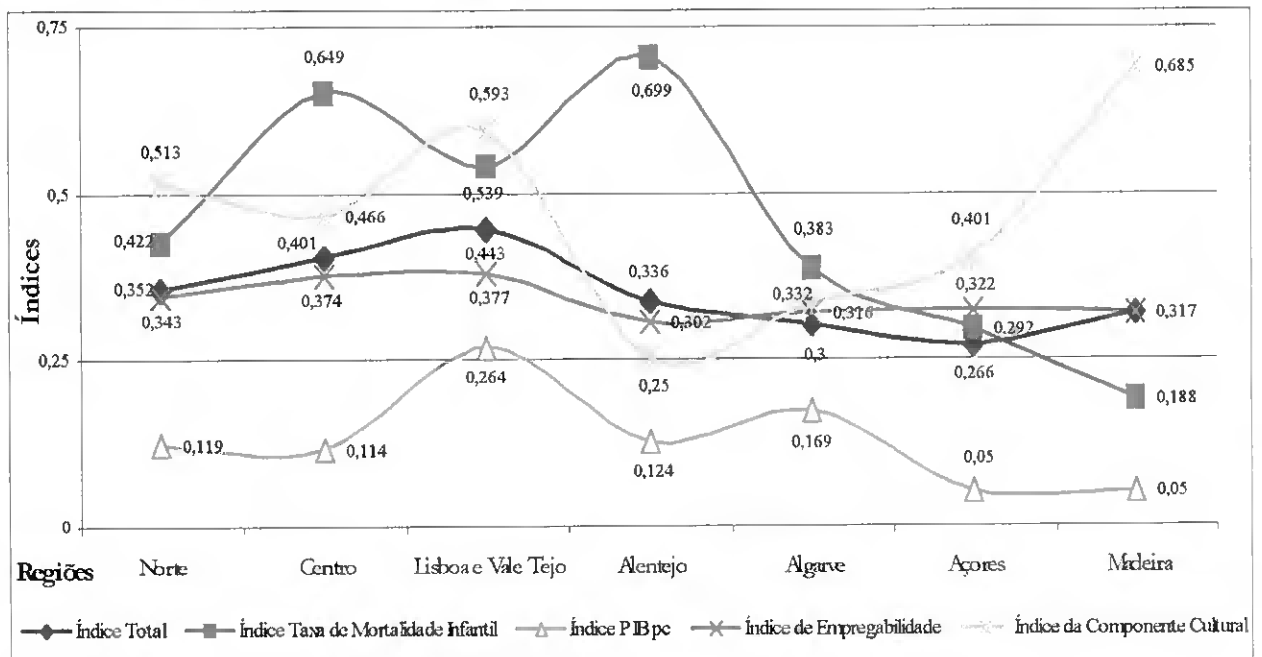
Esta bateria de indicadores revelou-se bastante sólida, com os resultados apurados a permitirem estabelecer uma análise no contexto das regiões UE - que fizeram parte da amostra - e uma análise inter-regiões portuguesas. Relativamente à região do Algarve, surgiram algumas evidências estruturais nos dados apurados, quando feita uma comparação intra-regional ao nível do país, revelando-se um pouco díspares.

Admitindo que estes indicadores¹⁰⁹ serão suficientemente expressivos para os níveis de desenvolvimento, os resultados apurados foram os seguintes: a região de Lisboa e Vale do Tejo posicionou-se no 135.º lugar deste universo, com um índice total de 0,443. Sendo, com naturalidade, a região portuguesa que lidera o conjunto das regiões portuguesas NUTS II neste ranking. Os seus restantes índices, designadamente o das condições culturais e componente social estão situados acima deste valor (0,539 e 0,593, respectivamente), desnivelados pelo valor apurado nos indicadores padrão de vida e pela empregabilidade (0,264 e 0,377, respectivamente) que, no seu conjunto, posicionam a região naquele lugar; na 160.ª posição, com um índice total de 0,401, encontramos a região Centro. De realçar, o facto desta região se encontrar posicionada, acima da região Norte que, por sua vez, ocupa o 175.º lugar com seu o índice total a perfazer 0,352. Esta circunstância encontra explicação, designadamente, no índice que reflecte as condições sociais e também ao indicador da empregabilidade. Ambos são mais elevados na região Centro do que na região Norte (0,649, 0,374 e 0,422, 0,343, respectivamente). A região do Alentejo, ocupa a 179.ª posição, com um índice total de 0,336,

¹⁰⁹ Importa introduzir, sobre a constituição destes índices, os seus significados: condições sociais foram avaliadas pela taxa de mortalidade infantil, sendo considerado um bom indicador das condições de vida das populações, concretamente as condições de assistência de saúde; indicador da empregabilidade resulta duma média simples dos índices das seguintes variáveis: taxa de desemprego, proporção da população entre os 25-59 anos que completou o ensino superior e número de pedidos de patentes relativizados pela população activa. Esta componente pretende apreender a capacidade de integração dos indivíduos na sociedade, considerando-se, por um lado, as qualificações e a integração da população activa no mercado de trabalho e, por outro, o potencial de cada região em termos de inovação e dinamismo; índice do padrão de vida das populações é construído normalizando o PIB-ppc-pp, dado que esta variável é um bom indicador do nível de vida das populações; indicador da componente cultural resulta da média dos índices construídos a partir das seguintes variáveis: *o rácio entre a população feminina e masculina empregada* (que expressa a integração das mulheres no mercado de trabalho), *os mortos em acidentes de viação* (variável que reflecte o tipo de rede rodoviária existente – modernizada ou não, o comportamento dos condutores na estrada, muitas vezes negligente e pouco cívico, e causador de grande parte da sinistralidade, a existência e utilização de transportes alternativos, etc.) e *a proporção de nascimentos cuja idade da mãe está compreendida entre os 40 e 49 anos* (que pretende exprimir a maternidade tardia, uma situação cada vez mais comum nos países desenvolvidos). O cálculo do índice total (compósito) é efectuado através duma média simples dos índices que reflectem cada uma das dimensões referidas (Gomes, 2000).

valor associado, fundamentalmente, ao reduzido valor do índice do padrão de vida, da empregabilidade e da componente cultural (0,124, 0,302 e 0,25, respectivamente). A Madeira ficou com o 188.º posição, com um índice total de 0,317. Mesmo com uma boa prestação do índice cultural (0,685), os restantes índices (padrão de vida e das condições sociais) apresentam valores reduzidos (0,05 e 0,188, respectivamente). A região do Algarve é relegada para a posição 193.º, com o seu índice total a ficar-se pelos 0,3. Em último, na posição 200.º, situa-se os Açores, cujo índice assume o valor 0,266. Não se podem omitir as subjectividades inerentes a qualquer estudo que analisa os níveis de desenvolvimento das regiões ou países. Apesar disso, sustentado nos pressupostos desta investigação, os resultados apurados remetem as regiões portuguesas para o último terço deste pelotão, das 204 Regiões - NUTS II, no seio da UE.

Gráfico II.1.1.1 Índices de desenvolvimento das regiões Portuguesas



Fonte : Adaptado de Gomes (2000)

De notar a descida da região do Algarve, face a este índice total. Se consideramos apenas o indicador PIB-pc, a região algarvia situar-se-ia, no *round* das regiões NUTS II portuguesas, na segunda posição (0,169), seguida da região do Alentejo (0,124). Remetendo as regiões do Norte e Centro para o 4.º e 5.º lugar (0,119 e 0,114). Não se nos afigura como razoável que a região do Alentejo apresente este indicador com valor su-

perior aos das regiões Norte e Centro, questionando-se se será só este indicador, um reflexo expressivo dos níveis de desenvolvimento de uma região. A argumentação anterior confere a resposta perante este compósito agregado. Porque a grande problemática do apuramento do desenvolvimento se situa, ao nível padronizado, no recurso a uma bateria de indicadores que melhor poderão quantificar os níveis de desenvolvimento de um local, região ou país; também as políticas de desenvolvimento não tem estabelecido monitorizações quantificadas. O país encontra-se enquadrado entre duas metrópoles de forte densidade urbana-populacional¹¹⁰ e um conjunto de cidades, classificadas de médias, com uma acentuada litoralização em prejuízo de uma interioridade¹¹¹ latente. No entanto, continuamos a assistir a uma excessiva concentração da maioria das aplicações sectoriais nesses espaços. E estas têm-se revelado susceptíveis de acentuar os desníveis de desenvolvimento desses locais ou regiões para com as restantes.

Que as regiões apresentem diferentes níveis de desenvolvimento já não será novidade, como nivelar esses níveis de desenvolvimento, disseminando-o a todas as regiões portuguesas, continua a revelar-se uma problemática em aberto. A concentração populacional em certas zonas do país é uma realidade. Tal circunstância pode traduzir o desenvolvimento dessas regiões, a sua atractibilidade urbana ou centralização de poder de decisão, de equipamentos públicos (e privados), de serviços e, conseqüentemente, das empresas, com elas os postos de trabalho. Nalguns casos, são identificadas práticas de crescimento acelerado com poucos alicerces para o desenvolvimento sustentado. Suspeitamos que a região de Lisboa e Vale do Tejo poderá corroborar esta concepção.

¹¹⁰Estamo-nos a referir-me às zonas metropolitanas de Lisboa e do Porto. Em Lisboa se concentram-se 33,5% (3.433.687) e no Porto 35,5% (3.635.470) (INE, 2002).

¹¹¹A este propósito, A. Rodrigues (1999), com recurso a um conjunto de ferramentas econométricas procura quantificar o conceito de interioridade avançando com um índice de interioridade, de desagregação ao nível do concelho. Este índice foi constituído pela probabilidade estimada de cada concelho ser litoral, expresso numa escala de 0 a 100. Optando-se por classificar de interiores os concelhos com valor inferior a 20% e de litoral os concelhos que obtiveram valores superiores a 80%. Refira-se que, neste estudo, os concelhos algarvios de Albufeira e Lagoa apresentam um índice litoral 100%. Especificamente, Albufeira surge na segunda posição, dos concelhos com 100% do índice, após o líderante concelho de Lisboa. É apontada como principal vertente, para tal classificação, a forte componente turística.

Como já tivemos oportunidade de referir, na primeira parte desta dissertação, a região do Algarve¹¹² apresenta-se com algumas debilidades¹¹³ infra-estruturais fragilizadoras do seu desenvolvimento, admitindo-se que elas contribuam para algumas regiões serem mais competitivas do que outras (Storper, 1997). Porquanto, nesta região temos assistido a uma prática de crescimento da económico assente no sector do turismo. Esta lógica mono-turística, avassalada pelo factor sazonalidade, tem perpassado uma precariedade do emprego, deixando a região refém de uma dinâmica de desenvolvimento fortemente associada a este sector. Necessariamente que os fundos estruturais¹¹⁴, as verbas desbloqueadas pelo poder central e algumas receitas próprias têm dotado a região de algumas infra-estruturas que lhe têm conferido solidez e representam alguns pilares para o desenvolvimento. Restará saber se serão suficientes.

1.2 A segurança – um diagnóstico

Ao exposto no ponto anterior não é alheio o factor segurança. Tantas vezes omitido, esquecido e remetido para um plano que não lhe tem conferido o necessário posicionamento. Até agora este factor tem sido percebido correctamente, pela maioria dos visitantes da região, classificando a região do Algarve como um destino seguro¹¹⁵. A percepção deste atributo regional obriga à sua preservação impedindo-o que no futuro venha a tomar a preponderância que assume noutras sociedades, ditas de desenvolvidas, com todas as vicissitudes daí decorrentes. Os editoriais de Buendia (1989) sobre a criminalidade urbana e de Sani e Matos (1999: 57) que apontam “o crime até aos dias de

¹¹²O nosso país, no seio da UE, constitui um dos pólos de baixo crescimento, logo, de atraso relativo. Nele existem regiões de características periféricas (Algarve, p. ex.) mediante esta característica são supridas dos benefícios advindos do mercado. “Fácil seria prever a débil situação económica em que se encontram” (Guerreiro, 1998: 77). A periferia pode ser definida como uma “zona geográfica que apresenta sintomas geográficos caracterizados pelo afastamento em relação à Europa, pelo sua fixação ou isolamento associados a uma situação peninsular ou insular; por uma situação demográfica traduzida numa fraca densidade populacional em relação à média nacional como à média comunitária, défice migratório crónico e no envelhecimento da população; situação económica onde o sector agrícola revela-se predominante relativamente aos sectores industrial e terciário em valor percentual face às médias comunitárias, com graves insuficiências infra-estruturais e com um desemprego estrutural” Ullrich (1985: 38).

¹¹³As mais evidentes são as que se situam ao nível das infra-estruturas dos serviços de saúde e saneamento básico, bem como, as acessibilidades, analisadas no Parte I - Capítulo 4, pontos 4.1 e 4.2.

¹¹⁴Consultar, Parte I, Capítulo II - Políticas de apoio para as regiões da UE.

¹¹⁵Assumindo, desde logo, uma mais-valia regional inalienável. É classificada como um ponto forte no balanço de situação feito PDR (1999: 230). Também Viegas (1997) no seu estudo refere o item baixa criminalidade como atributo de escolha (Ver Anexo n.º 3).

hoje se tem constituído especialmente um fenómeno urbano”, são apenas alguns exemplos.

A problemática da segurança¹¹⁶, na região do Algarve encontra-se, desde logo, associada às características geográficas e territoriais da região. A faixa litoral e mediterrânea que delimita a região com os mares Mediterrâneo e Atlântico é uma potencial ameaça à segurança externa e interna. Por muitos classificada como a porta atlântica da UE¹¹⁷ são-lhe conhecidos alguns problemas de imigração ilegal provenientes do Norte de África e associada com o tráfico de droga e contrabando de tabaco, outrora de armas. A sua localização geográfica, torna-a um local apetecível a este tipo de ilícitos atendendo a que, uma vez superada esta fronteira marítima, estão abertas as portas do vasto espaço da UE.

Não nos parece dedutível a necessidade de opções estratégicas complementares a uma política regional de segurança ao nível da região do Algarve. A escolha das adequadas medidas de intervenção devem ser baseadas no diagnóstico da realidade criminal na região. O enquadramento social na região é, e tende a ser, cada vez mais heterogéneo. A região recebe quase treze milhões de visitantes (INE, 2003), por ano, dos mais variados extractos sociais, faixa etárias e quadrantes geográficos. Tal facto minimiza, por um lado, os resultados criminais da região, admitindo-se uma incidência territorial criminal significativamente reduzida¹¹⁸. No entanto, reportada ao ano de 2001 e à sua população residente, o seu *ratio* de crimes, por cada 1000 habitantes, remete a região algarvia para o primeiro lugar no relatório de segurança interna desse ano (MAI, 2001).

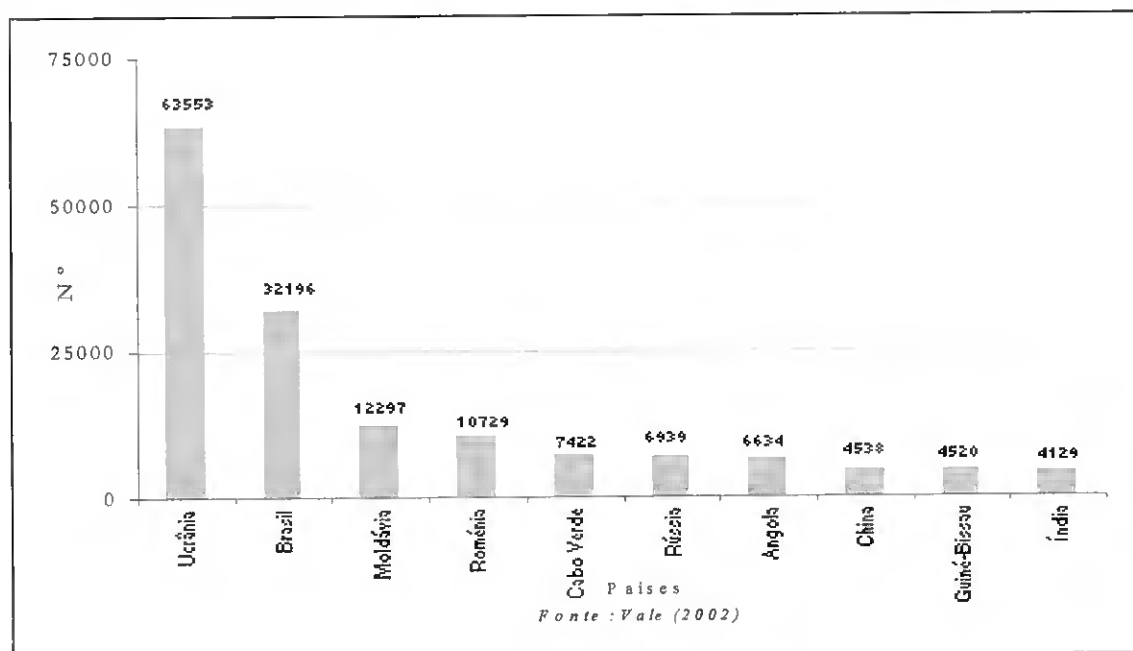
¹¹⁶ Que será retomada e analisada mais detalhadamente nesta parte II.

¹¹⁷ Conjuntamente com a restante faixa litoral marítima portuguesa. Também a CEAL (1996) já havia identificado esta problemática como uma dos doze desafios da região do Algarve para o final do Séc. XX.

¹¹⁸ Nesta parte encontra-se um capítulo inteiramente consignado aos resultados da criminalidade aí são tecidas considerações sobre a incidência territorial da criminal, para 100 habitante, tendo por base a população residentes (Homens e mulheres) dos censos 2001.

Um dos factos mais salientes, ao nível do impacto da segurança no desenvolvimento regional, têm-se situado ao nível do elevado fluxo migratório, recente, dos países de leste. Porque a válvula do mecanismo do fenómeno migratório, funciona para os países de acolhimento, de forma directamente proporcional à sua situação económica, abrindo-se em períodos expansionistas (Ramalho, 2002), retraindo-se em períodos de estagnação. Torna-se necessário uma observação mais cuidada e acompanhada deste fenómeno, sua dimensão e implicação no tecido socioeconómico e criminal. O gráfico seguinte reflecte as autorizações de permanência¹¹⁹ concedidas ao cidadãos estrangeiros até Maio de 2002.

Gráfico II.1.2.1 Top 10 de autorizações de permanência concedidas até 17/05/02



A liderança dos imigrantes ucrânicos¹²⁰ e brasileiros superam os cidadãos dos PALOP's, reflectindo uma maior tendência que interessa observar. Caso os registos o permitissem, dever-se-ia analisar o impacto que estes recentes fluxos produzem nos registos da criminalidade. Aguarda-se que os mesmo estejam disponíveis.

¹¹⁹ Assinale-se que este registo foi feito até 17 de Maio de 2002 e contempla, somente, as autorizações oficialmente concedidas, desconhecendo-se, em concreto, a real dimensão desta problemática, pelos próprios serviços.

Por outro lado, numa observação dos dados disponíveis, a evolução dos registos criminais, entre 1995 e 2001, nas regiões NUTS II¹²¹, segundo os grupos criminais do GPLP-MJ, mostram-nos que, na sua globalidade, o percurso dos registos atende a alguma aparente “normalidade”, dispostos nos quadros, em Anexo n.º 6. Nesse conjunto dos registos apurados, designadamente nos crimes contra a vida em sociedade (Anexo A6.3), a região de Lisboa e Vale do Tejo lidera (como nos restantes grupos criminais GPLP-MJ). Ressalta um reduzido número de registos nos crimes contra o Estado (Anexo A6.4), onde p.ex., a região do Algarve apresenta uma média anual de 173 crimes, contra os 1263 crimes de média, apurados na região de Lisboa e Vale do Tejo. Nos crimes previstos em legislação avulsa (Anexo A6.5) pontificam-se dois *timings* distintos: o período de 1995-97 e 1998-01. Ai é notória uma substancial alteração no andamentos dos registos, designadamente de 1997 para 1998. A explicação pode estar na reclassificação deste grupo criminal e práticas criminais específicas, p. ex. “contrabando organizado de álcool e tabaco, fraudes internacionais aos combustíveis, contra os impostos especiais consumo...” (Morgado, 2002: 46), incluídos neste grupo criminal.

Neste período e comparando a região do Algarve com as restantes regiões NUTS II, constata-se que a região ocupa um mediano quarto lugar, nos registos anuais médios, com excepção dos crimes contra a vida em sociedade, onde desce ao quinto posto (Anexo n.º 6). Os crimes contra o património, seguidos dos crimes contra as pessoas, ocupam o maior número de registos, em todas as regiões NUTS II, reforçando a tónica inserta no estudo de Ferreira (1998), percepcionando-se estas lideranças no espectro dos registos criminais em estudo. Também se torna evidente alguma normalidade no percurso destes registos (oficiais) para as regiões NUTS II, em geral. Relativamente a esta problemática, no capítulo 4, desta II parte, analisar-se-á o país e a região do Algarve, mais detalhadamente.

¹²⁰ Este fluxo migratório apresenta maiores dificuldades de integração por várias razões, entre as quais, as barreiras linguísticas, a culturas e os hábitos. De qualquer forma, os processos de inserção, integração e legalização não podem ser omitidos, não permitindo incumprimentos e formas de exploração (Ramalho, 2002).

¹²¹ A tónica de análise feita será com a classificação dos registos criminais, no período compreendido entre 1995 a 2001, para as regiões NUTS II, segundo uma classificação do GPLP-MJ, que terá desenvolvimento mais detalhado nos capítulos seguintes.

CAPÍTULO 2. A SEGURANÇA

2.1 Caracterização

A segurança, na sua dimensão interna, sustenta-se como uma das pedras basilares, essencial para a existência, crescimento e desenvolvimento de qualquer comunidade e/ou sociedade democrática. Esta concepção, inserível no seio de um Estado de direito democrático, aglutina alguns conceitos tradicionais¹²² que lhe estão intrinsecamente associados. Trata-se de um preceito constitucional¹²³ que foi transposto para a Lei de Segurança Interna¹²⁴ e, subseqüentemente para as diversas leis orgânicas das Forças e Serviços de Segurança. Porque, a ordem, segurança e tranquilidade públicas que não constituem fins em si mesmos (MAI, 2002), apresentam-se sim, como um patamar para se alcançar um equilíbrio de valores essenciais que atendem à liberdade, tributo das sociedades democráticas. É consensualmente aceitável que a segurança é um factor de liberdade, bem como, a liberdade é uma condição insubstituível de democracia (Severiano, 2000). Sem a primeira não se consubstanciam as restantes, porque “a segurança, mesmo conceptualmente, não se pode traduzir numa situação ideal e estável [...] é uma manifestação dinâmica de um processo evolutivo” (Viegas, 1998: 6). Numa primeira aproximação, a segurança interna¹²⁵, em sentido estrito, poderá ser definida como:

“a actividade desenvolvida pelo Estado para garantir o normal funcionamento das instituições democráticas, o regular exercício dos direitos e liberdades fundamentais dos cidadãos e o respeito pela legalidade, visando, em particular, manter a ordem, a segurança e a tranquilidade públicas; proteger as pessoas e bens removendo os perigos que os ameacem; prevenir a criminalidade, em especial a organizada e a prática de actos de espionagem, sabotagem e terrorismo; prevenir a infiltração no território nacional e desencadear a expulsão de estrangeiros que ponham em perigo valores e interesses legalmente estabelecidos” (Polis, 1998).

¹²² São aqui incluídas: a manutenção na ordem pública, a segurança pública, tranquilidade pública, segurança no interior do Estado, prevenção e repressão da criminalidade, em síntese, a protecção das pessoas, entre outras (MAI 2002).

¹²³ Consignado no Art.º 272.º, introduzido pela Lei de Revisão Constitucional n.º 1/82, da Constituição.

¹²⁴ Lei n.º 20/87, 12 de Junho, alterada pela Lei n.º 8/91, de 1 de Abril;

¹²⁵ É admitida a seguinte concepção para esta matéria “...a segurança de pessoas e bens no interior das fronteiras do Estado implicando uma actividade preventiva da criminalidade” (Alves, 1995: 14).

Ressalta deste enquadramento, uma característica fundamental na segurança – trata-se de uma actividade desenvolvida em exclusividade pelo Estado. De facto, não existe, por ora, outro enquadramento. Será desejável que assim continue, com o Estado a desenvolver esta actividade, extensível a todas as parcelas do território nacional, através das Forças e Serviços de Segurança, delimitando a sua (eventual) privatização. A sua abrangência e importância catapultam-na para uma das funções capitais do Estado, apresentando-se como uma competência do Governo¹²⁶, após a sua aprovação pela Assembleia da República¹²⁷, devendo assim permanecer.

Importa também enquadrar a segurança interna, como uma actividade de cariz permanente, sendo uma variante que atravessa transversalmente todos os vectores da sociedade portuguesa. Classificável de permanente, desde logo, porque representa o baluarte das sociedades (classificadas de democráticas). Sem esta acção, as expectativas de todos os membros dessas sociedades estariam restritas. Dessa forma, não assegurariam um conjunto de factores essenciais: a liberdade, circulação, trocas, o relacionamento dos diversos agentes económicos, etc., na essência a sua plurisectorialidade. Esta variante faz-se sentir o seu impacto induzido no crescimento e desenvolvimento económico, seja este local, regional ou nacional¹²⁸.

Admite-se que “sem segurança não há desenvolvimento” (Severiano, 2000: 10). Até porque se desconhecem sociedades onde a segurança esteja debilitada e aconteçam práticas de desenvolvimento. Se atendermos a alguns níveis não permanentes de segurança (*totais ou parciais, do nível mais elementar a um estado de sítio, de guerra....*), esta realidade surge-nos mais clarificada. Até porque, felizmente, o país não tem “conhecido” esta faceta.

¹²⁶Em sede de Conselho de Ministros são “definidas as orientações gerais da política de Segurança Interna, programação dos meios necessários para a sua execução, aprovado plano de coordenação e cooperação das FSS” (MAL, 2002).

¹²⁷Consultar os Art.ºs 147 a 181, inclusive, insertos no Título III, Capítulo I, da CRP.

2.2 As Forças e Serviços de Segurança (FSS)

O actual quadro funcional das Forças e Serviços de Segurança, implementado no nosso país, é descrito na Figura II.2.2.1. Desde logo, importa identificar as estruturas executivas do Sistema de Segurança Interna e que são: Forças de segurança - Guarda Nacional Republicana (GNR)¹²⁹; Polícia de Segurança Pública (PSP)¹³⁰; Polícia Marítima (PM)¹³¹; Serviços de segurança - Polícia Judiciária (PJ)¹³²; Serviço de Estrangeiros e Fronteiras (SEF)¹³³; Serviço de Informações de Segurança (SIS)¹³⁴; Instituto Nacional de Aviação Civil (INAC)¹³⁵, que têm autoridade policial, excepção do SIS que não têm essas atribuições.

Esta estrutura é liderada pelo Governo, na figura do primeiro-ministro (GOV/PM), no seio das competências atribuídas pela Constituição da República¹³⁶, enquadrado lateralmente pela Assembleia da República (AR) e Procurador-Geral da República (PGR)¹³⁷. A ligação entre estas entidades institucionais e os diversos Ministérios, é feito

¹²⁸ O caso actual mais pragmático, originado por mecanismo sócio-económicos, surge na Argentina. Uma crise sem precedentes, sendo visíveis evidentes sinais de fragilidade ao nível da segurança (*assaltos, pilhagens, confrontos...*).

¹²⁹ Força de Segurança que apresenta uma competência territorial de cerca de 90 % do Território Nacional, com forte acentuação na dimensão rural. Assegura a prevenção da criminalidade e a manutenção da ordem e tranquilidade públicas, garantindo o respeito dos direitos, liberdades e garantias dos cidadãos.

¹³⁰ Difere, territorialmente, da sua congénere GNR, face a uma competência territorial de cariz urbano que assegura a prevenção da criminalidade e a manutenção da ordem e tranquilidade públicas, garantindo o respeito dos direitos, liberdades e garantias dos cidadãos

¹³¹ Força policial armada e uniformizada da estrutura do Sistema da Autoridade Marítima, dotada de competência especializada nas áreas e matérias legalmente atribuídas ao SAM, competindo-lhe, ainda, em colaboração com as demais forças policiais, garantir a segurança e os direitos dos cidadãos.

¹³² Polícia criminal auxiliar da administração da justiça, na dependência hierárquica do Ministro da Justiça, competente para coadjuvar as autoridades judiciais na investigação dos ilícitos criminais do seu âmbito de atribuições ou sob incumbência das autoridades judiciais competentes.

¹³³ Apresenta por objectivos fundamentais controlar a circulação de pessoas nas fronteiras, a permanência e actividades de estrangeiros em território nacional, bem como executar as medidas e acções relacionadas com os movimentos migratórios. Enquanto órgão de polícia criminal, o SEF realiza os actos do âmbito da investigação, por exemplo, do crime de auxílio à imigração ilegal, que lhe sejam determinados ou delegados pela autoridade judiciária competente e que são executados sob a direcção e na dependência funcional desta autoridade.

¹³⁴ Serviço de segurança com competência exclusiva para a produção de informações destinadas a prevenir actividades de espionagem, sabotagem, terrorismo, bem como actos que, pela sua natureza, possam pôr em causa ou ameaçar o Estado de direito democrático constitucionalmente estabelecido. Este Serviço integra igualmente o Sistema de Informações da República Portuguesa, estando representado no Conselho Superior de Informações – o órgão interministerial de consulta e coordenação em matéria de informações da República Portuguesa, congregando as vertentes estratégica de defesa nacional e a de segurança militar e de segurança interna

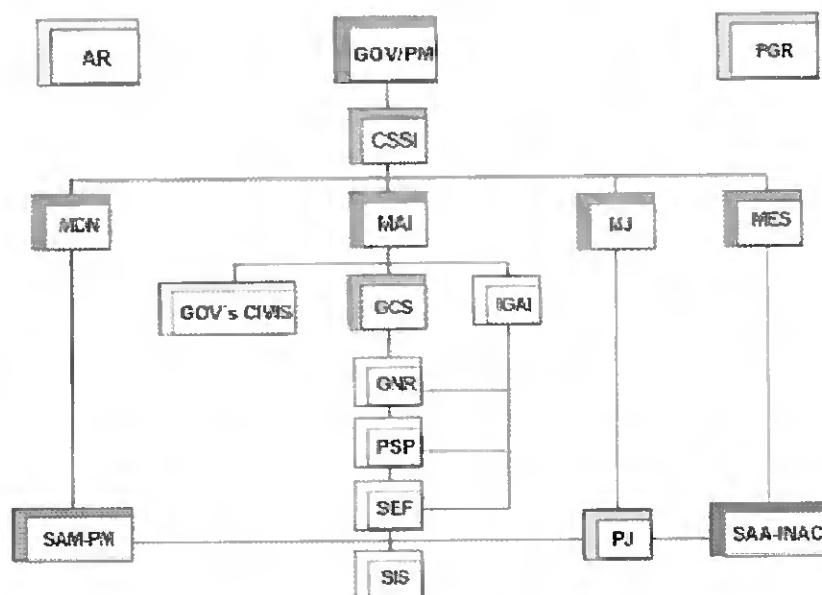
¹³⁵ No quadro do Sistema de Autoridade Aeronáutica, o responsável pelo estabelecimento dos sistemas de facilitação do transporte aéreo e de segurança da aviação civil e respectivos programas nacionais. A fim de estabelecer a coordenação entre as várias entidades e serviços que intervêm na definição e aplicação das normas e procedimentos de segurança a aplicar nos aeroportos, aeródromos e serviços de apoio à navegação aérea, existe, no âmbito do INAC, a Comissão Nacional de Facilitação do Transporte Aéreo e de Segurança da Aviação Civil (Comissão Nacional FAL/SEC).

¹³⁶ Conforme dispõem as alíneas d) e f) do Art.ºs 111 da CRP.

¹³⁷ Com as suas atribuições e funções descritas no n.º 2 e 3, do art.º 227 da CRP.

pele Conselho Superior de Segurança Interna (CSSI)¹³⁸ que agrupa a tutela dos várias Forças e Serviços de Segurança (MAI, 2002).

Figura II.2.2.1 Forças e Serviços de Segurança¹³⁹



Fonte : MAI (2002)

Esta estrutura relaciona-se com os diversos ministérios que detêm competências na matéria. Com forte ênfase no MAI que, por força das suas competências na matéria de segurança, contempla Forças de segurança (GNR, PSP e SEF) e o Serviço de segurança (SIS). Esse ministério é coadjuvado pelos governos civis¹⁴⁰, na essência uma desconcentração de atribuições governamentais e a Inspeção-Geral da Administração-Interna (IGAI)¹⁴¹ que se apresenta como um serviço de inspeção, fiscalização e apoio técnico do MAI, dotado de autonomia técnica e administrativa, funcionando na directa dependência do ministro. Surge, englobado no ministério da justiça (MJ), a Polícia Judiciária

¹³⁸ Órgão interministerial para auscultação e consulta, em matéria de segurança interna, presidido pelo Primeiro-Ministro. Emitir parecer, designadamente, sobre: a definição das linhas gerais da política de segurança interna; as bases gerais da organização, funcionamento e disciplina das Forças e Serviços de Segurança e da delimitação das respectivas missões e competências; projectos de diplomas que contenham providências de carácter geral respeitantes às atribuições e competências das Forças e Serviços de Segurança; as grandes linhas de orientação a que deve obedecer a formação, especialização, actualização e aperfeiçoamento do pessoal das Forças e Serviços de Segurança (MAI, 2002).

¹³⁹ Sustentado legislativamente pela Lei de Segurança Interna. As siglas correspondentes encontram-se na lista de abreviaturas.

¹⁴⁰ Competências atribuídas e reguladas pelo DL n.º 252/92, 11NOV e DL n.º 316/95, 28NOV (diploma que realça as competências do Governador Civil como órgão administrativo interventor, na área de distrito, como representante do Governo para os fins de manutenção da ordem, tranquilidade e segurança pública.)

¹⁴¹ O quadro normativo que regula este órgão de segurança é sustentado pelo DL n.º 227/95, 11 de Setembro; DL n.º 154/96, 31 de Agosto e DL n.º 3/99, 04 de Janeiro; Tem como competências: *velar pelo cumprimento das Leis e Regulamentos, visando bom funcionamento dos serviços tutelados pelo Ministro; defesa dos legítimos interesses dos cidadãos; salvaguarda do interesse público; reintegração legalidade violada;*

(PJ), uma polícia criminal auxiliar da administração da justiça. Com um dinâmica organizacional de índole civil detém uma série de competências exclusivas na área de investigação criminal¹⁴² que têm levantado algumas questões estruturais, relativamente às forças de segurança, designadamente a GNR e PSP. Dependente do Ministério da Defesa Nacional (MDN), surge a Polícia Marítima (PM) que, centra a sua área de actuação, em algumas áreas específicas do território nacional, também com competências policiais.

Este esquemático identifica o actual quadro da segurança interna regulado pela lei de segurança interna¹⁴³. Susceptível de alguma discórdia ou consensos revela-se claramente necessitada de actualização, face à presença de algumas omissões latentes, nos pressupostos legais que a justificam. A redefinição do concepção da segurança interna, ausência de uma lei de bases para a segurança, são disso exemplo. Sendo a segurança interna uma área bastante sensível, bastião de todas as campanhas políticas, questionam-se se as alterações necessárias à lei vigente não estarão impedidas por este quadro organizacional complexo, conjugado por alguma (des)coordenação entre vários ministérios da tutela das Forças e Serviços de Segurança.

2.3 O factor segurança no âmbito da Economia Pública

A concepção de segurança assume uma dimensão na Economia Pública, em tudo semelhante à da Defesa Nacional. Porque “a segurança é uma questão de Estado,[...], mais do que isso, é um bem público” (Severiano, 2000: 10). Podemos justificá-lo com base em três características (Barbosa, 1997): a indivisibilidade, não-exclusão e não-rejeitabilidade.

Um bem público puro apresenta-se indivisível quando, perante uma determinada quantidade de um bem, na circunstância a segurança, que é consumida por n indivíduos pos-

¹⁴²Algumas dúvidas foram dissipadas com a publicação da Lei n.º 103/2002, 10 de Agosto, que veio redefinir algumas competências, no campo da investigação criminal, relativamente aos OPC ali consagrados.

sibilite a inclusão de n consumidores adicionais sem que, por isso, haja lugar a uma diminuição dos níveis de utilidade dos n indivíduos do grupo inicial. Num bem público puro há impossibilidade de exclusão. Perante a produção de determinada quantidade de bem público puro esta tem, necessariamente, de ficar acessível a n consumidores adicionais que o desejem e/ou solicitem. Tal significa que, provisionada determinada quantidade de bem público puro, neste caso pelo agente Estado, este não ficará capacitado de excluir quem estiver interessado em consumi-la. Uma acção de segurança não exclui ninguém. Para um bem público puro existe não-rejeitabilidade na presença de um consumo ou utilização imperativa. Se provisionada uma qualquer quantidade do bem público puro esta terá de ser consumida por n indivíduos, mesmo que não o desejem e/ou solicitem.

Admita-se a seguinte situação: uma rixa na via pública entre o indivíduo A e B. Passavam nesse local os indivíduos C, D e F que, perante aquela situação tentam separar os beligerantes A e B. É solicitada a presença das autoridades policiais (entenda-se, no caso, as forças de segurança) respectivas para sanar aquela contenda. A indivisibilidade encontra-se, face à necessidade de provisionar o bem público puro (segurança) aos indivíduos A e B (conflito inicial), na inclusão dos indivíduos C, D e F, atendendo às circunstâncias da sua intervenção, sem que tal diminua os níveis de utilidade dos indivíduos A e B¹⁴³. Nesta circunstância não se processou exclusão alguma, face àquele grupo de utilizadores, bem como, este bem público puro foi (imperativamente) consumido, por todos os indivíduos (A, B, C, D, E e F). Mormente o aprovisionamento deste bem ser direccionado aos indivíduos A e B, os indivíduos C, D e F acabam por consumi-la, mesmo que não o desejassem (ou necessitassem). Parecem não subsistirem grandes dúvidas relativamente à aplicabilidade desta condição ao factor segurança.

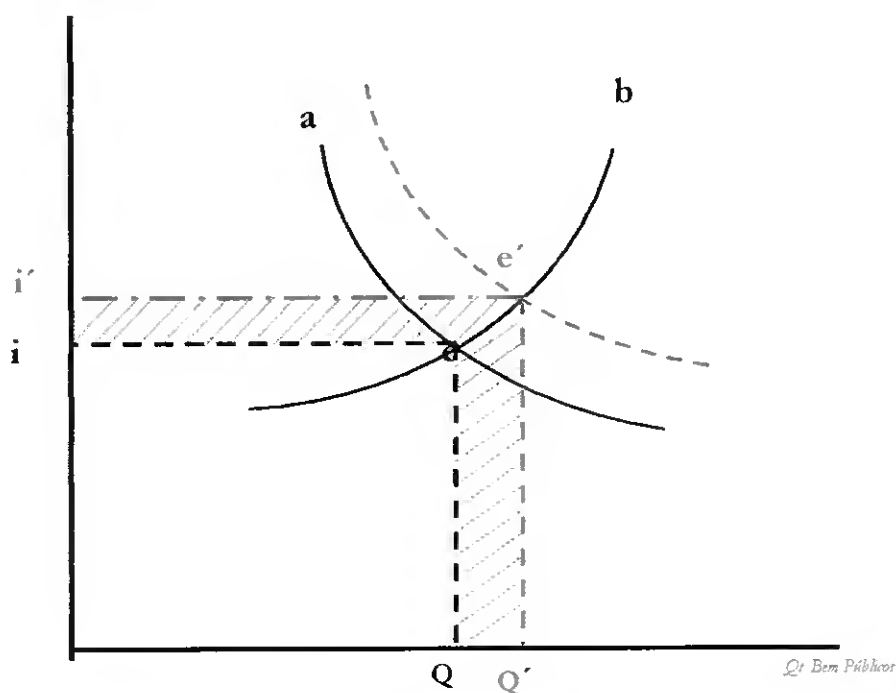
¹⁴³ Lei n.º 20/87, 12JUN (LSI).

¹⁴⁴ Estes são o objecto central da provisão deste bem público, com a inclusão dos indivíduos C, D, e F que, nessa circunstância, seriam aca-
reados para o Auto de Notícia, elaborado pela autoridade policial respectiva, na qualidade de testemunhas. Uma figura processual deter-

Admitindo, graficamente, uma relação na provisão eficiente de bens públicos, o ponto e identifica essa provisão, com um grau de eficiência desejável. Ou seja, perante uma determinada oferta de bens públicos (curva b), face a uma procura agregada¹⁴⁵, identificada pela curva a , aquele ponto cruza a taxa de imposto¹⁴⁶. Tal situação gera eficiência na provisão do bem público.

Gráfico II.2.3.1 Eficiência e equidade na provisão de bens públicos

Taxa de imposto



Fonte : Adaptado Stiglitz (1988a, 1988b)

Encaixando o factor segurança neste gráfico, atendendo à sua classificação acima exposta, o mecanismo é idêntico. Produzida uma oscilação na procura, a oscilação na eficiência na produção desse bem público, seria possível com recurso ao aumento da receita (ponto e') os impactos na taxa de imposto (receita) e o aumento na quantidade de bem público, encontram-se a tracejado. O cenário de um retrocesso na segurança teria, necessariamente, o efeito inverso.

minante : a(s) Testemunha(s) (vide TÍTULO II - Dos meios de prova, CAPÍTULO I - Da prova testemunhal art.ºs 128 a 139 inclusive. do CPP).

¹⁴⁵Expressa o "somatório dos indicadores dispostos a sacrificar, na margem, para a obtenção de uma unidade de Bem público" (Stiglitz, 1988b: 152).

¹⁴⁶O "custo" necessário a despendar para quantidade de bem público procurado.

Esta temática, aos olhos dos concidadãos, não se apresenta muito consensual. Atendendo ao nível de insegurança percebido pelos indivíduos, assim a expectativa, na provisão eficiente de bem público puro (segurança), é aceite (aumentos dos níveis de procura). Tantas vezes bandeira de campanhas eleitorais, outras tantas negligenciada pelo poder político, facilmente se conclui que perante sinais da sua ausência, reprovisoná-la para um nível aceitável é feito a qualquer custo. Omite-se a eficiência na sua provisão a troco de equidade? Será isso desejável? Apesar disso, algumas questões continuam sem resposta: Quem provisiona os níveis (quantidade) do(s) factor(es) segurança? O seu financiamento? Como definir o nível de procura deste bem público (puro)? O modelo vigente até agora têm aglutinado, no agente Estado, todas estas respostas. Restará saber se esse modelo será suficientemente robusto para resistir às dinâmicas e previsíveis alterações socioeconómicas que se despontam no horizonte.

2.4 Dispositivos de implantação territorial das Forças e Serviços de Segurança (Algarve)

Na continuidade desta análise justifica-se uma apresentação, representativa da expressividade territorial, das Forças e Serviços de Segurança, com os seus dispositivos na região. Os organigramas (vide Anexo n.º 7), conferem uma visão da territorialidade, das instituições em causa, para que se possa enquadrar este complexo dispositivo territorial na região do Algarve. Porque estamos perante Forças e Serviços de Segurança que, organizacionalmente, apresentam dinâmicas diferentes, os seus organigramas reflectem algumas dessas diferenças.

A GNR (Anexo 7.1) apresenta uma dinâmica policial acentuada pela sua rural territorialidade, afastando-se um pouco da estrutura urbana que, por concepção policial, está sob a alçada da PSP (Anexo 7.2). A PJ, polícia civil, na dependência do MJ, apresenta uma especificidade judiciária que lhe confere exclusividade na maior parte da investi-

gação criminal possuindo um vasto conjunto de competências¹⁴⁷ actuacionais na região do Algarve (Anexo 7.3). Esta dispõe de uma directoria regional, coadjuvada por uma subdirectora, abrangendo a totalidade da região. A PM, com estrutura organizacional complexa, está agregada à marinha portuguesa (SAM)¹⁴⁸. Tal atribuição, permite-lhe posicionar-se com um estatuto de força de segurança, com missão territorial bastante delimitada e específica, que se tem revelado como um foco gerador de ambiguidades operacionais, designadamente as que se verificam nas zonas portuárias, onde a descoordenação tem marcado presença. O SIS¹⁴⁹ perante a sua especificidade e inerente à sua missão, pauta a sua actuação por rigorosos critérios de confidencialidade e discrição, desconhecendo-se a sua implantação territorial na região do Algarve. O SEF¹⁵⁰ apresenta uma delegação na região do Algarve, com dispositivo de controlo no aeroporto de Faro, onde efectua controlo aos passageiros vindos fora do espaço Schengen¹⁵¹. Têm assumido preponderância e visibilidade face aos fluxos migratórios recentes com a controlo, fiscalização e legalização de imigrantes. Processo que tem merecido olhares críticos relativamente às actuações deste serviço¹⁵². O INAC¹⁵³ será, porventura, o serviço de segurança de menor visibilidade na sua implantação territorial. Com a responsabilidade pelo estabelecimento dos sistemas de facilitação do transporte aéreo e de segu-

¹⁴⁷ Consignadas nas alíneas a) a f) inclusive, do art.º 4 do DL n.º 275-A/2000, 09Nov (LOPJ).

¹⁴⁸ Consultar Esquemático das Forças e Sistemas de Segurança; O DL n.º 43/2002, 02MAR define a organização e atribuições do SAM e cria a autoridade marítima nacional; Detém a competência exclusiva para a produção de informações destinadas a prevenir actividades de espionagem, sabotagem, terrorismo, bem como actos que, pela sua natureza, possam pôr em causa ou ameaçar o Estado de direito democrático constitucionalmente estabelecido. Integra o Sistema de Informações da República Portuguesa, com representação no Conselho Superior de Informações – o órgão interministerial de consulta e coordenação em matéria de informações da República Portuguesa - congregando as variantes da estratégica de defesa nacional e a de segurança militar, bem como a de segurança interna (MAI, 2002).

¹⁴⁹ Detém a competência exclusiva para a produção de informações destinadas a prevenir actividades de espionagem, sabotagem, terrorismo, bem como actos que, pela sua natureza, possam pôr em causa ou ameaçar o Estado de direito democrático constitucionalmente estabelecido. Integra o Sistema de Informações da República Portuguesa, com representação no Conselho Superior de Informações – o órgão interministerial de consulta e coordenação em matéria de informações da República Portuguesa - congregando as variantes da estratégica de defesa nacional e a de segurança militar, bem como a de segurança interna (MAI, 2002).

¹⁵⁰ É SS assente no quadro da política de segurança interna, objectiva fundamentalmente: controlar a circulação de pessoas nas fronteiras, a permanência e actividades de estrangeiros em território nacional, bem como executar as medidas e acções relacionadas com os movimentos migratórios. Enquanto OPC, realiza os actos do âmbito da investigação; Por exemplo, do crime de auxílio à imigração ilegal (DL n.º 244/89, de 08AGO, com as alterações introduzidas pelo DL n.º 04/2002, 10JAN), que lhe sejam determinados ou delegados pela autoridade judiciária competente, e que são executados sob a direcção e na dependência funcional desta autoridade (MAI, 2002).

¹⁵¹ Consagra uma cooperação intergovernamental, segundo o princípio da livre circulação de pessoas, no espaço UE para países aderentes.

¹⁵² Uma das mais acentuadas é corporizadas pela ECRI (Carvalho, 2002).

¹⁵³ Objectivando o estabelecimento de uma coordenação entre as várias entidades e serviços que intervêm na definição e aplicação das normas e procedimentos de segurança a aplicar nos aeroportos, aeródromos e serviços de apoio à navegação aérea, existe, no âmbito do INAC, a Comissão Nacional de Facilitação do Transporte Aéreo e de Segurança da Aviação Civil (Comissão Nacional FAL/SEC) (MAI, 2002).

rança da aviação civil e respectivos programas nacionais, pouco se conhece deste serviço.

Estes são o conjunto de Forças e Serviços de Segurança que actualmente integram o sistema de segurança interna, discutíveis quanto à sua gestão, coordenação e interligação. Se a “segurança interna é a primeira função do Estado, condição essencial à existência e desenvolvimento da comunidade nacional” (MAI, 2002), questiona-se se será este o modelo¹⁵⁴ mais funcional e eficiente, face às voláteis e dinâmicas práticas atentatórias da segurança interna? Assaltam-nos algumas dúvidas¹⁵⁵, porque, na sua fragilidade ou falta de actualidade podem estar em causa práticas essenciais de desenvolvimento. A maior evidência poderá situar-se numa escalada acentuada da criminalidade no país (e nas regiões), que enfraquecerá as mais elementares práticas de desenvolvimento.

2.5 O modelo policial vigente

Portugal, à semelhança dos países do sul da Europa apresenta, no seu modelo de segurança, um sistema de forças de segurança dual (GNR - corpo militar e a PSP - corpo civil). Circunstância que se apresenta como uma opção meramente política (Branco, 2000), não se antevendo a sua alteração nos próximos tempos face à sua complexidade, sensibilidade e impacto que produziria na sociedade. Apesar de se tratarem de duas instituições policiais estas apresentam culturas organizacionais¹⁵⁶ diferentes. A GNR, caracteriza-se pela sua condição militar¹⁵⁷, discutível nos tempos actuais. Distribuída

¹⁵⁴ Envolve alguma complexidade funcional, necessita de um novo enquadramento, consentâneo com os tempos actuais. Porque envolve instituições seculares, as suas reestruturações são sempre complicadas e complexa mediatização. Porque é matéria alterada em sede de Assembleia da República desconhecemos se haverá vontade e consensos suficientes para a actualização.

¹⁵⁵ Não se arrisca uma proposta de um modelo alternativo porque aí não se centra o objectivo deste estudo. No entanto, será certamente uma temática a abordar em sede própria. Actualmente urge metodologias conducentes a uma auto-regeneração das instituições e serviços de segurança. Isso seria mais perceptível, cómodo e funcional para todos. Inclusive os seus destinatários internos e externos.

¹⁵⁶ Entendida como um conjunto de crenças e hipóteses fundamentais, partilhadas pelos membros de uma organização que permitem equacionar os problemas que quotidianamente se vão sustentando (Schein, 1997). Esta revela-se como uma cultura específica caracterizadora de uma determinada organização, diferenciando das outras, conferindo-lhe uma identidade própria sustentando um procedimento comuns para a produção, informação e decisão.

¹⁵⁷ Por força da sua LOGNR (DL n.º 231/93, 26JUN), EMGNR (DL n.º 265/93, 31JUL), LDNFA (Lei n.º 29/82, 11DEZ) e LSI (Lei n.º 20/87, 12JUN) e BGCM (Lei n.º 11/89, 01JUN); A defesa desta argumentação é corporizada por Branco (2000) que sustenta a natureza

por cerca de 90% do território nacional desagrega-se em comando-geral, comandos das brigadas, grupos, regimentos, destacamentos, subdestacamentos e postos. A PSP, com a publicação da sua actual LOPSP¹⁵⁸, passou a ser definida como uma força de segurança com natureza de serviço público. À excepção do período compreendido entre 1953¹⁵⁹ e 1985¹⁶⁰, altura em que foi qualificada como organismo militarizado, foi sempre considerada uma polícia cívica (Branco, 2000) adequada às zonas urbanas¹⁶¹. Apresenta-se com estrutura organizacional, gerida por um director nacional, disposta estruturalmente em departamentos, comandos metropolitanos, regionais e esquadras.

A PJ, inserida organicamente no ministério da justiça, assume os propósitos anteriormente referidos reflectindo uma ausência de cooperação decorrente de circunstâncias institucionais, contrastando a fluente eficácia operacional assessorada por um conjunto de competências exclusivas. O SEF detém especificidade funcional num área (controlo estrangeiros) onde lhe imputadas inúmeras insuficiências debilitadoras da sua acção. A PM, com um cariz de policiamento civil, organicamente dependente da marinha de guerra, reflecte um “ónus de empenhamento directo na fiscalização policial e investigação criminal, para os quais, manifestamente, não se encontra vocacionada resultando, [...] num anacronismo no seio da UE” (Martins, 2002: 39), que terá de ser revisto. A solução pode passar pela integração na GNR ou PSP.

Apesar de se reconhecer alguma racionalidade conceptual ao modelo, são-lhe diagnosticadas descoordenações operacionais, apesar da existência do Gabinete Coordenador de Segurança¹⁶². Estas circunstâncias são acompanhadas de problemas estruturais inibi-

militar da GNR, consagrando esta vertente como uma consequência lógica da sua própria existência como uma instituição de sólida coesão interna, assente numa forte identidade.

¹⁵⁸Lei n.º 5/99, 27JAN.

¹⁵⁹DL n.º 31.417/53, 31DEZ.

¹⁶⁰DL n.º 151/85, 05MAI que a enquadrou como “força policial armada e uniformizada...”.

¹⁶¹Ver, p. ex. o dispositivo territorial da PSP na região do Algarve. É perfeitamente notória a sua vocação nalgumas zonas urbana.

¹⁶²Órgão especializado de assessoria e consulta para a coordenação técnica e operacionalidade da actividade das Forças e Serviços de Segurança. Funciona na directa dependência do Primeiro-ministro ou, por sua delegação, no Ministério da Administração Interna (2002).

dores da flexibilidade do modelo, complementadas por uma permanente resistência à mudança, adaptabilidade e eficaz reestruturação. Reflexos da ausência de um plano estratégico para a prevenção e repressão da criminalidade, convergente operacionalmente entre as Forças e Serviços de Segurança (Flores, 2002). A necessidade da publicação de uma lei de bases para a segurança¹⁶³ actual e reformadora, prospectivando (estrategicamente) o longo prazo, torna-se emergente.

Por se tratar de uma área sensível e de elevada componente política esta tem “apresentado um denominador comum: fazer das polícias um instrumento do governo” (Barreto, 2002: 7). Facto que tem contribuído, nas últimas décadas, para um descrédito do modelo vigente, enfraquecendo a sua eficácia. No entanto, Alves (1998: 7) reitera a sua convicção neste modelo, referindo que o “...dualismo, como sistema [...] será o mais adequado, [...] nas sociedades onde se encontra instalado [...], mostrando-se capaz de evoluir acompanhando a mudança social”. Duvidamos destes pressupostos, designadamente da capacidade deste modelo para evoluir. Mais do que isso, de se auto-regenerar perante as voláteis flutuações socioeconómicas. Se uma “crescente politização dos discursos sobre a segurança [...], de intrusão dos *media* na esfera íntima dos indivíduos e das famílias, transmitindo a imagem de um crescendo de violência policial” (Lourenço e Lisboa, 1994b: 62) tem prevalecido, tal não facilitará a sua remodelação, embora ela seja uma constatação evidente.

Apresenta-se como o órgão de segurança interna melhor posicionado para conferir uma visão e análise integrada do sistema, possibilitando a detecção de algumas áreas de conflitualidade ou de sobreposição das Forças e Serviços de Segurança, designadamente entre a GNR e PSP (Mascarenhas, 2002).

¹⁶³ Problemática em discussão ao nível do ministério e que se prevê de publicação a breve trecho, pela primeira vez, este documento na segurança interna do país.

CAPÍTULO 3. A CRIMINALIDADE

Das noções mais elementares para a palavra crime ela poderá estar associada a um acto que alguém comete susceptível de violar uma norma legal estatuída. Por definição, essencialmente jurídica, o crime apresenta-se como “o conjunto de pressupostos de que depende a aplicação ao agente de uma pena ou medida de segurança criminais” (Gonçalves, 1991: 47). À semelhança de outra actividade humana, a conduta criminosa é fortemente influenciada pelos movimentos da globalização que criam novos e favoráveis contextos para a prática da criminalidade (Findley, 1999) não podendo ser combatida com eficácia em espaços geográficos focalizados. A sublimação da actividade criminosa surge, organizacionalmente, com carácter transnacional.

As multinacionais do crime possuem um poder económico superior ao de muitos Estados, utilizando-o para os controlar politicamente. Estas organizações têm aproveitado a abertura social e económica das sociedades, como motor para o seu desenvolvimento, estendendo os seus tentáculos a áreas tão diversas como sejam o narcotráfico, o tráfico de pessoas e de armas ou o contrabando. Para além do poder económico, a teia heterogénea dos sistemas jurídicos, a facilidade com que se movimentam pessoas e informação e a existência de paraísos fiscais são factores decisivos na obstrução a um combate concertado. Intimamente ligado a este fenómeno, surge outro que assenta em ideais religiosos, políticos ou culturais, instala a violência total e o terror generalizado nos mais diversos pontos do globo. O terrorismo,¹⁶⁴ levado a cabo por grupos difusos altamente organizados, com elevados meios financeiros e tecnológicos é hoje uma das principais ameaças ao mundo civilizado.

¹⁶⁴Sobre esta matéria a UE assumiu a Posição Comum Conjunta, n.º 2001/930/PESC (Jornal Oficial das Comunidades, 2001).

Em Portugal têm sido produzidos alguns estudos, muitos poucos, sobre as várias vertentes desta temática. Entre esses, assinalam-se os estudos sobre a geografia do crime¹⁶⁵ (Fonseca, 1984); sobre antropologia dos crimes de grande violência praticados nos meios rurais¹⁶⁶ (Fatela, 1989); sobre a criminalidade urbana¹⁶⁷ (Moreira e Medeiros, 1991) e, sobre esta última vertente analisam-se, também, as cidades de Lisboa e Barcelona¹⁶⁸ (Malheiros e Costa, 1991 e Esteves, 1996). Os inquéritos de vitimação (GEPMJ, 1991, 1993 e 1994), que objectivam determinar as taxas de vitimação da população portuguesas, complementam esta área.

Sobre a delinquência e criminalidade recenseadas dos jovens portuguesas (Ferreira, *et al.*, 1993) são traçadas algumas conclusões¹⁶⁹ importantes para este estudo. A distribuição espacial da criminalidade, na cidade de Lisboa, centrou-se nos crimes de furto e roubo¹⁷⁰ (Nicolau, 1994) e o retrato sobre os padrões e tendências do crime e a insegurança, no período 1985-1996 (Ferreira, 1998) são, porventura, as obras mais relevantes e que perduram, nesta área de estudos, onde subsiste uma exiguidade latente de estudos, apesar das múltiplas variantes que a integram. Facilmente se conclui que esta área não tem merecido os olhares dos meios académicos, oponível pela atenta alçada dos *media* que a catapultam para a primeira linha, sempre que o desejam e da forma que entendem.

Algumas das práticas de delito comum em Portugal, acabam por ser um reflexo da sociedade e dos conflitos gerados pelas dinâmicas culturais e diversos hábitos sociais. Os

¹⁶⁵Onde se conclui que o número de crime praticados se encontra relacionado (positivamente) com o nível médio de rendimentos da população e com o grau de desenvolvimento urbano, em cada distrito.

¹⁶⁶Evidenciando, conclusivamente, que os distritos mais urbanizados possuíam taxas mais elevadas que os distritos de carácter acentuadamente rural.

¹⁶⁷Focalizaram a análise na cidade de Lisboa onde foi conclusivo a existência de uma confrontalidade entre as áreas onde se praticam os delitos, os locais de residência dos detidos e os locais da sua detenção.

¹⁶⁸Onde foram identificados os padrões de ocorrência de delitos, explicáveis com base em variáveis urbanísticas, socioeconómicas, demográficas e funcionais.

¹⁶⁹São ali comparadas as duas variáveis (delinquência e criminalidade recenseada dos jovens, em Portugal, no período 1980 - 1989) com a tendência global da criminalidade. Efectuaram uma caracterização do perfil criminal juvenil e os aspectos sociológicos da população juvenil que entravam em contacto com o sistema penal.

¹⁷⁰Com aplicação de três métodos de análise de dados concretamente a regressão múltipla, a análise de componentes principais e análise de *clusters*.

surtos migratórios das populações¹⁷¹ do interior para as grandes metrópoles¹⁷² e para a zona litoral do país, conjuntamente com o crescimento da imigração e a convivência com as minorias étnicas, tem confluído para o surgimento de alguns espaços socialmente degradados. A concentração heterogénea, aliada à ausência de condições de vida, têm resultado num deficiente enquadramento social e educacional, que arrasta os jovens para a delinquência, “...entendida como a consequência de uma inadaptação para a qual são preconizadas diversas medidas educativas e de reinserção ...” (Barra da Costa, 1999: 99), individual¹⁷³ e grupal¹⁷⁴ que potencia, por seu turno, o fenómeno da criminalidade.

Neste pressuposto, tentar-se-á vislumbrar um quadro criminal onde o “crime constitui, sem dúvida, um dos fenómenos contemporâneos que mais tem contribuído para um aumento dos níveis de ansiedade e de insegurança existentes na sociedade portuguesa” (Ferreira, 1998: 2), balizado pela realidade criminal portuguesa, principalmente pelas “realidades criminais” a que foi possível aceder¹⁷⁵. Será uma reserva que terá de se ponderar, nas análises subsequentes, face à exiguidade, padronização e ausência de comunicação, por parte dos ofendidos, às autoridades. Na observância da tónica conferida por Popper (1972) os resultados obtidos não deverão ser equacionados além destes pressupostos teórico-metodológicos que os conceberam, pelas razões apontadas e cor-

¹⁷¹Vide, p. ex. Estudo das Migrações Inter-Regionais em Portugal Continental no período de 1992 - 1999 (Oliveira e Peixoto, 2001) sobre o qual se recorrerá, incluindo alguns indicadores ali apurados para serem cruzados com alguns tipos de crimes.

¹⁷²O aumento do fosso entre os países ricos industrializados do Norte e os países pobres do Sul, agravou as desigualdades sociais no interior dos próprios países, designadamente pelos volumosos surtos migratórios rumo a esta metrópole mais desenvolvidas. Aí pretendiam alcançar oportunidades e melhoria do seu nível de vida. Bell (1973) situa o Estado a que chegamos como pequeno demais para os grandes problemas da vida e grandes demais para solucionar pequenos problemas da vida. Pequeno demais para solucionar alguns dos grandes actuais problemas (economia, segurança, ambiente, tecnologia, saúde) que sob um olhar atento da aldeia global tentam construir e projectar os grandes espaços. Grande de mais quanto à participação política e humanização do poder, com muitos a exigirem desconcentração, desregulamentação, descentralização e regionalização.

¹⁷³Nível de explicação dos determinantes que conduzem um indivíduo ao desvio, uma abordagem representada pela escola de Sutherland (com o conceito a partir da organização social grupal diferencial), esta teoria foi concebida no intuito de explorar a criminalidade individual (Barra da Costa, 1999).

¹⁷⁴Nível de explicação centrados em processo tendentes a caracterizar o desvio de certos grupos por referência a outros (Barra da Costa, 1999).

¹⁷⁵Porque estamos perante várias realidades criminais no país: criminalidade que abrange crimes onde houve efectivamente vítimas (indivíduos, famílias, instituições, etc.), outra vertente da criminalidade passa pelas os pessoas inquiridas que declaram, no inquérito de vitimação, terem sido vítimas de crimes, mas não os declaram às autoridades policiais; vítimas de crimes participados às autoridades e que foram ou não investigados e remetidos (ou não) para julgamento resultando (ou não) numa condenação para os seus autores e uma variante, da nossa realidade criminalidade, referente à criminalidade revelada pelos “media” que são os que estatisticamente mais se afastam da re-

roboradas pela evidência¹⁷⁶ de que as “autoridades policiais, ministério público e os tribunais, apenas têm acesso a uma ínfima proporção dos crimes que são cometidos em Portugal” (Ferreira, 1998: 5). Esta será, por ora, a realidade criminal “sobre a qual recairá a análise, aferida pelas reservas acima descritas, para evitar que [...] a pobreza de investigação sobre o crime cria condições ideais para a generalização das leituras, frequentemente simplistas, sobre a criminalidade” (Lourenço e Lisboa, 1994a: 162).

3.1 Estatísticas criminais (1995 – 2001) - no país

A metodologia de análise adoptada sustenta-se no grupo de dados estatísticos do GPLP-MJ, respeitantes ao período de 1995 a 2001, conjuntamente com o inquérito à vitimação de 1992 e de 1994, da mesma entidade. Ali se encontram-se registos segmentados, através da seguinte divisão criminal: crimes contra as pessoas¹⁷⁷, contra o património¹⁷⁸, contra a paz e humanidade¹⁷⁹, crimes contra a vida em sociedade¹⁸⁰, contra o Estado¹⁸¹ e a criminalidade expressa em legislação avulsa¹⁸². A sua desagregação encontra-se até nível das capitais de distrito e, a partir de 1998, extensível até ao nível das regiões NUTS II. Porque “...falar da criminalidade, como se uma realidade social se tratasse, se deveria falar em criminalidades com características, particularidades e comportamentos diferenciados impondo medidas de prevenção e combate distintas” (Lourenço e Lisboa, 1994a: 162). Será dessa forma que se vão abordar os dados disponíveis.

alidade, porquanto tem o seu cerne nalguns crimes com consequências espectaculares ou violentas (Ferreira, 1998), devidamente empolgados pela “notícia do crime”.

¹⁷⁶ Fundamentada do último inquérito sobre a vitimação, onde cerca de 28% dos crimes ali identificados e ocorridos em 1994 haviam sido participados a uma autoridade policial. Questiona-se : e os restantes 62% onde, por quem e porque razão não foram participados ?

¹⁷⁷ Para detalhe e enquadramento legal vide, Título I, Capítulos I a VII, art.ºs 131 a 201, do CP, aprovado pelo DL n.º 48/95, 15MAR, com as alterações introduzidas pela Lei n.º 65/98, de 02SET.

¹⁷⁸ Idem, vide, Título II, Capítulos I a V, art.ºs 202 a 235, do CP.

¹⁷⁹ Idem, vide, Título III, Capítulos I a III, art.ºs 236 a 246, do CP.

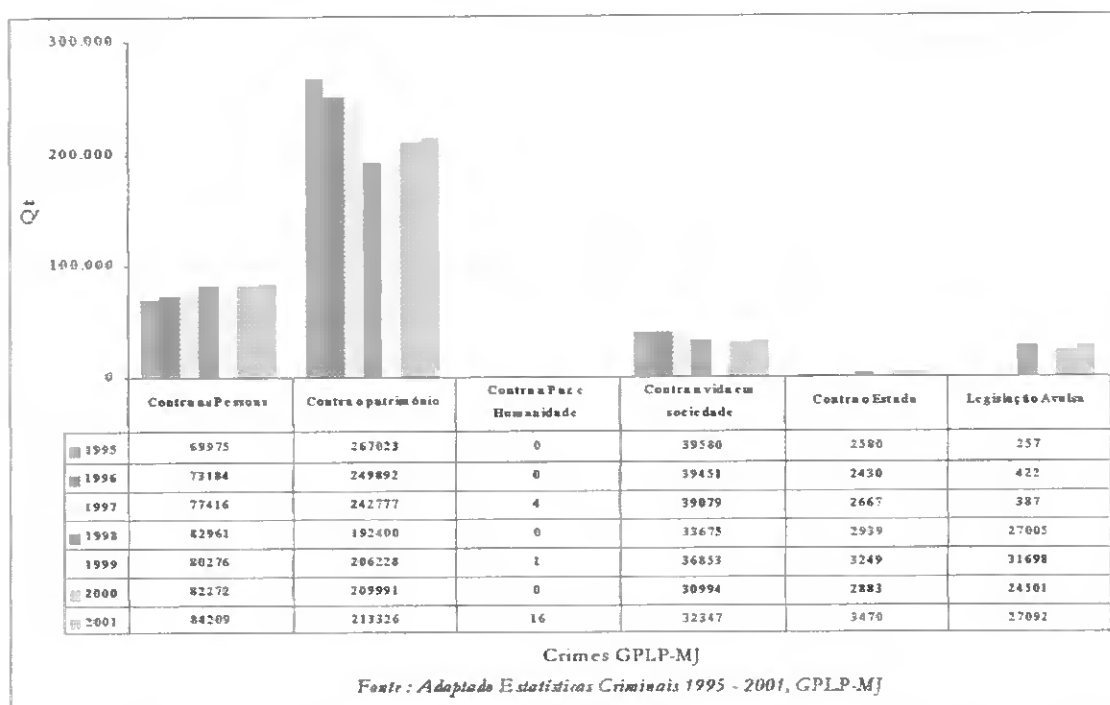
¹⁸⁰ Idem, vide, Título IV, Capítulos I a IV, art.ºs 247 a 307, do CP.

¹⁸¹ Idem, vide, Título V, Capítulos I a IV, art.ºs 308 a 386, do CP.

¹⁸² A criminalidade ali tipificada dispersa-se por um pacote de legislação avulsa, com evidência para os crimes respeitantes a estupefacientes, branqueamento de capitais, crimes cometidos no exercício de actividades comerciais ou financeiras; crimes contra os direitos de autor e a propriedade industrial; crime de emissão de cheque sem provisão; crimes fiscais; crimes fiscais aduaneiros; crimes contra a saúde pública, crimes de jogo, crimes relativos ao exercício da caça e pesca, crimes informáticos, crimes relativos ao serviço militar, crimes marítimos, crime de condução sem habilitação legal.

Numa primeira análise os dados da criminalidade, para o período em estudo, dispõem-se da forma que o gráfico II.3.1.1 os apresenta. Ai é evidente a preponderância demonstrada pelos resultados apurados pelos crimes contra as pessoas¹⁸³ e os crimes contra a propriedade¹⁸⁴.

Gráfico II.3.1.1 A criminalidade em Portugal (1995 - 2001)



Nos crimes contra as pessoas apuram-se valores situados num intervalo entre os 65.000 e 85.000 registos. Apresentando, durante esse período, um registo médio de 80.276 crimes. Nos crimes contra o património, são perfeitamente identificados quatro *timings* diferentes. O primeiro, liderado pelo ano de 1995 (267.023 crimes participados às autoridades policiais), o segundo grupo, constituído pelos anos de 1996 e 1997; o terceiro que agrupa os anos de 1999 a 2001 e, por último, o ano de 1998 que, nesta série apresenta o valor mais reduzido. Sequencialmente, pode afirmar-se que se assistiu, neste período, a um decréscimo deste tipo de crimes de 1995 a 1998 e um recrudescimento

¹⁸³ Estão aí agrupados os crimes contra a vida; crimes contra a integridade física; crimes a liberdade pessoal; crimes contra a liberdade e autodeterminação sexual; crimes contra a honra e crimes contra a reserva da vida privada.

¹⁸⁴ Aqui situam-se os crimes contra a propriedade (que inclui os crimes de furto e de roubo), crimes contra o património em geral; crimes contra direitos patrimoniais e outros crimes contra o património.

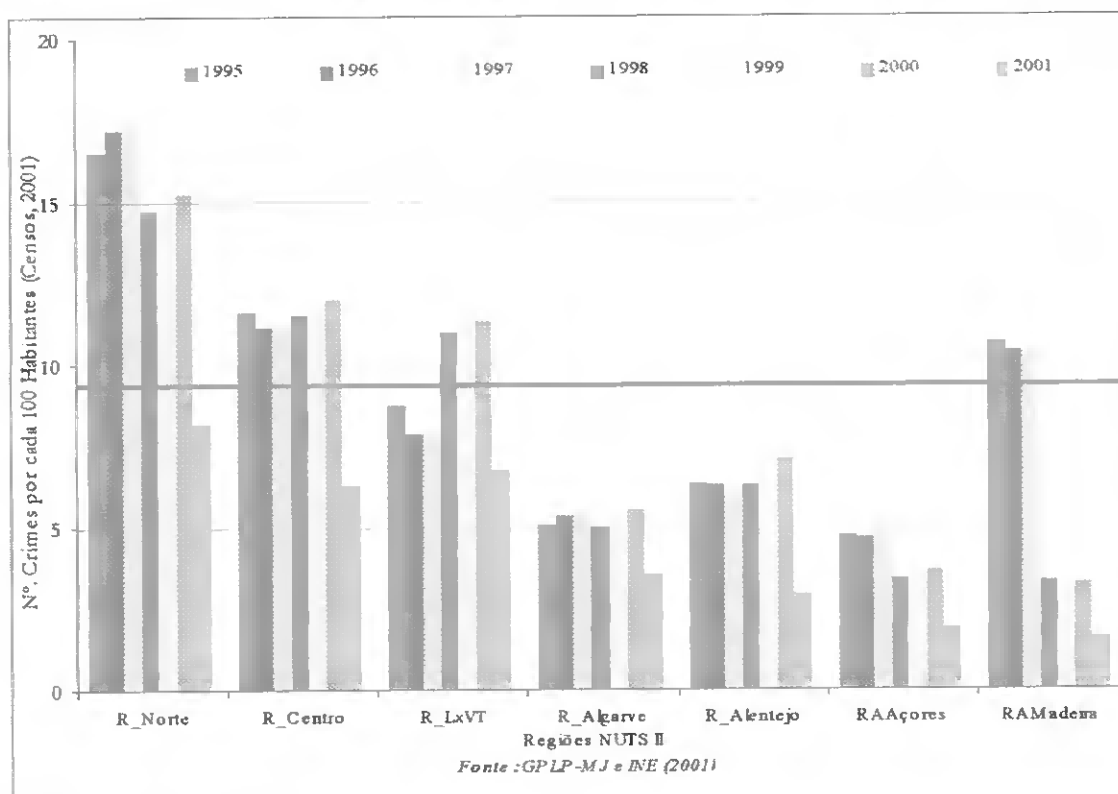
até 2001, mas sempre com registos inferiores a qualquer dos anos de 1995 a 1997. Saliencia-se a quebra acentuada de 1997 para 1998 (242.777 crimes para 192.400 crimes, respectivamente). Os crimes contra a paz e humanidade apresentam irrelevância estatística, apenas com um registo de 16 crimes no ano de 2001. Os crimes contra a vida em sociedade têm mantido registos homogéneos com um decréscimo até 1998, assumindo uma subida em 1999 para em 2000 e 2001 retomarem a tendência de descida. Situação semelhante surge nos registos dos crimes contra o Estado onde são registadas oscilações entre os 3.249 crimes, em 1999 e os 2.430 registos do ano de 1996. Os crimes insertos em legislação avulsa têm apresentaram um estrondoso salto de 1997 para 1998 de 387 para 27.005, respectivamente. Tal ficou a dever-se à reformulação da contabilização dos registos criminais, por parte do GPLP-MJ, a um maior conhecimento, por parte das autoridades policíacas, deste pacote criminal que se dispersa por um vasto conjunto legislativo e, fruto do crescimento económico, uma maior apetência para a prevaricação na área da criminalidade económica, muito visível ultimamente no país, mas também sujeita a uma maior fiscalização e controlo.

Ferreira (1998) aponta para representações genéricas classificativas que direccionam a sociedade portuguesa para práticas de mais violência face a fenómenos ampliadores conferidos pelos *media* ou por sectores da vida social e política mas que, estatisticamente, se apresentam como irrelevantes. Nesta série é perfeitamente constatável um alinhamento (normal) dos registos criminais disponíveis. Porventura, o facto mais saliente situar-se-á ao nível da criminalidade prevista na legislação avulsa¹⁸⁵, designadamente pelos registos apurados desde 1998 que tiveram evolução significativa, justificáveis pela argumentação anterior. Em termos gerais, dir-se-ia que se atende a alguma normalidade na evolução dos registos anuais, no país e durante o período considerado.

¹⁸⁵ Este grupo agrupa os crimes respeitantes a estupefacientes; branqueamento de capitais; crimes cometidos no exercício de actividades comerciais ou financeiras; crimes contra os direitos de autor e a propriedade industrial; emissão de cheques sem cobertura; crimes fiscais;

Captando a incidência territorial por 100 habitantes e regiões NUTS II (gráfico II.3.1.2)¹⁸⁶, resultam as seguintes evidências: a preponderância da região Norte, com cerca de 15 crimes por cada 100 habitantes, seguida pela região Centro que apresenta 11 a 12 crimes naquele número de habitantes. Só depois surge a região de Lisboa e Vale do Tejo que apenas se situa acima da média (9 crimes por 100 habitantes – regiões NUTS II), nos anos de 1997-2000, inclusive. As restantes regiões NUTS II, com excepção dos anos de 1995-1997, na região da Madeira, situam-se abaixo dessa média¹⁸⁷.

Gráfico II.3.1.2 Incidência territorial por 100 Hab, (1995 - 2001), regiões NUTS II



Por fim, referencia-se de 1995-1997, na região da Madeira, um registo anormal de 10 crimes por cada 100 habitantes. Tal facto, poderá encontrar algumas explicações, na

crimes fiscais aduaneiros; crimes contra a saúde pública; crimes contra a economia; crimes de jogo; crimes relativos à caça e pesca; crimes informáticos; crimes relativos ao serviço militar; crimes marítimos; condução sem habilitação legal; outros crimes.

¹⁸⁶ Importa referir que os apenas se encontram reflectidos os registos da população residentes, censos 2001 (INE, 2002).

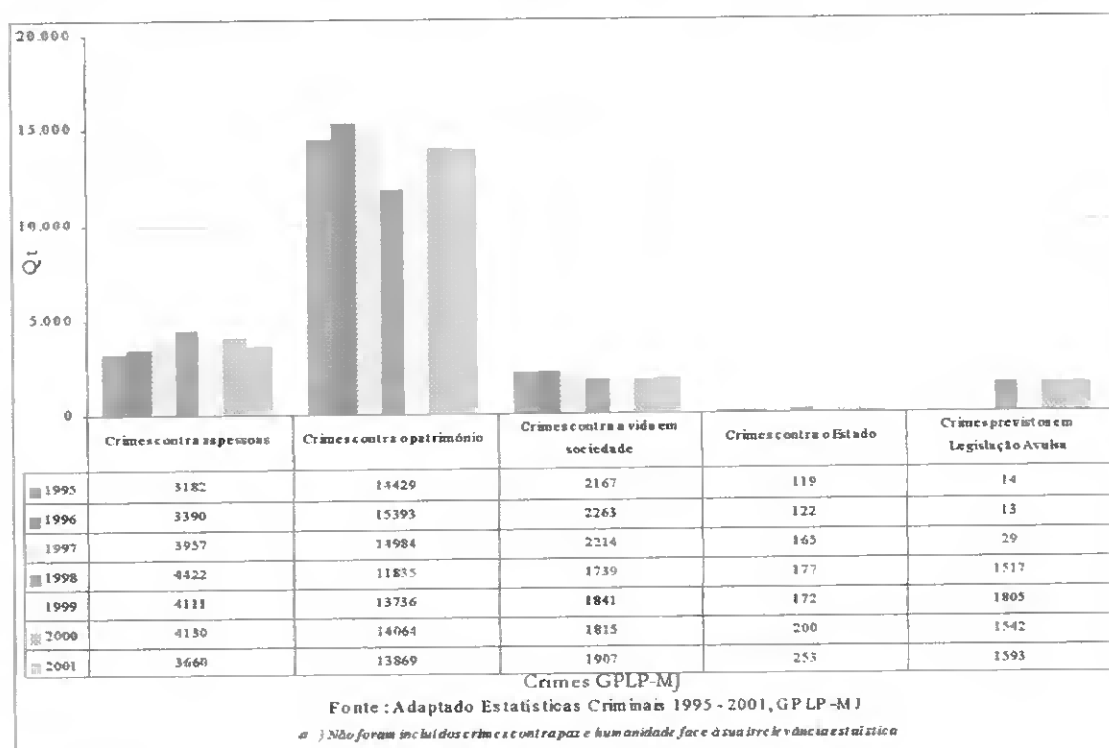
¹⁸⁷ Para um exercício desagregado às capitais de distrito verificar-se-ia que o distrito de Faro acompanha o liderante distrito de Lisboa, assumindo-se como o segundo distrito que apresenta maior incidência de crimes por 100 habitantes, (4 crimes por cada 100 habitantes). Tal facto reforça a argumentação de um aumento de criminalidade registado no distrito, para o ano de 2001 (MAL, 2001), vide ANEXO n.º 8.

expressão territorial e populacional¹⁸⁸, bem como no apuramento dos registos. Porém, não deixa de ser um factor de apreensão e reflexão, o facto desses registos se situarem bem acima da média.

3.2 A criminalidade na região do Algarve

A região do Algarve manifesta no período em apreço os registos criminais constantes do gráfico II.3.2.1. Nele são evidenciadas duas saliências criminais, à semelhança dos registos, para o mesmo período, no território nacional: a liderança dos crimes contra o património, seguidos pelos crimes contra as pessoas. Identifica-se ainda a descida dos crimes contra o património, no ano de 1998 e um equilíbrio nos registos dos restantes grupo criminais. Também a criminalidade registada em legislação avulsa assinala um acréscimo acentuado a partir dos anos de 1998 a 2001, inclusive. Aqui estarão subjacentes os motivos alegados no ponto anterior deste capítulo, para este grupo criminal.

Gráfico II.3.2.1 Crimes GPLP-MJ (1995 - 2001) – região do Algarve

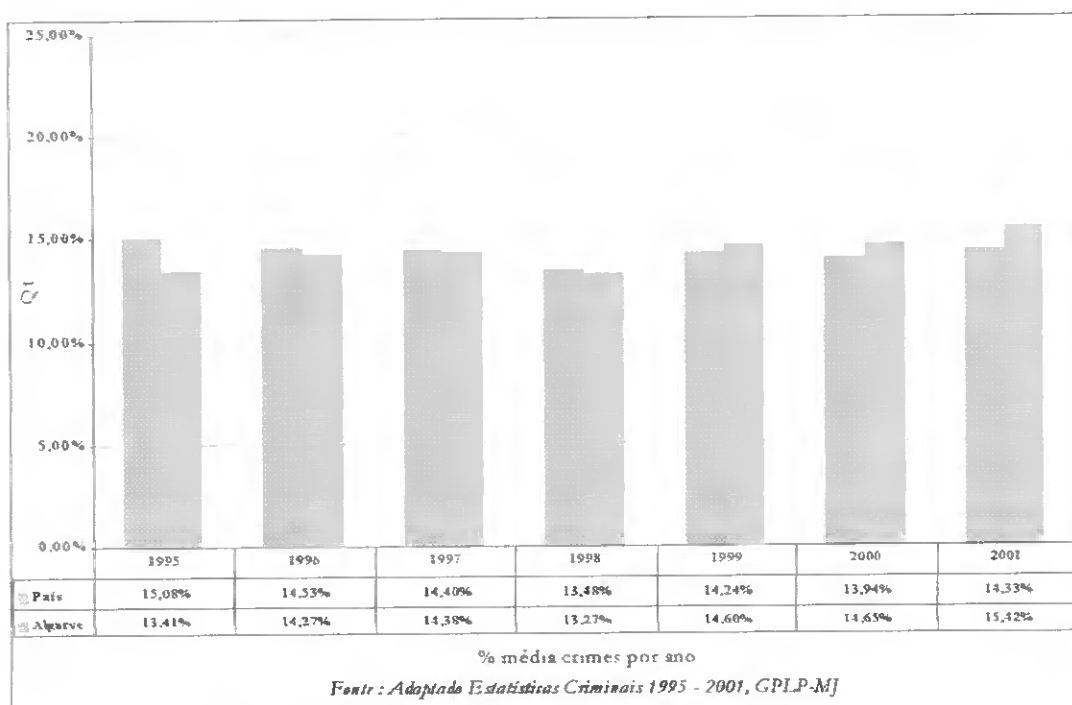


¹⁸⁸ Com 245.012 pessoas de população residente, 784,8 Km² e uma densidade populacional de 312,2 habitantes por Km² (INE, 2001a).

Quando comparados os gráficos II.3.1.1 (no país) e II.3.2.1 (região do Algarve) afigura-se nos conclusivo que a realidade criminal “conhecida” da região do Algarve se apresenta como reflexo (fiel) do registo geral dos crimes no país, se as explicações puderem ter algum paralelismo, cada um à sua escala. Não se encontra devidamente esclarecido o efeito sobre a criminalidade regional aduzido pelo factor sazonal e o vasto e invariável número de cidadãos nacionais e estrangeiros que visitam a região, advindo da indisponibilidade estatística desse registos.

Na observação da variação das médias anuais dos registos criminais em estudo (gráfico II.3.2.2) para a região do Algarve e país, estas apontam para um comportamento semelhante e constante, na sua variação, ao longo da série. Registando-se com alguma surpresa, a partir de 1999 até 2001, a ligeira liderança da média criminal da região do Algarve. Seria muito interessante desagregar esta evolução ao nível mensal, para se aferir da implicação (e variação) dos efeitos da sazonalidade na média destes registos criminais. No entanto, tal não foi possível porquanto os (actuais) registos criminais não permitiram tal desagregação, uma limitação deste estudo.

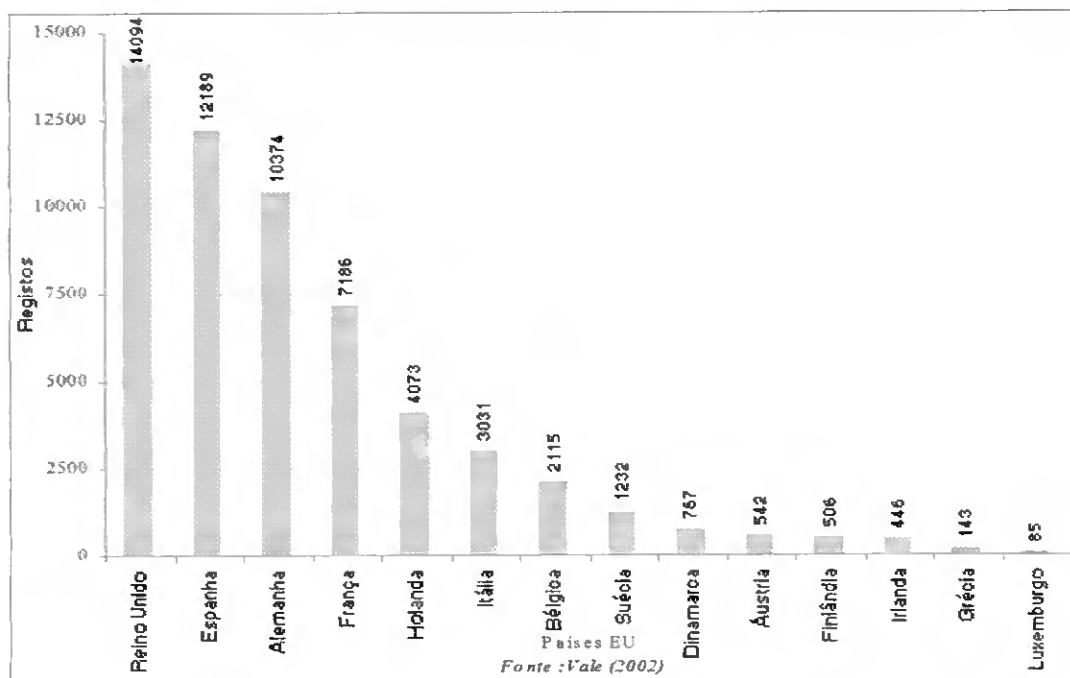
Gráfico II.3.2.2 Média anual de crimes (1995 - 2001) país - Algarve



3.3 Os dados da imigração

A realidade no seio da espaço Europeu têm merecido olhar atento, face às recentes evoluções, que a problemática da imigração tem tido e revelado. O comportamento dos fluxos migratórios no seio da UE, no último ano, pode ser observável pelo gráfico seguinte. O Reino Unido, Espanha, Alemanha e França lideram estes registos. Aspectos legais, económicos, sociais, políticos e tradicionais sustentam estes fluxos. As acções mais recentes no âmbito da UE foram reequacionadas na Cimeira de Sevilha. Segundo o Comissário Europeu António Vitorino¹⁸⁹, torna-se encorajante constatar que esta temática tinha sido agendada pelo Conselho Europeu na Cimeira. O Conselho reitera os compromissos que foram definidos em Tampere¹⁹⁰, no sentido da necessidade de se harmonizarem as normas Europeias em matéria de asilo e de gestão da imigração, sobretudo da imigração legal (Vale, 2002).

Gráfico II.3.3.1 Evolução registos de imigração na UE - 2001 (excepto Portugal)



¹⁸⁹ Entrevistado em Sevilha (Vale, 2002).

¹⁹⁰ Conselho Europeu, realizado em 1999 neste cidade, tendo por base o Art.º 63 do Tratado de Amsterdão, sob o qual a UE procura criar uma política comum em matéria de imigração, a concluir em 2003. Tal assenta em quatro patamares: parceria com os países de origem; sistema comum de asilo; tratamento equitativo dos nacionais de países terceiros e gestão mais eficaz dos fluxos migratórios (Figueiredo, 2002).

Esta posição possibilita o desenvolvimento de associação positivas com os países terceiros de maneira a que a luta contra a imigração clandestina e contra o tráfico de seres humanos seja feita em conjunto, com partilha de responsabilidades para benefício recíproco de ambas as partes. Um dos problemas com que actualmente se debate esta problemática e que tem fortes implicações na segurança interna, consequentemente, no desenvolvimento tem a ver, não só com a harmonização das normas mas, fundamentalmente, com a forma como é feita a gestão da imigração.

Nas últimas décadas, Portugal tem sido um asilo para a imigração proveniente das antigas colónias e, em anos mais recentes, dos países de Leste. Esta situação impõe uma observação detalhada das alterações verificadas, em termos de estrutura social e condições de inserção, a que o Algarve certamente não pode ser alheio. Na região do Algarve a dinâmica do *cluster* da construção civil, as obras públicas, bem como, o sector da restauração têm sido as vertentes com maior capacidade de absorção deste significativo fluxo de mão-de-obra. A integração dos imigrantes, no mercado de trabalho da região, sem controlo¹⁹¹ e legalidade¹⁹² tem inserido mecanismo distorcedores das mais elementares regras laborais, sociais e económicas¹⁹³. As deploráveis condições de vida em que se encontram a maior parte destes imigrantes é problemática. O sector da restauração, face a uma ausência de mão-de-obra disponível e qualificada, tem facilitado a entrada destes imigrantes, tornando-os mão-de-obra apetecível, para algumas áreas no sector. A sua inclusão generalizada surge como factor de distorção nas regras da qualidade podendo trazer prejuízos económicos ao sector. Começam já a ser visíveis alguns focos de insegurança preconizados por estes imigrantes. Desempregados, sem habitação, sem

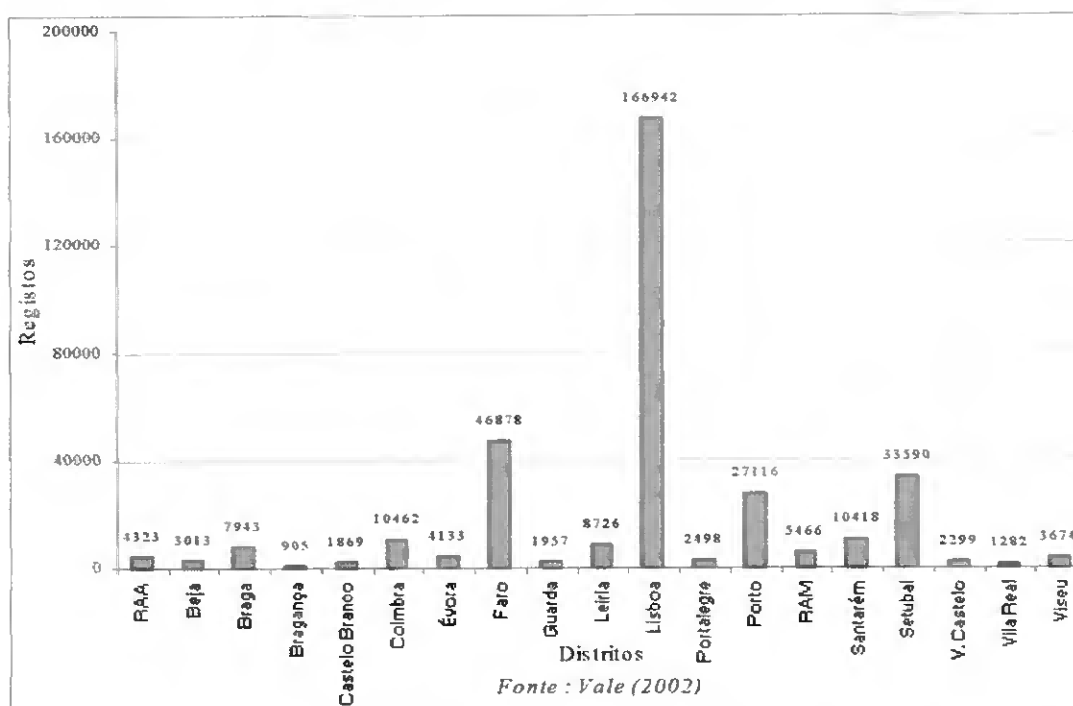
¹⁹¹Por parte das instâncias competentes. Surgem já, preocupações do Governo Português relativamente a esta matéria, com a revisão do diploma que regula esta matéria (DL n.º 244/89, de 08AGO, com as alterações introduzidas pelo DL n.º 04/2002, 10JAN) introduzindo-lhe restrições na atribuição de vistos de permanência, contingentes de imigração, face ao fluxo verificado e proporções que a temática está a tomar.

¹⁹²Por parte, quer das instâncias laborais competentes quer do empregador.

¹⁹³São frequentes os relatos de queixas de abusos laborais, cometidas por alguns empresários, designadamente na construção civil.

dinheiro, sem soluções remetem-se para a prática de actos ilícitos (roubo, furto, actos violentos, conduta imprópria na via pública, etc.). A juntar a estes factos, alguns grupos organizados¹⁹⁴, extorquem-lhe prestações pecuniárias constantes contribuindo para agudizar instabilidade na segurança. Daí algumas detenções de redes organizadas destes indivíduos começarem, também, a ser notícia nos meios de comunicação. Um problema interno de segurança que a região e o país atravessam. São estimados cerca de 400.000 imigrantes de leste, no país¹⁹⁵, estando apenas 105.000¹⁹⁶ legalizados, destes, 15.000 encontram-se no Algarve.

Gráfico II.3.3.3 Cidadãos estrangeiros com autorização de permanência, em Portugal, por distritos, ano de 2001



O gráfico supra identifica os cidadãos estrangeiros com autorizações de residência, no ano de 2001. Os registos mais relevantes situam-se nos distritos de Lisboa, Faro e Se-

¹⁹⁴ Comumente designadas de redes de imigração ilegal que continuam a introduzir clandestinos no país e consequentemente a fazer disparar a criminalidade violenta entre a população de leste residente no nosso país (DRE-ME, 2002). Revelando-se um problema de segurança interna que começa a assumir proporções alarmantes que urge encetar medidas para o combater.

¹⁹⁵ Estima-se que 12.000 trabalhadores clandestinos estejam, actualmente, na região. Esta este surto de ilegalidade é atribuído a alguns empregadores (sub-empregadores) que operam na região e ao elevado número de grandes obras em curso no Algarve. Tal continua a *atrar esta mão-de-obra* (DRE-ME, 2002: 8).

¹⁹⁶ Em termos gerais, incluindo todos os imigrantes no país, encontravam-se legalizados 326.000 pessoas, em 2001 (Preâmbulo do DL n.º 34/2003, 25 de Fevereiro).

túbal. Esta situação poderá produzir impactos no país, caso surjam retrocessos no processo produtivo das regiões. Antevendo-se, p. ex., uma desaceleração no dinamismo das obras públicas, tal produzirá efeitos colaterais noutros subsectores, remetendo os cidadãos estrangeiros (e não só), com vínculos precários, para o desemprego. Esta situação poderá fomentar aumento da instabilidade social e, conseqüentemente, da segurança.

Neste sentido, são já notórios alguns sinais emanados do poder político, colocando na revisão do diploma regulador¹⁹⁷ a atribuição de contingentes. Desconhecemos o impacto que essas medidas legislativas produzirão, sabemos sim que se torna imperativo que o “sistema” responda com clarividência a esta realidade que fortes implicações pode ter na criminalidade em geral e, em particular, na segurança.

¹⁹⁷ DL n.º 244/89, de 08AGO, com as alterações introduzidas pelo DL n.º 04/2002, 10JAN. A problemática associada aos imigrantes ilegais que são capturados pelo SEF não cumprem a ordem de abandonar o país, tal como está previsto na lei. Só na região de Lisboa, dos mil clandestinos detectados até ao ano passado apenas 30 foram efectivamente expulsos, acatando a ordem. Os restantes acabaram por desapparecer mal foi iniciado o processo, ficando as autoridades sem qualquer indicação sobre o seu paradeiro (Jornal Público, 2002a).

CAPÍTULO 4. AS CORRELAÇÕES CRIMINAIS COM VARIÁVEIS SOCIOECONÓMICAS - NO PAÍS E REGIÃO DO ALGARVE

Neste capítulo tentam-se testar um conjunto de correlações estatísticas através dos coeficiente de correlação¹⁹⁸, possíveis face à utilização do *package* estatístico SPSS, e dos grupos de crimes do GPLP-MJ¹⁹⁹ e alguns indicadores socioeconómicos²⁰⁰, de reconhecida fiabilidade e disponibilidade estatística, para o país e região do Algarve, no período de 1995-2001.

A metodologia proposta sustenta-se nos registos disponíveis e oficiais dos crimes do GPLP-MJ, sua evolução durante este período e registos médios anuais para o país e região do Algarve. De entre cada grupo criminal²⁰¹ extraíram-se alguns subgrupos para os testar com os indicadores socioeconómicos. Assim, do grupo de crimes contra o património extraíram-se e reagruparam-se os crimes de furto e de roubo, porquanto se trata de um tipo de criminalidade que gera alguma acuidade e cria fortes oscilações nas expectativas da maioria dos concidadãos. Da mesma forma foi aplicado ao grupo de crimes previstos em legislação avulsa reagrupando com os crimes de estupefacientes²⁰². Dos crimes contra o Estado separaram-se e analisaram-se os crimes cometidos no exercício de funções públicas²⁰³. Nos crimes contra as pessoas, a análise focalizou-se nos crimes contra a vida e crimes contra a integridade física, pela sua expressividade estatística.

¹⁹⁸ Conceito estatístico que confere a ligação entre duas variáveis, numericamente estimada pelo cálculo de diversos coeficientes de correlação. Nos gráficos correlacionais seguintes surge indicação R^2 , *que deverá ler-se* R^2 , ou seja, o quadrado do coeficiente de correlação de Pearson, ou *coeficiente de determinação* que expressa a medida da proporção da variabilidade em uma variável que é explicada pela variabilidade da outra.

¹⁹⁹ Os grupos criminais dos crimes contra as pessoas, crimes contra o património, crimes contra a vida em sociedade, crimes contra o Estado e os crimes previstos em legislação avulsa. Não foram contemplados os crimes contra a paz e humanidade face à sua irrelevância, em termos estatísticos.

²⁰⁰ São eles: PIB-pm-pc, VAB, IPC, taxa de desemprego, densidade populacional, número de visitantes entrados via aérea na região do Algarve e número de cidadãos estrangeiros legalizados.

²⁰¹ Destacaram-se, de entre este grupo, nos Crimes contra as pessoas agregou-se os crimes contra a integridade física; crimes contra o património - os crimes de furto e roubo, dos Crimes contra o Estado agregou-se os crimes cometidos no exercício de funções públicas, Crimes previstos em Legislação avulsa agregaram-se os crimes respeitantes a estupefacientes; Este grupo de registo foi cruzado com algumas variáveis socioeconómicas, essencialmente representativas de algumas realidades.

²⁰² Que contempla os crimes de tráfico de estupefacientes (inclui precursores), crime do consumo de estupefacientes e outros crimes respeitantes a estupefacientes que se encontram dispersos por legislação diversa. Recorde-se, aquando dos inquéritos de vitimação, quando questionados sobre os problemas sociais, segundo a sua gravidade, os “problemas sociais representados como mais graves, [...] foram a droga e o desemprego, seguidos de muito perto pela criminalidade” (GEPMJ, 1994: 30), obtendo 42%, 28% e 12%, respectivamente, na classificação de mais grave.

Foram particularmente sentidas dificuldades na conciliação estatística dos indicadores socioeconómicos escolhidos, perante a sua nomenclatura agregada de registo e os registos criminais do GPLP-MP²⁰⁴ que, apesar de se tratarem de estatísticas oficiais, “tendem a reproduzir não a criminalidade real mas a criminalidade aparente, ou seja, a participada às autoridades ou a que é do conhecimento destas” (Lourenço e Lisboa, 1994b: 47). Por outro lado, o seu modelo de agregação e reclassificação, ocorrida em 1993, reflectem a “...impossibilidade do uso de estatísticas da PSP e GNR [...] também os dados da PJ que têm uma qualidade desigual ao longo do período[...] em virtude do processo de informatização das suas estatísticas criminais” (Lourenço e Lisboa, 1994b: 51), justificam limitações destes dados. Facto que nos levou a optar por uma série estatística menor, mais recente e estatisticamente mais fiável. A escolha dos indicadores socioeconómicos recaiu sobre os que serão mais representativos estatisticamente das problemáticas socioeconómicas no país.

Porque se trata de uma matéria bastante discutível e de escassa abordagem nos meios académicos, tarefa mais complexa poderá ser a de estabelecer uma associação entre desenvolvimento regional e crime, com o contributo de alguns factores (Carcach, 2000). O investigador Neapolitan (1997) encontrou correlações nalguns estudos²⁰⁵, noutros não, para as algumas variáveis socioeconómicas (PIB-pc, urbanização, proporção de jovens na população, densidade populacional, mortalidade infantil, níveis de desemprego, integração cultural e religião). Também aqui se tentará, com recurso a algumas variáveis socioeconómicas, estabelecer correlações com os grupos criminais estatisticamente mais expressáveis. Daí resultam algumas associações, mais ou menos expressivas. Sobre essas serão ensaiadas algumas tentativas de interpretação e explicações. Os resultados são os que a seguir se apresentam, enquadrados por interpretações explicativas justificativas (ou não) daquelas associações e tendências.

²⁰³ Entre se situam os crimes de corrupção, peculato, abuso de autoridade e outros crimes cometidos no exercício de funções de funções pública (Vide art.ºs 372 a 386 do CP).

²⁰⁴ Por exemplo, nesta agregação esta entidade (que se apresenta como das mais credíveis, abrangentes e publicamente disponíveis) dispõe, nas suas publicações, de uma desagregação até ao nível Região NUTS II. Tal significa, uma real impossibilidade de conhecer os registos da criminalidade (dos crimes do conhecimento das autoridades policiais) no interior de uma região. No caso da região do Algarve, não existem dados estatísticos para se conferir uma análise inter-regional ao dezasseis concelhos que a compõe.

4.1 Crimes GPLP-MJ e a taxa de desemprego – no país

A relação do crime e o desemprego tem sido tratado por alguns autores. Calvó-Armen-gol e Zenou (2002)²⁰⁶, p. ex., demonstraram que os índices de criminalidade, no interior de uma comunidade, aumentavam a taxa de desemprego dessa comunidade. Becker (1968) conferiu um contributo à cerca da economia do crime e, mais recentemente, Burdett, *et al.*, (1999) sugere um modelo teórico da actividade criminal e do mercado de trabalho. A simultaneidade entre crime e desemprego, amplamente negligenciado pela maioria dos estudos, tem sido subscrito explicitamente em estudos empíricos²⁰⁷, com resultados controversos. No caso em análise, a correlação deste indicador socioe-conómico com o grupo de crimes, definido pelo GPLP-MJ, apresentou-se com algu-mas correlações interessantes e, à primeira vista, até surpreendentes.

Esta associação apresentou-se bastante sólida para com os crimes contra vida em soci-idade²⁰⁸ e, em sentido correlacional inverso, para com os crimes contra o Estado (tabela II.4.1.1). Admite-se que a taxa de desemprego, complementada por outros factores so-ciais, influa no andamento do registo do grupo de crime contra a vida em sociedade, tornando significativamente conclusivo a existência de uma correlação entre estes indi-cadores. À excepção do ano de 1999 (gráfico II.4.1.1), os restantes anos apresentam-se relativamente próximos da curva estimada, para esta série temporal, sustentando esta argumentação, confirmando a implicação da taxa de desemprego neste grupo de crimi-nal, perante uma tendência, em baixa, nos últimos anos da série.

²⁰⁵Estes estudos confrontaram-se com a problemática de determinar uma amostra representativa de países. Esta amostragem tem-se focali-zado nos países onde as estatísticas são mais acessíveis e fidedignos.

²⁰⁶Revelaram que os índices de criminalidade, no interior de uma comunidade aumentam a taxa de desemprego no interior dessa comuni-da-de; nas suas evidências empíricas os resultados apurados indicaram que o desemprego tinha um impacto ambíguo nos crimes Contra a propriedade (classificada como uma tipologia particular de actividade criminal). Sustentaram-se num modelo estilizado prevendo o efeito positivo do desemprego na criminalidade. O desemprego involuntário reduz os ganhos e rendimentos potenciais a partir das actividades lícitas, por esse meio baixa o custo de oportunidade (que reflecte o valor do uso alternativo (ou de oportunidade) para um determinado bem económico, ou o valor da alternativa que é prejudicado) da prática de um crime.

²⁰⁷Corman, *et al.*, (1987) concluiu pela não causalidade em ambas as direcções, enquanto Thornberry e Christenson (1984) e Bushway e Engberg (1994) fornece uma evidência empírica separada, em ambas as direcções, daquela causalidade (desemprego afecta o crime e, re-ciprocamente, o crime afecta o desemprego).

Tabela II.4.1.1 Coeficientes de correlação²⁰⁹ - Crimes GPLP-MJ e taxa de desemprego, período de 1995 - 2001, no país

Crimes ^(a)	Taxa de desemprego anual, no país, 1995-2001		
	Pearson correlation Sig (2-Tailed)	Kendall's tau_b Sig (2-Tailed)	rho Spearman's Sig (2-Tailed)
Contra as Pessoas	- 0,906 (*) + 0,005	-	- 0,786 (*) + 0,036
Contra património	+ 0,876 (*) + 0,010	-	-
Contra vida_sociedade	+ 0,893 (*) + 0,007	+ 0,810 (*) + 0,011	+ 0,929 (*) + 0,003
Contra o Estado	- 0,860 (*) + 0,013	- 0,714 (*) + 0,024	- 0,786 (*) + 0,036
Legislação Diversa	- 0,951 (*) + 0,001	-	-

Fonte : GPLP-MJ e INE (1995-2001)

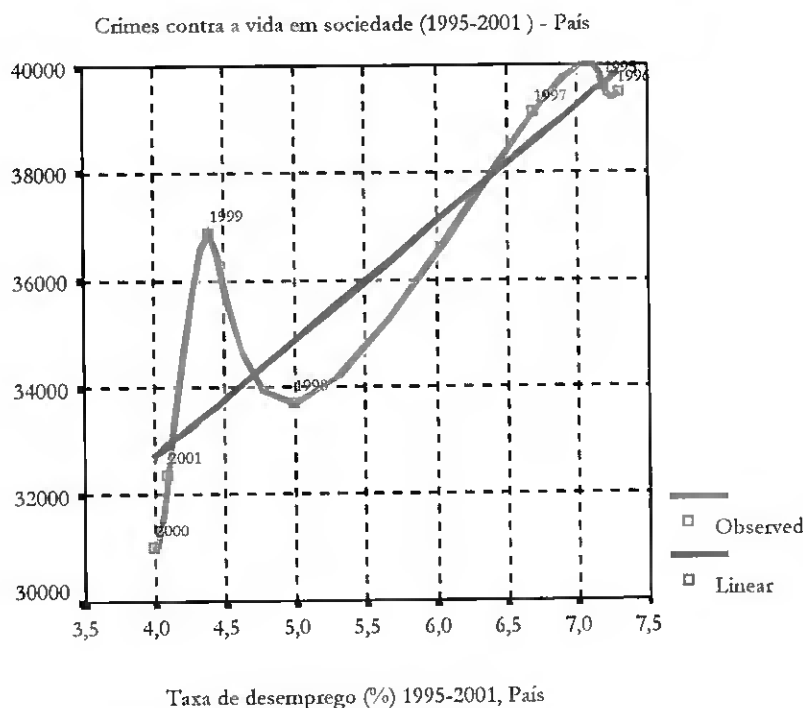
^(a) Representa o Total dos crimes anuais, para cada grupo de crimes do GPLP-MJ, no período considerado;

^(b) Não foram apuradas correlações ;

^(*) Correlação é significativa para nível de 0,05 ;

^(**) Correlação é significativa para nível de 0,01 ;

Gráfico II.4.1.1 Curva de estimação da regressão - Crimes contra a vida em sociedade e a taxa de desemprego (1995-2001), país



Fonte : GPLP-MJ e INE, 1995-2001

$$Y = 23948,951425 + 2179,233592 * X_i ; R^2 = 0,79816$$

Nos crimes contra o património a correlação surge, apenas, para um nível de significância de 0,01 no coeficiente de *pearson*²¹⁰ (tabela II.4.1.1). Admitindo-se que este gru-

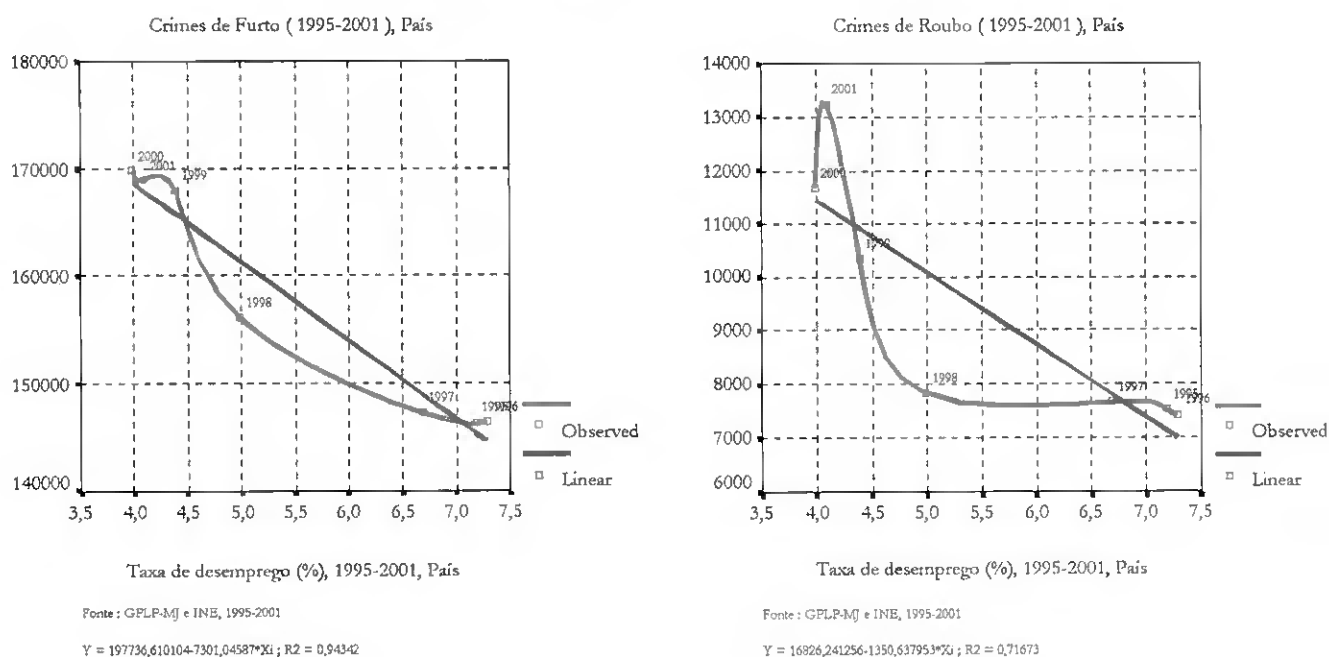
²⁰⁸ Incluem-se, neste grupo GPLP-MJ, os crimes contra a família, crimes de falsificação, crimes de perigo comum, crimes contra a segurança das comunicações, crimes contra a paz pública.

²⁰⁹ Conceito estatístico que confere a ligação entre duas variáveis, numericamente estimada pelo cálculo de diversos coeficientes de correlação (neste estudo - os coeficientes de correlação *pearson*, *kendall's tau_b* e *rho spearman's*). O coeficiente de correlação de *pearson* quantifica a associação linear entre variáveis. Este coeficiente poderá não se revelar estatisticamente apropriado para quantificar essa associação. Duas variáveis pode estar perfeitamente relacionáveis mas a sua associação pode não ser linear.

²¹⁰ Que se encontram incluídos nos crimes contra o património do GPLP-MJ.

po de crimes, na sua generalidade, encontre algumas explicações na taxa de desemprego. No cruzamento dos crimes de furto e roubo²¹¹ (bastante mediatizados, pontificando-se como um barómetro de insegurança, aos olhos da opinião pública, da qual se discorda...), com este indicador, os resultados revelaram-se curiosos. Apresentam-se com uma correlação inversa, relativamente à taxa de desemprego traduzindo uma evolução em sentido contrário, onde os crimes de furto surgem ligeiramente mais ajustados à recta estimada. Perante um aumento do nível de desemprego, no país, os registos destes crimes sofrem uma diminuição. Significando, grosso modo, que este tipo de crimes não encontra explicação empírica na taxa de desemprego, para a série temporal em análise. Os gráficos II.4.1.2./3. complementam estas asserções.

Gráfico II.4.1.2/3 Curvas de estimação da regressão - Crimes de furto e roubo com a taxa de desemprego (1995-2001), no país



Na relação apurada entre o indicador em análise e os crimes contra o Estado apurou-se a mesma tendência inversa (tabela II.4.1.1). Se atendermos ao conjunto de crime que

²¹¹ Estão aí consignados no grupo GPLP-MJ, nos crimes contra a propriedade. Ali encontram-se inscritos todos os crimes de furto, bem como, todo o tipo do crime de roubo tipificáveis na legislação penal.

aqui se englobam²¹² podem ali ser encontradas algumas explicações para este relacionamento. São crimes onde o factor desemprego não tende a estar presente, face à estrutura e metodologia aplicável ao *modus operandi* neste tipo de criminalidade²¹³. Não se afigurando razoável admitir as teses propostas por Calvó-Armengol e Zenou (2002), para o nosso país, face aos níveis de criminalidade aqui ensaiados e os níveis de desemprego apurados. Estes não são, por ora, alarmantes, conhecida a peculiaridade e sensibilidade que ambos os tipos de crimes revelam na sociedade portuguesa.

Extrapolando, como um cenário provável, um aumento acentuado da taxa de desemprego, será bastante curioso analisar a evolução que este tipo de criminalidade terá, relativamente a este indicador socioeconómico. Se aduzirmos a esta análise que a maioria desses níveis de desemprego poderá ocorrer, num primeiro impacto, à “custa” dos imigrantes de leste, tal contexto poderá revelar conclusões imprevisíveis. Provavelmente assistir-se-á a uma correlação positiva, bastante linear, entre ambas as variáveis. No impacto produzido por este tipo de criminalidade e o seu efeito exponencial, criado pelos *media*, podem advir alguns efeitos negativos às expectativas de segurança das pessoas, em geral, e dos agentes económicos, em particular, com efeitos importantes no desenvolvimento regional e local.

4.2 Crimes GPLP-MJ e PIB-pm-pc – no país

Este indicador económico agrega uma visão concentrada da riqueza, na sua dimensão *per-capita*, ao nível do país. Discutível, mas consensualmente assente, pontifica-se como um verdadeiro barómetro da riqueza. Vejamos como se correlaciona relativamente ao conjunto de crimes testados. Os testes efectuados consagraram duas sólidas relações - a dos crimes contra as pessoas e contra o Estado (tabela II.4.2.1). Tal factua-

²¹²São aqui incluídos os crimes contra a soberania nacional (art.ºs 308 a 321 do CP); os crimes contra a realização do Estado (art.ºs 325 a 335 do CP); crimes contra a autoridade pública (art.ºs 347 a 358 do CP); crimes contra a realização da justiça (art.ºs 359 a 371 do CP) e os crimes cometidos no exercício de funções públicas (art.º 372 a 386 do CP).

lismo incorpora as teses de Downes (1998)²¹⁴ reiterando a permanência da associação entre estes factores, revelando uma constatação: na presença de uma subida do PIB-pm-pc, este é acompanhado por uma evolução dos crimes contra as pessoas e dos crimes contra o Estado (gráficos II.4.2.1 e II.4.2.2).

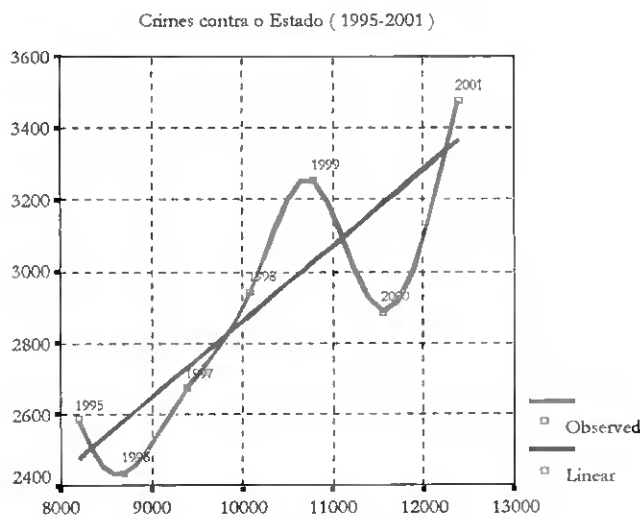
Tabela II.4.2.1 Coeficientes de correlação - Crimes GPLP-MJ e PIB-pm-pc (1995 - 2001), no país

Crimes ^(a)	PIB-pm-pc, (Euros), 1995-2001, país		
	Pearson correlation Sig (2-Tailed)	Kendall's tau_b Sig (2-Tailed)	rho Spearman's Sig (2-Tailed)
Contra as Pessoas	+ 0,903 (*)	+ 0,810 (*)	+ 0,893 (*)
Contra património	+ 0,005	+ 0,011	+ 0,007
Contra vida_sociedade	- 0,759 (*)	- 0,810 (*)	- 0,929 (*)
Contra o Estado	+ 0,873 (*)	+ 0,714 (*)	+ 0,857 (*)
Legislação Diversa	+ 0,010	+ 0,024	+ 0,014
	+ 0,830 (*)		+ 0,786 (*)
	+ 0,010		+ 0,036

Fonte: GPLP-MJ e INE (1995-2001)

- (a) Representa o Total dos crimes anuais, para cada grupo de crimes do GPLP-MJ, no período considerado;
- (b) Não foram apuradas correlações;
- (*) Correlação é significativa para nível de 0,05;
- (**) Correlação é significativa para nível de 0,01;

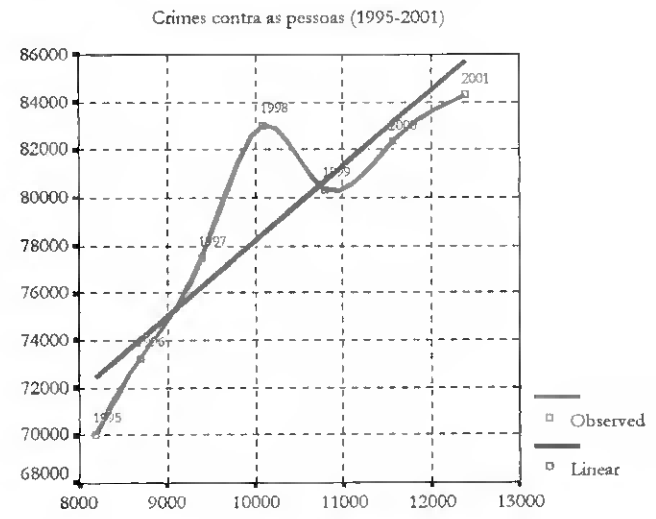
Gráfico II.4.2.1/2 Curva de estimação da regressão - Crimes contra as pessoas, crimes contra o Estado e o PIB-pm-pc, no país (1995-2001)



PIB-pm-pc País (Euros) - 1995-2001, País

Fonte: GPLP-MJ e INE (1995-2001) - País

$$Y = 729,186486 + 0,212375 * X; R^2 = 0,76237$$



PIB-pm-pc País (Euros) - 1995-2001, País

Fonte: GPLP-MJ e INE, 1995-2001

$$Y = 46368,129750 + 0,171729 * X; R^2 = 0,81622$$

²¹³ A visão de conferida pela ex-Directora-Adjunta da PJ (Morgado, 2002) é um testemunho inequívoco desta realidade.

²¹⁴ Onde são tecidos considerações sobre o crime e desigualdade, abordados numa óptica económica.

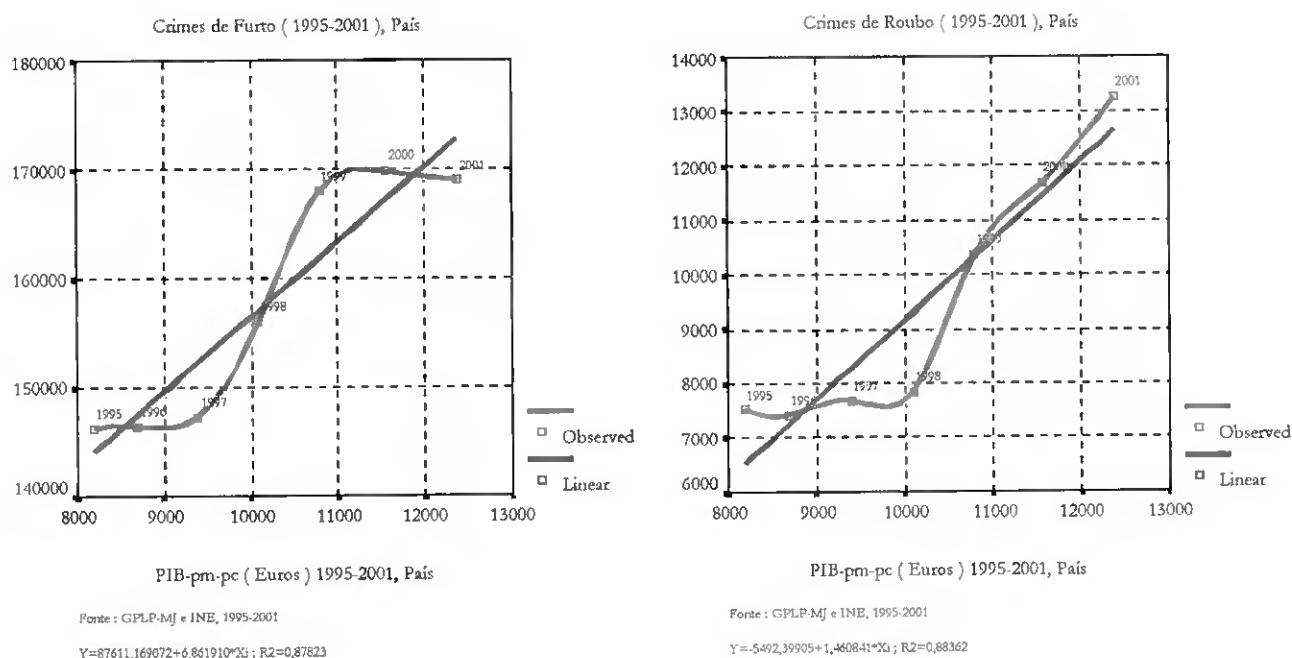
Nos gráficos II.4.2.1 e II.4.2.2 são visíveis alguns afastamentos, para com as curvas de estimação, nos dois tipos de crimes. Nos crimes contra as pessoas esse afastamento ocorre nos anos de 1997 e 1998. Assiste-se a uma permanência (ou estagnação do valor do PIB-pm-pc) relativamente a uma ascendência marcante dos registos, neste tipo de crimes. Nos restantes anos estes surgem bem correlacionados. Sublevando-se que, face a um aumento do indicador económico, ele tem sido acompanhado por uma aumento, bastante ajustado, do registo deste tipo de crimes, à escala nacional.

Nos crimes contra o Estado identificam-se as aproximações (1995, 1997 e 2001) e afastamentos (1996, 1998, 1999 e 2000). Desses afastamentos, para com a curva estimada, os que surgem abaixo dessa curva (1996 e 2000) são-no à custa de maior evolução do PIB-pm-pc relativamente ao registo deste tipo de crimes. Podendo derivar de uma acção mais actuante nos campos preventivos e repressivos, por partes das autoridades policíacas. Situação inversa ocorre nos anos de 1998 e 1999.

Uma das curiosidades, nesta bateria de testes efectuados, situou-se nos crimes contra o património, onde não foi apurada qualquer associação com este indicador económico (tabela II.4.2.1). No entanto, quando testados os crimes de furto e de roubo (que integram aquele grupo criminal) os resultados apurados transmitiram correlações ajustadas, verificável nos gráficos II.4.2.4./4. Aí evidenciam-se duas realidades: nos crimes de furto os anos de 1997 e 1999 escapam à recta de estimação. Em 1997, tal circunstância pode ser justificável num crescimento do valor do PIB-pm-pc, tendência que vinha dos anos anteriores perante uma ligeira estagnação do registo deste tipo de crimes. Em 1999 apura-se um menor andamento do indicador económicos contraposto por um aumento acentuado do registo deste tipo de criminalidade. No caso dos crimes de roubo, o quadro estatístico apresenta-se semelhante, com uma linha tendencial de 1995 a 1998. Para uma evolução valor do PIB-pm-pc (dos 8.000 euros aos 11.000 euros anu-

ais) os registos dos crimes de roubo mantêm-se abaixo dos 8.000 registos. A partir de 1998, registou-se uma paridade com a recta estimada, conferindo um forte ajustamento. Sendo concludente, em termos espaciais do território nacional que, na presença de um aumento do PIB-pm-pc este é substancialmente acompanhado pelos registos dos crimes de furto e de roubo.

Gráfico II.4.2.3/4 Curva de estimação da regressão - Crimes de furto e de roubo com PIB-pm-pc, (1995-2001), no país



4.3 Crimes GPLP-MJ e VAB – no país

Na continuidade desta linha de análise correlaciona-se agora a criminalidade com o indicador VAB. As semelhanças desta correlação, para com a ocorrida com o PIB-pm-pc apresentam evidências latentes (tabela II.4.3.1 gráficos II.4.3.1/2). As mesmas evidências e tendências são aqui expressadas, identificando-se uma forte ligação entre estes dois indicadores económicos e este tipo específico de crimes (de furto e roubo). Tal facto, induz consistência a esta série estatística, confluindo para realidades criminais idênticas quando confrontadas com estes indicadores económicos.

Tabela II.4.3.1 Coeficientes de correlação - crimes GPLP-MJ e VAB, (1995 - 2001), no país

Crimes ^(a)	VAB (Euros), 1995-2001, país		
	Pearson correlation Sig (2-Tailed)	Kendall's tau_b Sig (2-Tailed)	rho Spearman's Sig (2-Tailed)
Contra as Pessoas	+ 0,910 (*) + 0,005	+ 0,810 (*) + 0,011	+ 0,893 (*) + 0,007
Contra património	- 0,764 (*) + 0,048	-	-
Contra vida_sociedade	- 0,880 (*) + 0,009	- 0,810 (*) + 0,011	- 0,929 (*) + 0,03
Contra o Estado	+ 0,867 (*) + 0,011	+ 0,714 (*) + 0,024	+ 0,857 (*) + 0,014
Legislação Diversa	+ 0,828 (*) + 0,021	-	+ 0,786 (*) + 0,036

Fonte : GPLP-MJ e INE (1995-2001)

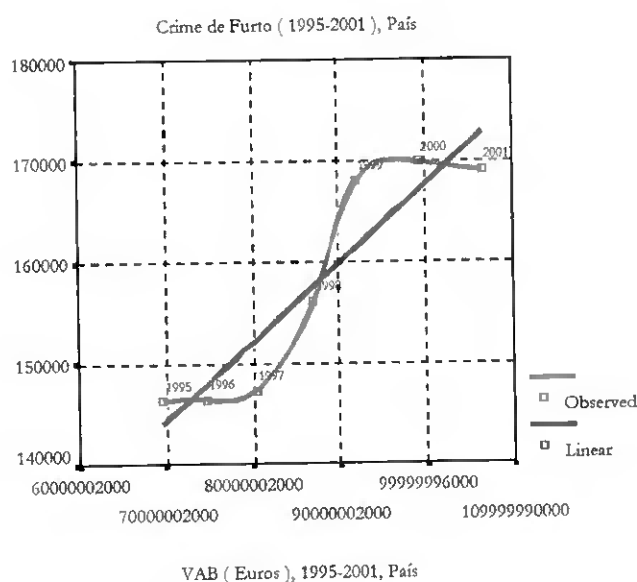
^(a) Representa o Total dos crimes anuais, para cada grupo de crimes do GPLP-MJ, no período considerado;

^(b) Não foram apuradas correlações;

^(*) Correlação é significativa para nível de 0,05;

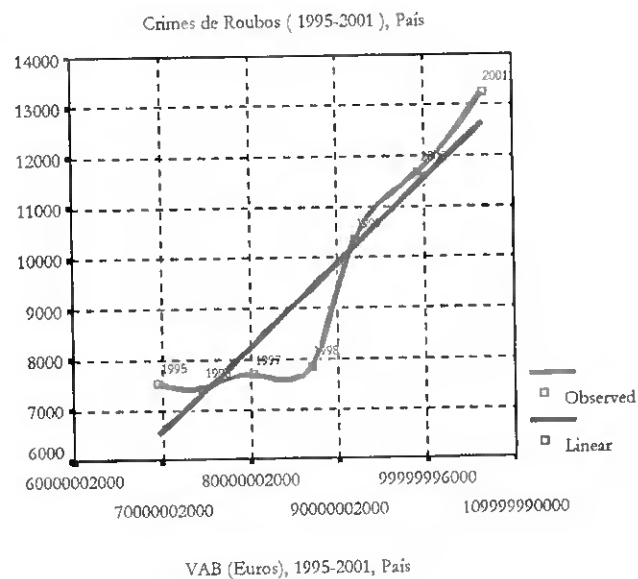
^(**) Correlação é significativa para nível de 0,01;

Gráfico II.4.3.1/2 Curva de estimação da regressão - Crimes de furto e de roubo com VAB, (1995-2001), no país



Fonte : GPLP-MJ, GEPE, base INE, contas regionais SEC95, 1995-1999

$$Y = 89250,502265 + 7,81573269E-07 \cdot X; R^2 = 0,86636$$



Fonte : GPLP-MJ e GEPE, base INE, contas regionais SEC95, 1995-1999

$$Y = -5162,599583 + 1,66610060E-07 \cdot X; R^2 = 0,87398$$

As teses de Chiu e Madden (1998) focalizaram-se na análise dos determinantes das taxas de assalto/arrombamento, desenvolvendo a ideia da desigualdade, factor que mais atenção recebeu por parte dos economistas. Bourguignon (1999) utilizou-a para demonstrar a dimensão dos custos económicos gerados pela desigualdade provocada pelo desenvolvimento económico. A tónica dos diversos níveis de distribuição da riqueza têm acalentado tórridas discussões sem consensualidade aparente e de implicações di-

versas, concluindo-se, ao nível nacional, uma sólida correlação também entre o VAB nacional e os crimes de furto e roubo.

4.4 Crimes GPLP-MJ e IPC²¹⁵ - no país

Solidificando a tendência revelada pelos anteriores indicadores, o relacionamento dos grupos criminais em estudo com este indicador (IPC) revelam, também eles, algumas tendências subjacentes. Este indicador situou a sua incidência correlacional nos crimes contra o património. Verificando-se, no ano de 1995, o pico de registos, acompanhado de perto pelos anos de 1996 e 1997 (gráfico II.4.4.1).

Tabela II.4.4.1 Coeficientes de correlação - crimes GPLP-MJ e IPC, (1995-2001), no país

Crimes ⁽⁴⁾	IPC, 1995-2001, país		
	Pearson correlation Sig (2-Tailed)	Kendall's tau_b Sig (2-Tailed)	rbo Spearman's Sig (2-Tailed)
Contra as Pessoas	- 0,765 (*) + 0,005	-	-
Contra património	+ 0,907 (**) + 0,048	+ 0,714 (*) + 0,024	+ 0,857 (*) + 0,014
Contra vida_sociedade	+ 0,772 (*) + 0,009	-	-
Contra o Estado	-	-	-
Legislação Diversa	- 0,960 (**) + 0,001	-	- 0,821 (*) + 0,023

Fonte: GPLP-MJ e INE (1995-2001)

(4) Representa o Total dos crimes anuais, para cada grupo de crimes do GPLP-MJ, no período considerado;

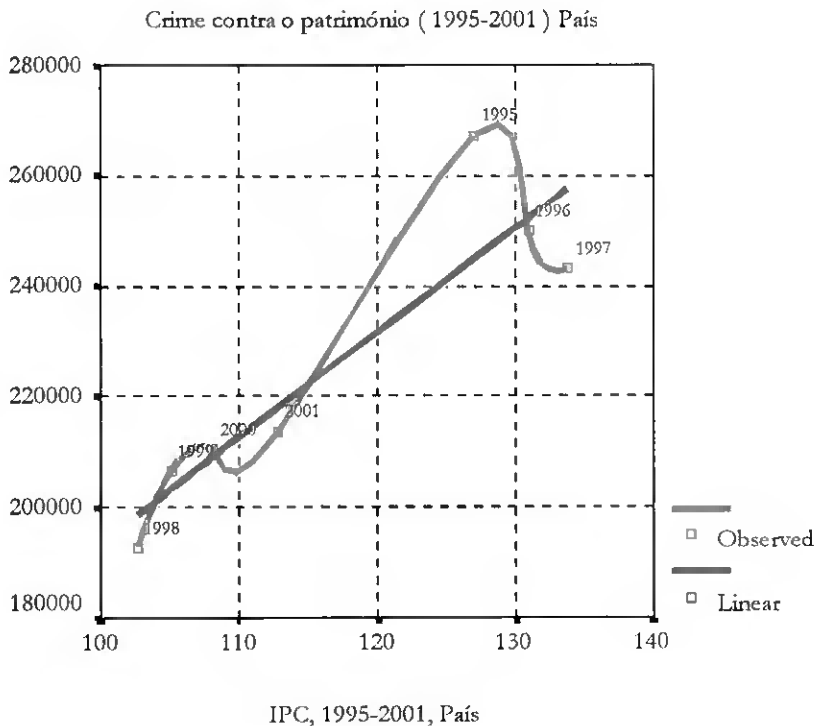
(1) Não foram apuradas correlações;

(*) Correlação é significativa para nível de 0,05;

(**) Correlação é significativa para nível de 0,01;

No entanto, os teste dos crimes de furto e de roubo, contabilizados neste grupo de crimes GPLP-MJ, não despontaram quaisquer correlações, contrariando o que aconteceu com o indicador PIB-pm-pc e VAB. Com uma tendência inversa surgem os crimes contra a vida (gráfico II.4.4.2), sendo o ano de 1995, novamente, o que mais se afasta daquela recta estimada. Constatando-se alguma atipicidade deste ano para com os registos criminais em estudos.

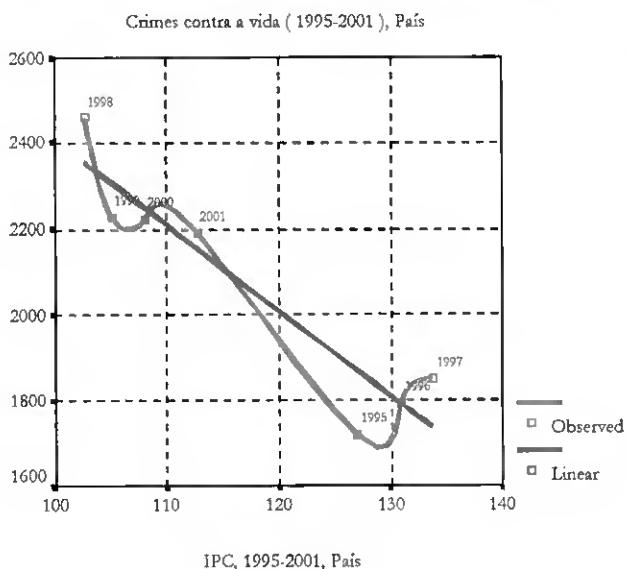
Gráfico II.4.4.1 Curva de estimação da regressão - Crimes contra o património com o IPC, (1995-2001), no país



Fonte : GPLP-MJ e INE, séries cronológicas, 1995-2001

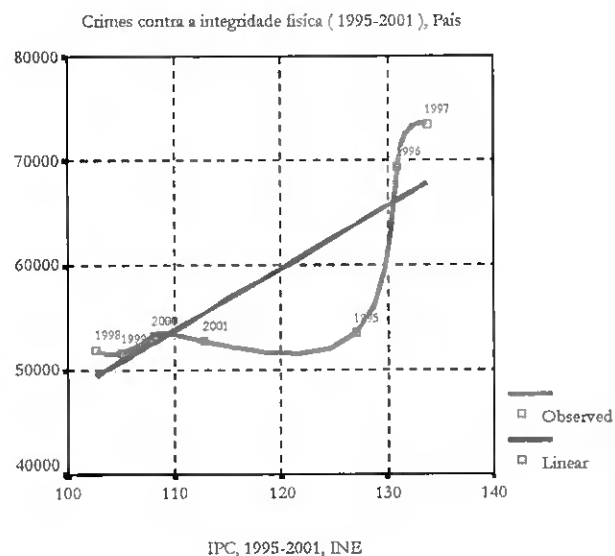
$$Y = 3160,427330 + 1899,472012 * X_i ; R^2 = 0,82340$$

Gráfico II.4.4.2/3 Curva de estimação da regressão - Crimes contra a vida e crimes contra a integridade física com o IPC, (1995-2001), no país



Fonte : GPLP-MJ e INE, Série cronológicas, 1995-2001

$$Y = 4400,756631 - 19,941289 * X_i ; R^2 = 0,87975$$



Fonte : GPLP-MJ e INE, Série cronológicas, 1995-2001, País

$$Y = -11194,27964 + 588,677546 * X_i ; R^2 = 0,68414$$

O resultado nos crimes contra a integridade física (gráfico II.4.4.3), apresentam um afastamento bastante evidente, no ano de 1995, reforçando a ligeira anormalidade do indicador económico ou dos registos criminais neste ano. Ambos os crimes encontram-se agrupados nos crimes contra as pessoas do GPLP-MJ. Não deixa de se apresentar como interessante a evolução destes dois tipos de crimes, relativamente ao indicador IPC. Esta circunstância induz sinais de alguns focos de criminalidade, com reflexos nos crimes contra a integridade física (gráfico II.4.4.3). Esta correlação associa-os mas não poderá explicar totalmente os complexos fenómenos sociais, culturais, políticos e económicos que se encontram subjacentes ao registo destas ocorrências.

Em síntese e perante os indicadores socioeconómicos testados, de reconhecida solidez, fiabilidade e apreciável disponibilidade, foi possível encetar este conjunto de testes de correlações, com os crimes agrupados pelo GPLP-MJ. Aí se evidenciam a incidência de parte substancial dos crimes contra o património (nos crimes de furto e roubo), não tenderem a ser significativamente influenciados pela existência de maiores ou menores níveis de taxa de desemprego (gráficos II.4.1.2/3). Antes sim, pela presença de maiores ou menores níveis de rendimento (PIB-pm-pc e VAB, gráficos II.4.2.3/4 e II.4.3.1/2, respectivamente). Surpreendentemente, a taxa de desemprego não se revê nos crimes de furto e de roubo, apresentando uma incidência inversa (gráficos II.4.1.2/3). Os crimes contra a vida em sociedade foram o único grupo criminal GPLP-MJ a correlacionar-se com a taxa de desemprego (gráfico II.4.1.1).

A variável do rendimento médio (que poderá assumir, neste estudo, a personificação dos indicadores PIB-pm-pc e VAB, cada um na sua dimensão) será provavelmente a variável comumente identificada com o próprio desenvolvimento económico. No entanto, não tem recebido muita atenção por parte dos investigadores na matéria. Também se afigura como razoavelmente conclusivo que outras variáveis (por exemplo,

educação e desenvolvimento institucional), relacionáveis com o desenvolvimento, podem induzir indirectamente efeitos não-económicos na incidência da criminalidade e que não se encontram, de alguma maneira, diagnosticadas na teoria económica (Soares, 2000). Circunstância que vem reforçar as referidas dificuldades no cruzamento de algumas variáveis neste estudo admitindo-se a sua incidência na vertente criminal.

4.5 Correlações criminais com variáveis socioeconómicas - região do Algarve

A região do Algarve, assente espacialmente num único distrito, redimensiona-se territorialmente por um triângulo composto por três vértices fundamentais: litoral²¹⁶, barrocal e serra²¹⁷. Nesta amplitude geográfica gravitam cerca de 395.208²¹⁸ habitantes distribuídos espacialmente por 4.995,2 Km², reflectindo uma densidade populacional próxima dos 80 Habitantes/Km² (INE, 2001ab). A esta vertente da geografia económica adiciona-se uma forte componente, associada ao sector do turismo, expressiva pelos 2.047.483 de Hóspedes entrados durante o ano de 2000, (INE, 2001ab) e, cerca de treze milhões de dormidas em estabelecimentos hoteleiros (INE, 2003). Esta circunstância, estatisticamente difícil de reflectir na vertente criminal, agregada pelo GPLP-MJ, terá de ser reequacionada em estudos posteriores. Ensaiaando-se correlações destes indicadores e a criminalidade verificada na região, para daí se poderem concluir da evidente influência desse factor no desenvolvimento e segurança regional.

4.5.1 Crimes GPLP-MJ e taxa de desemprego – na região do Algarve

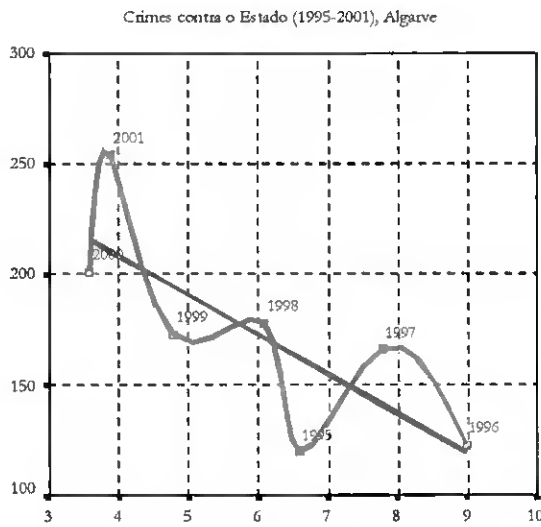
Nesta relação, para o período em análise, foram identificadas duas correlações. Curiosamente ambas de sentido inverso. Perante um aumento dos registos de crimes contra o Estado e os previstos em legislação avulsa, a taxa desemprego assume uma tendência de baixa nos seus níveis. Os gráficos II.4.5.1.1/2 elucidam este raciocínio.

²¹⁶ Apresenta-se geograficamente mais escarpado a ocidente do que a oriente, ao longo de uma extensão de mais de 200 km.

²¹⁷ Assume maior expressividade na Serra com os 902 metros de altitude na Fóia.

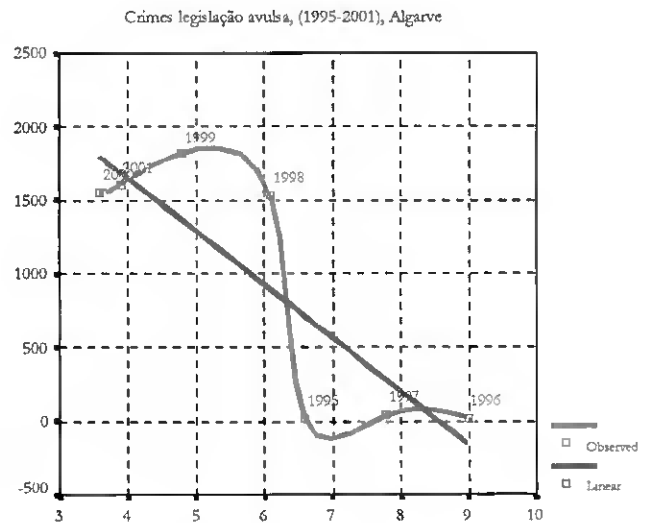
²¹⁸ Dados censos 2001, resultados provisórios, para população residente, homens e mulheres.

Gráfico II.4.5.1.1/2 Curva de estimação da regressão - Crimes contra o Estado e os crimes previstos em legislação avulsa com taxa de desemprego, (1995-2001), Algarve



Tx desemprego (%), 1995-2001, Algarve, INE Estatísticas do Emprego

Fonte : GPLP e INE - Estatísticas do emprego
 $Y = 278,880472 - 17,802950 * X_1$; $R^2 = 0,60308$



Tx desemprego (%), 1995-2001, Algarve

Fonte : GPLP-MJ e INE Estatísticas do emprego
 $Y = 3094,340413 - 362,377581 * X_1$; $R^2 = 0,72005$

Aquando da associação deste indicador para com a criminalidade, no todo nacional, os crimes contra o Estado revelaram o mesmo comportamento (tabela II.4.1.1). Esta circunstância é reveladora do não apuramento de qualquer associação entre os vários grupos de crimes (do GPLP-MJ) e a evolução da taxa de desemprego, para a região do Algarve. Esta causalidade vêm corroborar a análise inserta no ponto 4.1 deste capítulo, ao não incorporar as teses daqueles autores que argumentaram a implicação deste indicador socioeconómico nos índices de criminalidade.

Para aglomerados populacionais densos (no caso português, as áreas metropolitanas de Lisboa e Porto, sem estudos empíricos que confirmem esta argumentação) será susceptível de aí se apurarem correlações, na senda da argumentação de Glaeser e Sacerdote (1996)²¹⁹.

²¹⁹ Nos seus estudos apresentaram uma discussão da relação entre a densidade populacional e a incidência criminal.

Não será o caso da região Algarvia, apesar da sua especificidade turística que a remete para picos populacionais elevadíssimos²²⁰, em algumas épocas do ano. Será bastante razoável que assim se mantenha. As implicações originadas por uma oscilação marcante, no vector da segurança, podem ter repercussões avassaladoras e incalculáveis em toda a economia regional. Não deixa de ser interessante verificar o facto das correlações (e o seu sentido) surgidas para estes grupos de crimes. Se olharmos para a sua expressividade no todo nacional²²¹, e a sua evolução recente, podem ser tónicos para uma preocupação crescente ao nível nacional e regional. Será interessante seguir este andamento em futuros estudos confirmando, ou não, esta circunstância.

4.5.2 Crimes GPLP-MJ e PIB-pm-pc – na região do Algarve

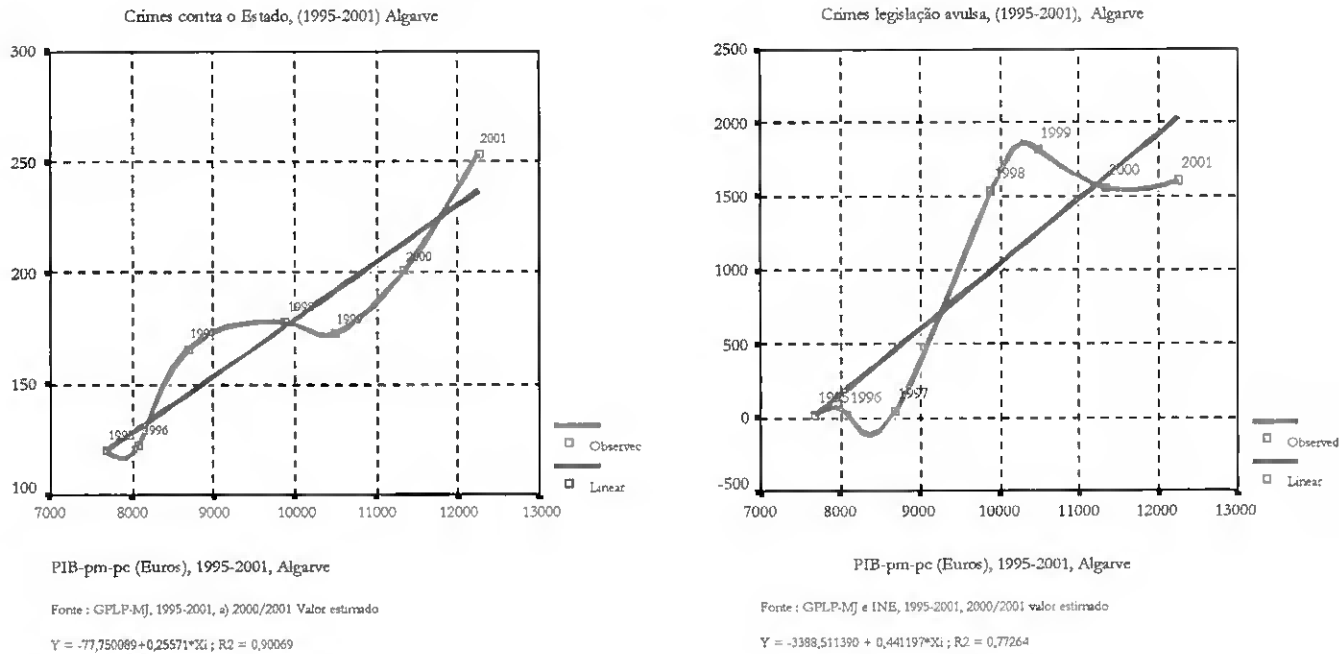
A correlação mais forte (e única) surgiu nos crimes contra o Estado²²². Um pouco mais afastada, mas relevante, nos crimes previstos em legislação avulsa. De facto, os registos apurados associam este indicador com aqueles crimes para a região do Algarve. Nos crimes contra o Estado (gráfico II.4.5.2.1) a associação apresenta um ajustamento que nos leva a concluir por uma relativa estabilidade, tende em conta que este grupo criminal assimila um impacto, na opinião pública, somente ombreado por alguns crimes contra as pessoas e alguns crimes contra o património. A evolução dos registos neste grupo de crimes, tem merecido particular atenção, por parte das autoridades policiais, meios de comunicação e das pessoas em geral, face ao sentimento e expectativa que este perpassa no contexto da segurança interna.

²²⁰Segundos os registos estatísticos disponíveis (INE, 2001a) estes apontam para cerca de 14 milhões de pessoas que visitaram a região do algarve durante o ano de 2001. Não existem registos disponíveis, ao nível das regiões NUTS II, que permitam estabelecer uma associação entre os visitantes na região e os crimes GPLP-MJ. Se admitirmos a tendência de crescimento que este indicador têm tido e olharmos os grupos de crimes GPLP-MJ que assumem essa tendência encontraremos os crimes contra o Estado e os crimes previstos em legislação especial.

²²¹Consultar Gráfico II.4.1.1.

²²²Também, na análise para o nível nacional este indicador se tinha revelado estatisticamente correlacionado (tabela II.4.2.1).

Gráfico II.4.5.2.1/2 Curva de estimação da regressão - Crimes contra o Estado e crimes previstos em legislação avulsa com o PIB-pm-pc, (1995-2001), Algarve

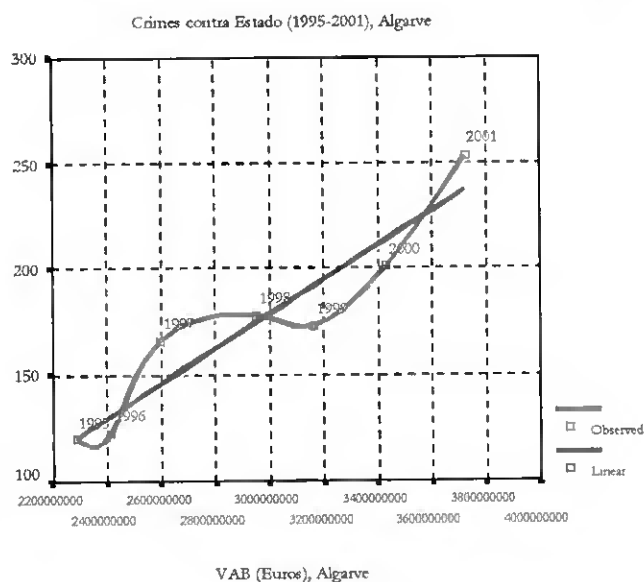


Recorde-se, aquando da associação ao nível nacional este indicador manifestou a mesma tendência correlativa. Esta causalidade deixa em aberto uma referência: zonas/regiões de maior rendimento per-capita tenderão a ser fustigadas por um maior número de registo deste tipo de crimes. Raciocínio idêntico pode ser feito para os crimes previstos em legislação avulsa, onde o declínio registado em 1999 mantém-se até 2001 (gráfico II.4.5.2.2), criando desajustamento correlacional que só os próximos anos poderão comprovar.

4.5.3 Crimes GPLP-MJ e VAB regional – na região do Algarve

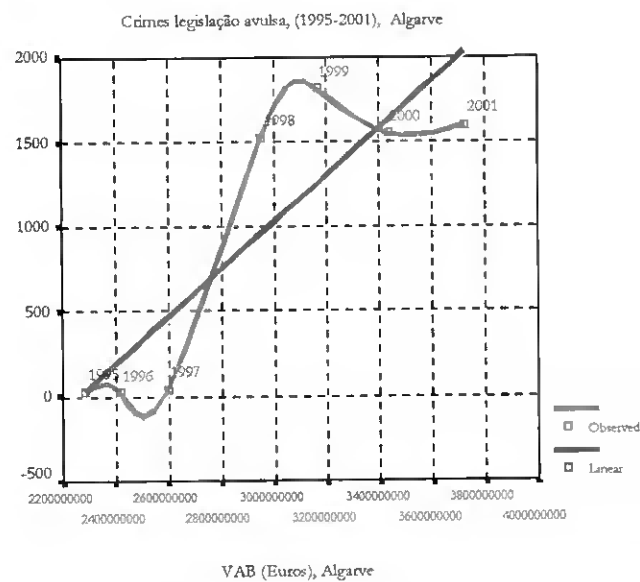
Da associação estabelecida, entre o grupo de crimes e este indicador regional, surgiram correlações para os crimes contra o Estado e os crimes previstos em legislação avulsa. Esta tendência evidenciada segue a mesma linha dos resultados apurados aquando da relação estabelecida entre estes crimes e o PIB-pm-pc. De facto, esta associação reflecte um semelhança tendencial que permite reforçar a associação apurada, pela a riqueza regional (corporizada pelo indicador VAB) e pelo rendimento pessoal (identificado pelo PIB-pm-pc).

Gráfico III.4.5.3.1/2 Curva de estimação da regressão - Crimes contra o Estado e crimes previstos em legislação avulsa com VAB Regional, (1995-2001), Algarve



Fonte : GPLP-MJ, GBPE, base INE, contas regionais SEC95, 1995-2001

$$Y = -66,893579 + 8,13825990E-06 * X_i ; R2 = 0,90002$$



Fonte : GPLP-MJ e GEPE, base INE, contas regionais SEC95, 1995-1999

$$Y = -3176,468380 + 1,39573607E-06 * X_i ; R2 = 0,76258$$

Os crimes que estabeleceram esta correlação são os mesmos. Esta circunstância permite avançar com a conclusão síntese para a região do Algarve. Na presença de aumentos, naqueles indicadores económicos, os grupos de crimes contra o Estado e os previstos em legislação avulsa acompanham essa evolução. Porque estamos perante dois grupos com especificidades próprias, designadamente nos crimes contra o Estado, os registos de 2000 para 2001, começam a despontar alguma preocupação. Se estes representam, nalguns casos, crimes sobre funcionários estatais, também o inverso ali acontece.

4.5.4 Crimes GPLP-MJ e a densidade populacional - na região do Algarve

A densidade populacional da região Algarvia situa-se nos 80 Habitantes/Km² (INE, 2001ab). Na associação deste indicador e os grupos criminais em estudo, verificável na tabela II.4.5.4.1, a correlação apenas surgiu nos crimes contra o Estado. Não duvidamos que ele contemplará também a população passageira pela região. Porque este impulso correlacional, bastante ajustado, não poderá ser totalmente imputável

aos residentes na região, face à sua elevada população visitante. Pode começar a despontar-se algum motivo de preocupação face à “assiduidade” deste grupo de crimes nas correlações, apesar de não reflectir directamente problemas de insegurança.

Tabela II.4.5.4.1 Coeficientes de correlação - crimes GPLP-MJ e densidade populacional, (1995-2001), na região do Algarve

Crimes ^(a)	densidade populacional, 1995-2001, região do Algarve		
	<i>Pearson correlation Sig (2-Tailed)</i>	<i>Kendall's tau_b Sig (2-Tailed)</i>	<i>rho Spearman's Sig (2-Tailed)</i>
Contra as Pessoas	-	-	-
Contra património	-	-	-
Contra vida_sociedade	-	-	-
Contra o Estado	+ 0,820 (*) + 0,024	+ 0,905 (**) + 0,004	+ 0,964 (**) + 0,000
Legislação Diversa	-	-+ 0,714 (*) + 0,024	-+ 0,857 (*) + 0,014

Fonte : GPLP-MJ e INE (1995-2001)

(a) Representa o Total dos crimes anuais, para cada grupo de crimes do GPLP-MJ, no período considerado;

(b) Não foram apuradas correlações;

(*) Correlação é significativa para nível de 0,05;

(**) Correlação é significativa para nível de 0,01;

Poderá expressar uma preocupação perante os órgãos desconcentrados do poder central (e regional) e os seus utentes (e residentes) na região. Algumas causas explicativas poderão situar-se na posição periférica destes serviços, face à localização geográfica da região do Algarve; numa ausência de direcção, e monitorização por parte do poder central relativamente a estes serviços estatais e uma particular apatência da população residente (e flutuante) para a prática deste ilícito. Só os próximos anos poderão confirmar a tendência ou não desta correlação, prefigurando-se, na sua confirmação, como facto desqualificador regional.

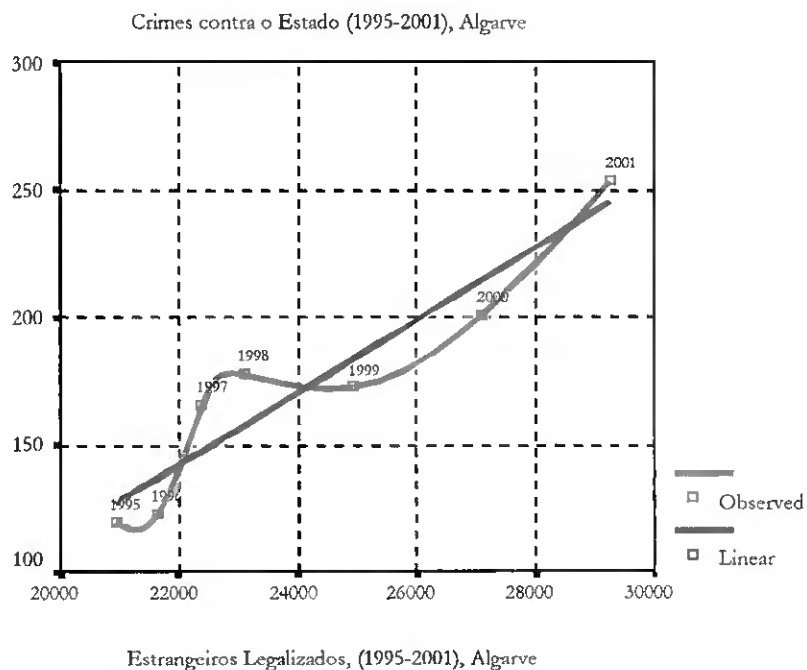
4.5.5 Crimes GPLP-MJ e cidadãos estrangeiros legalizados – na região do Algarve

Porque a problemática dos fluxos migratórios, designadamente os oriundos dos países de Leste, se apresenta como uma circunstância debilitadora para a segurança, pretende-se associar os registos (disponíveis) de estrangeiros legalizados²²³, na região do Algarve, e o grupo de crimes em estudo para se inferirem linhas conclusivas.

²²³ Os quais não se apresentam desagregados por nacionalidades, circunstância que enriqueceria a análise. Teme-se que estes conjunto de registos oficiais possam não representar a “realidade” do efectivo número de cidadãos estrangeiros na região, presumindo-se que existi-

O grupo criminal dos crimes contra o Estado foi o único que se revelou correlacionado com este registo (gráfico II.4.5.5.1). Daqui se podem identificar algumas problemáticas criminais associadas ao complexo processo de legalização de cidadãos estrangeiros que os remete para práticas criminais. A excessiva burocratização no processo de legalização, alguma ausência de fiscalização, mercado de trabalho apertado e absorvente para este tipo de mão-de-obra, podem ser algumas das causas.

Gráfico II.4.5.5.1 Curva de estimação da regressão - Crimes contra o Estado e os cidadãos estrangeiros legalizados, (1995-2001), região do Algarve



Restará conhecer como irão evoluir estes registos, perante as subseqüentes lógicas de integração social e económicas na economia regional, bem como, das implicações daí decorrem para a segurança interna da região. Valor que importa preservar perspectivando-se como referência para os que visitam a região.

4.5.6 Crimes GPLP-MJ e visitantes entrados (via aérea) - na região do Algarve

Perspectiva-se relacionar os registos criminais anuais em estudo na região do Algarve e as pessoas que visitaram a região, por via aérea, no período 1995-2001, tentando fazer reflectir essa vertente. Nesta correlação as evidências estatísticas recaíram sobre os crimes previstos em legislação diversa (sustentados pelos coeficientes de *pearson e spearman*) e nos crimes contra o Estado (através do coeficiente de *spearman*), conforme atesta a tabela II.4.5.6.1, um pouco à semelhança do ponto 4.5.3.

Tabela II.4.5.6.1 Coeficientes de correlação - crimes GPLP-MJ e visitantes da região (via aérea) – região do Algarve, 1995-2001

Crimes ^(a)	Visitantes entrados via aérea – Aeroporto de Faro		
	Pearson correlation Sig (2-Tailed)	Kendall's tau_b Sig (2-Tailed)	rho Spearman's Sig (2-Tailed)
Contra as Pessoas	-	-	-
Contra património	-	-	-
Contra vida_sociedade	-	-	-
Contra o Estado	+ 0,809 (*) + 0,027	-	+ 0,821(*) + 0,023
Legislação Diversa	+ 0,905 (**) + 0,005	-	+ 0,821(*) + 0,023

Fonte: GPLP-MJ e Ana, S.A (1995-2001)

(a) Representa o Total dos crimes anuais, para cada grupo de crimes do GPLP-MJ, no período considerado;

(b) Não foram apuradas correlações;

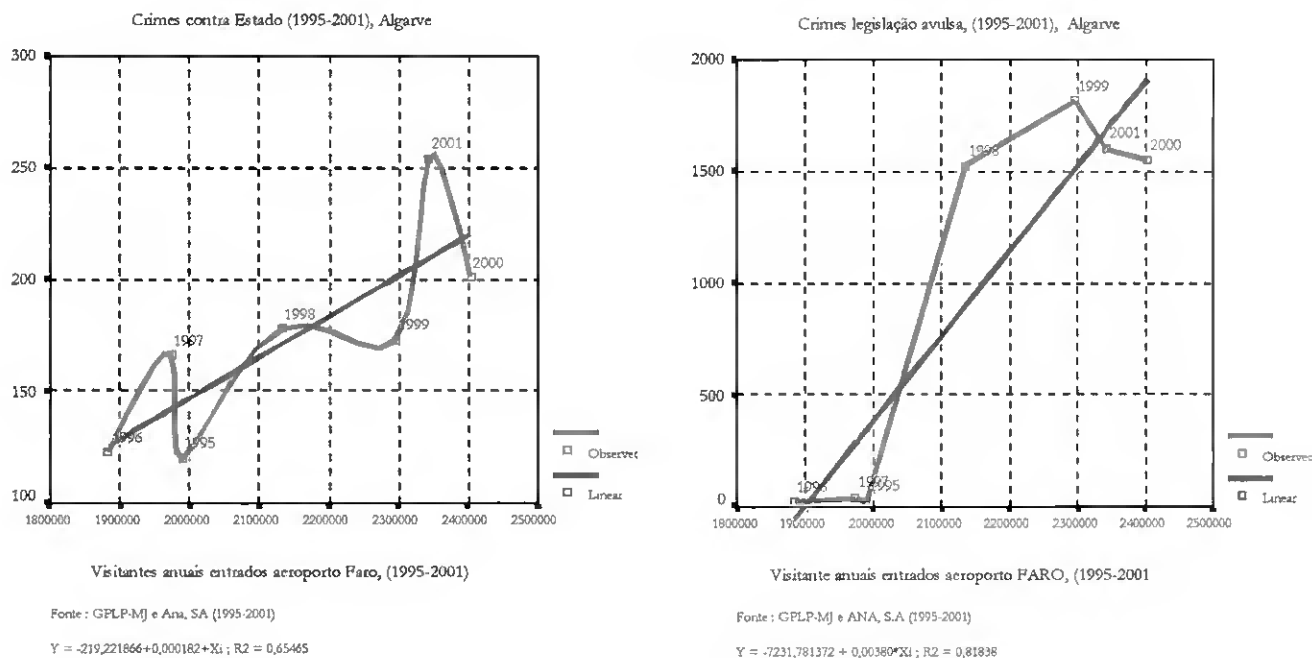
(*) Correlação é significativa para nível de 0,05;

(**) Correlação é significativa para nível de 0,01;

Tal circunstância reforça a preponderância que, especialmente os crimes previstos legislação avulsa evidenciam na região do Algarve, à semelhança do apurado no país. A mesma tônica para com os crimes contra o Estado, embora com menor amplitude. Os gráficos II.4.5.6.1/2 traduzem estas evidências, embora com dois vértices diferentes.

No ano de 2001, nos crimes contra o Estado, verifica-se um registo acima dos anteriores não acompanhado por entrada anormal de visitantes na região. Induzindo a que a prática destes tipos de crimes possa ser, em grande parte, atribuída aos residentes, face aos registos de ambos os indicadores e sua evolução. Circunstância que não poderá ser comprovada empiricamente, porquanto os registos criminais disponíveis oficiais não dispõem desses indicadores, por regiões NUTS II e nacionalidade.

Gráfico II.4.5.6.1/2 Coeficientes de correlação – Crimes contra o Estado e crimes previstos em legislação avulsa (GPLP-MJ) e visitantes da região (via aérea) – região do Algarve, 1995-2001



No crimes previstos em legislação avulsa admitem-se dois períodos distintos, à semelhança do país: até 1997, onde se verifica reduzido número de registo e pós-1998 onde houve lugar a uma reclassificação e, conseqüentemente, um aumento acentuado que, neste caso, é também acompanhado pelo registo de entradas, via aérea, na região. Esta situação vem reforçar a evolução apurada para este grupo criminal que começa a despontar alguma preocupação desconhecendo-se até onde poderá chegar.

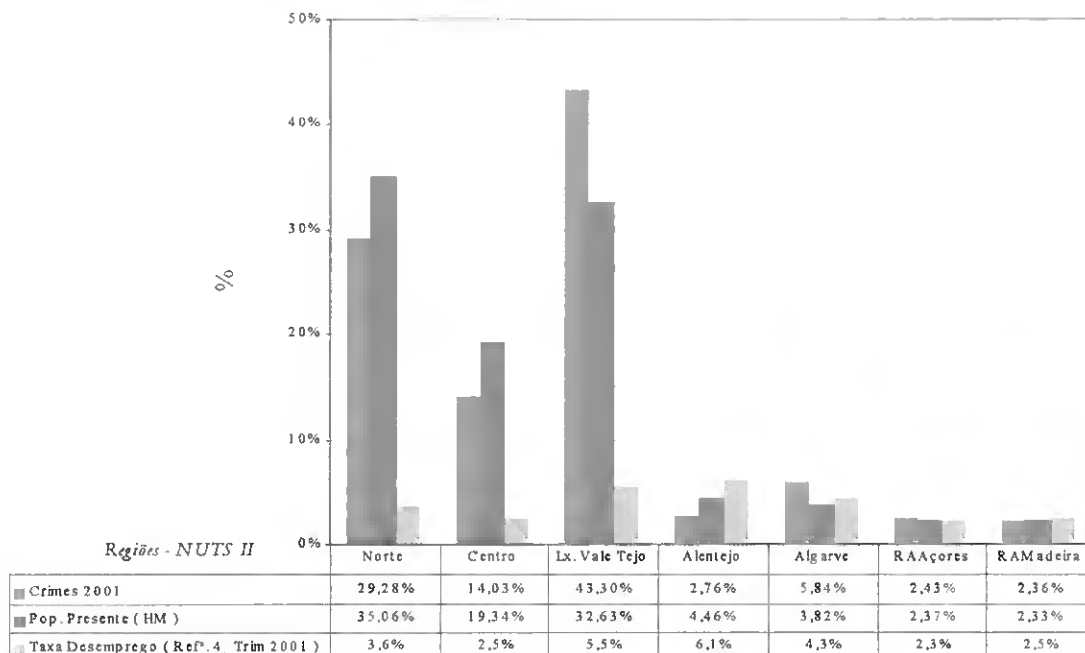
Importa referir que seria muito interessante, caso os registos oficiais o permitissem, analisar dois efeitos que daqui emergem: a sazonalidade e a nacionalidade desses visitantes. Como já foi referido a desagregação dos registos GPLP-MJ apenas se situa ao nível anual e regiões NUTS II, facto que remete para estudos posteriores.

4.6 Crimes GPLP-MJ inter-regiões NUTS II

Neste quadro de análise inclui-se uma perspectiva de ensaio dos registos criminais nas regiões NUTS II com a associação de alguns indicadores económicos, reportados ao

ano de 2001. O primeiro ensaio sustenta-se na trilogia apresentada no gráfico II.4.6.1, onde é reflectida a analogia entre os registos criminais, a população presente e a taxa de desemprego, para aquelas regiões.

Gráfico II.4.6.1 - Crimes regiões NUTS II, população presente (HM)²²⁴ e a taxa de desemprego²²⁵, regiões NUTS II, 2001



Fonte : GPLP-MJ (1995-2001) e INE (2001b)

Aí é acentuada a liderança da região de Lisboa e Vale do Tejo que, apesar de uma taxa de desemprego reduzida, apresenta a maior taxa de população presente e, consequentemente, maiores registos na criminalidade. As regiões Norte e Centro, reflectem uma tendência liderada pela taxa de população presente que se situa acima dos registos criminais. A região do Algarve assume a perspectiva apresentada pela região de Lisboa e Vale do Tejo, ou seja, registos criminais superiores à taxa da população presente, com uma taxa de desemprego relativamente baixa, circunstância que poderá reflectir a presença do volátil factor sazonalidade. A região do Alentejo surge com a taxa de desemprego acima da taxa de população presente e a taxa dos registos criminais. Porventura, esta região poderá incorporar as teses dos autores referidos neste capítulo, no ponto 4.1.

²²⁴Censos 2001 (INE, 2001ab).

Apesar dessa eventual evidência mantêm-se algumas reservas, na senda da linha argumentada anteriormente, em referir a taxa desemprego como uma das causas da criminalidade nas regiões NUTS II. No entanto, perante a presença de um cenário de crescimento do nível de desemprego será interessante acompanhar o andamento dos registos criminais, apurando a presença, ou não, de correlações.

Admita-se um segundo ensaio dos registos criminais destas regiões NUTS II, no ano de 2001, agora com a variável número de edifícios registados²²⁶. O resultado salda-se por uma forte correlação para todos os tipos (grupos) crimes GPLP-MJ, conforme atesta o tabela II.4.6.1, onde o ajustamento mais significativo, para um nível de 0,01, surge nos crimes contra as pessoas, contra o património e contra a vida em sociedade.

Tabela II.4.6.1 Coeficientes de correlação - Crimes GPLP-MJ e n.º edifícios, regiões NUTS II, 2001

Crimes ⁽¹⁾	n.º de edifícios e regiões NUTS II, 2001		
	Pearson correlation Sig (2-Tailed)	Kendall's tau_b Sig (2-Tailed)	rho Spearman's Sig (2-Tailed)
Contra as Pessoas	+ 0,882 (**) + 0,009	-	-
Contra património	+ 0,787 (**) + 0,036	-	-
Contra vida_sociedade	+ 0,885 (**) + 0,008	+ 0,810 (**) + 0,011	+ 0,893 (**) + 0,007
Contra o Estado	+ 0,790 (**) + 0,034	+ 0,714 (**) + 0,024	+ 0,857 (**) + 0,014
Legislação Diversa	+ 0,782 (**) + 0,038	-	+ 0,821 (**) + 0,023

Fonte: GPLP-MJ e INE (2001a)

⁽¹⁾ Representa o Total dos crimes ano 2001, para cada grupo de crimes do GPLP-MJ;

⁽²⁾ Não foram apuradas correlações;

^(*) Correlação é significativa para nível de 0,05;

^(**) Correlação é significativa para nível de 0,01;

De facto, nos testes correlacionais testados (grupos de crimes GPLP-MJ e o indicador socioeconómico) são identificadas sólidas associações para com aquele grupo de crimes. Aqui poderão estar justificações várias que nos induzem para mecanismos de densidade populacional, concentração urbana, bem como, da presença de zonas industriais e de serviços. Esta temática sustenta²²⁷ a possibilidade do grau de urbanização se en-

²²⁵ Referente 4.º Trimestre de 2001 (INE, 2001ab).

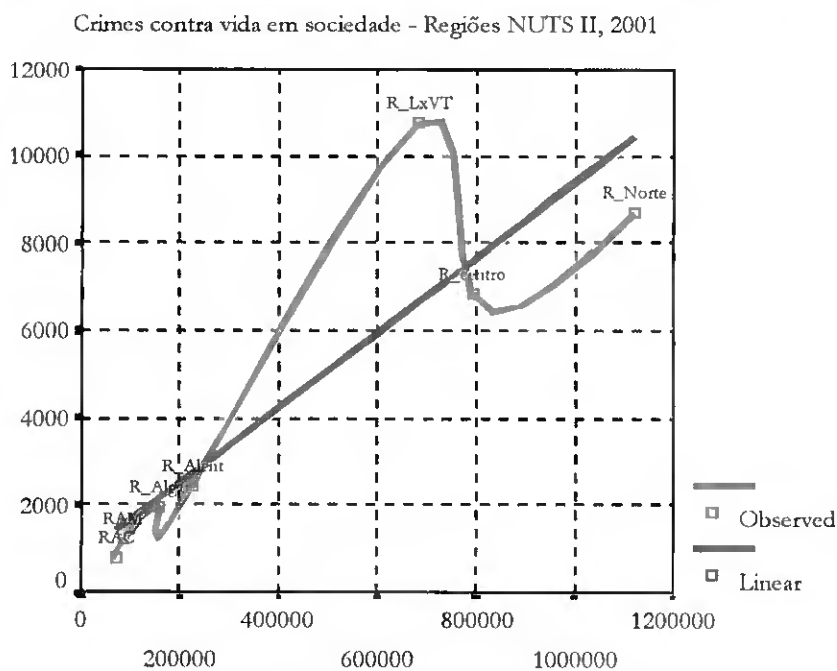
²²⁶ De alguma forma, poderá representar um sólido indicador de urbanidade (INE, 2001ab).

²²⁷ Admitindo que este indicador será susceptível e representativo da urbanidade nas regiões.

contrar correlativamente associado a este grupo criminal, incorporando as tendências defendidas por Carcach (2000).

Ajustando graficamente os crimes contra a vida em sociedade com este indicador (gráfico II.4.6.2) são identificados dois grupos distintos. O primeiro, perfeitamente ajustado à recta estimada, constituído pela região autónoma dos Açores, região autónoma da Madeira, região do Alentejo e do Algarve que se situam até ao registo de 300.000 edifícios, contrapondo-se um registo criminal inferior a 2.500. O segundo grupo dispersa-se pelas restantes três regiões. A região de Lisboa e Vale do Tejo lidera o registo de crimes a que lhe corresponde um número de edifícios de 685.382. A região Centro admite um número de edifícios de 793.421 que cruza com cerca de 6.780 registos criminais. A região Norte assume o maior número de edifícios (1.124.474) contraposto por um registo criminal de 8.641, para este grupo de crimes (Anexo n.º 8).

Gráfico II.4.6.2 Curva de estimação da regressão - Crimes contra a vida em sociedade e o número de edifícios nas regiões NUTS II, 2001



N.º. Edifícios, Regiões NUTS II, 2001

Fonte : GPLP_MJ e INE, 2001

$$Y = 759,842316 + 0,008581 * X_i ; R^2 = 0,78360$$

As regiões que contemplam as duas áreas metropolitanas encarnam as problemáticas anteriormente expressas. A sua estrutura industrial poderá encontrar fortes associação com a incidência criminal²²⁸, sendo habitualmente referenciadas como zonas de risco (Donnermeyer, 1994). Estas regiões metropolitanas poderão induzir, intrinsecamente, esta problemática, reflectindo-se, tal circunstância, nos seus registos criminais. As restantes regiões não assumem estas características não evidenciaram, por isso, tais problemas.

4.7 As evidências criminais latentes

Quando analisada a criminalidade no país (gráfico II.3.1.1) verificou-se liderança do grupo de crimes contra o património, acompanhados pelo grupo de crimes contra as pessoas. No conjunto das região NUTS II a incidência territorial média por 100 habitantes situou-se em nove crimes (gráfico II.3.1.2). A região do Algarve, constituída apenas por um distrito, apresenta uma incidência criminal de apenas quatro a cinco crimes, por cada 100 habitantes. Caso fosse introduzido, neste indicador, a população visitante na região do Algarve, esta incidência territorial por 100 habitante, apresentaria uma expressividade estatística perfeitamente residual, reforçando a sua classificação “destino seguro” (Viegas, 1997). Em termos de registos de criminalidade anuais médios, a região do Algarve apresenta uma evolução semelhante como à apurada no registo de crimes no país (gráfico II.3.2.2). A problemática associada aos fluxos migratórios mereceu análise neste estudo sendo manifestada uma preocupação face ao actual cenário. Na presença de um crescimento acelerado numa região, este pode originar mecanismos de perturbação socioeconómicos. Porquanto, esta circunstância desencadea surtos de imigração, debilitando a capacidade local para desenvolver o trabalho em redes e para fomentar um controlo social (Bursik e Grasmick, 1993). O actual fluxo ad-

²²⁸ Não reflectida estatisticamente nestas correlações.

vindo (principalmente) dos países de Leste, será uma das principais temáticas que avassala esta problemática. Restará saber como as regiões e o país a vão gerir.

Na correlação realizada entre o grupo de crimes do GPLP-MJ e alguns indicadores socioeconómicos (ao nível nacional), a taxa de desemprego associou-se com os crimes contra a vida em sociedade (gráfico II.4.1.1) e os crimes contra o património (tabela II.4.1.1). O PIB-pm-pc ajustou-se com os crimes contra as pessoas, contra o Estado (gráficos II.4.2.1/2) e nos crimes de furto e roubo, (gráficos II.4.2.3/4), apesar deste tipo de crimes se encontrar inserido no grupo de crimes contra o património que, curiosamente, reagiu negativamente aos testes de correlação efectuados (tabela II.4.2.1). O indicador VAB associou-se com os crimes contra as pessoas e contra o Estado (tabela II.4.3.1) e, especificamente, com os crimes de roubo e de furto (gráfico II.4.3.1/2), à semelhança do apurado com o PIB-pm-pc. O IPC ajustou-se correlacionalmente com os crimes contra o património (gráfico II.4.4.1) e os crimes contra a integridade física (gráfico II.4.4.3).

No cruzamento dos crimes GPLP-MJ entre as regiões NUTS II, perante uma ausência de indicadores integrados estatísticos recorreu-se ao número de edifícios registados, no ano de 2001, para tentar revelar a presença das populações e da sua implicação na criminalidade registada. O grupo criminal que apresentou a correlação mais ajustada foi o dos crimes contra a vida em sociedade (tabela II.4.6.1). Sem surpresas a região da Lisboa e Vale do Tejo destacou-se pelo número de crimes apurados face ao registo de edifícios. Na associação da evolução dos crimes regiões NUTS II com os indicadores população presente nesse espaços e a taxa de desemprego, para o ano de 2001, o registo dos crimes e a população presente evoluíram correlacionalmente por todas as regiões com níveis diferentes. Ressaltaram, como evidências empíricas mais relevantes, os casos da região de Lisboa e Vale do Tejo e região Norte. Estas duas zonas metropolitanas

assentam e determinam a maior parte daqueles indicadores. Das restantes regiões, com ausência dos espaços metropolitanos no seu seio, as significâncias situaram-se na região Centro, pelos registos criminais e população presente, essencialmente.

Nos testes de correlação para a região do Algarve (ponto 4.5), os resultados expressaram algumas surpresas. A primeira surgiu logo na taxa de desemprego regional que não encontrou associação estatística no grupo criminal GPLP-MJ disponível para a região do Algarve, evidenciando, no caso do grupo dos crimes contra o Estado e os previstos em legislação avulsa, uma tendência inversa (gráfico II.4.5.1.1/2). No PIB-pm-pc e VAB regional o ajustamento encontrado situou-se, em ambos os casos, nos crimes contra o Estado e os crimes previstos em legislação avulsa (gráficos II.4.5.2.1/2 e II.4.5.3.1/2). A densidade populacional apenas reagiu positivamente aos testes de correlação no grupo de crimes contra o Estado (tabela II.4.5.4.1). Na perspectiva de fazer incidir os cidadãos estrangeiros legalizados e aferir destes para com os grupos criminais em estudo testaram-se ambas as variáveis, surgindo a correlação nos crimes contra o Estado (gráfico II.4.5.5.1). O mesmo resultado, extensível também aos crimes previstos em legislação avulsa, para os testes correlacionais efectuados para com os registos de visitantes entrados via aérea (gráfico II.4.5.6.1/2). Predominaram nos indicadores testados, a confluência do grupo de crimes contra o Estado e os previstos em legislação avulsa na região do Algarve. Não deixa de ser interessante a “ausência” de correlações com os grupos criminais mais relevantes, em termos de registos anuais apurados (gráficos II.3.1.1 e II.3.2.1, respectivamente), ao nível nacional e região do Algarve, em termos estatísticos: crimes contra as pessoas e contra o património.

A bateria de testes realizados na região do Algarve, poderá não ser totalmente representativa desta problemática. Esta região revela-se como uma estrutura urbana, consti-

tuída por cerca de uma dezena de cidades médias²²⁹ contíguas. Assim, poderemos compreender e associar os saltos qualitativos que estas inferem na qualidade de vida das populações²³⁰, mesmo que lhe estejam subjacentes alguns dos problemas socioeconómicos da actualidade (crime, pobreza urbana, congestão, problemas ambientais, desenraizamento social, etc.) (Costa, 2001). Esta crescente litoralização urbanística poderá clivar as assimetrias económicas e sociais, estimulando uma sociedade dual, emergindo mecanismos de exclusão que remetem alguns grupos sociais para as periferias, bairros mal equipados e degradados (Comunidade Europeia, 1997). A região do Algarve oculta uma urbanidade que, acima de tudo, se deseja controlada, face à sua vocação iminentemente turística.

As regiões que promoverem populações residentes estáveis sustentam as suas formas de organização económica (Fukuyama, 1995). Esta estabilidade populacional tem sido vista como elemento redutor de comportamentos individuais oportunistas para a variante criminal (Glaeser e Sacerdote, 1996). Será esta também uma vertente que permite a continuidade da relativa (e necessária) estabilidade do modelo de segurança adoptado. Perante as características intrínsecas à região, esta estabilidade populacional encontra-se fortemente assaltada pela sazonalidade e crescente heterogeneidade do tecido populacional da região. Até ao presente não se inferem conclusões para um aumento de registos criminais na região derivados desta evidência. No futuro não sabemos.

²²⁹ Estamo-nos a referir-me às cidades de Lagos, Portimão, Lagoa, Albufeira, Loulé, Faro, Olhão, Tavira e Vila Real de St.º António.

²³⁰ Continuando a atrair as populações do interior da região, do país e de outros países.

CONCLUSÕES

Porque listamos um conjunto de problemáticas intrínsecas às questões do desenvolvimento a opção que melhor situa esta matéria, nas regiões, foi a do desenvolvimento regional endógeno. Aí as regiões devem assumir a própria liderança do processo de desenvolvimento, que se deseja centrado nas pessoas, acentuando a presença do território, como um agente do desenvolvimento, valorizando os seus recursos naturais. Um desses possíveis caminhos surge através da metodologia SLP que, na presença de espaços territorialmente circunscritos, reforça as ligações entre os diversos agentes que o integram. Quando confrontámos desenvolvimento local e crescimento regional, apurámos que estas dinâmicas apresentam lógicas distintas, mas complementares, face à sua abrangência, espacialidade e territorialidade. Suscitada a dúvida se serão apenas as diferenças geográficas, socioeconómicas e culturais explicativas das suas ausências. A resposta situou-se na razão pelas quais algumas regiões são bem sucedidas (ou não) e na identificação dos processos de crescimento e desenvolvimento ali incorporados. Na reflexão produzida sobre a importância do planeamento no desenvolvimento ficou patente a necessidade de implementação de planeamento estratégico, ao nível autárquico, logo regional. Dessa forma será possível identificar potencialidades e estrangulamentos, permitindo desencadear acções de desenvolvimento mais consequentes para as regiões.

Na análise conferida às políticas regionais para as regiões da UE foram particularmente conclusivas as preocupações na verificação e acentuação das disparidades entre as regiões da UE, apesar do esforço de convergência. Também se concluiu das preocupações referentes à necessidade de maior rigor (e monitorização) na atribuição dos fundos estruturais, perante um previsível agravamento das disparidades face ao próximo alargamento da UE. Porque se desconhece a metodologia e abrangência dos fundos es-

truturais pós-2006, esta problemática levanta-nos apreensão, designadamente quando nos situamos em algumas regiões periféricas, como é o caso da região algarvia.

A estratégia de desenvolvimento regional do Algarve tem assumido uma opção marcada pela corrente territorialista. Esta vertente pressupõe uma lógica de desenvolvimento atingível pela mobilização do potencial endógeno da região, reforçada por práticas de desenvolvimento que admitam a defesa e estabilidade ambiental, consagrem a valorização dos Recursos Humanos e reabilitem a coesão económica regional. Foram diagnosticados alguns condicionantes dos factores esperados de desenvolvimento (*descoordenação entre os agentes económicos; ausência de um papel fundamental no processo de mudança pelo sector público; débeis infra-estruturas e equipamentos na área da saúde; carências infra-estruturais de saneamento e resíduos sólidos*); acentuáveis por condicionantes dos factores esperados de crescimento regional (*pouca atractividade da região para investimentos externos; deficiências nas qualificações dos Recursos Humanos; uma deficiente interacção entre o mercado algarvio com o mercado nacional e mercado da região de Andaluzia; assimetrias internas no investimentos regionais e um conjunto de deficientes acessibilidades rodoviárias, ferroviárias e marítimas*), tornando-se evidente a necessidade de correcção destas distorções para o reforço da competitividade económica regional.

Em nosso entender a melhor forma de suprimir aquelas condicionantes e dinamizar a competitividade regional será mediante uma diversificação das actividades económicas, como base do modelo de desenvolvimento regional, assumido neste estudo. Ai são identificados três cenários possíveis, com clara opção pelo cenário marcado pelo sector do turismo e lazer de banda larga. Cenário que consubstanciará a existência de novos pólos de desenvolvimento, moderando as desigualdades espaciais, reforçando uma sociedade de integração que se pretende para a região. Este perspectiva é comple-

mentada pelo cenário de crescimento proposto para a região do Algarve. Onde uma utilização racional dos recursos e um crescimento coerente da produção regional, poderá permitir o aumento da riqueza regional, conduzindo a práticas concretas na melhoria do bem-estar das populações. No entanto, a concretização destes pressupostos só será possível pela indiscutível presença do factor segurança que, na sua dimensão interna, deverá encontrar-se devidamente aplicável e perceptível pelos cidadãos (e visitantes) na região. Da importância e implicações que sector da segurança interna assume na região poderá ser avaliada pela classificação de “destino turístico seguro”, atribuída à região, até agora, pelos que a visitam. Os resultados apurados nestes estudo encaminham-nos para uma relativa estabilidade dos registos criminais (e indicadores socioeconómicos) corroborando daquela classificação, no contexto da região e, genericamente, no país.

Quando confrontámos as práticas de desenvolvimento regional e segurança, constatámos que, por um lado, a região do Algarve, no seio de 204 regiões NUTS II, ocupava um modesto 193.º lugar e, na vertente da segurança foram identificadas algumas preocupações. Destacaram-se a situação geográfica, os recentes fluxos migratórios dos países de leste, o próprio modelo de segurança e o modelo policial vigente. Considerando mais significativo e questionável se a estrutura, flexibilidade e actualidade do modelo de segurança interna se ajusta às preocupações actuais. Também o modelo policial vigente, inserto nesse modelo, nos merece algumas reservas. A sua dualidade pode não ser a mais ajustada actualmente inviabilizando economias de escala que poderiam decorrer da sua reestruturação. Apesar de se tratar de uma temática colateral a este estudo admitimos que seria muito interessante verificar o desempenho de um novo modelo que permitisse a agregação forças e (alguns) serviços de segurança, eliminando descoordenações, entropias funcionais e problemas estruturais que subsistem no tempo,

perigando e enfraquecendo o actual modelo. Não nos subsistem dúvidas quanto à classificação da segurança como um bem público puro, devendo esta continuar a ser provido pelo Estado. Nesta matéria, será desejável que assim se mantenha.

No capítulo de análise aos registos da criminalidade foram particularmente evidenciadas, para o grupo criminal e período em estudo, uma preponderância dos crimes contra as pessoas e contra o património, quer a nível nacional como na região do Algarve. Também a média criminal anual entre os resultados no país e na região admitiu um ajustamento bastante consistente, identificando-se a região algarvia como uma reprodução da tendência do andamento dos registos anuais no país. A problemática associada ao fluxo migratório dos países de leste, induzindo essa mão-de-obra a ser absorvida pelas estruturas económicas regionais, pode acarretar perigo nos níveis de segurança na região. Exclusão social, desemprego e deficiências no processo de integração, podem ser algumas das causas, não identificadas neste estudo, laterais aos actuais níveis de criminalidade na região. A evolução dos registos de autorização de permanência apresentou-nos o distrito de Faro na segunda posição, demonstrando uma (natural) apetência destes para com a região. Porque se desconhece a amplitude das medidas legislativas em estudo, e das implicações sociais adjacentes, manifesta-se alguma apreensão designadamente quanto à metodologia de integração social a adoptar. Até porque não são conhecidos mecanismos dessa natureza na região. Os registos criminais disponíveis situam-se no número anual de cidadãos estrangeiros legalizados na região. O grupo criminal que se correlacionou com este registo foi o grupo de crimes contra o Estado. A excessiva burocratização no processo de legalização, a ineficaz acção de fiscalização e um mercado de trabalho absorvente na região, estarão entre as causas justificativas desta correlação.

No intuito de testar as correlações estatísticas entre os grupos criminais em estudo e alguns indicadores socioeconómicos para o país e região do Algarve, os resultados pautaram-se por uma “aparente normalidade” no comportamento dos registos criminais, que a seguir se dá conta. Para o país, foram apuradas algumas correlações interessantes que não tiveram paralelismo com as verificadas na região do Algarve. Foram particularmente conclusivas, no caso dos crimes de furto e de roubo, de estes não tenderem a ser influenciados pela taxa de desemprego mas sim, por maiores ou menores índices de PIB-pm-pc e VAB. No entanto, os crimes contra a vida em sociedade ajustaram-se com a taxa de desemprego. Um acentuado aumento dos níveis de desemprego, ao nível nacional, poderá desencadear “agitações” sociais originadores de um aumento dos crimes contra a vida em sociedade. Uma situação que deverá ser acompanhada em futuros estudos. No caso concreto do indicador IPC, a associação surgiu apenas nos crimes contra a integridade física.

Porque se atende ao apuramento das causas próximas da falta de segurança na região do Algarve, correlacionando-as com factores de desenvolvimento, e perante a sua especificidade geográfica e heterogeneidade populacional crescente, são admitidas as linhas correlacionais seguintes. No cruzamento dos grupos criminais em estudo, as correlações surgiram, em forte paridade, para os indicadores testados (*PIB-pm-pc, VAB regional, IPC, densidade populacional, número de estrangeiros legalizados e número de visitantes entrados via aérea na região*). Os grupos criminais que se associaram com estes indicadores foram o grupo de crimes contra o Estado e os crimes previstos em legislação avulsa. Surpreendentemente, a taxa de desemprego não encontrou associação nos crimes de furto e de roubo para a região. Porque os níveis de desemprego não têm alcançado níveis alarmantes na região do Algarve, aquele subgrupo criminal deverá assumir um “andamento estável” nos seus registos. Seria de fortes consequências para a

economia da região em geral e, em particular, para o segmento do turismo que se viessem a verificar registos elevados do subgrupo de crimes de furto e de roubo. O impacto e expectativa de insegurança que estes originam nas populações enfraqueceria a classificação turística de segurança da região e implicaria um arrastamento desse segmento para uma crise, da qual se desconhece o seu alcance. Destas correlações decorre a necessidade de um crescimento económico moderado do PIB-pm-pc e VAB regional que permitirão uma moderação nos registos dos crimes contra o Estado e os previstos em legislação avulsa, atendendo às correlações testadas. A necessidade de mecanismos de integração das classes imigrantes na região deverá ser combatida através de uma construção urbanística dispersa e integradora destes grupos sociais. Nesta vertente, o planeamento estratégico apresenta-se-nos como uma ferramenta funcional para acentuar o desenvolvimento regional, reduzindo os riscos de exclusão social, reforçando a segurança.

Face ao exposto e perante a especificidade turística da região do Algarve, a problemática da segurança interna não tem sido devidamente ponderada pelo poder central, regional (local) e pelos diversos agentes económicos regionais. Encobertos por uma “protecção” classificativa da região e uma relativa estabilidade dos registos criminais oficiais (disponíveis), confirmados no período em estudo, não têm sido devidamente reequacionadas as implicações decorrentes deste vector, para a economia da região em geral e, muito particularmente, para o segmento do turismo e lazer. Segmento que será extremamente sensível a uma oscilação na vertente da segurança, face ao impacto que este produz no mercado interno e, principalmente, no mercado externo, extremamente volátil e concorrencial. Porque a região ainda não foi avassalada por circunstâncias que tenham feito perigar a sua segurança interna desconhecemos da sua real amplitude. O Euro-2004 constituirá um excelente barómetro para a exposição feita na região do Al-

garve. Durante a sua realização, testaremos as Forças e Serviços de Segurança, com elas o próprio modelo de segurança, e das implicações que este poderá representar para o crescimento e desenvolvimento da região.

No campo das limitações acentuaram-se a ausência de indicadores de desenvolvimento regional coerentes e a indisponibilidade de registos criminais mensais, ao nível concelhio. Tal não permitiu uma análise mais detalhada ao interior da região do Algarve, reflectindo o factor sazonalidade. A excessiva burocratização na obtenção deste tipo de registos (criminais) das próprias Forças e Serviços de Segurança, remeteu-nos para GPLP-MJ, organismo que centra todos os registos nacionais oficiais que, perante esta amplitude, reflectiu também algumas insuficiências na desagregação dos registos disponíveis.

As recomendações/propostas recaem sobre uma premente necessidade de realização de mais estudos neste área, pouco contemplada pela vertente académica. Revestir-se-ia de particular interesse, caso os registos criminais oficiais o venham a permitir, a realização de um estudo aos concelhos da região do Algarve, comparando os seus níveis de criminalidade, cruzando-os com alguns indicadores socioeconómicos (e outros), com incidência na vertente sazonal e alguns aspectos geográficos, de modo a permitir estabelecer potenciais índices de segurança concelhios. Dessa forma, torna-se necessário uma maior pesquisa na observação dos casos de criminalidade mensais, de modo a fazer reflectir/observar, neste caso, os efeitos sazonais e a dinâmica criminal das regiões NUTS II, por parte das entidades oficiais e da subsequente disponibilização desses registos.

Referências Bibliográficas

- Albino, José Carlos, (1997), *Perspectivar Portugal no todo nacional*, in *Perspectivas de Desenvolvimento do Interior – Debates da República*, Lisboa, Ed. INCM, 172-173;
- Alves, C. A. (1998), *Forças de Segurança - grandes dilemas*, *Revista Pela Lei e Pela GREI*, Lisboa, Ed. CG/GNR, n.º 3 Jul/Set, 4 – 7;
- Alves, José Lopes (1995), *Estratégias de Segurança de Zonas Urbanas – aspectos estruturais e de execução*, 1.ª Edição, Lisboa, Ed. José Lopes Alves;
- AMAL (1998), *PEDRA - Plano Estratégico de Desenvolvimento da Região do Algarve*, Faro, Ed. Fundeuropa;
- Amaral, João Ferreira, (1996), *Política Económica - metodologia, concepções e instrumentos de actuação*, Lisboa, Ed. Cosmos;
- Ana, S.A. (2001), *Estatísticas Aeroporto de Faro*, Faro, Ed. Ana, S.A – Aeroportos de Portugal;
- Argenti, Paul A: (1998), *MBA Intensivo - Guia de referência*, Lisboa-Linda-a-Velha, Ed. Abril/Controljournal, Biblioteca Executive Digest, lda;
- Armstrong, Harvey and Taylor, Jim (2000), *Regional Economics and Policy*, Third Edition, Oxford – UK, Blackwell Publishers;
- ARSALGARVE (2003), *Site de apresentação*, site oficial, disponível [on-line] <http://www.arsalgarve.min-saude.pt> [Abril 2003];
- Aydalot, Philippe, (1985), *Economie Regional e Urbaine*, Paris, Ed. Economica;
- Bailey, Stephen J. (1999), *Local Government Economics – Principles and Practice*, Londres, Ed. Macmillan, 209-232;
- Bana e Costa, Carlos A., Costa Lobo, Manuel L. e Ramos, Isabel A. J. (1996), *Contributo para a metodologia multicritério na elaboração do Plano Estratégico de Barcelos*, Covilhã-UBI, IV Encontro Nacional da APDR, 21-23 Novembro;
- Bana e Costa, Carlos A., e Vansnick, J. L. (1995), *Uma abordagem ao programa de construção de uma função de valor cardinal: MACBETH*, *Investigação operacional*, Vol. 15, Junho, 15-35;
- Baptista, A. J. Mendes (1996), *Coesão Económica e Social e Políticas Regionais na Europa*, in Seminário do Centro de Formação Técnica Gil e Vaz, Canha 29-30 Outubro, *Novas Políticas Europeia e Desenvolvimento Rural em Portugal*, Lisboa, Ed. da DGDR, Colecção Estudos e Análise;

- Barata, José Monteiro (1994), *Inovação, captura de valor e vantagem competitiva: a formulação de estratégias tecnológicas*, Texto polifotocopiado de apoio do Curso de Mestrado Desenvolvimento e Cooperação Internacional, não publicado, Lisboa UTL – ISEG;
- Barata, José Monteiro (2000), *Innovation in the portuguese manufacturing industry: some recent result*, Lisboa, Workshop CISEP-UTL-ISEG, Texto polifotocopiado apoio do Curso de Mestrado em Economia Regional e Desenvolvimento Local, FEUA;
- Barbosa, António S. Pinto (1997), *Economia Pública*, Lisboa, FE-UNL, Ed. Mc-Graw – Hill;
- Barra da Costa, José Martins (1999), *Práticas Delinquentes - de uma criminologia do anormal a uma antropologia da marginalidade*, Lisboa, Ed. Colibri;
- Barreto, António (2002), Nova mexida nas polícias, Lisboa, *Jornal Público*, Edição 29SET02;
- Becattini, G. (1997), *Totalità e cambiamento: il paradigma dei distretti industrial*, Sviluppo Locale, vol. IV, nº6, pp.5-24;
- Becker, G. (1968), Crime and punishment: a economic approach, *Journal of Political Economy*, England, 76, 169-217;
- Bell, Daniel (1973), *The coming of post-industrial society. A venture in social forecasting*, New York-USA, Ed. Basic Book;
- Benko, Georges e Lipietz, Allain (1994), *As Regiões Ganhadoras*, Oeiras, Ed. Celta Editora;
- Bennett, Robert John e Krebs, Gunter (1991), *Local Economic Development*, Londres Ed. Belhan;
- Bingham, Richard D. and Mier, Robert (1993), *Theories of Local Economic Development – perspectives from across the disciplines*, USA, Ed. by Sage Publications, 149-171;
- Blair, John P., (1995), *Local Economic development – analysis and practice*, California – EUA, Ed. Sage Publications;
- Blakely, Eduard J., (1989), *Planning Local Economic Development: Theory and Practice*, Newbury Park, CA, Sage Publications;
- Blakely, Edward. J. (1994), *Planning Local Economic Development: Theory and*

- Practice*, California-USA Second Edition, Sage Publications;
- Boudeville, J. R. (1969), *Aménagement du Territoire et Polarisation*, Paris;
- Bourguignon, F. (1999), *Crime, violence and inequitable development*, Manuscrito Ed. Delta, Paris;
- Branco, Carlos (2000), *Desafios à Segurança e Defesa e os Corpos Militares de Polícia*, Lisboa, Ed. Sílabo;
- Buendia, Hernando Gomez (1989), *Urban crime: global trends and policies*, Tokyo, Ed. The United Nations University;
- Burdett, K., Lagos, R. and Wright, R. in (1999), *Crime, inequality and unemployment*, USA, Unpublished manuscript, Ed. University of Pennsylvania;
- Bursik, R. J. and Grasmick, H. G. (1993), Methods of Studying Community Change in the Rate and Pattern of Crime, D. P. Farrington, R. J. Sampson e P-O.H. Wikstrom (Eds) *Integrating Individual and Ecological Aspects of Crime*, Estocolmo-Suécia, Ed. National Council for Crime and Prevention, 241-258;
- Bushway, S., Engberg, J. (1994), *Panel data VAR analysis of the relationship between crime and unemployment*, Unpublished manuscript, USA, Ed. Canegie Mellon University;
- Cabral, J. e Sá Marques, T. (1996), Do Planeamento Estratégico ao Desenvolvimento Sustentável – Experiência em Portugal, Lisboa, *Revista Inforgeo*, 107-116;
- Calvó-Armengol, Antoni e Zenou, Yves (2002), *Does Crime Affect Unemployment? The role of Social Networks*, Southampton – England, Ed. University of Southampton; Disponível [on-line] <http://www.economics.soton.ac.uk> [Outubro 2002];
- Campi, M. T. C., (1988), Descentriamento productivo y difusión industrial, El modelo de especialización flexible, Madrid, Ed. *Papeles de Economía Española*, 35, 251-276;
- Campos, João Mota de (2000), *Manual de Direito Comunitário*, Lisboa, Ed. Fundação Calouste Gulbenkian;
- Canzanelli, Giancarlo (2001), *Local Economic Development, Human Development, and Decent Work*, in Paper n.º 1 - *Overview and learned lessons*, Genevoo-Itália, Ed. International Labour Office; Disponível [on-line] <http://www.sociologia.unimib.it/mastersqs/dida/testiuno/canzanelli.pdf> [Janeiro 2003];

- Carcach, Carlos (2000), *Regional Development and Crime*, Camberra-Austrália, Ed. The Australian Institute of Criminology, Trends & Issues in crime and criminal justice, n.º 160, July-2000 ; Disponível [on-line] <http://www.aic.gov.au> [Outubro 2002];
- Carvalho, Catarina (2002), Europa adverte Portugal sobre a imigração e racismo - um relatório alerta para as dificuldades que passam imigrantes em Portugal, Ed. on-line de 4/11/2002, do *Jornal Expresso*, Disponível [on-line] <http://www.expresso.pt> [Setembro 2002];
- Castells, Manuel (1998), *The information age: economy, society and culture*, Oxford – Londres, Ed. Blackwell;
- Castells, Manuel (1999), *A sociedade em rede*, São Paulo – Brasil, Ed. Paz e Terra;
- Castro, Eduardo e Jensen-Butler, Chris (1999), *Regional Economic Inequity, Growth Theory and technological change*, Scotland, Ed. Department of Economics, University of St. Andrews, Discussion Paper Series n.º 9903; disponível <http://netec.mcc.ac.uk/WoPEc/data/Papers/wukcrieff9901.htm> [Março de 2003];
- Catarino, Acácio F., (1997), Desenvolvimento local: alguns imperativos e recomendações, in *Perspectivas de Desenvolvimento do Interior – Debates da República*, Lisboa, Ed. INCM, 177-188;
- CCED (2003), *JRAP Editorial Philosophy*, Ed. Board of Regents of the University of Wisconsin System – Division of Cooperative Extension of University of Wisconsin-Extension, Disponível [on-line] <http://www.uwes.edu/ces/cced/jrap/philosophy.html>;
- CCR-Alg (1998a), *Diagnóstico da Região Algarve - Contributo para o PNDES*, Faro, Ed. CCR-Alg;
- CCR-Alg (1998b), *Programa Operacional do Algarve*, Faro, Ed. CCR-Alg, Disponível [on-line] <http://www.ccr-alg.pt> [Março 2002];
- CCR-Alg, (1999), *Estratégia de desenvolvimento para a Região do Algarve 2000-2006*, Faro, Ed. CCR-Alg, Disponível [on-line] <http://www.ccr-alg.pt/estratégia> [Março 2002];
- CEAL (1996), *Ciclos da Economia e da Actividade Empresarial do Algarve*, Faro, Ed. CEAL, 9-59;

- Cheshire, P. and Carbonaro, G. (1996), *Urban Economic growth in Europe: testing theory and policy prescriptions*, England, Ed. Urban Studies, 33, 1111-28;
- Chiu, W. e Madden, P. (1998), *Burglary and income inequality*, Ed. Journal of Public Economy, nº. 69, pp. 123-141;
- Claval, P. (1993), La notion de région, dans J.H.P. Paerlinck, et A. Salles in *Espace et localisation*, Paris, Ed. Économica;
- Colletis, Gabriel e Winterhalter, Felix (1993), O Exemplo Alemão, Rio de Janeiro, Ed. *Ensaio da FEE*, nº14, I;
- Comando da Zona Marítima do Sul, (2002) *Relações Públicas*, Faro;
- Comissão Europeia (1997), A questão urbana: orientações para um debate, Luxemburgo, Ed. *Comunidades Europeias*; Disponível [on-line] <http://europa.eu.int/scad-plus/leg/pt/cha/c11707.htm> [Outubro 2002];
- Comissão Europeia (1999a), Sexto relatório periódico relativo à situação socioeconómica e ao desenvolvimento das regiões da UE, Luxemburgo, Ed. *Comunidades Europeias*;
- Comissão Europeia (1999b), Structural Funds - Programme INOVA Algarve, Luxemburgo, Ed. *Comunidades Europeias*, Disponível [on-line] http://www.europa.eu.int/comm/regional_policy/innovation/pdf/programms/algarve_eu_pdf, [Fevereiro 2003];
- Comissão Europeia (2000a), Segundo Relatório sobre a Coesão económica e Social 2000, Luxemburgo, Ed. *Comunidades Europeias*; disponível[on-line] http://europa.eu.int/comm/regional_policy/souces/docoffic/, [Março 2002];
- Comissão Europeia (2002), Política Regional – Inforegio, Luxemburgo, Ed. *Comunidades Europeias*; disponível [on-line] http://europa.eu.int/comm/index_es.htm, [Março 2002];
- Conti, Sergi (1996), Four paradigms of the enterprise system, in (eds) Conti, S., Malecki, E., and Oinas, *The industrial Enterprise and its Environment: Spatial Perspectives*, England, P., Pub: Avebury;
- Corman, H., Joyce, T. and Lovitch, N. in (1987), Crime, deterrence and the business cycle in New York city: A VAR approach, USA, Ed. *Review of Economics and Statistics*, 69, 695-700;
- Cornăpeanu, Cecilia, Muntoiu, Cristan, Ieremia, Cristian, Florea, Lucian, Bradea, So-

- rina e Vrabet, Mihaela (2000), *Local Economic Development Guidebook*, in (ed.) Klosowski, Stefan (1997) *Self Study Book*, Disponível [on-line] <http://www.Iga.ro/Iga/document/planificare8pasieng.pdf> [Janeiro de 2003];
- Correia, Paulo V. D. (1993), *Política de solos no planeamento municipal*, Lisboa, Ed. Fundação Calouste Gulbenkian, 277-281;
- Costa, José Silva (2001), *As mudanças económicas como desafio para a cidade*, Porto, Ed. Ciclo de conferências APOR, Disponível [on-line] <http://www.apor.pt> [Dezembro de 2002];
- Cruz, Francisco Carballo e Ribeiro, José Cadima (2000), A dimensão política do planeamento do Desenvolvimento Regional: algumas referências à situação actual em Portugal, 9, Disponível [on-line] <http://www.ordemeconomistas.pt/cadimaribeiro/AdimensaoPoliticaDoPlaneamentoDoDesenvolvimentoRegional.doc> [Setembro 2002];
- DelNet – Centro de Formação Internacional da OIT (2000), Instrumentos do desenvolvimento local, *DelNet Working – Doc. n°5*, versão portuguesa, 11, Disponível [on-line] <http://www.itcilo.it/delnet/portuguese> [Março 2002];
- DGDR (2000a), *As infra-estruturas produtivas e os factores de competitividade das regiões e cidades portuguesas*, Lisboa, Ed. DGDR;
- DGDR (2000b), *As regiões na nova economia*, Luxemburgo, Ed. Inforegio, ficha informativa, 14/7/2002, disponível [on-line] http://europa.eu.int/comm/regional_policy/innovation/innovating/pdf/reco_pt.pdf, [Março 2002];
- DGDR (2002a), QCA II - 1993-1996, Luxemburgo, Ed. *Comunidades Europeias*, disponível [on-line] <http://www.qca.pt/qca/qca.html#> [Abril 2002];
- DGDR (2002b), QCA III - 2000-2006, Luxemburgo, Ed. *Comunidades Europeias*, disponível [on-line] <http://www.qca.pt/qca/qca.html#> [Abril 2002];
- Donnermeyer, Joseph F. (1994), Crime and Violence in Rural Communities, in Blasser, J. (Ed.) *Perspectives on Violence and Substance Use in Rural America North Central Educational Laboratory*, USA, Oak Book, II; disponível [on-line] <http://www.ncrel.org/sdrs/areas/issues> [Novembro 2002];
- Downes, David (1998), Crimes and Inequality: current issues in research and public debate introduction, Ed. *British Criminology Conference*, Loughborough University, United Kingdom; disponível [on-line] <http://www.britsocrim.prg> [Novembro

- 2002];
- DRE-ME (2002), Turismo complementar - Quando a estação baixa, Faro, *Ed. DRE-Algarve*, Folha informativa da DRE-ME, nº6, Fevereiro de 2002; Disponível [on-line] <http://www.dre-algarve.min-economia.pt> [Fevereiro 2002];
- Esteves, Alina Isabel Pereira (1996), *A criminalidade na cidade de Lisboa: uma geografia de insegurança*, Lisboa, Ed. Colibri;
- Fatela, João (1989), *O sangue e a rua. Elementos de para uma antropologia da violência em Portugal (1926 - 1946)*, Lisboa. Ed. Publicações Dom Quixote, Coleção Portugal de Perto;
- Fernandes, António José (1989), *Portugal face à Política Regional da Comunidade Europeia*, Lisboa, Publicações Dom Quixote;
- Ferreira, Eduardo Viegas (1998), *Crime e Insegurança em Portugal – Padrões e tendências, 1985-1996*, Oeiras, Ed. Celta;
- Ferreira, Pedro Moura, Garcia, Luís, e Vala, Jorge (1993), Delinquência e criminalidade recenseadas dos jovens em Portugal, Lisboa, *Ed. Cadernos do Instituto de Ciências Sociais*, 5ª. Série, nº.4;
- Figueiredo, Ilda, (2002), A imigração e as necessidades do mercado de trabalho, Luxemburgo, *Ed. Comunidades Europeias*, Disponível [on-line] <http://www.par-leurop.pt> [Outubro 2002];
- Findley, Mark, (1999), *The Globalisation of Crime: Understanding Transnational Relations in Context*, USA, Ed. Cambridge University Press;
- Flores, Moita (2002), (In)segurança(...)terna, Lisboa, *Jornal de Noticias*, Ed. nº2367, de 26JUN02;
- Fonseca, Maria Fonseca, (1984), Notas para uma geografia do crime em Portugal (1950 - 1981, Lisboa, *Ed. Finisterra*, vol. XIX, nº38, 171 - 204;
- Frate, Anna Alvazzi, (1998), The Growth, Extent and Causes of Crime: International Crime Overview, Roma, *Ed. UNICRI*; Disponível [on-line] <http://www.kas.org.ca> [Outubro 2002];
- Freeman, C. (1995), *The National System of Innovation in Historical Perspective*, Cambridge, Ed. Cambridge Journal of Economic, Vol. 19, nº.1, 5-24;
- Fujita, Masahisa, Krugman, Paul e Venables, Anthony (2000), *The Spatial Economy – Cities, Regions an International Trade*, Second Print, London - England Ed. MIT

- Press, Cambridge, Massachusetts, 33 – 34;
- Fukuyama, F. (1995), Social Capital and the Global Economy, USA, *Ed. Foreign Affairs*, Vol. 74, 89-103;
- Garofoli, Gioacchino (1992), *Endogenous Development and Southern Europe*, Londres, Aldershot-England, Ed. Avebury;
- Garofoli, Gioacchino (1993), O Exemplo Italiano, Rio de Janeiro, *Ed. Ensaios da FEE*, n.º 14, I;
- GEPMJ (1991), Inquérito à vitimação, Lisboa, *Ed. Gabinete de Estudos e planeamento do Ministério da Justiça*, Relatório Elaborado por Maria R. Crucho de Almeida;
- GEPMJ (1993), Inquérito à vitimação 1992, Lisboa, *Ed. Gabinete de Estudos e planeamento do Ministério da Justiça*, Relatório Elaborado por Maria R. Crucho de Almeida;
- GEPMJ (1994), *Inquérito de vitimação 1994*, Lisboa, Ed. Gabinete de Estudos e Planeamento do Ministério da Justiça;
- Glaeser, E. and Sacerdote, B. (1996), *Why is there more crimes in cities?*, Cambridge-England, Ed. NBER - Working Paper, 5430;
- Godard, O., Cerón, J., Vinaker, K. e Passaris, S. (1987), Desarrollo endógeno y diferenciación de espacios de desarrollo, Madrid, *Ed. Estudios Territoriales*, nº24;
- Gomes, Alexandra Manuela (2000), Níveis de desenvolvimento na União Europeia - Uma análise comparativa Inter-regional, Coimbra, *Ed. INE-Direcção Regional do Centro*, Disponível [on-line] <http://www.ine.pt/estudos> [Julho de 2002];
- Gonçalves, M. L. M. (1991), *Código de Processo Penal - anotado*, Coimbra, 4ª. Ed., Almedina;
- GPLP-MJ (1995), *Estatísticas Criminais – 1995*, Lisboa, Ed. Gabinete de Política Legislativa e Planeamento do Ministério da Justiça;
- GPLP-MJ (1996) *Estatísticas Criminais – 1996*, Lisboa, Ed. Gabinete de Política Legislativa e Planeamento do Ministério da Justiça;
- GPLP-MJ (1997), *Estatísticas Criminais – 1997*, Lisboa, Ed. Gabinete de Política Legislativa e Planeamento do Ministério da Justiça;
- GPLP-MJ (1998), *Estatísticas Criminais – 1998*, Lisboa, Ed. Gabinete de Política Le-

- gislativa e Planeamento do Ministério da Justiça;
- GPLP-MJ (1999), *Estatísticas Criminais – 1999*, Lisboa, Ed. Gabinete de Política Legislativa e Planeamento do Ministério da Justiça;
- GPLP-MJ (2000), *Estatísticas Criminais – 2000*, Lisboa, Ed. Gabinete de Política Legislativa e Planeamento do Ministério da Justiça;
- GPLP-MJ (2001), *Estatísticas Criminais – 2001*, Lisboa, Ed. Gabinete de Política Legislativa e Planeamento do Ministério da Justiça;
- Guarda Nacional Republicana (2002), *Comando-Geral Relações Públicas*, Lisboa;
- Guell, José Miguel Fernández, (1997), *Planificación Estratégica de Ciudades*, Barcelona, Ed. Gustavo Gili - Proyectos & Gestion, 17-66 e 110;
- Guerreiro, João, (2001), O Desafio do Futuro, Lisboa, Ed. Revista Estratégias XXI, nº16 – Agosto, 6, distribuída conjuntamente com Ed. do Jornal Público;
- Guerreiro, M. Gomes (1998), *O Algarve perante a Regionalização*, Faro, Ed. Odisseia;
- Hadjimichalis, C. e Vaiou, C. (1992), Intermediate Regions and Forms of Social Reproduction: Three Greek Cases, (ed.) Garofoli, G. in *Endogenous Development & Southern Europe*, Aldershot-England, Ed. Avebury, 131-148;
- Hall, Peter, (1989), *Urban & Regional Planning*, Second Edition, England, Published by Academic Division Unwind Hyman, 285;
- Henriques, J. M. (1987), Municípios Portugueses: a caminho de um estilo alternativo de desenvolvimento?, Lisboa, Ed. *Cadernos Municipais*, vol. II, 6-14;
- Hudson, Ray (2002) *Changing Industrial Production Systems and Regional Development in the New Europe*, UK, ICRRDS-University of Durham, Working paper n.º 45/03, Disponível [on-line] <http://www.one-europe.ac.uk/pdf/w45hudsonpdf>, [Janeiro 2003];
- Illeris, Sven (1993), An inductive Theory of Regional Development, England, Ed. *Papers in Regional Science*, nº72, Ano 2, Disponível [on-line] <http://www.hi.is/~kben/byggd/illeris2.pdf>, [Janeiro 2003];
- INE (1999), *Retratos das Freguesias - Região do Algarve*, Disponível [on-line] <http://www.ine.pt/imp>; [Maio 2002];
- INE (2001a), *Anuário Estatístico da Região do Algarve*, Lisboa, Ed. INE, Disponível [on-line] <http://www.ine.pt> [Outubro 2002];

- INE (2001b), *Indicadores - PIB-pm, PIB-pc e produtividade por Regiões 1995, 1996, 1997, 1998 e 1999*; Lisboa, Ed. INE. Disponível [on-line] <http://www.ine.pt>; [Abril 2002];
- INE (2002), *Indicadores Estatísticos Gerais - Regiões NUTS II*, Lisboa, Ed. INE – Lisboa, Ed. INE, Disponível [on-line] <http://www.ine.pt>, [Abril 2002];
- INE (2003), *Actividade Turística – Janeiro a Dezembro 2002 – Resultados preliminares da Procura turística*, Lisboa, Ed. INE, Destaque Informação à comunicação social, 28 de Fevereiro de 2003, Disponível [on-line] <http://www.ine.pt>, [Março 2003];
- Isard, Walter (1959), *Location and space Economy*, Cambridge-Massachusetts, Ed. MIT Press, III-A;
- Jornal Correio da Manhã (2002), Secção de Economia, 19, Ed. on-line, 29/05/02;
- Jornal Diário de Notícias (2002a), seminário *Educação e Inovação: os grandes desafios nacionais*, organizado pelo Diário de Notícias, Diário Digital, Ideias &icom; Negócios e Unimagem, Lisboa, no dia 21 de Junho de 2002, Edição [on-line] nº2365 de 22 de Junho de 2002, disponível on-line <http://dn.sapo.pt> [Junho de 2002];
- Jornal Diário de Notícias (2002b), Sociedade, Ed. [on-line], 22 de Junho de 2002;
- Jornal Expresso (2000), Cadernos de Economia & Negócios, Edição de 30/12/00;
- Jornal Oficial da Comunidades (2001), Posição Comum do Conselho, n.º 2001/930-/PESC, de 27 de Dezembro de 2001, sobre o combate ao terrorismo, do conselho da UE, pp.L334/90-L334-91;
- Jornal Público (2002a), Secção Ambiente, Ed. [on-line], 9/3/02;
- Jornal Público (2002b), Secção Economia, Ed. [on-line], 29/05/02;
- Kasvio, Antti (2000), *Local and Regional Development*, Disponível [on-line] <http://www.info.uta.fi> [Janeiro 2003];
- Kiedrowski, John (1998), *Development and Crime, Quebec-Canada*, Ed. *International Development Information Centre, Development Express Publication* n.º 2, Disponível [on-line] <http://www.acdi-cida.gc.ca> [Outubro 2002];
- Kirchner, Emil e Christiansen, Thomas (1999), *The Importance of Local and Regional Reform*, (ed.) Kirchner, Emil in *Decentralization and Transition in the Visegrad*, Londres, Ed. Macmillan;

- Leandro, António, Esteves, Carlos e Anselmo de Castro, Eduardo (1996), *O estudo dos sistemas produtivos locais: reagrupamento dos códigos da CAE segundo o conceito de cluster*, Lisboa, Cadernos Regionais, Direcção-Regional do Centro-INE, Disponível [on-line] <http://www.ine.pt/prodserv/estudos> [Setembro 2000];
- Legget, Ted (1999), Crime as a development issue, Germany, *Ed. KAS*, 141-150, disponível [on-line] <http://www.kas.org.ca/publications> [Outubro 2002];
- Lopes, A. S. (1994), O PDR e o Desenvolvimento Local, Coimbra, *Ed. Animar*, Série I, 7-31;
- Lopes, A. S. (1998), Conceito de Regionalização é muito elástico, dá para tudo, Lisboa, *Artigo da Revista Economia Pura – Tendências e Mercados*, Ano I, nº.6, 12-15;
- Lopes, António Simões,(2001), *Desenvolvimento Regional – Problemática, Teoria, Modelos*, Lisboa, 5ª. Ed. da Fundação Calouste Gulbenkian;
- López-Bazo, Enrique, Valcarce, Esther Vayá, Corral, Antonio José Mora e Caralt, Jordi Suriñach (2001), Regional Economic Dynamics And Convergence in the European Union, Barcelona, *Documents De Treball De La Divisió De Ciències Jurídiques Econòmiques I Socials, Col. Lecció D'economia*, Disponível [on-line] <http://www.ub.es/div2/recerca/documents/papers/12.pdf> [Janeiro 2003];
- Losch, August (1954), *The Economics of Location*, New Haven, Ed. Yale University Press;
- Lourenço, Nelson e Lisboa, Manuel (1994a), *Dez anos de crimes em Portugal - Análise longitudinal da criminalidade participada às polícias (1984 - 1993)*, Lisboa, Ed. Cadernos do CEJ;
- Lourenço, Nelson e Lisboa, Manuel (1994b), *Violência, criminalidade e sentimento de insegurança*, Lisboa, Separata da Revista “Textos” nº2, 1991-92/1992-93, Ed. do CEJ;
- MAI (2001), *Relatório Anual de Segurança Interna 2001*, Lisboa, Ed. Centro de Documentação do MAI;
- MAI (2002), *Informações Gerais*, Lisboa, Ed. Centro de Documentação do MAI;
- Maillat, Denis e Grosjean, Nicolas, (1999), Globalisation et systèmes territoriaux de production, Neuchâtel, *Working papers n.º 9906a*, Ed. Université de Neuchâtel;
- Maillat, Denis, (1992), Les relations des entreprises innovatrices avec leur milieu, in D. Maillat e J. C. Perrin (eds) *Entreprises innovatrices et développement territorial*,

- Neuchâtel, EDES-GREMI, II-C;
- Malheiros, Jorge Macaísta e Costa, Nuno Marques (1991), Aspectos geográficos da criminalidade urbana - os casos de Lisboa e Barcelona, *in Actas do V Colóquio Ibérico de Geografia*, 429 - 442;
- Markusen, Ann (1995), Áreas de atracção de investimentos num espaço económico alterado: uma tipologia de distritos industriais “, *Ed. Novo Economia*, Vol. 5, nº2 (DEZ);
- MARN-DGRN (1988), *Planos Directores Municipais*, Lisboa, Ed. MARN-DGRN, 83-90;
- Marshall, Alfred (1961), *Principles of Economics*, Londres, Ed. Macmillan;
- Martins, Álvaro G. e Centeno, Luís G. (1999), *As potencialidades da Região do Algarve*, Lisboa, Ed. do IEFP-MTS;
- Martins, J. F. (2003), Turismo e Segurança: “nótulas” de reflexão, Faro, *Ed. Algarve Académico*, Ano IV, nº12, 4, Março de 2003;
- Martins, R. J. B. A. (2002), ...a propósito do conceito estratégico de defesa nacional, *Revista Pela Lei e Pela GREI*, Ed. CG/GNR, Lisboa, nº3 Jul/Set, 37-39;
- Mascarenhas, Eduardo (2002), Uma nova polícia próxima dos cidadãos, Lisboa, *Ed. do Diário de Notícias, Secção Nacional*; Disponível [on-line] <http://dn.sapo.pt/noticia> [Abril de 2002];
- Mateus, Augusto, Madruga, Paula e Rodrigues, Duarte (2000), Pirâmide de competitividade territorial das regiões portuguesas, Lisboa, Ed. *Revista de Estudos Regionais, Região de Lisboa e Vale do Tejo*, 2º. Semestre, Disponível [on-line] <http://www.gepe.pt>, [Setembro 2000];
- McCann, Philip (2001), *Urban and regional Economics*, Oxford-England, Ed. Oxford University Press, 266 – 267;
- Ministério do Planeamento (1999), *QCA III, Portugal 2000-2006*, Lisboa, Ed. Ministério do Planeamento, disponível [on-line] <http://www.qca.pt>, [Abril 2002];
- Montricher, Nicole, (1995), *Economic Theory in Underdeveloped Regions*, London, Ed. Duckworth;
- Moreira, J.J. Semedo e Medeiros, Carlos Laranjo (1991), Crime e cidade - número e imaginário, *in do Desvio à instituição total. Sub-cultura, estigma, trajectos*, Lisboa, Ed. *Cadernos do Centro de Estudos Judiciários*, nº2/89, 90 - 159;

- Morgado, M. J. (2002), A Srª PJ, Lisboa, Ed. *Revista Pública*, nº331, Ed. de 29 de Setembro, Distribuída conjuntamente com o Jornal Público Ed. nº4575;
- Myrdal, Karl Gunnar (1957), *Economy Theory and Underdevelopment Regions*, England, Ed. Duckworyh;
- Myrdal, Karl Gunnar, (1995), *L'aménagement du Territoire*, Paris, Éditions La Découverte;
- Neapolitan, J. (1997), Homicides in developing nations: Results of research using a large and representative sample, EUA, Ed. *International Journal of Offender Therapy and Comparative Criminology*, 41-44;
- Neto, V. (2001), Para onde vais Algarve?, Faro, Ed. da AMAL, Artigo da Revista *Sustício*, nº5, Abril, Disponível [on-line] <http://www.amal.pt/susticio/5/pedra de toque.html> [Maio 2002];
- Neves, João César das e Rebelo, Sérgio (2001), *O Desenvolvimento Económico em Portugal*, Lisboa, Ed. Bertrand, 107-108;
- Neves, João César das, (1998), *Nobel da Economia*, Cascais, Ed. Principia;
- Neves, João César das, (2001), A salvação da democracia, Lisboa, *Jornal Diário de Notícias*, Artigo de opinião, Edição de 20 de Agosto;
- Nicolas, François e Noronha, Maria Teresa, (2000), *Desigualdades e exigências para o Desenvolvimento Tecnológico das Regiões Portuguesas*, Faro, Ed. CIDER – Volume II, 15-30;
- Nicolau, Maria R. Carmona (1994), *Análise multivariada da distribuição espacial da criminalidade em meio urbano*, Dissertação apresentada à Universidade Técnica de Lisboa para obtenção do Grau de Mestre em Investigação Operacional e Engenharia de Sistemas não Publicada, Lisboa, Documento Polifotocopiado;
- Nicolini, Rosella (2000) *Local Networks and Regional Development: Features and Perspectives*, Bélgica, Institut de Recherches Economiques et Sociales, Ed. University Catholique de Louvain, Discussion Paper 2000013, disponível [on-line] <http://www.netc.mcc.ac.uk/WoPec/data/Papers/ctlouvir2000013.html> [Janeiro de 2003];
- Nolan, Alistar (2001), Local Economic Development, Labour Markets and Entrepreneurship: observations from Recent OECD/LEED Work, in *Seminar on Local Economic Development Inter-American Development Bank*, 29th-30th October

- 2001, *Ed. By OECD/LEED*, disponível [on-line] <http://www.iadb.org/sds/doc/DesLocalNOLAN.pdf> [Janeiro de 2003];
- Noronha, M. T. (2003), Desenvolvimento diversificado do Algarve: que solução?, *Faro, Ed. Jornal do Algarve*, secção de economia, 20, Edição de 29/03/2003;
- OCDE (1999), *Best Practices in Local Development*, Ed. OCDE, LEED NoteBook, Disponível [on-line] <http://www.oecd.org> [Janeiro 2003];
- OCDE (2003), *Economic Surveys*, Ed. OCDE – Country Reviews, Disponível [on-line] <http://www.oecd.org> [Janeiro 2003];
- Ohlin, Bertil (1933), *Interregional and International Trade*, Cambridge, Ed. Harvard University Press;
- Ohmae, Kenichi (2001), Globalisation, Regions and the New Economy, USA, *Ed. Centre for Globalisation and policy Research, Working Paper n.º 1*, Disponível [on-line] <http://www.spsr.ucla.edu/doc> [Janeiro 2003];
- Oliveira, Cristina e Peixoto, João (2001), Migrações inter-regionais em Portugal Continental 1992-1999, *Ed. INE - Região de Lisboa e Vale do Tejo*, 1.º Semestre, Lisboa, Disponível [on-line] <http://www.ine.pt/estudos> [Outubro 2002];
- Paelinck, Jean H. and Nijkamp, Peter, (1975), *Operation Theory and Method in Regional Economics*, England, Published by Saxon House, 169-334;
- PDR (1999), *Plano de Desenvolvimento Regional 2000-2006 - Portugal no Final da Década de 90*, Lisboa, Ed. do Ministério do Planeamento, Dezembro-1999; Disponível [on-line] <http://www.min-plan.pt> [Março 2002];
- Pecqueur, Bernard (1993), Sistemas Industriais localizados: O Exemplo Italiano, Rio de Janeiro, *Ensaio da FEE*, nº14, I;
- Pecqueur, Bernard (2000), *Le développement local - pour une économie des territoires*, Deuxième édition revue et augmentée, Paris, Ed. La Découverte & Syros;
- Perroux, F. (1950), Economic Space, Theory and Applications, USA, *Ed. Quarterly Journal of Economic*, 64, 89-104;
- Perroux, F. (1955), Note sur la notion de pole de croissance, Paris, *Ed. Économie Appliquée*, vol.1, 2;
- Pimpão, Adriano, (1998), O Desenvolvimento Local no contexto do reforço da coesão nacional, (eds) A REDE, in *Ed. Especial – dez anos de desenvolvimento local em Portugal*, Novembro-1998; Disponível [on-line] <http://www.inloco.pt/loco/publi->

- ca/publica.htm [Março 2002];
- Pimpão, António (1993) Transborder Cooperation: Regional and Business Development , (Eds.) Batey, P. W. J. e Cappellin in *Regional Networks, border Regions and European Integration*, England, Published Pion Ltd, 231-238;
- Pinto, F. Mendonça (1997), *O Algarve no contexto do desenvolvimento das regiões europeias : as forças e fragilidades da região*, in Racal Club (eds.) *9º. Congresso do Algarve – 1997*, Vilamoura-Algarve, Ed. Estúdios Gráficos, lda, 593-603;
- Piore, M. J. e Sabel, C. (1984), *The Second Industrial Divide*, New York, Ed. Basic Books;
- Pires, Luís Madureira (1998), *A Política Regional Europeia e Portugal*, Lisboa, Ed. Fundação Calouste Gulbenkian;
- Planque, Bernard (1982), *Economie del'Information et Organisation Spatiale del'Industrie*, Aix-en-Provence, Ed. Centre d'Économie Régionale;
- Polèse, Mário (1998), *Economia Urbana e Regional – Lógica espacial das transformações económicas*, Lisboa, Ed. APDR;
- Polícia de Segurança Pública, (2002), *Direcção-Nacional Relações Públicas*, Lisboa;
- Polícia Judiciária (2002), *Directoria de Faro Relações Públicas*, Faro;
- Polis - Enciclopédia Verbo do Direito e do Estado (1998) in *Segurança Interna*, V volume, col. 632;
- Popper, Karl (1972), *Conjecturas e Refutações*, Ed. Universidade de Brasília, Brasília, 1972, pp. 68-80, apontamentos polifotocopiados no âmbito do seminário, subordinado à temática Metodologia: elementos básicos para a preparação de uma dissertação de Mestrado, Prof. Doutor Adelino Torres (ISEG), FEUA;
- Porter, Michael E. (1986a), *Competitive Advantage. Crating and sustaining superior performance*, New York, Ed. The free press;
- Porter, Michael E. (1986b), *Estratégia Competitiva - técnicas de análise de indústria e da concorrência*, Rio de Janeiro – Brasil, Ed.Campus;
- Porter, Michael E. (1998), *On competition*, Boston-USA, Ed. Harvard Business Scholl Press;
- Ramalho, V. (2002), Imigração e Desenvolvimento, Ed. nº2500, *do Jornal Diário de Notícias*, Secção Opinião, Lisboa, Disponível [on-line] <http://dn.sapo.pt/> [No-

- vembro 2002];
- Raveyre, M. F. e Saglio, J. (1984), *Les Systèmes Industriels Localisés: Eléments pour une Analyse Sociologique des Ensembles de PME Industriels*, Ed. *Sociologie du travail*, 2, 157-176;
- Rego, Conceição (1996), *Uma aplicação da Teoria dos Determinantes Territoriais da Competitividade ao Alentejo*, Covilhã-UBI, IV Encontro Nacional da APDR, 21-23 Novembro;
- Reis, Elisabeth (1997), *Estatística Multivariada Aplicada*, Lisboa, Ed. Edições Silabo, Lda;
- Richardson, Harry W. (1981), *Economia Regional – Teoria da Localização, Estrutura Urbana e Crescimento Regional*, 2ª. Ed., Rio de Janeiro, Zahar Editores;
- Rodrigues, Alexandra, (1999), Índice de interioridade: um estudo para Portugal Continental, Lisboa, Ed. *Série Estudos - INE*; Disponível [on-line] <http://www.ine.pt/prodserv/estudos> [Maio 2002];
- Rostow, W. (1960), *The Stages of Economic Growth. A non-communist Manifest*, Cambridge, Ed. Cambridge University Press;
- Russo, Fábio, (2002), The Italian Experience of Industrial Districts, England, Ed. *Industrial Business Development Services*; Disponível [on-line] <http://www.unido.org> [Outubro 2002];
- Rye, David E. (1998), *Empreendedores - Ferramentas de decisão para executivos*, Linda-a-Velha, Ed. Abril/Controljornal, Lda-Biblioteca Executive Digest, 9 - 10;
- Samuelson, P. (1973), *Economia: uma análise introdutória*, Lisboa, Ed. *American Economic Review*, Vol. n.º 12, 283-303;
- Samuelson, Paul A. & Nordhaus, William, (1993), *Economia*, 14ª. Edição, Lisboa, Ed. McGRAW-HILL;
- Sani, Ana e Matos, Marlene (1999), Oportunidade e Crime, Ed. Instituto da Educação e Psicologia - Universidade do Minho, in *Actas do congresso Crimes Ibéricos*;
- Schein, Edgar (1997), *Organizational culture and Leadership*, USA, Ed. Jossey Bass;
- Scott, Allen (1998), *Regions and the World Economy*, New York, Ed. *Oxford University Press*, 9-23;
- Severiano, Nuno Teixeira (2000), *Contributos para a Política de Segurança Interna*,

- Lisboa, Ed. MAI;
- Shelly, L, (1981), *Crime and Modernization: Impact of Industrialisation and Urbanisation on Crime*, USA, Ed. Southern Illinois University Press, Carbondale;
- Silva, J. Albino e Silva, J. A. Vieira (1995), Inserção Territorial das Actividades Turísticas em Portugal – Uma tipologia de caracterização, in DGDR (Eds) *As infra-estruturas produtivas e os factores de competitividade das regiões e cidades portuguesas*, 191-194;
- Silva, João Albino (1992), *Turismo e Desenvolvimento Regional: tendências e estratégias levantamento documental*, Faro, Ed. CIDER;
- Silva, Mário Rui (1988), *Industrialisation et Développement Local, eu interprétation à partir du cas portugais*, Thèse de doctorat, IREP – Grenoble;
- Soares, Reis Rodrigues (2000), *Development, crime and punishment: accounting for the international differences in crimes rates*, Work Paper, Ed. By Department of Economics - University of Chicago, Chicago-Illinois-USA;
- Staeck, Nicola (1996), The European Structural Funds – Their History and Impact, in Heinelt, Hubert and Smith, Randal (Eds) *Policy Networks and European Structural Funds*, Suffolk-England Ed. Avebury;
- Stiglitz, Joseph (1988a), *Economic of the Public Sector*, 2nd Edition, Nova Iorque, W.W.Norton & Cia;
- Stiglitz, Joseph (1988b), *La Economía del Sector Público*, 2^a. Edición, Madrid, Ed. Antoni Bosch;
- Stohr, W. B. (1990), *Global challenge and local response*, London, Ed. Mansell;
- Stohr, W. B. e Taylor, D.R.F (org.), (1981), *Developments from Above or Below*, Chichester, Wiley;
- Storper, Michael (1977), *The Regional World: Territorial Development in Global Economy*, New York, Ed. Guilford Press;
- Syrett, Stephen, (1995), *Local Development: Restructing, locality and economic inciative in Portugal*, England, Avebury, 1-25;
- Temple, Marion (1994), *Regional Economics*, Reino Unido, Ed. St. Martin's Press;
- Teulon, Frédéric (1994), *Crescimento – crises de desenvolvimento*, Lisboa, Ed. D. Quixote;

- Thornberry, T. P. and Christenson, R. L. (1984), Unemployment and criminal involvement: An investigation of reciprocal causal structures, USA, Ed. *American Sociological Review*, n.º 49, 398-411;
- Trachen, Ahmed (1985), *Développement et dynamique de l'inégalité*, Paris, Ed. Economica II-B;
- UALG (1997), *Políticas de Ordenamento do Território - Modelo de organização Espacial do Algarve. Relatório Final - Documento Objectivo*, Faro, Ed. UALG, Vol. IX;
- Uhrich, René (1985), *Pour une Nouvelle Politique de Développement Régional en Europe*, 2ª. Ed., Paris, Ed. Economica;
- Uyarra, Elvira, Haarich, Silke N. e Castillo Jaime del (2002), Evaluation and New Regional Innovation Policy Practices: Lessons from The Regional Innovation Strategies, in [Preliminary Draft], RSA (eds) *Evaluation and EU Regional Policy Conference*, Aix en Provence, disponível [on-line], <http://www.regional-studies-assoc.ac.uk/events/haarich-uyarra-castillo.pdf>;
- Vale, Maria de Lurdes (2002), Regras de imigração até 2004, Lisboa, Ed. do *Diário de Notícias* nº2366, Secção Nacional; Disponível [on-line] <http://dn.sapo.pt/noticia> [Junho de 2002];
- Vasconcelos, T. (2000), Educação de Infância em Portugal: Perspectivas de Desenvolvimento num quadro de pos-modernidade, *Revista Ibero-Americana de Educação*, Ed. Organização de Estados Ibero-americanos, 22; Disponível [on-line] <http://www.campus-oei.or/revista/rie22a05.pdf> [Março 2003];
- Vásquez, António Barquero (1999), *Desarrollo, redes e Innovación*, Madrid, Ediciones Pirámide, 51-71;
- Viegas, J. M. S. (1998), Os Direitos Fundamentais e o Direito dos Cidadãos à Segurança, *Revista Pela Lei e Pela GREI*, Ed. CG/GNR, Lisboa, nº4 Out/Dez, 4 – 8;
- Viegas, Maria M. V. A. (1997), Aplicação de Técnicas Estatísticas Multivariadas na segmentação da procura turística do Algarve, Lisboa, Ed. INE - *Revista de Estatística*, 2º. Quadrimestral, nº5, Lisboa; Disponível [on-line] <http://www.ine.pt/prodserv/estudos> [Setembro 2002];
- Weber, Alfred (1929), *Alfred Weber's Theory of the location of Industries*, Chicago, Ed. University Of Chicago Press, III-A (Versão Inglesa);

Wolf, P. (1971), *Crime and development, an international comparative of crime rates*,
Ed. Scandinavian Studies in Criminology, 107-120;

Zvekicz, U. (1990), *Essay on Crime and Development*, Roma, *Ed. UN - Interregional
Crime and Justice Research Institute*, Pub. n.º 36;

LEGISLAÇÃO:

Lei n.º 5/99, 27JAN (LOPSP);

DL n.º 34/2003, 25FEV;

DL n.º 69/90, 02MAI;

Lei n.º 11/89, 01JUN (BGCM);

Lei n.º 20/87, 12JUN (LSI);

DL n.º 231/93, 26JUN (LOGNR);

DL n.º 265/93, 31JUL (EMGNR);

Lei n.º 103/20021, 10AGO (LIC);

DL n.º 275-A/2000, 09NOV (LOPJ);

Lei n.º 29/82, 11DEZ (LDNFA);

DL n.º 244/89, 08AGO, com as alterações introduzidas pelo DL n.º 04/2002,
10JAN;

DL n.º 48/95, 15MAI (CP), com as alterações introduzidas pela Lei n.º 65/98,
02SET;

DL n.º 43/2002, 02MAR (Organização e atribuição SAM);

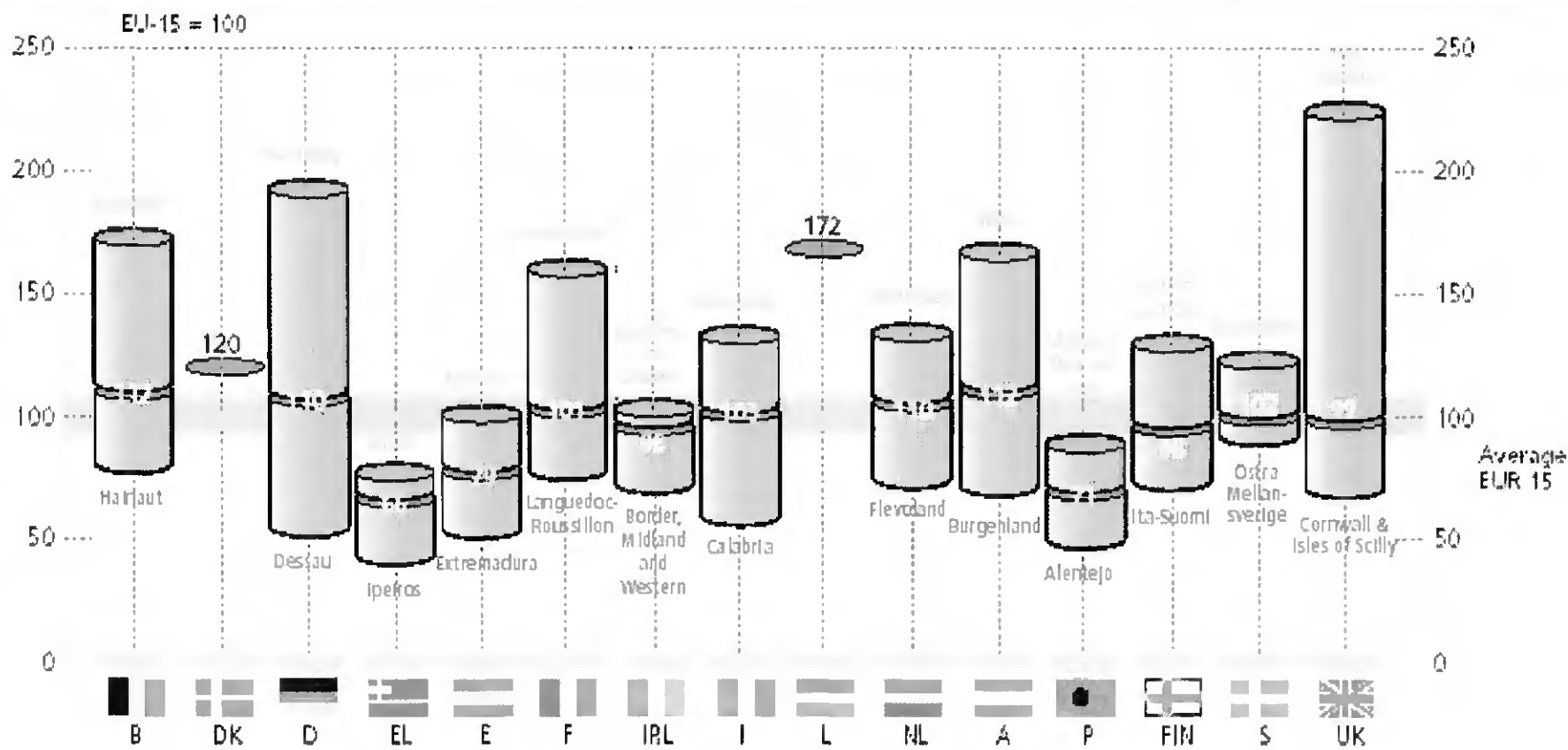
DL n.º 252/92, 11NOV e DL n.º 316/95, 28NOV (Competências Gov. Civis);

DL n.º 227/95, 11SET, DL n.º 154/96, 31AGO e DL n.º 3/99, 04JAN (IGAI);

LEI n.º 103/2002, 10AGO (Investigação Criminal);

Anexos

Anexo 1. Gráfico A1.1 Regiões UE, por Estado-membro, com o PIB-pc mais elevado e o mais reduzido



The regions indicated (NUTS 2) are those where per capita GDP is respectively the lowest and the highest in each country.

- Above average
- Below average
- Average

Fonte : Fonte : http://europa.eu.int/comm/regional_policy/Intro/pdf/pub_en.pdf

Anexo 2. Investimento Programado – QCA III

INVESTIMENTO PROGRAMADO								
Sector	Total Sector	PO Sectoriais	PO Regionais	Intervenções da Administração Central Regionalmente Desconcentradas				
				unidade: milhares de euro				
				PO Norte	PO Centro	PO LVT	PO Alentejo	PO Algarve
Total	32.228,0	24.174,0	8.288,6	3.228,2	1.760,0	1.826,0	1.012,7	461,6
Educação	2.341,7	1.665,0	676,7	308,5	203,1	74,2	64,5	26,5
Emprego, Formação e Desen. Social	4.370,9	2.822,0	1.548,9	548,0	193,0	648,7	105,8	53,4
Ciência, Tecnologia e Inovação	986,9	957,0	29,9	9,0	8,0	7,0	3,0	3,0
Sociedade da Informação	826,7	663,0	163,7	48,8	52,6	24,9	22,8	14,6
Saúde	1.011,5	698,0	313,5	92,0	81,9	46,6	66,5	26,4
Cultura	359,9	327,0	32,9	14,3	9,9	0,0	4,9	3,8
Desporto	234,6	0,0	234,6	84,9	57,3	35,5	17,4	39,5
Agricultura e Desenvolvimento Rural	4.712,9	3.367,0	1.345,9	438,3	356,0	231,1	251,2	69,3
Pescas	428,4	365,0	63,4	16,0	14,9	10,1	5,3	17,0
Economia	10.606,7	9.378,0	1.228,7	223,4	251,9	389,9	275,4	88,1
Acessibilidades e Transportes	5.659,3	3.368,0	2.291,3	1.326,5	457,5	292,9	131,7	82,7
Ambiente	662,2	456,0	206,2	63,0	48,1	32,8	43,3	18,9
Assistência Técnica	260,8	108,0	152,8	55,4	25,9	32,5	20,8	18,2
Intervenções Regionais								
Investimento Municipal e Intermunicipal			3.157,1	1.144,7	797,1	605,7	412,7	196,8
Ações Integradas de Base Territorial			1.026,5	267,6	302,7	300,7	85,3	70,1
Pediza			357,3				357,3	
TOTAL PO Regionais Continente			12.829,5	4.640,6	2.859,8	2.732,5	1.868,1	728,5
PO Região Autónoma dos Açores			1.258,0					
PO Região Autónoma da Madeira			1.187,0					
Total Programas Operacionais Regionais			15.275,5					
Total Programas Operacionais Sectoriais		24.174,0						
Reservas de Programação e Eficiência							2.787,5	
Total QCA III								42.237,0

Fonte : Ministério do Planeamento (1999)

Anexo 3 . Quadros – Estudo M. Viegas (1997)¹

Quadro 2: Dimensões de escolha do Algarve

Dimensão Animação (Férias Activas)	
Atributos de escolha	Contribuições
Entretenimento e vida nocturna	.784
Desp. e oportunidades de recreio	.687
Praias	.581
Reputação	.568
Compras	.483
Gastronomia	.471
Qual. e disp. do alojamento	.432
Dimensão Cultural	
Atributos de escolha	Contribuições
Actividades culturais	.845
Atrações históricas	.842
Tipicidade	.679
Paisagem	.627
Aquisição de conhecimentos	.600
Festivais e eventos especiais	.584
Dimensão Familiar	
Atributos de escolha	Contribuições
Local onde vive familiar/amigo	.809
Conhecer alguém que já esteve no Algarve	.615
Bom local para crianças	.430
Dimensão Lazer (Férias Passivas)	
Atributos de escolha	Contribuições
Descanso e relax	.719
Clima	.713
Paisagem	.418
Praias	.412
Dimensão Ambiental	
Atributos de escolha	Contribuições
Baixa criminalidade	.801
Pouco trânsito	.741
Ar puro	.660
Infraestruturas urbanas	.656
Hospitalidade	.576
Nível de preços	.469
Qualidade e disp. do alojamento	.402
Dimensão Acessibilidade/Novidade	
Atributos de escolha	Contribuições
Acessibilidade	.657
Local onde nunca se esteve	.643
Nível de preços	.552
Barreira linguística	.480
Conhecer alguém que já esteve no Algarve	.451
Dimensão Golfe	
Atributos de escolha	Contribuições
Golfe	.723

¹ Retirados de Viegas (1997). O objecto de estudo foi a procura turística do produto Algarve na época alta (meses de Julho a Setembro). São aqui incluídos os quadros que revelam a qualificação da baixa criminalidade como um indicador bem identificados por aqueles que nos visitam.

Quadro 5: Atributos de escolha do Algarve

Atributos de escolha	Total	Seg. I	Seg. II	Seg. III	F (ANOVA)	Teste de Scheffé (1)
Descanso e relax	8,31	8,54	8,71	7,64	23,01	3*1,2
Praias	8,28	7,53	8,37	8,99	33,33	1*2,3 e 2*3
Clima	8,10	7,87	8,43	7,98	5,68	2*1,3
Gastronomia	7,75	7,29	8,28	7,67	14,61	2*1,3
Nível dos preços	6,81	6,97	7,43	5,99	26,45	3*1,2
Ar puro	6,77	6,03	7,79	6,48	38,31	2*1,3
Disponibilidade de aloj.	6,71	6,31	7,16	6,64	7,89	1*2
Hospitalidade	6,56	5,30	7,48	6,93	60,01	1*2,3 e 2*3
Baixa criminalidade	6,35	5,89	7,56	6,35	46,58	2*1,3
Paisagem	6,30	5,09	7,64	6,17	87,98	1*2,3 e 2*3
Entretenimento e vida nocturna	6,26	4,89	6,28	7,71	80,79	1*2,3 e 2*3
Acessibilidade	6,17	6,49	6,81	5,15	31,90	3*1,2
Desporto e op. de recreio	5,88	4,80	6,33	6,56	38,69	1*2,3

Quadro 6: Classificação das férias

Atributos de classificação	Total	Seg. I	Seg. II	Seg. III	F (ANOVA)	Teste de Scheffé (1)
Praias	8,68	8,43	8,84	8,77	5,67	1*2,3
Clima	8,67	8,62	8,86	8,52	3,86	2*3
Descanso e relax	8,55	8,63	8,80	8,21	9,08	3*1,2
Algarve no geral	8,32	8,22	8,46	8,26	-----	-----
Gastronomia	8,16	8,09	8,27	8,10	-----	-----
Baixa criminalidade	7,62	7,52	7,96	7,36	6,71	2*1,3
Ar puro	7,61	7,43	8,01	7,37	9,24	2*1,3
Acessibilidade	7,36	7,54	7,56	6,94	8,85	3*1,2
Hospitalidade	7,29	6,79	7,73	7,37	12,23	2*1,3
Paisagem	7,27	6,83	7,75	7,22	14,62	2*1,3
Entretenimento e vida nocturna	7,18	6,48	7,21	7,88	27,78	2*1,3 1*3
Preços	7,17	7,27	7,52	6,69	11,84	2*1,3
Disponibilidade e qualidade do alojamento	7,11	6,97	7,44	6,90	5,62	2*1,3
Bom local para crianças	7,02	7,33	7,24	6,42	10,83	3*1,2
Desporto e op. de recreio	6,91	6,64	7,21	6,89	4,57	1*2
Compras	6,81	6,68	7,37	6,36	16,83	2*1,3
Barreira linguística	6,68	6,77	6,69	6,57	-----	-----
Tipicidade	6,57	5,94	7,18	6,58	25,30	1*2,3 e 2*3
Aquisição de conhecimento	6,13	5,19	6,73	6,46	36,89	1*2,3
Golfe	5,82	6,06	6,58	4,78	20,48	3*1,2
Infraestruturas urbanas	5,77	5,34	6,39	5,55	19,11	2*1,3
Pouco trânsito	5,55	5,24	6,20	5,18	17,33	2*1,3
Atrações históricas	5,22	4,40	6,37	4,78	68,12	2*1,3
Actividades culturais	5,09	4,33	6,03	4,84	45,41	1*2,3 e 2*3
Festivais	4,97	4,27	5,74	4,86	27,17	1*2,3 e 2*3

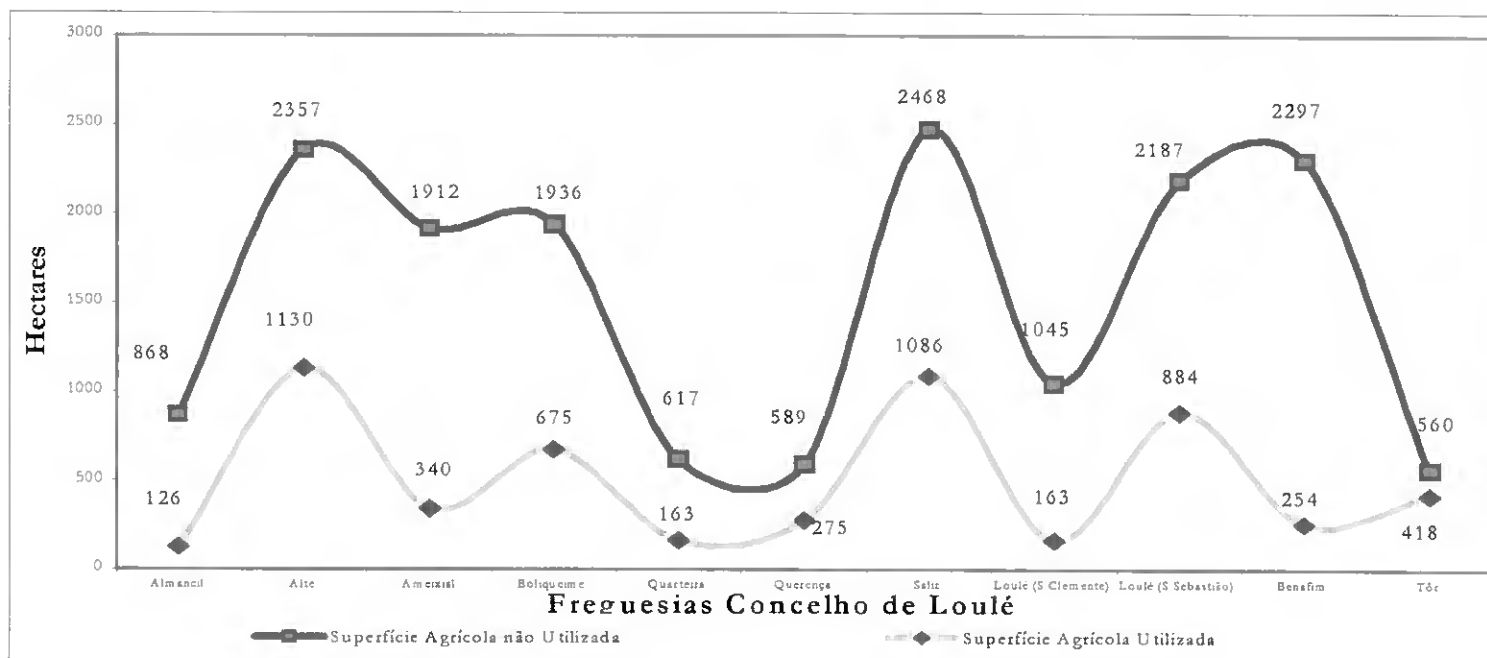
Anexo 4. Indicadores da actividade agrícola, no concelho de Loulé e caracterização geral da Indústria – Região do Algarve

Quadro A4.1 - Indicadores actividade agrícola no concelho de Loulé

	Valor	Periodo	Almancil	Alte	Ameixial	Boliqueime	Quarteira	Querença	Salir	Loulé (S.Clemente)	Loulé (S.Sebastião)	Benafim	Tôr
Explorações Agrícolas - Total	nº	1999	305	471	235	537	104	172	466	407	556	222	127
Superfície Agrícola - Total	ha	1989	1305,08	6116	6489,11	3318,02	968,36	3306,81	12472,9	2059,93	3867,7	4064,94	-
Explorações Agrícolas com S.A.U.	nº	1989	487	580	226	682	148	474	654	773	950	277	-
Superfície Agrícola Utilizada (SAU)	ha	1999	868	2357	1912	1936	617	589	2468	1045	2187	2297	560
Superfície Agrícola não Utilizada	ha	1999	126	1130	340	675	163	275	1086	163	884	254	418

Fonte : INE (1999), Disponível [on-line] <http://www.ine.pt/imp/fx30L7UK.csv>

Gráfico A4.1 - Superfície Agrícola no concelho de Loulé – 1999



Fonte : Adaptado INE (1999), Disponível [on-line] <http://www.ine.pt/imp/fx30L7UK.csv>

Quadro A4.2 – Caracterização Geral da Indústria

Indústria	Referência	Unidade	Algarve	Portugal
Indústria Extractiva (VABpm)	1995	10 ⁶	1.693	79.982
Indústria Transformada (VABpm)	1995	10 ⁶	14.370	3.093.480
Indústria Transformadora	1995	n.º	1.563	65.100
Peso da Indústria Transformadora	1995	%	2,40	100
Pessoal ao Serviço (N.º)	1995	n.º	8.005	948.781
Produtividade do Trabalho	1995	10 ³ Esc.	1.795	5.280
Valor Acrescentado Bruto - pm	1995	10 ⁶ Esc.	14.370	3.093.480
Volume de Vendas	1995	10 ⁶ Esc.	55.450	10.213.434
Indústria de Alimentação, Bebidas e Tabaco	1995	n.º	309	7.686
Indústria Têxteis, do Vestuário e do Couro	1995	n.º	99	14.702
Indústria da Madeira e da Cortiça	1995	n.º	365	14.169
Indústria do Papel, Artes Gráficas e Edições de Publicações	1995	n.º	63	3.401
Indústria Químicas dos Derivados do Petróleo e do Carvão e dos Produtos de Borracha e do Plástico	1995	n.º	25	1.967
Indústria dos Produtos Minerais não Metálicos, com Excepção dos Derivados do Petróleo Bruto e do Carvão	1995	n.º	134	4.008
Indústria Metalúrgicas de Base	1995	n.º	4	607
Fabricação de Produtos Metálicos e de Máquinas, Equipamentos e Material de Transporte	1995	n.º	546	16.551
Outras Indústrias Transformadoras	1995	n.º	18	2.009
Indústria Extractiva	1995	n.º	70	1.255
Peso de Indústria Extractiva	1995	%	5,58	100,00
Pessoal ao Serviço (N.º)	1995	n.º	489	15.147
Produtividade do Trabalho	1995	10 ³ Esc	3.462	5.280
Valor Acrescentado Bruto - pm	1995	10 ⁶ Esc	1.693	79.982
Volume de Vendas	1995	10 ⁶ Esc	3.282	162.463
N.º de Pedreiras Activas	Jan-99	n.º	48	-

Fonte : DRE-ME, 2002

Anexo 5. Listagem Regiões NUTS II - Indicador de Desenvolvimento Humano das NU²

NUTS II		ÍNDICE TOTAL	Índice das Condições Sociais	Índice do Padrão de Vida	Índice de Empregabilidade	Índice da Componente Cultural
Cheshire	uk	0,528	0,617	0,348	0,54	0,608
Vorarlberg	at	0,528	0,656	0,348	0,545	0,563
Hannover	de	0,527	0,649	0,348	0,53	0,582
Dusseldorf	de	0,527	0,571	0,378	0,554	0,606
Antwerpen	be	0,526	0,526	0,478	0,6	0,501
Limburg	nl	0,525	0,708	0,274	0,581	0,536
Zeeband	nl	0,522	0,739	0,294	0,487	0,507
Gloucestershire, Wiltshire and North Somerset	uk	0,521	0,604	0,328	0,528	0,626
Midi-Pyrénées	fr	0,521	0,844	0,229	0,403	0,61
Gießen	de	0,519	0,701	0,244	0,562	0,568
Essex	uk	0,518	0,721	0,260	0,471	0,62
Dorset and Somerset	uk	0,517	0,695	0,224	0,536	0,612
Kent	uk	0,518	0,682	0,274	0,497	0,613
Provence-Alpes-Côte d'Azur	fr	0,516	0,851	0,232	0,321	0,652
North Yorkshire	uk	0,515	0,662	0,289	0,506	0,605
Bremen	de	0,512	0,513	0,507	0,372	0,656
Hertfordshire, Worcestershire and Warks	uk	0,511	0,578	0,284	0,576	0,606
East Anglia	uk	0,507	0,604	0,323	0,5	0,6
Veneza	it	0,506	0,779	0,383	0,374	0,486
Gelderland	nl	0,504	0,584	0,284	0,555	0,592
Detmold	de	0,503	0,636	0,303	0,503	0,57
Schleswig-Holstein	de	0,503	0,669	0,292	0,452	0,592
Centre	fr	0,501	0,812	0,244	0,380	0,56
Drenthe	nl	0,501	0,766	0,234	0,453	0,55
Basse-Normandie	fr	0,5	0,838	0,214	0,353	0,586
Overijssel	nl	0,499	0,675	0,274	0,52	0,528
Leicestershire, Rutland and Northants	uk	0,496	0,578	0,303	0,495	0,617
Brétagne	fr	0,495	0,792	0,204	0,397	0,6
Tirol	at	0,498	0,675	0,363	0,384	0,58
Münster	de	0,498	0,636	0,279	0,497	0,578
Amsterg	de	0,496	0,604	0,290	0,495	0,587
Eastern Scotland	uk	0,495	0,591	0,303	0,482	0,625
Stalenmark	at	0,494	0,773	0,239	0,384	0,582
Aquillaine	fr	0,494	0,792	0,234	0,354	0,504
Obersteereich	at	0,492	0,656	0,313	0,448	0,571
Haute-Normandie	fr	0,492	0,773	0,244	0,367	0,583
East Wales	uk	0,492	0,61	0,282	0,476	0,611
Champagne-Ardenne	fr	0,492	0,833	0,240	0,342	0,525
Bourgogne	fr	0,487	0,792	0,239	0,395	0,523
Poitou-Charentes	fr	0,487	0,67	0,189	0,320	0,593
Flevoland	nl	0,486	0,662	0,194	0,494	0,574
Niederbayern	de	0,486	0,623	0,279	0,496	0,544
Lorraine	fr	0,485	0,799	0,204	0,381	0,556
Kärnten	at	0,484	0,74	0,240	0,364	0,584
Kassel	de	0,484	0,656	0,284	0,437	0,556
Emilia-Romagna	it	0,483	0,530	0,433	0,429	0,531
Väli-Suomi	fi	0,482	0,623	0,209	0,375	0,721
Devon	uk	0,481	0,571	0,209	0,506	0,636
Koblenz	de	0,48	0,61	0,244	0,486	0,576
Trier	de	0,479	0,662	0,264	0,456	0,534
Irland	ie	0,479	0,494	0,328	0,468	0,624

² Referem-se ao estudo citado no capítulo V desta tese, julgando-se oportuno a sua inclusão para melhor ilustrar aquela argumentação inserta nesse capítulo. Estudo de Gomes, Alexandra Manuela (2000) in "Níveis de desenvolvimento na União Europeia - Uma análise comparativa Inter-regional", INE - Direcção Regional do Centro, Coimbra

NUTS II		INDICE TOTAL	Índice das Condições Sociais	Índice do Padrão de Vida	Índice de Empregabilidade	Índice da Componente Cultural
Derbyshire and Nottinghamshire	uk	0,478	0,584	0,244	0,485	0,599
Groningen	nl	0,478	0,396	0,443	0,478	0,596
Comunidad Foral de Navarra	es	0,478	0,714	0,318	0,453	0,427
Auvergne	fr	0,477	0,766	0,199	0,399	0,545
Highlands and Islands	uk	0,477	0,617	0,174	0,471	0,644
Brabant Wallon	be	0,477	0,442	0,224	0,716	0,522
Cumbria	uk	0,475	0,545	0,289	0,468	0,598
Umbria	it	0,475	0,76	0,279	0,328	0,532
Pays de la Loire	fr	0,474	0,773	0,224	0,354	0,544
Niederösterreich	at	0,473	0,727	0,244	0,408	0,514
South Western Scotland	uk	0,472	0,578	0,239	0,426	0,645
Franche-Comté	fr	0,472	0,714	0,224	0,421	0,528
Shropshire and Staffordshire	uk	0,471	0,565	0,224	0,483	0,614
Waser-Ems	de	0,471	0,597	0,299	0,435	0,552
Lüneburg	de	0,47	0,695	0,189	0,47	0,527
Toscana	it	0,469	0,656	0,338	0,326	0,558
West-Vlaanderen	be	0,467	0,429	0,368	0,535	0,537
Friesland	nl	0,467	0,597	0,254	0,452	0,566
Baleares	es	0,467	0,747	0,289	0,35	0,461
Cataluña	es	0,463	0,695	0,289	0,368	0,501
Piemonte	it	0,461	0,591	0,373	0,365	0,515
Burgenland	at	0,46	0,812	0,134	0,345	0,548
Saarland	de	0,455	0,506	0,284	0,443	0,588
Cornwall and Isles of Scilly	uk	0,455	0,578	0,139	0,484	0,618
Lazio	it	0,454	0,63	0,353	0,282	0,552
Sachsen	de	0,454	0,658	0,144	0,409	0,606
Northumberland, Tyne and Wear	uk	0,453	0,591	0,194	0,415	0,614
Northern Ireland	uk	0,451	0,565	0,174	0,454	0,611
Corse	fr	0,45	0,864	0,174	0,235	0,527
Ita-Suomi	fi	0,448	0,519	0,164	0,309	0,798
Thüringen	de	0,446	0,643	0,139	0,413	0,589
Greater Manchester	uk	0,444	0,455	0,239	0,475	0,609
Lisboa e Vale do Tejo	pt	0,443	0,539	0,264	0,377	0,593
Limousin	fr	0,443	0,584	0,189	0,367	0,632
País Vasco	es	0,442	0,578	0,284	0,392	0,515
Comunidad de Madrid	es	0,441	0,481	0,338	0,395	0,551
Tees Valley and Durham	uk	0,439	0,591	0,174	0,414	0,578
Languedoc-Roussillon	fr	0,437	0,695	0,169	0,287	0,597
Nord - Pas-de-Calais	fr	0,435	0,701	0,184	0,26	0,595
Picardie	fr	0,435	0,63	0,209	0,33	0,571
Lincolnshire	uk	0,433	0,455	0,239	0,476	0,563
East Riding and North Lincolnshire	uk	0,433	0,461	0,269	0,448	0,554
Vlaams Brabant	be	0,433	0,201	0,269	0,675	0,587
Marche	it	0,432	0,526	0,294	0,351	0,556
Cantabria	es	0,431	0,799	0,169	0,301	0,458
West Wales and The Valleys	uk	0,43	0,513	0,144	0,45	0,614
Magdeburg	de	0,425	0,675	0,119	0,331	0,576
Oost-Vlaanderen	be	0,424	0,344	0,306	0,519	0,523
Molise	it	0,422	0,87	0,184	0,188	0,448
Lancashire	uk	0,422	0,377	0,224	0,487	0,602
West Yorkshire	uk	0,421	0,361	0,254	0,468	0,61

NUTS II		ÍNDICE TOTAL	Índice das Condições Sociais	Índice de Padrão de Vida	Índice de Empregabilidade	Índice da Componente Cultural
Brandenburg	de	0,419	0,61	0,144	0,398	0,524
Aragón	es	0,414	0,656	0,229	0,409	0,362
South Yorkshire	uk	0,411	0,429	0,164	0,429	0,624
Abruzzo	it	0,406	0,584	0,209	0,3	0,532
Mecklenburg-Vorpommern	de	0,404	0,604	0,144	0,349	0,517
Halle	de	0,402	0,558	0,164	0,309	0,579
Centro	pt	0,401	0,648	0,114	0,374	0,466
Comunidad Valenciana	es	0,4	0,662	0,174	0,292	0,473
Basilicata	it	0,4	0,825	0,149	0,176	0,451
Limburg	be	0,398	0,305	0,333	0,477	0,478
Merseyside	uk	0,398	0,396	0,154	0,4	0,642
Sardegna	it	0,397	0,689	0,169	0,108	0,624
La Rioja	es	0,397	0,584	0,254	0,416	0,332
West Midlands	uk	0,394	0,292	0,259	0,405	0,618
Liguria	it	0,383	0,286	0,318	0,312	0,617
Dessau	de	0,368	0,519	0,100	0,286	0,558
Canarias	es	0,364	0,506	0,174	0,282	0,495
Hainaut	be	0,361	0,455	0,184	0,337	0,47
Liège	be	0,36	0,227	0,284	0,466	0,464
Castilla y León	es	0,36	0,604	0,159	0,304	0,374
Noto Aigalo	gr	0,352	0,701	0,174	0,302	0,233
Norte	pt	0,352	0,422	0,119	0,343	0,523
Castilla-la Mancha	es	0,352	0,714	0,124	0,254	0,315
Luxemburg	be	0,351	0,305	0,264	0,471	0,366
Principado de Asturias	es	0,35	0,494	0,149	0,26	0,497
Alentejo	pt	0,336	0,669	0,124	0,302	0,25
Atiki	gr	0,334	0,429	0,159	0,354	0,393
Ionía Nisia	gr	0,333	0,61	0,07	0,332	0,319
Kriti	gr	0,333	0,558	0,124	0,347	0,302
Voreio Aigalo	gr	0,328	0,63	0,095	0,276	0,31
Peloponnisos	gr	0,327	0,578	0,055	0,314	0,362
Galicia	es	0,324	0,487	0,109	0,253	0,447
Murcia	es	0,324	0,429	0,124	0,296	0,448
Stereá Ellada	gr	0,319	0,843	0,209	0,234	0,19
Madera	pt	0,317	0,188	0,08	0,317	0,685
Namur	be	0,317	0,201	0,219	0,433	0,415
Kentriki Makedonia	gr	0,315	0,526	0,129	0,324	0,283
Dytiki Makedonia	gr	0,312	0,688	0,09	0,243	0,228
Ceuta y Melilla	es	0,304	0,409	0,124	0,148	0,533
Algarve	pt	0,3	0,363	0,189	0,316	0,332
Andalucía	es	0,291	0,526	0,08	0,12	0,438
Ipeiros	gr	0,287	0,562	0	0,269	0,327
Extremadura	es	0,286	0,571	0,04	0,128	0,403
Campania	it	0,282	0,461	0,109	0,105	0,453
Calabria	it	0,274	0,506	0,095	0,046	0,45
Puglia	it	0,274	0,435	0,114	0,142	0,406
Açores	pt	0,266	0,292	0,05	0,322	0,401
Thessalia	gr	0,237	0,338	0,075	0,274	0,261
Sicilia	it	0,231	0,286	0,114	0,084	0,44
Anatoliki Makedonia, Thraki	gr	0,184	0,13	0,065	0,258	0,284
Dytiki Ellada	gr	0,142	0	0,055	0,247	0,267

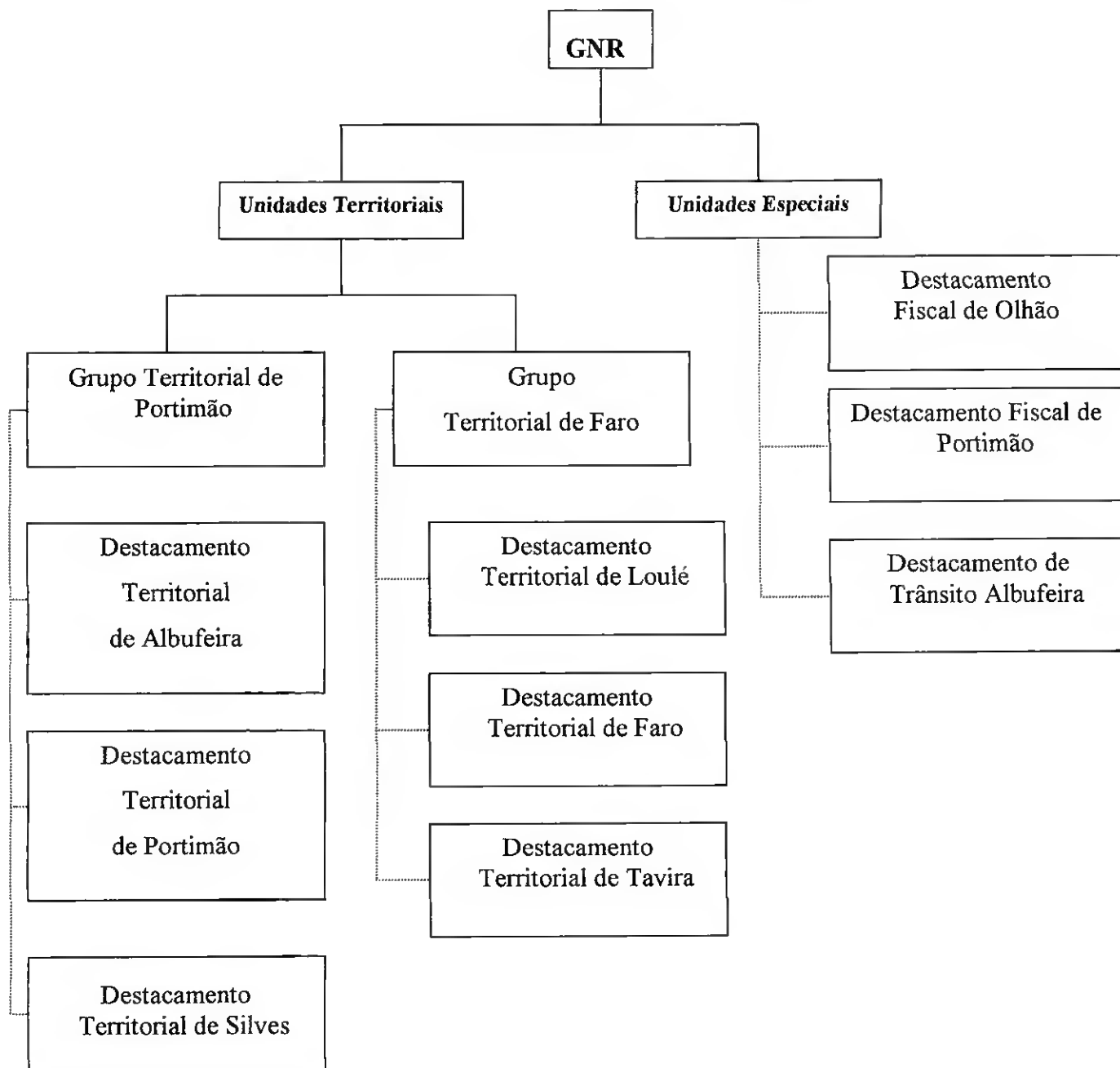
Anexo 6. Regiões NUTS II – Registo criminal 1995-2001

Anexo A6.1 Crimes contra as pessoas							
Crimes	Contra as Pessoas						
Regiões	Algarve	Lisboa V.Tejo	Norte	Centro	Alentejo	RAAçores	RAMadeira
1995	3182	26124	20031	12083	2509	2649	3397
1996	3390	27282	21224	12606	2576	2767	3339
1997	3957	28728	22725	13226	2561	2777	3442
1998	4422	30976	24416	14280	2822	2882	3163
1999	4111	30434	23145	30434	2793	2951	2911
2000	4130	30457	24345	14378	3011	2909	3042
2001	3.660	29.403	26.426	15.010	3.067	3.160	3.483
Média	3836	29058	23187	16002	2763	2871	3254
Anexo A6.2 Crimes contra o património							
Crimes	Contra o Património						
Regiões	Algarve	Lisboa V.Tejo	Norte	Centro	Alentejo	RAAçores	RAMadeira
1995	14429	140086	68663	29675	4958	4940	4272
1996	15393	122982	68175	28084	4785	5769	4704
1997	14984	116936	68032	27674	4632	5702	4817
1998	11835	84044	61377	23919	3668	4143	3414
1999	13736	86978	69076	25038	4492	3909	2999
2000	14064	92740	64551	26823	4369	4147	3297
2001	13.869	90.561	67.380	28.664	4.481	4.513	3.858
Média	14044	104904	66751	27125	4484	4732	3909
Anexo A6.3 Crimes contra a vida em, sociedade							
Crimes	Contra o Vida em Sociedade						
Regiões	Algarve	Lisboa V.Tejo	Norte	Centro	Alentejo	RAAçores	RAMadeira
1995	2167	15595	10969	7541	2209	395	704
1996	2263	15220	11010	7283	2192	668	815
1997	2214	15309	11307	6741	1837	683	988
1998	1739	13540	9051	6258	1731	680	676
1999	1841	13465	10579	7406	1938	837	787
2000	1815	10464	8257	6559	2182	826	891
2001	1.907	10.719	8.641	6.780	2.391	757	1.152
Média	1992	13473	9973	6938	2069	692	859
Anexo A6.4 Crimes contra o estado							
Crimes	Contra o Estado						
Regiões	Algarve	Lisboa V.Tejo	Norte	Centro	Alentejo	RAAçores	RAMadeira
1995	119	1238	605	437	103	28	50
1996	122	1255	515	330	101	57	50
1997	165	1325	580	393	114	45	45
1998	177	1198	676	628	111	54	95
1999	172	1363	733	595	159	84	143
2000	200	1158	653	449	200	95	128
2001	253	1.304	889	568	249	93	114
Média	173	1263	664	486	148	63	89
Anexo A6.5 Crimes previstos em legislação avulsa							
Crimes	Legislação Avulsa						
Regiões	Algarve	Lisboa V.Tejo	Norte	Centro	Alentejo	RAAçores	RAMadeira
1995	14	70	119	48	6	0	0
1996	13	208	139	49	10	0	3
1997	29	130	142	65	16	0	5
1998	1517	11580	7146	4160	1311	609	682
1999	1805	13504	8342	4784	1690	919	654
2000	1542	9498	6828	3974	1073	1011	575
2001	1.593	10.879	7.166	4.567	1.161	1.011	715
Média	930	6553	4269	2521	752	507	376

Fonte : GPLP_MJ (1995-2001)

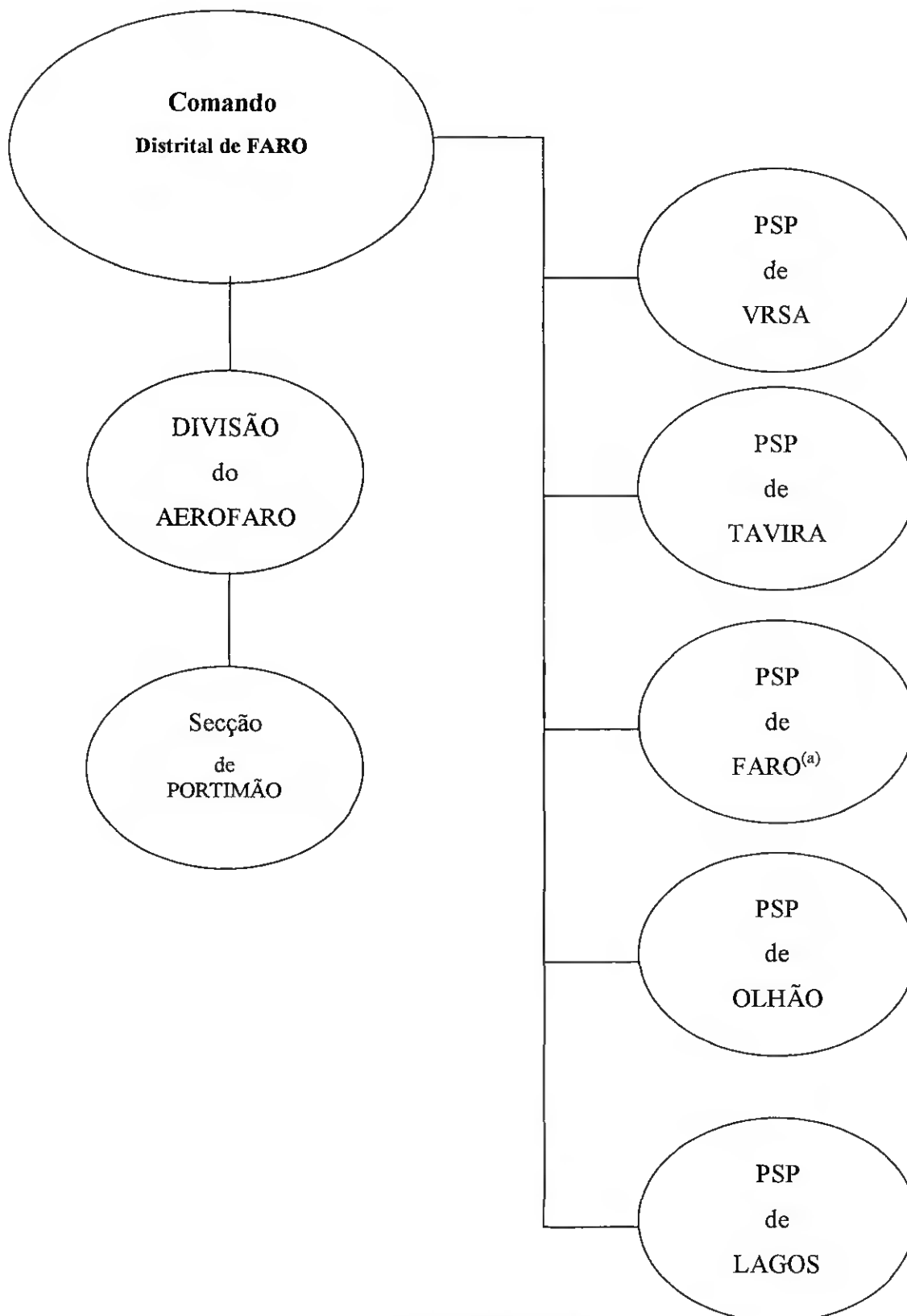
Anexo 7. Dispositivos Territoriais das FS e SS – Região do Algarve

Anexo A7.1 Dispositivo Territorial da GNR - Algarve



Fonte : Adaptado GNR (2002)

Anexo A7.2 - Dispositivo Territorial da PSP - Algarve



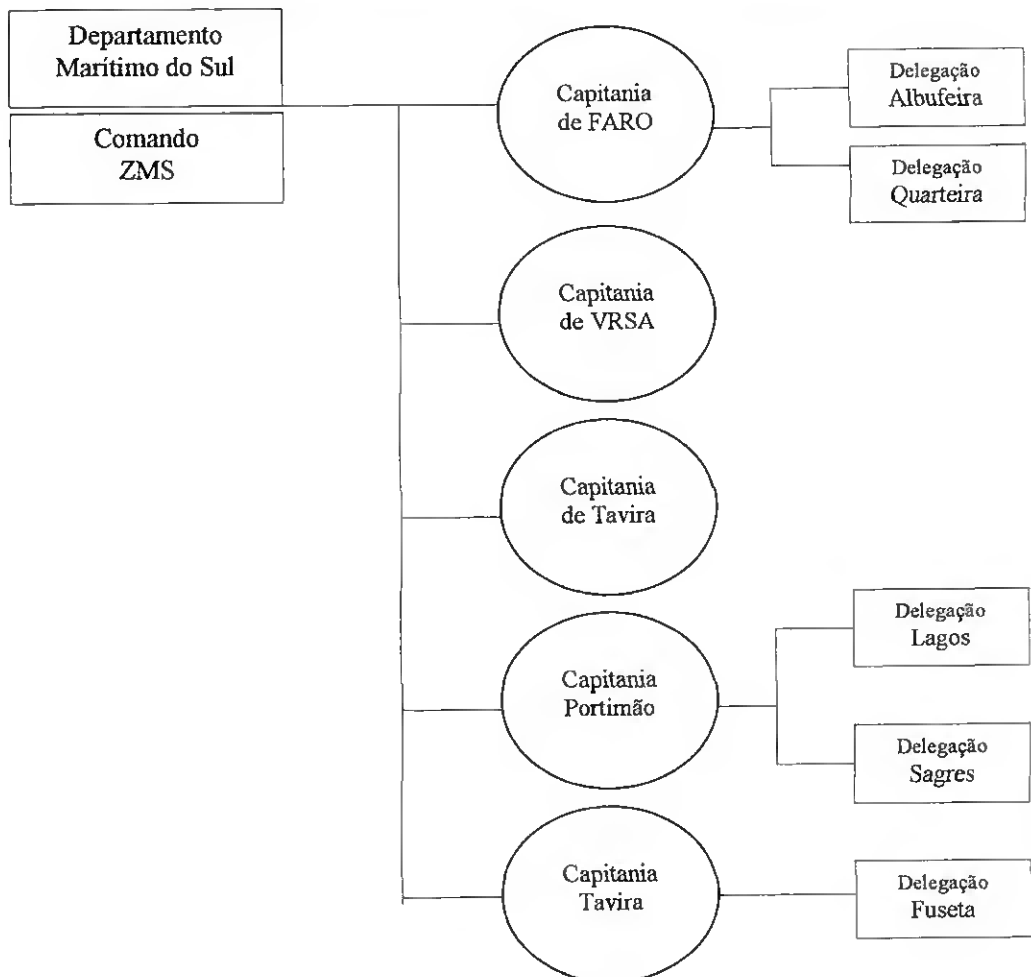
Fonte : Adaptado PSP (2002)

Anexo A7.3 Dispositivo Territorial PJ - Algarve



Fonte : Adaptado PJ (2002)

Anexo A7.4 Dispositivo Territorial PM - Algarve



Fonte : Adaptado CZMS (2002)

Anexo 8. Dados agregados utilizados

Total de Crimes Registados Autoridades Policiais, GPLP-MJ - 1995

Distritos	Contra as Pessoas	Contra o património	Contra a Paz e Humanidade	Contra a vida em sociedade	Contra o Estado	Legislação Avulsa	Totais
Aveiro	4472	10329	0	2276	175	18	17270
Beja	722	1299	0	939	43	0	3003
Braga	5131	10532	0	2480	116	61	18320
Bragança	999	1913	0	584	20	14	3530
C. Branco	958	1881	0	809	42	6	3696
Coimbra	3181	7555	0	2123	105	8	12972
Évora	1082	2270	0	652	25	3	4032
Faro	3182	14429	0	2167	119	14	19911
Guarda	810	1431	0	631	43	3	2918
Leiria	2662	8479	0	1702	72	13	12928
Lisboa	16525	117331	0	10771	994	55	145676
Portalegre	705	1389	0	618	35	3	2750
Porto	8825	47440	0	4204	282	13	60764
Santarém	3695	5701	0	2161	68	6	11631
Setúbal	5904	17054	0	2663	176	9	25806
V. Castelo	1181	2942	0	1480	64	3	5670
Vila Real	1507	2397	0	1012	63	22	5001
Viseu	2388	3439	0	1209	60	6	7102
R.A. Açores	2649	4940	0	395	28	0	8012
R.A. Madeira	3397	4272	0	704	50	0	8423
Totais	69975	267023	0	39580	2580	257	379415
Regiões NUTS II	Contra as Pessoas	Contra o património	Contra a Paz e Humanidade	Contra a vida em sociedade	Contra o Estado	Legislação Avulsa	Total
Norte	20031	68663	0	10969	605	119	100.387
Centro	12083	29675	0	7541	437	48	49.784
Lx. Vale Tejo	26124	140086	0	15595	1238	70	183.113
Alentejo	2509	4958	0	2209	103	6	9.785
Algarve	3182	14429	0	2167	119	14	19.911
RAAçores	2649	4940	0	395	28	0	8.012
RAMadeira	3397	4272	0	704	50	0	8.423
Totais	69975	267023	0	39580	2580	257	379.415

Total de Crimes Registados Autoridades Policiais, GPLP-MJ - 1996

Distritos	Contra as Pessoas	Contra o património	Contra a Paz e Humanidade	Contra a vida em sociedade	Contra o Estado	Legislação Avulsa	Totais
Aveiro	4542	10066	0	2553	116	27	17304
Beja	694	1153	0	812	51	2	2712
Braga	5359	10339	0	2381	104	79	18262
Bragança	924	1765	0	651	16	17	3373
C. Branco	1018	1728	0	689	30	1	3466
Coimbra	3296	7085	0	1801	75	7	12264
Évora	1168	2167	0	742	23	6	4106
Faro	3390	15393	0	2263	122	13	21181
Guarda	750	1219	0	723	38	3	2733
Leiria	3000	7986	0	1517	71	11	12585
Lisboa	17150	101607	0	10332	1044	173	130306
Portalegre	714	1465	0	638	27	2	2846
Porto	9772	47043	0	4793	220	17	61845
Santarém	3810	5625	0	1964	71	9	11479
Setúbal	6322	15750	0	2924	140	26	25162
V. Castelo	1304	2747	0	1098	49	4	5202
Vila Real	1540	2659	0	876	46	13	5134
Viseu	2325	3622	0	1211	80	9	7247
R.A. Açores	2767	5769	0	668	57	0	9261
R.A. Madeira	3339	4704	0	815	50	3	8911
Totais	73184	249892	0	39451	2430	422	365379
Regiões NUTS II	Contra as Pessoas	Contra o património	Contra a Paz e Humanidade	Contra a vida em sociedade	Contra o Estado	Legislação Avulsa	Total
Norte	21224	68175	0	11010	515	139	101063
Centro	12606	28084	0	7283	330	49	48352
Lx. Vale Tejo	27282	122982	0	15220	1255	208	166947
Alentejo	2576	4785	0	2192	101	10	9664
Algarve	3390	15393	0	2263	122	13	21181
RAAçores	2767	5769	0	668	57	0	9261
RAMadeira	3339	4704	0	815	50	3	8911
Totais	73184	249892	0	39451	2430	422	365379

Total de Crimes Registados Autoridades Policiais, GPLP-MJ - 1997

Distritos	Contra as Pessoas	Contra o património	Contra a Paz e Humanidade	Contra a vida em sociedade	Contra o Estado	Legislação Avulsa	Totais
Aveiro	4779	10294	0	2336	152	18	17579
Beja	726	1070	0	782	34	1	2613
Braga	5468	10096	4	2277	87	70	18002
Bragança	1085	1652	0	618	18	17	3390
C. Branco	1072	1903	0	705	49	1	3730
Coimbra	3326	6494	0	1558	81	15	11474
Évora	1038	2075	0	523	44	11	3691
Faro	3957	14984	0	2214	165	29	21349
Guarda	906	1403	0	612	32	6	2959
Leiria	3143	7580	0	1530	79	25	12357
Lisboa	18260	95415	0	10676	1067	79	125497
Portalegre	797	1487	0	532	36	4	2856
Porto	10791	47209	0	4802	306	16	63124
Santarém	4049	5894	0	1827	65	14	11849
Setúbal	6419	15627	0	2806	193	37	25082
V. Castelo	1375	2595	0	1406	38	14	5428
Vila Real	1741	2810	0	944	46	16	5557
Viseu	2265	3670	0	1260	85	9	7289
R.A. Açores	2777	5702	0	683	45	0	9207
R.A. Madeira	3442	4817	0	988	45	5	9297
Totais	77416	242777	4	39079	2667	387	362330
Regiões NUTS II	Contra as Pessoas	Contra o património	Contra a Paz e Humanidade	Contra a vida em sociedade	Contra o Estado	Legislação Avulsa	Total
Norte	22725	68032	4	11307	580	142	102790
Centro	13226	27674	0	6741	393	65	48099
Lx. Vale Tejo	28728	116936	0	15309	1325	130	162428
Alentejo	2561	4632	0	1837	114	16	9160
Algarve	3957	14984	0	2214	165	29	21349
RAAçores	2777	5702	0	683	45	0	9207
RAMadeira	3442	4817	0	988	45	5	9297
Totais	77416	242777	4	39079	2667	387	362330

Total de Crimes Registados Autoridades Policiais, GPLP-MJ - 1998

Distritos	Contra as Pessoas	Contra o património	Contra a Paz e Humanidade	Contra a vida em sociedade	Contra o Estado	Legislação Avulsa	Totais
Aveiro	5188	9429	0	1700	191	1483	17991
Beja	837	1000	0	837	32	283	2989
Braga	5871	10084	0	2041	150	1434	19580
Bragança	1167	1512	0	572	19	292	3562
C. Branco	1215	1524	0	676	74	364	3853
Coimbra	3359	5349	0	1439	183	876	11206
Évora	1194	1530	0	395	43	659	3821
Faro	4422	11835	0	1739	177	1517	19690
Guarda	994	1162	0	688	51	337	3232
Leiria	3524	6455	0	1755	129	1100	12963
Lisboa	19690	63097	0	9516	887	8001	101191
Portalegre	791	1138	0	499	36	369	2833
Porto	11784	41553	0	3400	302	3793	60832
Santarém	4275	5613	0	1632	105	1149	12774
Setúbal	7011	15334	0	2392	206	2430	27373
V. Castelo	1478	2578	0	1136	46	586	5824
Vila Real	1640	2414	0	770	46	362	5232
Viseu	2476	3236	0	1132	113	679	7636
R.A. Açores	2882	4143	0	680	54	609	8368
R.A. Madeira	3163	3414	0	676	95	682	8030
Totais	82961	192400	0	33675	2939	27005	338980
Regiões NUTS II	Contra as Pessoas	Contra o património	Contra a Paz e Humanidade	Contra a vida em sociedade	Contra o Estado	Legislação Avulsa	Total
Norte	24416	61377	0	9051	676	7146	102666
Centro	14280	23919	0	6258	628	4160	49245
Lx. Vale Tejo	30976	84044	0	13540	1198	11580	141338
Alentejo	2822	3668	0	1731	111	1311	9643
Algarve	4422	11835	0	1739	177	1517	19690
RAAçores	2882	4143	0	680	54	609	8368
RAMadeira	3163	3414	0	676	95	682	8030
Totais	82961	192400	0	33675	2939	27005	338980

Total de Crimes Registados Autoridades Policiais, GPLP-MJ - 1999

Distritos	Contra as Pessoas	Contra o património	Contra a Paz e Humanidade	Contra a vida em sociedade	Contra o Estado	Legislação Avulsa	Totais
Aveiro	5206	10329	0	2164	216	1884	19799
Beja	781	1089	0	837	59	410	3176
Braga	5309	9959	0	2259	178	1727	19432
Bragança	1082	1638	0	543	35	373	3671
C. Branco	1295	1677	0	812	56	311	4151
Coimbra	3188	5275	0	1688	139	953	11243
Évora	1255	2072	0	562	46	931	4866
Faro	4111	13736	0	1841	172	1805	21665
Guarda	850	1189	0	724	55	434	3252
Leiria	3392	6568	1	2018	129	1202	13310
Lisboa	18657	64077	0	8504	939	8894	101071
Portalegre	757	1331	0	539	54	349	3030
Porto	11860	49207	0	4078	349	4412	69906
Santarém	3922	5706	0	1888	124	1410	13050
Setúbal	7855	17195	0	3073	300	3200	31623
V. Castelo	1372	2894	0	1401	65	652	6384
Vila Real	1400	2232	0	1018	34	474	5158
Viseu	2122	3146	0	1280	72	704	7324
R.A. Açores	2951	3909	0	837	84	919	8700
R.A. Madeira	2911	2999	0	787	143	654	7494
Totais	80276	206228	1	36853	3249	31698	358305
<u>Regiões NUTS II</u>	Contra as Pessoas	Contra o património	Contra a Paz e Humanidade	Contra a vida em sociedade	Contra o Estado	Legislação Avulsa	Total
Norte	23145	69076	0	10579	733	8342	111875
Centro	13931	25038	1	7406	595	4784	51755
Lx. Vale Tejo	30434	86978	0	13465	1363	13504	145744
Alentejo	2793	4492	0	1938	159	1690	11072
Algarve	4111	13736	0	1841	172	1805	21665
RAçores	2951	3909	0	837	84	919	8700
RAMadeira	2911	2999	0	787	143	654	7494
	80276	206228	1	36853	3249	31698	358305

Total de Crimes Registados Autoridades Policiais, GPLP-MJ - 2000

Distritos	Contra as Pessoas	Contra o património	Contra a Paz e Humanidade	Contra a vida em sociedade	Contra o Estado	Legislação Avulsa	Totais
Aveiro	5172	10527	0	1876	156	1759	19490
Beja	839	1253	0	877	88	385	3442
Braga	5734	10570	0	1715	152	1467	19638
Bragança	1195	1816	0	792	34	283	4120
C. Branco	1155	1681	0	816	35	272	3959
Coimbra	3130	5754	0	1568	107	708	11267
Évora	1305	1847	0	688	60	395	4295
Faro	4130	14064	0	1815	200	1542	21751
Guarda	909	1181	0	682	37	202	3011
Leiria	4012	7680	0	1617	114	1033	14456
Lisboa	19065	69536	0	6202	718	5920	101441
Portalegre	867	1269	0	617	52	293	3098
Porto	12504	43253	0	2538	290	3680	62265
Santarém	3731	5524	0	1934	121	1056	12366
Setúbal	7661	17680	0	2328	319	2522	30510
V. Castelo	1401	3202	0	1218	68	534	6423
Vila Real	1402	2388	0	1007	37	300	5134
Viseu	2109	3322	0	987	72	564	7054
R.A. Açores	2909	4147	0	826	95	1011	8988
R.A. Madeira	3042	3297	0	891	128	575	7933
Totais	82272	209991	0	30994	2883	24501	350641
Regiões NUTS II	Contra as Pessoas	Contra o património	Contra a Paz e Humanidade	Contra a vida em sociedade	Contra o Estado	Legislação Avulsa	Total
Norte	24345	64551	0	8257	653	6828	104634
Centro	14378	26823	0	6559	449	3974	52183
Lx. Vale Tejo	30457	92740	0	10464	1158	9498	144317
Alentejo	3011	4369	0	2182	200	1073	10835
Algarve	4130	14064	0	1815	200	1542	21751
RAAçores	2909	4147	0	826	95	1011	8988
RAMadeira	3042	3297	0	891	128	575	7933
Totais	82272	209991	0	30994	2883	24501	350641

Total de Crimes Registrados Autoridades Policiais, GPLP-MJ - 2001^{a)}

Distritos	Contra as Pessoas	Contra o património	Contra a Paz e Humanidade	Contra a vida em sociedade	Contra o Estado	Legislação Avulsa	Totais
Aveiro	5756	11629	0	2185	200	2103	21873
Beja	882	1467	3	1162	90	383	3987
Braga	6049	11592	0	1920	167	1629	21357
Bragança	1102	1693	1	717	38	274	3825
C. Branco	1180	1763	0	807	69	330	4149
Coimbra	3238	6450	0	1395	123	764	11970
Évora	1344	1809	1	544	86	411	4195
Faro	3660	13869	0	1907	253	1593	21282
Guarda	917	1237	1	664	51	262	3132
Leiria	3919	7585	0	1729	125	1108	14466
Lisboa	18049	66412	1	6324	838	7198	98822
Portalegre	841	1205	0	685	73	367	3171
Porto	13786	45202	0	2771	433	3746	65938
Santarém	3350	5679	2	1899	150	1429	12509
Setúbal	8004	18470	2	2496	316	2252	31540
V. Castelo	1519	3434	0	1301	92	564	6910
Vila Real	1556	2035	4	929	51	363	4938
Viseu	2414	3424	0	1003	108	590	7539
R.A. Açores	3160	4513	1	757	93	1011	9535
R.A. Madeira	3483	3858	0	1152	114	715	9322
Totais	84209	213326	16	32347	3470	27092	360460

a) PSP, GNR e PJ - Dados provisórios ;

Regiões NUTS II	Contra as Pessoas	Contra o património	Contra a Paz e Humanidade	Contra a vida em sociedade	Contra o Estado	Legislação Avulsa	Total
Norte	26426	67380	5	8641	889	7166	110507
Centro	15010	28664	1	6780	568	4567	55590
Lx. Vale Tejo	29403	90561	5	10719	1304	10879	142871
Alentejo	3067	4481	4	2391	249	1161	11353
Algarve	3660	13869	0	1907	253	1593	21282
RAAçores	3160	4513	1	757	93	1011	9535
RAMadeira	3483	3858	0	1152	114	715	9322
Totais	84209	213326	16	32347	3470	27092	360460

Alguns Crimes Registados Autoridades Policiais, GPLP-MJ, 1995-2001^{a)}						
Anos	Crimes contra o Património		Crimes contra vida_sociedade	Crimes contra o Estado	Crimes contra as pessoas	
	Crime de Furto	Crime de Roubo	Crime de Estupeficientes	Crime de corrupção	Crimes contra integridade física	Crimes contra a vida
1995	146127	7493	6420	173	53372	1715
1996	146212	7388	6205	173	69238	1789
1997	147131	7649	5924	152	73346	1847
1998	155902	7807	7043	416	51773	2455
1999	167797	10324	8226	353	51508	2222
2000	169648	11641	6534	90	53140	2220
2001	168789	13212	5697	102	52582	2185

a) PSP, GNR e PJ - Dados provisórios ;

Evolução da Criminalidade (1995-2001) GPLP-MJ								
Crimes	1995	1996	1997	1998	1999	2000	2001	Totais controlo
<i>Contra as Pessoas</i>	69975	73184	77416	82961	80276	82272	84209	550293
<i>Contra o património</i>	267023	249892	242777	192400	206228	209991	213326	1581637
<i>Contra a Paz e Humanidade</i>	0	0	4	0	1	0	16	21
<i>Contra a vida em sociedade</i>	39580	39451	39079	33675	36853	30994	32347	251979
<i>Contra o Estado</i>	2580	2430	2667	2939	3249	2883	3470	20218
<i>Legislação Avulsa</i>	257	422	387	27005	31698	24501	27092	111362
Totais	379415	365379	362330	338980	358305	350641	360460	2515510
<i>Média</i>	63236	60897	60388	56497	59718	58440	60077	419252
	15,08%	14,53%	14,40%	13,48%	14,24%	13,94%	14,33%	100%
Evolução da Criminalidade 1995-2001 (Algarve)								
Crimes	1995	1996	1997	1998	1999	2000	2001	Totais controlo
<i>Contra as Pessoas</i>	3182	3390	3957	4422	4111	4130	3067	26259
<i>Contra o património</i>	14429	15393	14984	11835	13736	14064	13869	98310
<i>Contra a Paz e Humanidade</i>	0	0	0	0	0	0	4	4
<i>Contra a vida em sociedade</i>	2167	2263	2214	1739	1841	1815	2391	14430
<i>Contra o Estado</i>	119	122	165	177	172	200	2391	3346
<i>Legislação Avulsa</i>	14	13	29	1517	1805	1542	1593	6513
Totais	19911	21181	21349	19690	21665	21751	22883	148430
<i>Média</i>	3319	3530	3558	3282	3611	3625	3814	24738
	13,41%	14,27%	14,38%	13,27%	14,60%	14,65%	15,42%	100%
<u>Regiões NUTS II</u>	Contra as Pessoas	Contra o património	Contra a Paz e Humanidade	Contra a vida em sociedade	Contra o Estado	Legislação Avulsa		
Norte	162312	467254	9	69814	4651	29882	733922	
Centro	95514	189877	2	48568	3400	17647	355008	
Lx. Vale Tejo	203404	734327	5	94312	8841	45869	1086758	
Alentejo	19339	31385	4	14480	1037	5267	71512	
Algarve	26852	98310	0	13946	1208	6513	146829	
RAAçores	20095	33123	1	4846	456	3550	62071	
RAMadeira	22777	27361	0	6013	625	2634	59410	
Totais	550293	1581637	21	251979	20218	111362	2515510	

Crimes GPLP_MJ, agrupados por REGIÕES NUTS II^(C)

Ano 1995

Regiões NUTS II	C_Pessoas	%	C_Patrim.	%	C_Vida_Soc	%	C_Estado	%	Leg_Avulsa	%
Norte	20031	28,63%	68663	25,71%	10969	27,71%	605	23,45%	119	46,30%
Centro	12083	17,27%	29675	11,11%	7541	19,05%	437	16,94%	48	18,68%
Lx. Vale Tejo	26124	37,33%	140086	52,46%	15595	39,40%	1238	47,98%	70	27,24%
Alentejo	2509	3,59%	4958	1,86%	2209	5,58%	103	3,99%	6	2,33%
Algarve	3182	4,55%	14429	5,40%	2167	5,47%	119	4,61%	14	5,45%
RAAçores	2649	3,79%	4940	1,85%	395	1,00%	28	1,09%	0	0,00%
RAMadeira	3397	4,85%	4272	1,60%	704	1,78%	50	1,94%	0	0,00%
Totais	69975	100%	267023	100%	39580	100%	2580	100%	257	100%

Ano 1996

Regiões NUTS II	C_Pessoas	%	C_Patrim.	%	C_Vida_Soc	%	C_Estado	%	Leg_Avulsa	%
Norte	21224	29,00%	68175	27,28%	11010	27,91%	515	21,19%	139	32,94%
Centro	12606	17,23%	28084	11,24%	7283	18,46%	330	13,58%	49	11,61%
Lx. Vale Tejo	27282	37,28%	122982	49,21%	15220	38,58%	1255	51,65%	208	49,29%
Alentejo	2576	3,52%	4785	1,91%	2192	5,56%	101	4,16%	10	2,37%
Algarve	3390	4,63%	15393	6,16%	2263	5,74%	122	5,02%	13	3,08%
RAAçores	2767	3,78%	5769	2,31%	668	1,69%	57	2,35%	0	0,00%
RAMadeira	3339	4,56%	4704	1,88%	815	2,07%	50	2,06%	3	0,71%
Totais	73184	100%	249892	100%	39451	100%	2430	100%	422	100%

Ano 1997

Regiões NUTS II	C_Pessoas	%	C_Patrim.	%	C_Vida_Soc	%	C_Estado	%	Leg_Avulsa	%
Norte	22725	29,35%	68032	28,02%	11307	28,93%	580	21,75%	142	36,69%
Centro	13226	17,08%	27674	11,40%	6741	17,25%	393	14,74%	65	16,80%
Lx. Vale Tejo	28728	37,11%	116936	48,17%	15309	39,17%	1325	49,68%	130	33,59%
Alentejo	2561	3,31%	4632	1,91%	1837	4,70%	114	4,27%	16	4,13%
Algarve	3957	5,11%	14984	6,17%	2214	5,67%	165	6,19%	29	7,49%
RAAçores	2777	3,59%	5702	2,35%	683	1,75%	45	1,69%	0	0,00%
RAMadeira	3442	4,45%	4817	1,98%	988	2,53%	45	1,69%	5	1,29%
Totais	77416	100%	242777	100%	39079	100%	2667	100%	387	100%

Ano 1998

Regiões NUTS II	C_Pessoas	%	C_Patrim.	%	C_Vida_Soc	%	C_Estado	%	Leg_Avulsa	%
Norte	24416	29,43%	61377	31,90%	9051	26,88%	676	23,00%	7146	26,46%
Centro	14280	17,21%	23919	12,43%	6258	18,58%	628	21,37%	4160	15,40%
Lx. Vale Tejo	30976	37,34%	84044	43,68%	13540	40,21%	1198	40,76%	11580	42,88%
Alentejo	2822	3,40%	3668	1,91%	1731	5,14%	111	3,78%	1311	4,85%
Algarve	4422	5,33%	11835	6,15%	1739	5,16%	177	6,02%	1517	5,62%
RAAçores	2882	3,47%	4143	2,15%	680	2,02%	54	1,84%	609	2,26%
RAMadeira	3163	3,81%	3414	1,77%	676	2,01%	95	3,23%	682	2,53%
Totais	82961	100%	192400	100%	33675	100%	2939	100%	27005	100%

Ano 1999

Regiões NUTS II	C_Pessoas	%	C_Patrim.	%	C_Vida_Soc	%	C_Estado	%	Leg_Avulsa	%
Norte	23145	28,83%	69076	33,49%	10579	28,71%	733	22,56%	8342	26,32%
Centro	13931	17,35%	25038	12,14%	7406	20,10%	595	18,31%	4784	15,09%
Lx. Vale Tejo	30434	37,91%	86978	42,18%	13465	36,54%	1363	41,95%	13504	42,60%
Alentejo	2793	3,48%	4492	2,18%	1938	5,26%	159	4,89%	1690	5,33%
Algarve	4111	5,12%	13736	6,66%	1841	5,00%	172	5,29%	1805	5,69%
RAAçores	2951	3,68%	3909	1,90%	837	2,27%	84	2,59%	919	2,90%
RAMadeira	2911	3,63%	2999	1,45%	787	2,14%	143	4,40%	654	2,06%
Totais	80276	100,0%	206228	100,0%	36853	100,0%	3249	100,0%	31698	100,0%

Ano 2000

Regiões NUTS II	C_Pessoas	%	C_Patrim.	%	C_Vida_Soc	%	C_Estado	%	Leg_Avulsa	%
Norte	24345	29,59%	64551	30,74%	8257	26,64%	653	22,65%	6828	27,87%
Centro	14378	17,48%	26823	12,77%	6559	21,16%	449	15,57%	3974	16,22%
Lx. Vale Tejo	30457	37,02%	92740	44,16%	10464	33,76%	1158	40,17%	9498	38,77%
Alentejo	3011	3,66%	4369	2,08%	2182	7,04%	200	6,94%	1073	4,38%
Algarve	4130	5,02%	14064	6,70%	1815	5,86%	200	6,94%	1542	6,29%
RAAçores	2909	3,54%	4147	1,97%	826	2,67%	95	3,30%	1011	4,13%
RAMadeira	3042	3,70%	3297	1,57%	891	2,87%	128	4,44%	575	2,35%
Totais	82272	100%	209991	100%	30994	100%	2883	100%	24501	100%

Ano 2001

Regiões NUTS II	C_Pessoas	%	C_Patrim.	%	C_Vida_Soc	%	C_Estado	%	Leg_Avulsa	%
Norte	26.426	31,38%	67.380	31,59%	8.641	26,71%	889	25,62%	7.166	26,45%
Centro	15.010	17,82%	28.664	13,44%	6.780	20,96%	568	16,37%	4.567	16,86%
Lx. Vale Tejo	29.403	34,92%	90.561	42,45%	10.719	33,14%	1.304	37,58%	10.879	40,16%
Alentejo	3.067	3,64%	4.481	2,10%	2.391	7,39%	249	7,18%	1.161	4,29%
Algarve	3.660	4,35%	13.869	6,50%	1.907	5,90%	253	7,29%	1.593	5,88%
RAAçores	3.160	3,75%	4.513	2,12%	757	2,34%	93	2,68%	1.011	3,73%
RAMadeira	3.483	4,14%	3.858	1,81%	1.152	3,56%	114	3,29%	715	2,64%
Totais	84.209	100%	213.326	100%	32.347	100%	3.470	100%	27.092	100%

Crimes GPLP-MJ (1995-2001) % Total por ano e por tipo de crime

Crimes contra as Pessoas

Regiões NUTS II	1995 (%)	1996 (%)	1997 (%)	1998 (%)	1999 (%)	2000 (%)	2001 (%)
Norte	28,63%	29,00%	29,35%	29,43%	28,83%	29,59%	31,38%
Centro	17,27%	17,23%	17,08%	17,21%	17,35%	17,48%	17,82%
Lx. Vale Tejo	37,33%	37,28%	37,11%	37,34%	37,91%	37,02%	34,92%
Alentejo	3,59%	3,52%	3,31%	3,40%	3,48%	3,66%	3,64%
Algarve	4,55%	4,63%	5,11%	5,33%	5,12%	5,02%	4,35%
RAAçores	3,79%	3,78%	3,59%	3,47%	3,68%	3,54%	3,75%
RAMadeira	4,85%	4,56%	4,45%	3,81%	3,63%	3,70%	4,14%
Soma	100%	100%	100%	100%	100%	100%	100%

Crimes contra Património

Regiões NUTS II	1995 (%)	1996 (%)	1997 (%)	1998 (%)	1999 (%)	2000 (%)	2001 (%)
Norte	25,71%	27,28%	28,02%	31,90%	33,49%	30,74%	31,59%
Centro	11,11%	11,24%	11,40%	12,43%	12,14%	12,77%	13,44%
Lx. Vale Tejo	52,46%	49,21%	48,17%	43,68%	42,18%	44,16%	42,45%
Alentejo	1,86%	1,91%	1,91%	1,91%	2,18%	2,08%	2,10%
Algarve	5,40%	6,16%	6,17%	6,15%	6,66%	6,70%	6,50%
RAAçores	1,85%	2,31%	2,35%	2,15%	1,90%	1,97%	2,12%
RAMadeira	1,60%	1,88%	1,98%	1,77%	1,45%	1,57%	1,81%
Soma	100%	100%	100%	100%	100%	100%	100%

Crimes contra Vida Sociedade

Regiões NUTS II	1995 (%)	1996 (%)	1997 (%)	1998 (%)	1999 (%)	2000 (%)	2001 (%)
Norte	27,71%	27,91%	28,93%	26,88%	28,71%	26,64%	26,71%
Centro	19,05%	18,46%	17,25%	18,58%	20,10%	21,16%	20,96%
Lx. Vale Tejo	39,40%	38,58%	39,17%	40,21%	36,54%	33,76%	33,14%
Alentejo	5,58%	5,56%	4,70%	5,14%	5,26%	7,04%	7,39%
Algarve	5,47%	5,74%	5,67%	5,16%	5,00%	5,86%	5,90%
RAAçores	1,00%	1,69%	1,75%	2,02%	2,27%	2,67%	2,34%
RAMadeira	1,78%	2,07%	2,53%	2,01%	2,14%	2,87%	3,56%
Soma	100%	100%	100%	100%	100%	100%	100%

Crimes contra o Estado

Regiões NUTS II	1995 (%)	1996 (%)	1997 (%)	1998 (%)	1999 (%)	2000 (%)	2001 (%)
Norte	23,45%	21,19%	21,75%	23,00%	22,56%	22,65%	25,62%
Centro	16,94%	13,58%	14,74%	21,37%	18,31%	15,57%	16,37%
Lx. Vale Tejo	47,98%	51,65%	49,68%	40,76%	41,95%	40,17%	37,58%
Alentejo	3,99%	4,16%	4,27%	3,78%	4,89%	6,94%	7,18%
Algarve	4,61%	5,02%	6,19%	6,02%	5,29%	6,94%	7,29%
RAAçores	1,09%	2,35%	1,69%	1,84%	2,59%	3,30%	2,68%
RAMadeira	1,94%	2,06%	1,69%	3,23%	4,40%	4,44%	3,29%
Soma	100%	100%	100%	100%	100%	100%	100%

Crimes Legislação Avulsa

Regiões NUTS II	1995 (%)	1996 (%)	1997 (%)	1998 (%)	1999 (%)	2000 (%)	2001 (%)
Norte	46,30%	32,94%	36,69%	26,46%	26,32%	27,87%	26,45%
Centro	18,68%	11,61%	16,80%	15,40%	15,09%	16,22%	16,86%
Lx. Vale Tejo	27,24%	49,29%	33,59%	42,88%	42,60%	38,77%	40,16%
Alentejo	2,33%	2,37%	4,13%	4,85%	5,33%	4,38%	4,29%
Algarve	5,45%	3,08%	7,49%	5,62%	5,69%	6,29%	5,88%
RAAçores	0,00%	0,00%	0,00%	2,26%	2,90%	4,13%	3,73%
RAMadeira	0,00%	0,71%	1,29%	2,53%	2,06%	2,35%	2,64%
Soma	100%	100%	100%	100%	100%	100%	100%

Crimes GPLP-MJ (1995-2001) % do Total por ano e por tipo de crime

Crimes contra as Pessoas

Distritos	1995 (%)	1996 (%)	1997 (%)	1998 (%)	1999 (%)	2000 (%)	2001 (%)
Aveiro	6,39%	6,21%	6,17%	6,25%	6,49%	6,29%	6,84%
Beja	1,03%	0,95%	0,94%	1,01%	0,97%	1,02%	1,05%
Braga	7,33%	7,32%	7,06%	7,08%	6,61%	6,97%	7,18%
Bragança	1,43%	1,26%	1,40%	1,41%	1,35%	1,45%	1,31%
C. Branco	1,37%	1,39%	1,38%	1,46%	1,61%	1,40%	1,40%
Coimbra	4,55%	4,50%	4,30%	4,05%	3,97%	3,80%	3,85%
Évora	1,55%	1,60%	1,34%	1,44%	1,56%	1,59%	1,60%
Faro	4,55%	4,63%	5,11%	5,33%	5,12%	5,02%	4,35%
Guarda	1,16%	1,02%	1,17%	1,20%	1,06%	1,10%	1,09%
Leiria	3,80%	4,10%	4,06%	4,25%	4,23%	4,88%	4,65%
Lisboa	23,62%	23,43%	23,59%	23,73%	23,24%	23,17%	21,43%
Portalegre	1,01%	0,98%	1,03%	0,95%	0,94%	1,05%	1,00%
Porto	12,61%	13,35%	13,94%	14,20%	14,77%	15,20%	16,37%
Santarém	5,28%	5,21%	5,23%	5,15%	4,89%	4,53%	3,98%
Setúbal	8,44%	8,64%	8,29%	8,45%	9,78%	9,31%	9,50%
V. Castelo	1,69%	1,78%	1,78%	1,78%	1,71%	1,70%	1,80%
Vila Real	2,15%	2,10%	2,25%	1,98%	1,74%	1,70%	1,85%
Viseu	3,41%	3,18%	2,93%	2,98%	2,64%	2,56%	2,87%
R.A. Açores	3,79%	3,78%	3,59%	3,47%	3,68%	3,54%	3,75%
R.A. Madeira	4,85%	4,56%	4,45%	3,81%	3,63%	3,70%	4,14%
Soma	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%

Crimes contra Património

Distritos	1995 (%)	1996 (%)	1997 (%)	1998 (%)	1999 (%)	2000 (%)	2001 (%)
Aveiro	3,87%	4,03%	4,24%	4,90%	5,01%	5,01%	5,45%
Beja	0,49%	0,46%	0,44%	0,52%	0,53%	0,60%	0,69%
Braga	3,94%	4,14%	4,16%	5,24%	4,83%	5,03%	5,43%
Bragança	0,72%	0,71%	0,68%	0,79%	0,79%	0,86%	0,79%
C. Branco	0,70%	0,69%	0,78%	0,79%	0,81%	0,80%	0,83%
Coimbra	2,83%	2,84%	2,67%	2,78%	2,56%	2,74%	3,02%
Évora	0,85%	0,87%	0,85%	0,80%	1,00%	0,88%	0,85%
Faro	5,40%	6,16%	6,17%	6,15%	6,66%	6,70%	6,50%
Guarda	0,54%	0,49%	0,58%	0,60%	0,58%	0,56%	0,58%
Leiria	3,18%	3,20%	3,12%	3,35%	3,18%	3,66%	3,56%
Lisboa	43,94%	40,66%	39,30%	32,79%	31,07%	33,11%	31,13%
Portalegre	0,52%	0,59%	0,61%	0,59%	0,65%	0,60%	0,56%
Porto	17,77%	18,83%	19,45%	21,60%	23,86%	20,60%	21,19%
Santarém	2,14%	2,25%	2,43%	2,92%	2,77%	2,63%	2,66%
Setúbal	6,39%	6,30%	6,44%	7,97%	8,34%	8,42%	8,66%
V. Castelo	1,10%	1,10%	1,07%	1,34%	1,40%	1,52%	1,61%
Vila Real	0,90%	1,06%	1,16%	1,25%	1,08%	1,14%	0,95%
Viseu	1,29%	1,45%	1,51%	1,68%	1,53%	1,58%	1,61%
R.A. Açores	1,85%	2,31%	2,35%	2,15%	1,90%	1,97%	2,12%
R.A. Madeira	1,60%	1,88%	1,98%	1,77%	1,45%	1,57%	1,81%
Soma	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%

Crimes contra Vida_Sociedade

Distritos	1995 (%)	1996 (%)	1997 (%)	1998 (%)	1999 (%)	2000 (%)	2001 (%)
Aveiro	5,75%	6,47%	5,98%	5,05%	5,87%	6,05%	6,75%
Beja	2,37%	2,06%	2,00%	2,49%	2,27%	2,83%	3,59%
Braga	6,27%	6,04%	5,83%	6,06%	6,13%	5,53%	5,94%
Bragança	1,48%	1,65%	1,58%	1,70%	1,47%	2,56%	2,22%
C. Branco	2,04%	1,75%	1,80%	2,01%	2,20%	2,63%	2,49%
Coimbra	5,36%	4,57%	3,99%	4,27%	4,58%	5,06%	4,31%
Évora	1,65%	1,88%	1,34%	1,17%	1,52%	2,22%	1,68%
Faro	5,47%	5,74%	5,67%	5,16%	5,00%	5,86%	5,90%
Guarda	1,59%	1,83%	1,57%	2,04%	1,96%	2,20%	2,05%
Leiria	4,30%	3,85%	3,92%	5,21%	5,48%	5,22%	5,35%
Lisboa	27,21%	26,19%	27,32%	28,26%	23,08%	20,01%	19,55%
Portalegre	1,56%	1,62%	1,36%	1,48%	1,46%	1,99%	2,12%
Porto	10,62%	12,15%	12,29%	10,10%	11,07%	8,19%	8,57%
Santarém	5,46%	4,98%	4,68%	4,85%	5,12%	6,24%	5,87%
Setúbal	6,73%	7,41%	7,18%	7,10%	8,34%	7,51%	7,72%
V. Castelo	3,74%	2,78%	3,60%	3,37%	3,80%	3,93%	4,02%
Vila Real	2,56%	2,22%	2,42%	2,29%	2,76%	3,25%	2,87%
Viseu	3,05%	3,07%	3,22%	3,36%	3,47%	3,18%	3,10%
R.A. Açores	1,00%	1,69%	1,75%	2,02%	2,27%	2,67%	2,34%
R.A. Madeira	1,78%	2,07%	2,53%	2,01%	2,14%	2,87%	3,56%
Soma	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%

Crimes contra o Estado

Distritos	1995 (%)	1996 (%)	1997 (%)	1998 (%)	1999 (%)	2000 (%)	2001 (%)
Aveiro	6,78%	4,77%	5,70%	6,50%	6,65%	5,41%	5,76%
Beja	1,67%	2,10%	1,27%	1,09%	1,82%	3,05%	2,59%
Braga	4,50%	4,28%	3,26%	5,10%	5,48%	5,27%	4,81%
Bragança	0,78%	0,66%	0,67%	0,65%	1,08%	1,18%	1,10%
C. Branco	1,63%	1,23%	1,84%	2,52%	1,72%	1,21%	1,99%
Coimbra	4,07%	3,09%	3,04%	6,23%	4,28%	3,71%	3,54%
Évora	0,97%	0,95%	1,65%	1,46%	1,42%	2,08%	2,48%
Faro	4,61%	5,02%	6,19%	6,02%	5,29%	6,94%	7,29%
Guarda	1,67%	1,56%	1,20%	1,74%	1,69%	1,28%	1,47%
Leiria	2,79%	2,92%	2,96%	4,39%	3,97%	3,95%	3,60%
Lisboa	38,53%	42,96%	40,01%	30,18%	28,90%	24,90%	24,15%
Portalegre	1,36%	1,11%	1,35%	1,22%	1,66%	1,80%	2,10%
Porto	10,93%	9,05%	11,47%	10,28%	10,74%	10,06%	12,48%
Santarém	2,64%	2,92%	2,44%	3,57%	3,82%	4,20%	4,32%
Setúbal	6,82%	5,76%	7,24%	7,01%	9,23%	11,06%	9,11%
V. Castelo	2,48%	2,02%	1,42%	1,57%	2,00%	2,36%	2,65%
Vila Real	2,44%	1,89%	1,72%	1,57%	1,05%	1,28%	1,47%
Viseu	2,33%	3,29%	3,19%	3,84%	2,22%	2,50%	3,11%
R.A. Açores	1,09%	2,35%	1,69%	1,84%	2,59%	3,30%	2,68%
R.A. Madeira	1,94%	2,06%	1,69%	3,23%	4,40%	4,44%	3,29%
Soma	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%

Nota : Não foram inseridos o grupo de crimes GPLP-MJ – Crimes contra a Paz e Humanidade face à sua irrelevância estatística no período considerado.

Incidência Criminal Territorial por 100 Habitantes - Capitais de Distrito

	Incidência		Incidência		Incidência		Incidência		Incidência		Incidência		Incidência	
Por Ano e por cada 100 Habitantes														
Capitais de Distrito	1995	p/100	1996	p/100	1997	p/100	1998	p/100	1999	p/100	2000	p/100	2001	p/100
Aveiro	17270	2,42	17304	2,42	17579	2,46	17991	2,52	19799	2,77	19490	2,73	21873	3,07
Beja	3003	1,86	2712	1,68	2613	1,62	2989	1,85	3176	1,97	3442	2,14	3987	2,47
Braga	18320	2,20	18262	2,20	18002	2,17	19580	2,36	19432	2,34	19638	2,36	21357	2,57
Bragança	3530	2,37	3373	2,27	3390	2,28	3562	2,39	3671	2,47	4120	2,77	3825	2,57
C. Branco	3696	1,78	3466	1,67	3730	1,79	3853	1,85	4151	2,00	3959	1,90	4149	1,99
Coimbra	12972	2,94	12264	2,78	11474	2,60	11206	2,54	11243	2,55	11267	2,55	11970	2,71
Évora	4032	2,33	4106	2,37	3691	2,13	3821	2,20	4866	2,81	4295	2,48	4195	2,42
Faro	19911	5,04	21181	5,36	21349	5,40	19690	4,98	21665	5,48	21751	5,50	21282	5,39
Guarda	2918	1,62	2733	1,52	2959	1,64	3232	1,80	3252	1,81	3011	1,67	3132	1,74
Leiria	12928	2,81	12585	2,74	12357	2,69	12963	2,82	13310	2,90	14456	3,15	14466	3,15
Lisboa	145676	6,82	130306	6,10	125497	5,88	101191	4,74	101071	4,73	101441	4,75	98823	4,63
Portalegre	2750	2,17	2846	2,24	2856	2,25	2833	2,23	3030	2,39	3098	2,44	3171	2,50
Porto	60764	3,41	61845	3,47	63124	3,54	60832	3,41	69906	3,92	62265	3,49	65939	3,70
Santarém	5670	1,25	5202	1,14	5428	1,19	12774	2,81	13050	2,87	12366	2,72	12509	2,75
Setúbal	5001	0,63	5134	0,65	5557	0,70	27373	3,47	31623	4,01	30510	3,87	31540	4,00
V. Castelo	7102	2,84	7247	2,90	7289	2,91	5824	2,33	6384	2,55	6423	2,57	6910	2,76
Vila Real	8012	3,58	9261	4,14	9207	4,12	5232	2,34	5158	2,31	5134	2,29	4938	2,21
Viseu	8423	2,13	8911	2,26	9297	2,35	7636	1,93	7324	1,85	7054	1,79	7539	1,91
R.A. Açores	11631	4,75	11479	4,69	11849	4,84	8368	3,42	8700	3,55	8988	3,67	9535	3,89
R.A. Madeira	25806	10,67	25162	10,41	25082	10,37	8030	3,32	7494	3,10	7933	3,28	9322	3,86
Total Nacional	379415	3,66	365379	3,53	362330	3,50	338980	3,27	358305	3,46	350641	3,39	360462	3,48

Nota : Censos 2001, www.ine.pt ; Estatísticas criminais 95-01, GLPL

Cálculos : [Total Anual Crimes GPLP-MJ * 100] / Pop. Residente (Censos 2001)

Anexo 9. Dados socioeconómicos

Série IPC - 1995 – 2001

Séries Cronológicas						
http://www.ine.pt/imp/srs1820.csv, Índice de Preços no Consumidor (Base 1991)			http://www.ine.pt/imp/srs1821.csv Índice de Preços no Consumidor (Base 1997)			
ANO	Periodicidade Mensal	Total Excepto Habitação	ANO	Periodicidade Mensal	Total	
1995	Jan	125,3	1998	Jan	101,3	
1995	Fev	126,1	1998	Fev	101,2	
1995	Mar	126,7	1998	Mar	101,5	
1995	Abr	127,2	1998	Abr	102,2	
1995	Mai	127,1	1998	Mai	102,8	
1995	Jun	126,8	1998	Jun	103	
1995	Jul	126,8	1998	Jul	103,2	
1995	Ago	127,4	1998	Ago	103,2	
1995	Set	127,6	1998	Set	103,1	
1995	Out	128,1	1998	Out	103,4	
1995	Nov	128,2	1998	Nov	104	
1995	Dez	128	1998	Dez	104,3	102,7667
1996	Jan	128,4	1999	Jan	104	
1996	Fev	129,2	1999	Fev	104	
1996	Mar	129,7	1999	Mar	104,5	
1996	Abr	130,9	1999	Abr	105,1	
1996	Mai	131,4	1999	Mai	105,2	
1996	Jun	131,3	1999	Jun	105,4	
1996	Jul	131,5	1999	Jul	105,4	
1996	Ago	131,9	1999	Ago	105,2	
1996	Set	131,9	1999	Set	105,2	
1996	Out	131,8	1999	Out	105,5	
1996	Nov	132,1	1999	Nov	106,1	
1996	Dez	132,2	1999	Dez	106,4	105,1667
1997	Jan	132,6	2000	Jan	106,2	
1997	Fev	132,8	2000	Fev	105,9	
1997	Mar	133	2000	Mar	106,1	
1997	Abr	133,3	2000	Abr	107,3	
1997	Mai	134,2	2000	Mai	107,9	
1997	Jun	133,8	2000	Jun	108,5	
1997	Jul	133,8	2000	Jul	108,8	
1997	Ago	134,4	2000	Ago	108,9	
1997	Set	134,3	2000	Set	108,8	
1997	Out	134,3	2000	Out	109,2	
1997	Nov	134,9	2000	Nov	110,1	
1997	Dez	135,2	2000	Dez	110,5	108,1833
Unidade: Índice			2001	Jan	110,9	
CAMINHO ESCOLHIDO: TEMA: D - Economia e Finanças SUBTEMA: 22 - Preços TÓPICO: 01 - Preços SÉRIE TIPO: Índice de Preços no Consumidor (Base 1991) UNIDADE GEOGRÁFICA: Portugal DIMENSÃO: Total e Agregados Diversos TEMA: D - Economia e Finanças SUBTEMA: 22 - Preços TÓPICO: 01 - Preços SÉRIE TIPO: Índice de Preços no Consumidor (Base 1997) UNIDADE GEOGRÁFICA: Portugal DIMENSÃO: Total e Agregados Diversos			2001	Fev	111	
			2001	Mar	111,5	
			2001	Abr	112,1	
			2001	Mai	113,1	
			2001	Jun	113,4	
			2001	Jul	113,5	
			2001	Ago	113,3	
			2001	Set	113,2	
			2001	Out	113,7	
			2001	Nov	114,4	
			2001	Dez	114,6	112,8917

PIB pm, PIB pc e produtividade por Regiões - 1995, 1996, 1997, 1998 e 1999

REGIOES - 1995	PIB a preços de mercado			PIB a preços de mercado per capita		Produtividade
	10 ⁹ Esc	10 ⁹ Euro	%	10 ³ Esc	10 ³ Euro	10 ³ Esc
Total	16 214	80,9	100	1 635	8,2	3 287
Norte	4 893	24,4	30,2	1 388	6,9	2 837
Centro	2 255	11,2	13,9	1 317	6,6	2 742
Lisboa e Vale do Tejo	7 143	35,6	44,1	2 158	10,8	4 019
Alentejo	713	3,6	4,4	1 355	6,8	3 325
Algarve	531	2,7	3,3	1 540	7,7	3 037
R.A. Açores	276	1,4	1,7	1 145	5,7	2 902
R.A. Madeira	369	1,8	2,3	1 436	7,2	3 276
Extra Regio	34	0,2	0,2			2 909
REGIOES ~ 1996	PIB a preços de mercado			PIB a preços de mercado per capita		Produtividade
	10 ⁹ Esc	10 ⁹ Euro	%	10 ³ Esc	10 ³ Euro	10 ³ Esc
Total	17 327	86,4	100	1 745	8,7	3 456
Norte	5 210	26,0	30,1	1 473	7,3	2 986
Centro	2 390	11,9	13,8	1 397	7,0	2 861
Lisboa e Vale do Tejo	7 691	38,4	44,4	2 322	11,6	4 235
Alentejo	752	3,7	4,3	1 441	7,2	3 450
Algarve	561	2,8	3,2	1 623	8,1	3 151
R.A. Açores	289	1,4	1,7	1 196	6,0	2 998
R.A. Madeira	398	2,0	2,3	1 546	7,7	3 480
Extra Regio	36	0,2	0,2			3 100
REGIOES - 1997	PIB a preços de mercado			PIB a preços de mercado per capita		Produtividade
	10 ⁹ Esc	10 ⁹ Euro	%	10 ³ Esc	10 ³ Euro	10 ³ Esc
Total	18 652	93,0	100	1 875	9,4	3 674
Norte	5 562	27,7	29,8	1 565	7,8	3 107
Centro	2 540	12,7	13,6	1 485	7,4	3 007
Lisboa e Vale do Tejo	8 361	41,7	44,8	2 521	12,6	4 601
Alentejo	809	4,0	4,3	1 565	7,8	3 702
Algarve	603	3,0	3,2	1 740	8,7	3 326
R.A. Açores	308	1,5	1,6	1 265	6,3	3 181
R.A. Madeira	426	2,1	2,3	1 647	8,2	3 670
Extra Regio	43	0,2	0,2			3 289
REGIOES - 1998	PIB a preços de mercado			PIB a preços de mercado per capita		Produtividade
	10 ⁹ Esc	10 ⁹ Euro	%	10 ³ Esc	10 ³ Euro	10 ³ Esc
Total	20 259	101,1	100	2 032	10,1	3 871
Norte	5 941	29,6	29,3	1 664	8,3	3 221
Centro	2 717	13,6	13,4	1 588	7,9	3 169
Lisboa e Vale do Tejo	9 221	46,0	45,5	2 775	13,8	4 892
Alentejo	822	4,1	4,1	1 604	8,0	3 666
Algarve	688	3,4	3,4	1 976	9,9	3 627
R.A. Açores	343	1,7	1,7	1 404	7,0	3 499
R.A. Madeira	481	2,4	2,4	1 850	9,2	3 956
Extra Regio	47	0,2	0,2			3 444
REGIOES - 1999	PIB a preços de mercado			PIB a preços de mercado per capita		Produtividade
	10 ⁹ Esc	10 ⁹ Euro	%	10 ³ Esc	10 ³ Euro	10 ³ Esc
Total	21 578	107,6	100	2 160	10,8	x
Norte	6 306	31,5	29,2	1 759	8,8	x
Centro	2 887	14,4	13,4	1 689	8,4	x
Lisboa e Vale do Tejo	9 834	49,0	45,6	2 953	14,7	x
Alentejo	879	4,4	4,1	1 730	8,6	x
Algarve	738	3,7	3,4	2 114	10,5	x
R.A. Açores	368	1,8	1,7	1 500	7,5	x
R.A. Madeira	514	2,6	2,4	1 969	9,8	x
Extra Regio	52	0,3	0,2			x

Actualizado em 04-07-2001

Fonte : <http://www.ine.pt/prodserv/indicadores/xls/or1.xls>

PIB pm, PIB pc e produtividade por Regiões - 1995, 1996, 1997, 1998 e 1999 - Cálculos						
PIB a preços de mercado per capita - 1999		<i>Média</i>	200,482			
Total (1000)	10800		2.165.205,6			
Norte	8800	10800	1.764.241,6			
Centro	8400	10800	1.684.048,8			
Lisboa e Vale do Tejo	14700	10800	2.947.085,4			
Alentejo	8600	10800	1.724.145,2			
Algarve	10500	10800	2.105.061,0			
R.A. Açores	7500	10800	1.503.615,0			
R.A. Madeira	9800	10800	1.964.723,6			
Atualizado em 04-07-2001						
<i>Fonte : http://www.ine.pt/prodserw/indicadores/xls/cr1.xls</i>						
PIB a preços de mercado per capita - 1995 - 2001 - País		<i>Média</i>	200,482			
Total (1000) 1995	8200	10166,43198	1.643.952,4	a) Estimativa, tx. cresc. Médio		
Total (1000) 1996	8700	10166,43198	1.744.193,4	95-96	6,10	
Total (1000) 1997	9400	10166,43198	1.884.530,8	96-97	8,05	7,13
Total (1000) 1998	10100	10166,43198	2.024.868,2	97-98	7,45	
Total (1000) 1999	10800	10166,43198	2.165.205,6	98-99	6,93	
Total (1000) 2000 a)	11570	10166,43198	2.319.584,8	99-00	7,13	a) Estimativa
Total (1000) 2001 a)	12395	10166,43198	2.484.971,2	00-01	7,13	a) Estimativa
PIB a preços de mercado per capita - 1995 - 2001 - Algarve		<i>Média</i>	200,482			
Algarve (1000) 1995	7700	9789,101529	1.543.711,4	a) Estimativa, tx. cresc. Médio		
Algarve (1000) 1996	8100	9789,101529	1.623.904,2	95-96	5,19	
Algarve (1000) 1997	8700	9789,101529	1.744.193,4	96-97	7,41	8,11
Algarve (1000) 1998	9900	9789,101529	1.984.771,8	97-98	13,79	
Algarve (1000) 1999	10500	9789,101529	2.105.061,0	98-99	6,06	
Algarve (1000) 2000 a)	11352	9789,101529	2.275.781,4	99-00	8,11	a) Estimativa
Algarve (1000) 2001 a)	12272	9789,101529	2.460.347,3	00-01	8,11	a) Estimativa
Nota : Os anos de 2000 e 2001 foram estimados com base na taxa de crescimento evidenciada						

Demografia - Regiões NUTS II

Regiões NUTS	Area Total	Freguesias	População Residente				Famílias Clássicas		Densidade Populacional
			Total		Homens				
	km2		Nº						hab/km2
	2001	2001	1991	2001	1991	2001	1991	2001	2001
Portugal	92 151,8	4 241	9 867 147	10 355 824	4 756 775	4 999 964	3 147 403	3 650 612	112,4
Algarve	4 995,2	84	341 404	395 208	167 873	195 719	118 031	149 232	79,1
RAA	2.321,9	150	237 795	241 762	117 385	119 485	63 555	71 843	104,1
Alentejo		27.323,9	299	549.362	535.507	268.681	262.257	195.857	202,167
Região Centro	23 666,4	1 109	1 721 650	1 782 254	826 810	856 660	570 759	640 741	75,3
Lisboa e Vale do Tejo		11 770,6	521	3296715	3468869	1584016	1667741	1124519	1302423
RAM	784,8	54	253 426	245 012	117 545	115 209	65 759	73 618	312,2
Região Norte	21 289,0	2 024	3 472 715	3 687 212	1 677 310	1 782 893	1 008 923	1 210 588	173,2

Nota:

Algarve - A informação da coluna 2 não inclui as áreas dos estuários dos rios Tejo e Sado, das Ilhas Desertas na Região Autónoma da Madeira e dos Ilhéus na Região Autónoma dos Açores.

Alentejo - A informação da coluna 2 não inclui as áreas dos estuários dos rios Tejo e Sado, das Ilhas Desertas na Região Autónoma da Madeira e dos Ilhéus na Região Autónoma dos Açores.

Centro - Coluna 2 - Base Geográfica de Referência de Informação (BGRI). Versão definitiva à data de referência dos Censos 2001 (12.03.2001). Coluna 3 - INE, REFTER - Sistema de Gestão de Nomenclaturas Territoriais, 2001. Informação actualizada à data de referência dos Censos 2001 (12.03.2001). Colunas 4, 6 e 8 - INE, XIII Recenseamento Geral da População, 1991 - resultados definitivos.

Colunas 5, 7 e 9 - INE, XIV Recenseamento Geral da População, 2001 - resultados provisórios. Coluna 10 - dados calculados com base nas colunas 5 e 2.

Lx. Vale do Tejo - O concelho de Odivelas foi criado a 14 de Dezembro de 1998 por desanexação de várias freguesias do concelho de Loures.

RAA - A informação da coluna 2 não inclui as áreas dos estuários dos rios Tejo e Sado, das Ilhas Desertas na Região Autónoma da Madeira e dos Ilhéus na Região

Norte - 1. O concelho de Vízela foi criado a 1 de Setembro de 1998 a partir dos concelhos de Felgueiras, Guimarães e Lousada; o concelho da Trofa foi criado a 14 de Dezembro de 1998 a partir do concelho de Santo Tirso.

Norte - 2. A informação da coluna 2 não inclui as áreas dos estuários dos rios Tejo e Sado, das Ilhas Desertas na Região Autónoma da Madeira e dos Ilhéus na Região Autónoma dos Açores.

Fonte: INE, Anuários Estatísticos Regionais, 2001.

Referências:

Coluna 2: Base Geográfica de Referência de Informação (BGRI). Versão definitiva à data de referência dos Censos 2001 (12/03/2001).

Coluna 3: INE, REFTER - Sistema de Gestão de Nomenclaturas Territoriais, 2001. Informação actualizada à data de referência dos Censos 2001 (12/03/2001).

Colunas 4, 6 e 8: INE, XIII Recenseamento Geral da População, 1991 - resultados definitivos.

Colunas 5, 7 e 9: INE, XIV Recenseamento Geral da População, 2001 - resultados provisórios.

Coluna 10: Coluna 5 / Coluna 2.

INDICADORES ESTADÍSTICOS GERAIS - REGIÃO (NUTS II)

Indicadores	Unidade	Referência	Norte	Centro	Lisboa e Vale do Tejo	Açores	Algarve	Açores	Madeira	Portugal
População Total (1)	n.º	31-12-2000	3.635.470	1.779.124	3.433.867	526.803	387.154	238.064	242.392	10.242.874
População Total (1)	%	31-12-2000	35,5	17,4	33,5	5,1	3,8	2,3	2,4	100
População Média	n.º	(2)	3.628.251	1.769.849	3.422.814	526.014	380.316	238.906	244.402	10.210.552
PIB pm (3) e (4)	10 ⁹ Esc	1997	5.602	2.642	7.497	814	630	302	355	17.876
PIB pm (3) e (4)	10 ⁶ ECU	1997	28.299	13.346	37.871	4.112	3.182	1.526	1.793	90.301
PIB pm - contributo regional (3) e (4)	%	1997	31,3	14,8	41,9	4,6	3,5	1,7	2	100
Rendimento Disponível Bruto das Famílias (4) e (5)	10 ⁹ Esc	1995	3.583	1.811	4.462	506	401	222	264	11.270
Rendimento Disponível Bruto das Famílias (4) e (5)	10 ⁶ ECU	1995	18.272	9.235	22.753	2.579	2.042	1.131	1.346	57.471
Rendimento Disponível Bruto das Famílias - contributo regional (4) e (5)	%	1995	31,8	16,1	39,6	4,5	3,6	2	2,3	100
PIB pm per-capita (3) e (4)	10 ³ Esc	1997	1.577	1.545	2.260	1.574	1.815	1.242	1.373	1.797
PIB pm per-capita (3) e (4)	ECU	1997	7.967	7.806	11.418	7.952	9.170	6.275	6.937	9.079
Rendimento Disponível Bruto das Famílias per capita (5)	10 ³ Esc	1995	1.017	1.057	1.348	961	1.161	920	1.028	1.137
Rendimento Disponível Bruto das Famílias per capita (5)	ECU	1995	5.184	5.392	6.875	4.899	5.919	4.693	5.240	5.795
Estrutura VAB por sectores: Agricultura, Silvicultura e Pesca (6)	%	1997	2,5	6	2,5	15,1	7,9	10,8	3,3	3,9
Estrutura VAB por sectores: Indústria, Construção, Electricidade, Gás e Água (6)	%	1997	44,7	38,6	28,5	32,2	14,6	20,5	18,8	34,4
Estrutura VAB por sectores: Serviços (6)	%	1997	52,8	55,3	69,1	52,7	77,5	68,7	77,9	61,7
Índice de Preços no Consumidor - Total - variação média dos últimos 12 meses	%	Março de 2002	4,5	3,9	3,6	4,2	4,3	4	3,4	4
Índice de Preços no Consumidor - Total - variação homologa	%	Março de 2002	3,8	3,1	2,8	3,3	3,5	3,6	2,9	3,2
População Empregada	Milhares	4º. Trim 2001	1.842,30	953,9	1.606,50	219,7	160,6	105	118,9	5.006,90
População Empregada por sectores: Agricultura, Silvicultura e Pesca	Milhares	4º. Trim 2001	220	252,3	64,9	32,8	14,4	13,2	14	611,6
População Empregada por sectores: Indústria, Construção, Electricidade, Gás e Água	Milhares	4º. Trim 2001	797,7	292,8	471,2	52,5	33,8	30,5	33,3	1.711,90
População Empregada por sectores: Serviços	Milhares	4º. Trim 2001	824,6	408,8	1.070,30	134,4	112,4	61,3	71,5	2.683,30
Estrutura da População Empregada por sectores: Agricultura, Silvicultura e Pesca	%	4º. Trim 2001	11,9	26,4	4	14,9	9	12,6	11,8	12,2
Estrutura da População Empregada por sectores: Indústria, Construção, Electricidade, Gás e Água	%	4º. Trim 2001	43,3	30,7	29,3	23,9	21	29,1	28	34,2
Estrutura da População Empregada por sectores: Serviços	%	4º. Trim 2001	44,8	42,9	66,6	61,2	70	58,4	60,1	53,6
Taxa de Desemprego	%	4º. Trim 2001	3,6	2,7	5,5	6,1	4,3	2,3	2,5	4,1
Índice de Poder de Compra (Portugal=100)	%	1997	83,2	71,1	142,9	68	106,5	60,6	64,4	100

Notas:

Taxa de Câmbio : Escudos por ECU (em 1997) = 197,96

(1) Estimativas de População Residente aferidas para os Resultados Preliminares dos Censos 2001

(2) Valor médio das estimativas de população em 31-12-1999 e 31-12-2000

(3) Estimativa conforme estrutura regional do VAB de 1995 (estimativas preliminares)

(4) O Total nacional (Portugal) inclui, além das regiões NUTS II, a região fictícia extra-regio

(5) Estimativa conforme estrutura regional do Rendimento Disponível Bruto das Famílias de 1994

(6) VAB excepto Produção Imputada de Serviços Bancários

<http://www.ine.pt/prdserv/indicadores/indic1.asp>

Indicadores socioeconómicos - SPSS

Indicadores - Regiões do Algarve						
	Anos	pib_pc_a	den_pop	tdesemal	vab_alga	
	1995	7700	69,2	6,6	2288719187	
	1996	8100	69,4	9	2419464092	
	1997	8700	69,6	7,8	2601231033	
	1998	9900	69,9	6,1	2956285352	
	1999	10500	70	4,8	3166997536	
	2000	11352	70,05	3,6	3436210903	
	2001	12272	79,1	3,9	3728308894	
Notas :						
	<i>PIB-pm-pc Algarve, Euros, 1995-2001 - a) 2000/2001 estimativa</i>					
	<i>Densidade populacional 1995-2001, INE Anuários da Demografia</i>					
	<i>Tx desemprego, 1995-2001 - Algarve, INE Estatísticas do Emprego</i>					
	<i>VAB, Euros Algarve, GEPE, com base INE, contas regionais SEC95, 1995-1999 (JUL01)</i>					
Indicadores - Regiões NUTS II						
	Regiões	den_pop	Área (Km2)	Área (%)	Nr. Edifícios	Tx_desem
	R_Norte	173,2	21289	23,1	1124474	3,7
	R_centro	75,3	23666,4	25,68	793421	2,5
	R_LxVT	294,7	11770,6	12,77	685382	5,4
	R_Alent	19,6	27323	29,65	224973	6
	R_Algar	79,1	4995	5,42	159583	3,9
	RAC	104,1	2322	2,52	74651	2,4
	RAM	312,2	785	0,85	87481	2,6
Nota :						
	<i>Den populacional, INE - 2001</i>					
	<i>Den pop, em %, INE 2001</i>					
	<i>Den pop, em %, INE 2001</i>					
	<i>Nº. Edifícios, INE, 2001</i>					
	<i>Taxa desemprego - Regiões NUTS II, 2001, INE Anuários Estatísticos Regionais</i>					

Anexo 10. Outputs SPSS – Crimes GPLP-MJ e indicadores socioeconómicos para a Região do Algarve

Coeficientes de correlação - Crimes GPLP-MJ e Tx. de Desemprego, Algarve

Crimes ^(a)	Tx. de Desemprego (%), 1995-2001 - Algarve		
	Pearson correlation	Kendall's tau_b	rho Spearman's
	Sig (2-Tailed)	Sig (2-Tailed)	Sig (2-Tailed)
Contra as Pessoas	- 0,139	- 0,143	- 0,214
	+ 0,766	+0,652	+ 0,645
Contra património	+ 0,467	+ 0,429	+ 0,643
	+ 0,291	+ 0,176	+ 0,119
Contra vida_sociedade	+ 0,347	+ 0,333	+ 0,321
	+ 0,446	+ 0,293	+ 0,482
Contra o Estado	+ 0,347	-0,619	- 0,821 ^(*)
	+ 0,446	+0,051	+ 0,023
Legislação Diversa	- 0,800	0,619	- 0,786 ^(*)
	+ 0,031	+ 0,051	+ 0,036

Fonte : GPLP-MJ e INE (1995-2001)

^(a) Representa o Total dos crimes anuais, para cada grupo de crimes do GPLP-MJ, no período considerado;

^(b) Não foram apuradas correlações ;

^(*) Correlação é significativa para nível de 0,05 ;

^(**) Correlação é significativa para nível de 0,01 ;

Coeficientes de correlação - Crimes GPLP-MJ e PIB-pm-pc, Algarve

Crimes ^(a)	PIB-pm-pc, (Euros), 1995-2001, Algarve		
	Pearson correlation	Kendall's tau_b	rho Spearman's
	Sig (2-Tailed)	Sig (2-Tailed)	Sig (2-Tailed)
Contra as Pessoas	+ 0,147	+ 0,238	+ 0,143
	+ 0,753	+ 0,453	+ 0,760
Contra património	- 0,424	- 0,333	- 0,571
	+ 0,343	+ 0,293	+ 0,180
Contra vida_sociedade	- 0,184	- 0,048	- 0,036
	+ 0,692	+ 0,881	+ 0,939
Contra o Estado	+ 0,665	- 0,905 ^(**)	+ 0,964 ^(**)
	+ 0,103	+ 0,004	+ 0,000
Legislação Diversa	- 0,765 ^(*)	+ 0,524	+ 0,714
	+ 0,033	+ 0,099	+ 0,071

Fonte : GPLP-MJ e INE (1995-2001)

^(a) Representa o Total dos crimes anuais, para cada grupo de crimes do GPLP-MJ, no período considerado;

^(b) Não foram apuradas correlações ;

^(*) Correlação é significativa para nível de 0,05 ;

^(**) Correlação é significativa para nível de 0,01 ;

Coeficientes de correlação - Crimes GPLP-MJ e VAB Regional, Algarve

Crimes ^(a)	VAB-Regional (Euros), 1995-2001, Algarve		
	Pearson correlation	Kendall's tau_b	rho Spearman's
	Sig (2-Tailed)	Sig (2-Tailed)	Sig (2-Tailed)
Contra as Pessoas	+ 0,135	+ 0,238	+ 0,143
	+ 0,773	+0,453	+ 0,760
Contra património	- 0,408	- 0,333	- 0,571
	+ 0,363	+ 0,293	+ 0,180
Contra vida_sociedade	+ 0,645	- 0,048	- 0,036
	+ 0,117	+ 0,881	+ 0,939
Contra o Estado	- 0,173	- 0,905 ^(**)	+ 0,964 ^(**)
	+ 0,711	+ 0,004	+ 0,000
Legislação Diversa	- 0,670	+ 0,524	+ 0,714
	+ 0,100	+ 0,099	+ 0,071

Fonte : GPLP-MJ e INE (1995-2001)

^(a) Representa o Total dos crimes anuais, para cada grupo de crimes do GPLP-MJ, no período considerado;

^(b) Não foram apuradas correlações ;

^(*) Correlação é significativa para nível de 0,05 ;

^(**) Correlação é significativa para nível de 0,01 ;

Coeficientes de correlação - Crimes GPLP-MJ e Densidade populacional, Algarve

Crimes ^(a)	Densidade Populacional		
	Pearson correlation Sig (2-Tailed)	Kendall's tau_b Sig (2-Tailed)	rho Spearman's Sig (2-Tailed)
Contra as Pessoas	- 0,500	+ 0,238	+ 0,143
	+ 0,253	+0,453	+ 0,760
Contra património	- 0,117	- 0,333	- 0,571
	+ 0,803	+ 0,294	+ 0,180
Contra vida_sociedade	+ 0,500	- 0,048	- 0,036
	+ 0,254	+ 0,881	+ 0,939
Contra o Estado	+ 0,820 ^(*)	+ 0,905 ^(**)	+ 0,964 ^(**)
	+ 0,024	+ 0,004	+ 0,000
Legislação Diversa	+ 0,416	+ 0,714 ^(*)	+ 0,857 ^(*)
	+ 0,353	+ 0,024	+ 0,014

Fonte : GPLP-MJ e INE (1995-2001)

^(a) Representa o Total dos crimes anuais, para cada grupo de crimes do GPLP-MJ, no período considerado;

^(b) Não foram apuradas correlações ;

^(*) Correlação é significante para nível de 0,05 ;

^(**) Correlação é significante para nível de 0,01 ;

